

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

BRUNA IARA LORIAN CHAGAS

AS ASSEMBLAGE DE GARANTIA DE DIREITOS PARA PESSOAS LGBT+ NA
CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ

PONTA GROSSA
2020

BRUNA IARA LORIAN CHAGAS

*AS ASSEMBLAGES DE GARANTIA DE DIREITOS PARA PESSOAS LGBT+ NA
CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de mestre em Gestão do Território na Universidade Estadual de Ponta Grossa, na Área de concentração: Gestão do Território: sociedade e natureza – Linha II - Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas.

Orientação: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat

PONTA GROSSA
2020

C433 Chagas, Bruna lara Lorian
As assemblage de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná / Bruna lara Lorian Chagas. Ponta Grossa, 2020.
239 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat.

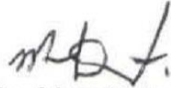
1. Assemblage. 2. Garantia de direito LGBTQ+. 3. Movimentos sociais. I. Ornat, Marcio Jose. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 910

BRUNA IARA LORIAN CHAGAS

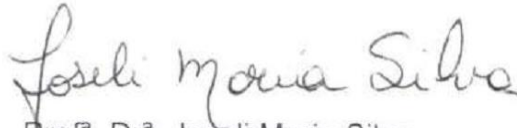
**"AS ASSEMBLAGES DE GARANTIA DE DIREITO PARA PESSOAS LGBT+ EM
PONTA GROSSA - PARANÁ"**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



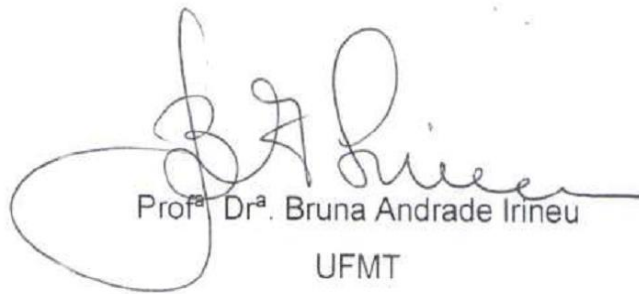
Prof. Dr. Marcio Jose Ornat

UEPG



Prof.ª Dr.ª Joseli Maria Silva

UEPG



Prof.ª Dr.ª Bruna Andrade Irineu

UFMT

Ponta Grossa, 11 de março de 2020.

Para aqueles(as) que compartilharam ou compartilham comigo suas trajetórias, em especial, aquelas que envolveram bons sentimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a paciência, apoio, amor, carinho e cuidado de minha família, principalmente nos momentos de chiques e ansiedade ocasionados pelo processo de pesquisa.

Agradeço meus amigos pelos encontros, pelo suporte, pelos risos e reflexões, e acima de tudo, pela compreensão com meus períodos de clausura quando me dedico a escrever e desapareço.

Agradeço as pessoas que me apoiaram durante estes anos de mestrado, seja com orientações, com parcerias em trabalho e suporte emocional.

Agradeço as pessoas que contribuíram de alguma forma com a constituição deste trabalho.

Como decidir se você fez uma coisa que deu errado ou outra coisa que deu certo?
Toda minha vida me levou até este momento.

Odyr Bernardi

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo compreender ‘como acontecem as *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?’. Consideramos que a produção de conhecimento relacionada às *assemblage* na Geografia brasileira é pequena, e não se relaciona a movimentos sociais de forma geral. Neste sentido, este trabalho foi realizado em uma perspectiva de produzir inteligibilidade e visibilidade às ações de ativistas, militantes e aliados do movimento LGBT+ em Ponta Grossa, Paraná, segundo a utilização do conceito de *assemblage* como alternativa teórica que enfatiza os fenômenos como resultantes de práticas e ações em processo. Para tanto, foram definidas três sub-questões: 1) Como se articulam os elementos humanos e não humanos na composição das *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa 2) Como ocorre o processo de *assembling*, *desassembling* e *reassembling* de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa 3) Como as *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa acontecem em termos de dinâmicas tempo/espaço? Assim, realizamos 12 entrevistas com pessoas do movimento e ativismo de LGBT+ e aliados da cidade de Ponta Grossa. Utilizamos como procedimentos metodológicos a análise de conteúdo do discurso de Bardin (2016) em articulação a operacionalizações proposta por Silva e Fossá (2015) com a criação de categoriais iniciais, intermediárias e finais de análise/inferências. Também utilizamos a metodologia das histórias de vida de Delgado (2013), em articulação a análise de conteúdo de Bardin (2016) para demonstrar por meio da sistematização das narrativas das pessoas entrevistadas, como trajetórias pessoais, institucionais, profissionais e de ativismo podem ser congregadas em torno da finalidade de garantir direitos a grupos sociais específicos que demandam por estes direitos. Evidenciamos como as pessoas e instituições participam de *assemblages*, as considerando como ações de mobilização de contestação ao panorama desfavorável a pessoas LGBT+ no Brasil, onde há uma dinâmica dual de regra e exceção na garantia de direitos voltados à estas pessoas, consideradas incongruentes em relação a ‘heteronormalidade’ (BUTLER, 2003) e por isso são rechaçadas, constituindo um exceção na manutenção da norma. Desta forma chegamos à conclusão de que as *assemblage* de garantia de direito para pessoas LGBT+ em Ponta Grossa, Paraná acontecem em dinâmicas de congregação, união – *assembling* em torno da finalidade comum de promover melhorias e condições dignas de vida as pessoas LGBT+ por meio de mobilizações para garantia de direito. Possuem temporalidade provisória uma vez que o movimento LGBT+ é heterogêneo e composto por múltiplas identidades e entidades mutáveis, e nem sempre sendo uma organização coesa, não sendo contínuas, forçando o *desassembling*. As conjunturas nacional, estadual e municipal no que se refere a ofensiva de grupos religiosos e conservadores, indicam a necessidade da união, uma característica que ainda está por vir neste movimento e ativismo pró LGBT+ ponta-grossense. Esta conjuntura também estabelece o objetivo, a finalidade para que estas *assemblage* sejam processos que sempre ocorram (*reassembling*).

Palavras-chave: *Assemblage*. Garantia de direito de LGBT+. Movimentos sociais.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand 'how do the rights guarantee assemblage for LGBT + people occur in the city of Ponta Grossa, Paraná?'. We consider that the production of knowledge related to assemblage in Brazilian Geography is small and is not related to social movements in general. So, this work was carried out with a view to producing intelligibility and visibility to the actions of activists, militants and allies of the LGBT+ movement in Ponta Grossa, Paraná according to use of the concept of assemblage as a theoretical alternative that emphasizes the phenomena as resulting from practices and actions in process. Thus, were defined three sub-questions: 1) How human and non-human elements are articulated in the composition of the guarantee of rights assemblage for LGBT + people in the city of Ponta Grossa? 2) How the process of assembling, dessembling and reassembling of guaranteeing rights for LGBT+ people occur in the city of Ponta Grossa? 3) How do the rights guarantee assemblage for LGBT+ people in Ponta Grossa happens in terms of time/space dynamics? Therefore, we conducted 12 interviews with people from the LGBT+ movement and activism and allies from the city of Ponta Grossa. We use as methodological procedures the content analysis of discourse from Bardin (2016), in conjunction with operationalizations proposed by Silva and Fossá (2015) with the creation of initial, intermediate and final categories of analysis/inferences. We also used the life stories methodology from Delgado (2013) in conjunction with content analysis of discourse from Bardin (2016) to demonstrate by systematizing the narratives of the people interviewed, how personal, institutional, professional and activism trajectories can be brought together in around the purpose of ensure rights for specific social groups that demand these rights. We demonstrate how people and institutions participate in assemblages, considering them as actions to mobilize to challenge the unfavorable panorama to LGBT + people in Brazil, where there is a dual dynamic of rule and exception in guaranteeing rights aimed at these people, considered incongruous in relation to 'heteronormality' (BUTLER, 2003) and for that reason they are repulsed, constituting an exception in the maintenance of the norm. In this way we came to the conclusion that the assemblage of guarantee of rights for LGBT + people in Ponta Grossa, Paraná happens in dynamics of congregation, union - assembling around the common purpose of promoting improvements and dignified living conditions for LGBT + people through mobilizations for guarantee of entitlement. They have provisional temporality since the LGBT + movement is heterogeneous and composed of multiple identities and entities in change, and it is not always a cohesive organization, not being continuous, forcing the dessembling. The national, state and municipal conjunctures regarding the offensive of religious and conservative groups, indicate the need for unity, a characteristic that is yet to come in this movement and pro LGBT + ponta-grossense activism. The conjuncture also establishes the objective, the purpose for these assemblages to be processes that always occur (reassembling).

Keywords: *Assemblage*. Guarantee of rights for LGBT+. Social movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - A TRAJETÓRIA DE UMA ESTRANHA NA GEOGRAFIA.....	10
CAPÍTULO 1 – AS ASSEMBLAGE DE GARANTIA DE DIREITO ENQUANTO MOBILIZAÇÕES CONTENCIOSAS: FUNDAMENTOS E PROPOSIÇÕES PARA O DEBATE.....	24
1.1 <i>ASSEMBLAGE</i> , GEOGRAFIA E DINÂMICAS CONTENCIOSAS EM PONTA GROSSA, PARANÁ.....	25
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS.....	51
1.3 MOVIMENTOS SOCIAIS, ATIVISMOS E ALIADOS DE PESSOAS LGBT+.....	64
CAPÍTULO 2 – O PANORAMA DESCENTRALIZADO DE POLÍTICAS SOCIAIS E GARANTIAS DE DIREITOS PARA LGBT+ NO BRASIL.....	79
2.1 PANORAMA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E GARANTIA DE DIREITO DE LGBT+ NO BRASIL.....	80
2.2 PANORAMA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E GARANTIA DE DIREITO DE LGBT+ NO ESTADO DO PARANÁ.....	94
2.3 PANORAMA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E GARANTIAS DE DIREITO DE LGBT EM PONTA GROSSA.....	100
CAPÍTULO 3 – O ROAD TO ASSEMBLAGE: PERCURSOS E PERCALÇOS.....	111
3.1 ESCOLHAS PARA AS REFLEXÕES DAS INTERAÇÕES E PROCESSOS NAS <i>ASSEMBLAGE</i>	113
3.1.1 Como desenvolvemos: análise de conteúdo em três fases, divisão temática, codificação e inferências.....	120
3.1.2 Como desenvolvemos: análise de conteúdo e história de vida.....	127
3.2 COMPONENTES DAS <i>ASSEMBLAGE</i> EM FOCO: VIDAS COMO TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO.....	132

CAPÍTULO 4 - O COMPORTAMENTO DAS ASSEMBLAGE DE GARANTIAS DE DIREITOS DE PESSOAS LGBT+ EM PONTA GROSSA, PARANÁ.....	150
4.1 FATORES DE <i>ASSEMBLING</i> : PESSOALIDADE E TRANSLOCALIDADE.....	152
4.2 FATORES DE <i>DESSEMBLING</i> : FALTA DE UNIÃO E 'UMBIGUISMO'.....	179
4.3 POSSIBILIDADES DE <i>REASSEMBLING</i> – MÚLTIPLOS ATIVISMOS ENQUANTO POTÊNCIA.....	190
CONCLUSÃO.....	203
REFERÊNCIAS.....	210
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas 01, utilizado no campo exploratório.....	230
APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas 02, utilizado nas demais entrevistas que compõe o trabalho.....	231
APÊNDICE C - Tabela teórico conceitual utilizada para comparação e análises de falas.....	232

INTRODUÇÃO - A TRAJETÓRIA DE UMA ESTRANHA NA GEOGRAFIA

Neste primeiro momento dedicado a uma introdução de ideias e discussões relacionadas a dissertação quem narra é Bruna, uma das autoras deste trabalho construído por muitas vidas e perspectivas. Falo propositalmente em narrar. Em muitos momentos deste trabalho discutimos sobre trajetórias, simultaneidade, dinâmicas emaranhadas de espaço e tempo, e conjuntura.

Então o que proponho nessa abertura de trabalho é um passeio por meu processo de pesquisa e a inter-relação deste processo com minha trajetória pessoal, profissional, e é claro conjuntural, que se relacionam a forma que abordamos os debates desta dissertação, não deixando de lado os fatores formais necessários à uma introdução, mas em uma dinâmica diferente da estabelecida para o trabalho, onde em primeira pessoa narrarei os processos pelos quais eu e este trabalho passamos até que os capítulos e resultados que sucedem esta introdução estivessem finalizados. Como parece, é um relato sobre minha posicionalidade enquanto pesquisadora e sobre como minha trajetória afetou o processo de pesquisa.

É evidente pelo título deste trabalho de que ele é dedicado a reflexões sobre *assemblage* e direitos de pessoas LGBTQ+, mas nem sempre foi assim. É fruto de processos, de mudanças e de quebras de perspectivas, de uma trajetória transformativa de pesquisa que se iniciou há algum tempo.

Minha trajetória de pesquisa começou enquanto cursava o terceiro ano do bacharelado em Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Naquele período, em 2014, buscava no Serviço Social alguma docente que trabalhasse com movimentos sociais. No ano em questão a professora que trabalhava com a temática não pode concorrer a bolsas do PIBIC, e sem bolsa não havia condição de eu desenvolver pesquisa, uma vez que o curso era integral e o dispêndio de recursos para se manter na universidade era grande, recursos estes que eu não possuía.

Neste mesmo ano, em 2014, fiquei sabendo de um edital de processo seletivo no Departamento de Geociências para bolsistas de PIBIC que quisessem trabalhar com gênero e sexualidades. Fui selecionada neste processo e passei a integrar o Grupo de Estudos Territoriais sob orientação do professor Marcio Ornat.

Neste período busquei compreender a configuração das políticas sociais LGBT no Brasil, organizando quantitativamente por meio de um banco de dados as políticas sociais, legislações, decretos, portarias e demais documentos voltados a promoção da cidadania de pessoas LGBT.

Neste contexto entrei em contato com diversos conceitos, questionamentos e receios que carrego comigo até o momento em que escrevo este texto, e que provavelmente continuarão comigo enquanto inquietações a serem trabalhadas. Conheci os debates sobre Massey (2008) e o espaço inter-relacional, as discussões de Butler (2003) sobre gênero, e entendi que ao desenvolver uma pesquisa interdisciplinar, em interface com a Geografia, não poderia utilizar palavras como 'escala' ou 'lugar', por exemplo, a partir de senso comum, indiscriminadamente – uma vez que naquele momento utilizava as escalas como sinônimo de âmbito ou local, uma gafe produzida pelo meu despreparo frente a um campo de produção do conhecimento que não era o meu.

Durante o PIBIC me tornei mãe, reprovei em algumas disciplinas pela rotina médica decorrente de uma gestação de risco e não pude continuar pesquisando, uma vez que meu companheiro, também pesquisador do GETE estava finalizando sua dissertação de mestrado, e eu tinha a graduação para terminar junto com a nova rotina da maternidade.

Chegando o período de escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso em 2017 eu sabia que deveria continuar de onde parei. Sob orientação da professora Cleide Lavoratti do departamento de Serviço Social da UEPG, atualizei o banco de dados realizados para o PIBIC e me chamou atenção a acentuada queda em número de legislações para LGBT que ocorreu a partir de 2012. Procurei neste trabalho de conclusão de curso, mesmo que sendo uma reflexão para o Serviço Social, refletir em torno do espaço enquanto mediador dos processos de garantia de direito, e verificar o motivo da queda em número destas legislações.

Esta perspectiva se relaciona a co-orientação que recebi do professor Marcio Ornat, mesmo eu já não compondo mais o GETE após o fim do PIBIC. Com isso discutimos a distribuição espacial de documentos existentes voltados a garantia de direito de pessoas LGBT+, mapeando a ocorrência destes segundo as escalas

Federal, Estadual e Municipal, articulando sua existência com a presença de organizações da sociedade civil nestes locais.

Este processo evidenciou que a manutenção de documentos pró LGBT e a garantia de direito para estas pessoas se relacionam com a prática de movimentos sociais, e com o Estado, mas não sabia exatamente como isso ocorria, o que me causava inquietações.

Com isso em mente, prestei o processo seletivo do mestrado em Gestão do Território ainda em 2017. Com base em leituras que tinha realizado durante a realização do PIBIC e do TCC, pensava que os movimentos sociais pró LGBT+ constituíam uma rede, e então busquei compreender a constituição de territórios em redes de movimentos sociais LGBTT no Sul do Brasil

Conforme minha posicionalidade enquanto pesquisadora, mãe, residente de Ponta Grossa e sem uma perspectiva concreta de conseguir uma bolsa de auxílio financeiro à pesquisa, decidi em conjunto com meu orientador no início de construção deste trabalho, que seria operacionalmente impossível observar as supostas redes de movimentos sociais no Sul do Brasil durante o período de realização do mestrado.

Neste contexto mantive a perspectiva de buscar compreender a garantia de direito enquanto um fenômeno em rede e com isso direcionamos o campo exploratório para conhecer o ponto de vista das pessoas envolvidas com o movimento LGBT+ de Ponta Grossa sobre a existência destas redes.

Com o decorrer do campo exploratório¹ e com a análise dos conteúdos das falas viabilizados neste processo, compreendi que não tinha certeza sobre se o que estava observando era um fenômeno em rede, e mais, se era uma rede geográfica, como questionava naquele momento, ou se os questionamentos de forma geral, correspondiam ao funcionamento do fenômeno que me propunha a observar.

Em retrospecto, atualmente percebo que tive problemas em compreender os movimentos de pesquisa, e em assumir que propor uma discussão em um campo do conhecimento que não é o meu campo de formação inicial pode complexificar os processos reflexivos.

¹ Campo exploratório realizado entre Março e Julho de 2018.

Os debates a que se referem a construção do conhecimento e da epistemologia no Serviço Social enquanto Ciência Social Aplicada são emergentes e não há um consenso sobre a existência deste campo enquanto algo autônomo, uma vez que o Serviço Social utilizaria de fontes de ciências como a Sociologia, Economia, Psicologia e outras 'ias', caracterizando um conjunto crítico de saberes (JORGE, 2011).

Como assistentes sociais aprendemos a realizar diagnósticos, mediações, intervenções, sensibilizações etc. Alerto que este não é algum tipo de queixa. Na graduação entramos em contato com discussões do campo teórico-metodológico, estes inclusive que são parte de nossa prática crítico-reflexiva e dos instrumentais técnico-operativos nos cotidianos institucionais, mas o foco destas não se trata especificamente da constituição de um campo científico, mas nas práticas profissionais orientadas pela ciência (JORGE, 2011).

O que quero dizer com isso, é que foi um momento de dificuldade e diferença, de convergência e contingência, ou, como diria Arnaldo Baptista, momento onde:

[...] tudo parecia ser feito de matéria imaterial, os horizontes eram longínquos e inexplorados, prenhes de novidade e uma incerteza doce e pura. Até que um dia encontrei o inesperado [...]. Veio de uma forma vaga. Depois me parecia uma aventura séria e intensa demais para o meu ego apreciar inteiramente. Era como se minha vida me levasse a espaços nunca antes imaginados [...] (BAPTISTA, 2008, p. 10).

Baptista (2008) se refere com este trecho de texto ao amor. Eu o utilizo para materializar o sentimento de quanto minha subjetividade confrontou a objetividade do que tinha que fazer enquanto pesquisadora, em uma confusão onde minha trajetória me levou a ser uma estranha na Geografia, uma assistente social buscando refletir sobre a complexidade socioespacial.

Nesta conjuntura de incertezas em relação a minha trajetória enquanto pesquisadora ainda houve os desafios e percalços no processo de compreensão do fenômeno de garantia de direito que decorreram desta 'novidade' em relação a fazer 'Geografia'.

Neste momento, em articulação ao meu orientador resolvi 'dar um passo atrás'. Voltei as falas das pessoas entrevistadas e por meio delas elenquei possibilidades teóricas por meio de uma tabela comparativa conceitual². Durante orientação, analisamos esta tabela, percebemos que o fenômeno dialogava diretamente com os elementos que caracterizam as organizações socioespaciais provisórias – *assemblage* enquanto viabilizadoras de garantia de direito para pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa.

Assim estabelecemos enquanto fio condutor para guiar as reflexões deste trabalho a seguinte questão central: 'Como acontecem as *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?'

Também estabelecemos as seguintes questões específicas 1) 'Como se articulam os elementos humanos e não humanos na composição de *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?' 2) 'Como ocorre o processo de *assembling*, *desassembling* e *reassembling* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?' 3) 'Como as *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná acontecem em termos de dinâmicas tempo/espaço?'

Com o fio condutor do trabalho já estabelecido, bem como os questionamentos necessários para produção de inteligibilidade sobre o fenômeno que se refere a garantia de direitos para LGBTQ+ em Ponta Grossa, pude iniciar novo processo de entrevistas³. A partir deste momento não falo mais em primeira pessoa do singular, enquanto eu, mas em primeira pessoa do plural indicando o nós. Isso por quê a partir daqui tratarei do referencial teórico-metodológico, e conforme o que pressuponho epistemologicamente a construção do conhecimento só possui êxito na tentativa de produzir inteligibilidade a um fenômeno, ao passo que esta teoria não modifica a situação, estando a serviço do fenômeno, com o estabelecimento de diálogos e articulações com os outros participantes da pesquisa (FEYERABEND, 1977). Assim, os conceitos e as sínteses explicativas propostas foram pensados segundo as interações entre ambos, e por isso utilizo 'nós'.

² Consultar anexo.

³ Entrevistas realizadas entre Dezembro de 2018 e Junho de 2019.

Para a realização das discussões neste trabalho utilizamos a sigla LGBTQ+ para representar as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersex, e não binárias que participaram da pesquisa por meio das entrevistas. Para Junqueira (2009, p.5) LGBTQ, é a “[...] sigla empregada a partir da metade dos anos 1990 e fortemente ligada às políticas de identidade, LGBTQ possui muitas variantes, inclusive com ordens diferentes das letras. Em algumas delas, acrescenta-se um ou dois T (para distinguir travestis, transexuais e transgêneros)”. Adicionamos o ‘+’ na sigla LGBTQ como uma dessas variantes, para enfatizar a fluidez inerente das pessoas que compõem o movimento e ativismo de LGBTQ+ no Brasil, bem como, para enfatizar a presença e atuação de aliados *heteroqueers* no desempenho e apoio de ações pró LGBTQ+ da cidade de Ponta Grossa.

Disso posto, para a organização dos diálogos deste trabalho, realizamos duas etapas de entrevistas com pessoas LGBTQ e seus aliados. A primeira se refere realização do campo exploratório de Março a Julho de 2018. Neste período, realizamos entrevistas com seis pessoas. A primeira destas pessoas corresponde à rede de personalidade dos autores, sendo reconhecida como aliada *heteroqueer* de LGBTQ+ desde 1990 na cidade de Ponta Grossa, sendo que as demais pessoas foram indicadas por ela. Em todas as entrevistas desta etapa foram seguidas 10 perguntas com base em um roteiro preestabelecido⁴.

Entretanto, cada uma das conversas desembocou em tópicos específicos sobre a execução e promoção da garantia de direitos nos campos de trabalho das pessoas entrevistadas nesta etapa, sendo respectivamente - Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, Grupo Renascer, Associação Flor de Lis LGBTQ, e Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Ponta Grossa, Paraná.

Na segunda etapa de entrevistas, realizamos 8 entrevistas entre Dezembro de 2018 a Junho de 2019 com pessoas reconhecidas enquanto ativistas centrais na promoção e garantia de direitos de LGBTQ+ em Ponta Grossa que pertencem à instituição também reconhecida pelos mesmos motivos. Em todas as entrevistas foi

⁴ Consultar anexo.

utilizado roteiro preestabelecido⁵ e foram mantidas as indicações estabelecidas pelo campo exploratório.

Nestes processos, as oito pessoas participantes da pesquisa foram:

Mercúrio é travesti, com 38 anos de idade, se percebe enquanto ativista e militante do movimento LGBTQ+ ponta-grossense, atua no Grupo Renascer-Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos.

Saturno é mulher lésbica de 42 anos, cisgênero e militante do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa. Pertence a Associação Flor de Lis LGBTQ.

Júpiter é mulher cisgênero, lésbica, com 48 anos, se percebe enquanto ativista do movimento LGBTQ+ ponta-grossense e atua na Associação Flor de Lis LGBTQ.

Marte é mulher heterossexual, cisgênero, de 53 anos de idade. Ativista aliada do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, pertence ao Grupo de Estudos Territoriais – GETE.

Vênus é mulher, bissexual, cisgênero, com 27 anos de idade. Se percebe enquanto ativista e militante do movimento LGBTQ+ ponta-grossense. Atua na Comissão de diversidade sexual e identidade de gênero da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Ponta Grossa.

Terra é ativista aliada do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa. Mulher, heterossexual, cisgênero, possui 51 anos de idade, trabalha como assistente social no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais.

Netuno é mulher lésbica, cisgênero, com 29 anos de idade, se percebe enquanto ativista do movimento LGBTQ+ ponta-grossense a atua no Conselho Municipal LGBTQ de Ponta Grossa.

Urano é homem gay, cisgênero, possui 19 anos de idade. Se considera militante do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa. Pertence ao Grupo Universitário de Diversidade Sexual e Identidades de Gênero – GUDI.

A partir dos diálogos realizados com estas pessoas, compreendemos que a garantia de direitos para LGBTQ+ é produzida por meio de organizações socioespaciais provisórias – *assemblage*, ao consideramos estas enquanto forma de mobilização que

⁵ Consultar anexo.

congrega elementos humanos e não humanos para ações de contestação (TARROW, 2011; MCFARLANE, 2009).

O recorte temporal da investigação está articulado à trajetória do movimento e do ativismo social LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Refere-se à pesquisa de campo exploratório, onde se indicou preliminarmente, através da realização de 04 entrevistas com 06 pessoas centrais na promoção, defesa e garantia de direitos às pessoas LGBTQ+, que o ativismo começou no início da década de 1990 na respectiva cidade. Assim, o recorte de tempo a ser observado será do fim da década de 1980 - início do ativismo LGBTQ+ em Ponta Grossa, até 2020, ano em que foram finalizadas as discussões deste trabalho.

Consideramos enquanto justificativa para a realização deste trabalho a contribuição para a produção de visibilidade à vivência de ativistas, militantes e aliados do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa, Paraná segundo a utilização do conceito de *assemblage* como alternativa teórica que enfatiza os fenômenos como resultantes de práticas e ações em processo relacionadas a expressões de poder, desejo, interações e tensionamentos, pela observação da “[...] heterogeneidade praticada, emergente e processual⁶” (MCFARLANE, 2009, p. 561, tradução nossa).

Também consideramos a inovação promovida a partir da produção de conhecimento científico tendo por fio condutor as *assemblage*. Ao realizar uma pesquisa sobre este conceito⁷ no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, verificamos que só existem oito produções sobre *assemblage* na área da Geografia.

Sendo que o único filtro de refinamento utilizado foi ‘área de conhecimento – Geografia’, assim a produção apresentada corresponde a toda produção de *assemblage* de tese ou dissertação disponível neste banco relacionada à Geografia.

Para além das teses e dissertações ainda há, segundo o Observatório da Produção Geográfica Brasileira do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), apenas dois artigos relacionados à *assemblage* e Geografia Humana. Estes são: 1) Cenas Loucas: As *assemblage* da violência de jovens do sexo masculino com envolvimento com as drogas na cidade de Ponta Grossa – PR (GOMES; SILVA, 2014) e 2) Transporte, fluxo

⁶ Traduzido de “[...] as materially heterogeneous, practice-based, emergent and processual” (MCFARLANE, 2009, p. 561).

⁷ Busca realizada em 17/01/2019.

de mercadoria e desenvolvimento econômico urbano na Amazônia: o caso de Belém e Manaus (JACOBS *et al.*, 2013).

A relevância de observar a constituição destas *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa se apresenta, ao verificar que Ponta Grossa é cidade de vanguarda nestes debates, sendo a primeira cidade do Paraná a possuir um Conselho Municipal LGBT e uma Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil⁸.

Também possui legislações específicas, como um dia de combate à homofobia realizado no dia 01 de Dezembro, (além do dia nacional de visibilidade LGBT realizado anualmente no dia 17 de Maio), e instituições municipais que possuem representação a nível Estadual (relação entre Associação Flor de Lis e Conselho Estadual de Direitos Humanos), Nacional (relação da Organização Não Governamental Renascer e a Comissão dos Movimentos Sociais – CAMES e Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA).

Ao realizarmos as entrevistas para elaboração a deste trabalho, ainda percebemos que estas interações extrapolam o Brasil, funcionando internacionalmente, em uma perspectiva translocal quando pensamos na relação ONG Renascer – ANTRA e ANTRA – UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS) e na relação OAB – Grupo Dignidade e Grupo Dignidade à organizações ‘globais’ como a GALE (*Global Alliance for LGBT Education*); *InterPride movement*; ILGA (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo), UNAIDS e a Rede Gay Latino evidenciando interações entre estes elementos que extrapolam a cidade de Ponta Grossa em uma relação ‘global-local’, ou ‘translocal’ (MCFARLANE, 2009).

Também é importante enfatizar os fatores de exequibilidade e posicionalidade como justificativa de escolha da cidade de Ponta Grossa para realização desta pesquisa. Conforme Lakatos e Marconi (2003), o assunto a que se pretende pesquisar, tem de estar de acordo com as possibilidades externas, internas e pessoais

⁸ O Conselho Municipal LGBT de Ponta Grossa foi criado em 2015, já a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil foi criada no ano de 2013 (informação verbal fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018).

do sujeito pesquisador para que seja exequível, bem como a trajetória de pesquisa e formação.

Todos estes fatores indicam a posicionalidade como fator de importância na delimitação espacial para a pesquisa, especificamente neste caso, pelo suporte fornecido por uma rede de pessoas que promovem a garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, que foi articulada durante o percurso das pesquisas aqui indicadas, fornecendo condições para o desenvolvimento de conclusões que em outras espacialidades não seria possível em termos de exequibilidade na compreensão sobre as *assemblage* enquanto organizações socioespaciais provisórias como potencializadoras para garantia de direitos (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Desta forma montamos nosso trabalho para corresponder diretamente com as reflexões teóricas sobre *assemblage* discutidas por McFarlane (2009), Anderson, McFarlane (2011) e DeLanda (2006, 2016), com isso temos a seguinte estrutura:

Capítulo 1 - As *assemblage* de garantia de direito enquanto mobilizações contenciosas - fundamentos e proposições para o debate. Este capítulo é dividido em três seções, sendo elas:

Seção 1.1 - *Assemblage*, Geografia e dinâmicas contenciosas em Ponta Grossa, Paraná. Nesta seção explicamos como o debate sobre *assemblage* foi desenvolvido e sua relação com a Geografia (LEITNER; SHEPPARD; SZIARTO, 2008; ANDERSON; MCFARLANE, 2011; MCFARLANE, 2009); a história do conceito e seus pressupostos (DELANDA, 2006, 2016); a relação entre o funcionamento da garantia de direito de LGBTQ+ e a interação de componentes no acontecimento das *assemblage* (DELANDA, 2006); os discursos hegemônicos e a conjuntura brasileira enquanto fator causal que inflama mobilizações contenciosas (TARROW, 2011) e a dinâmica de *assembling*, *desassembling* e *reassembling* (DELANDA, 2016; MCFARLANE, 2009; DASKALAKI, 2017) indicando a interface destas categorias com a personalidade e a prefiguração política (SILVA, 2002; BREINES, 1982); translocalidade (ONG; COLIER, 2005; CUMBERS *et. al*, 2008; MCFARLANE, 2009) e poder em transformação plural (MASSEY, 2007; MCFARLANE, 2009).

Seção 1.2 - Considerações sobre Estado e Políticas Sociais. Nesta seção indicamos nossa perspectiva em relação aos debates sobre Estado (COELHO, 2012;

PEREIRA, 2009) e como este se articula à constituição de um poder hegemônico e legítimo (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 1983), mas que opera em um caráter relacional sendo contestado pela sociedade civil organizada por meio da participação cidadã (GRAMSCI, 2001, 1976; AVRITZER, 2002; GOHN, 2010). Evidenciamos o funcionamento descentralizado da distribuição dos poderes do Estado, bem como da estrutura político administrativa (COELHO, 2012; RABAT, 2002).

Também discutimos a constituição da agenda de Estado no que se refere às Políticas Sociais (HOFLING, 2001; IRINEU, 2009; SILVA E SILVA, 2010) e a sua coexistência em relação aos governos que podem não ser sensíveis a determinadas pautas (LIMA; SILVEIRA, 2016; CÂMARA; MOREIRA, 2017). Correlacionamos a falta de sensibilidade à determinados grupos com a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003) e com a instituição de uma agenda da 'ideologia de gênero' (JUNQUEIRA, 2018; LIONÇO *et.al*, 2018; PARTERNOTTE; KUHAR, 2018) indicando a complexificação da conjuntura brasileira no que se refere a pauta pró LGBT+.

Seção 1.3 - Movimentos sociais, ativismos e aliados de pessoas LGBT+. Nesta seção refletimos em torno da distinção entre movimento social, ativismo e ações de aliados (GOHN, 2011; SOUZA, 2009; SANTOS, 2005). Também buscamos indicar a história do movimento social LGBT+ brasileiro e sua articulação com o movimento norte americano e latino americano de organização de pautas e agendas em favor destas pessoas (FERRARI, 2004; GREEN, 2003; MOTT, 1994).

Por meio das entrevistas realizadas buscamos evidenciar a história do movimento LGBT+ ponta-grossense (informação verbal⁹) e como a expansão de movimentos organizados da sociedade civil indicam uma nova postura e relação entre cultura, sociedade e indivíduos (BUTLER, 2003; SOUZA, 2004) promovendo formas de manifestações contenciosas que buscam questionar os mecanismos e discursos hegemônicos (TARROW, 2011).

Capítulo 2 - O panorama descentralizado de políticas sociais e garantias de direitos para LGBT+ no Brasil. Este capítulo é dividido em três seções:

⁹ Informações fornecidas por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018; por Júpiter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018 e por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

Seção 2.1 - Panorama das Políticas Sociais e garantia de direito de LGBT+ no Brasil. Nesta seção tratamos das principais conquistas em relação a políticas sociais em âmbito nacional no Brasil, discutindo os Planos Plurianuais, a criação do Conselho de Combate à Discriminação, a atualização na sua natureza e denominação e a manutenção da agenda pró LGBT+ realizada a partir do Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004).

Também discutimos o contexto político governamental de institucionalização destas pautas em relação com os presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro.

Seção 2.2 - Panorama das Políticas Sociais e garantia de direito de LGBT+ no estado do Paraná. Nesta seção buscamos sistematizar a história do movimento LGBT+ paranaense a partir de legislações, planos e os relatórios das conferências estaduais, uma vez que há uma escassez de trabalhos neste sentido. Indicamos as Conferências de direitos LGBT+ e o paulatino avanço das pautas buscando explicitar a relação destes avanços com os governos.

Seção 2.3 - Panorama das Políticas Sociais e garantia de direito de LGBT+ em Ponta Grossa. Nesta seção buscamos indicar a relação de ações de garantia de direito para LGBT+ em âmbito municipal e sua relação com os governos.

Indicamos o apoio governamental a ONGs-Organizações Não Governamentais por meio do repasse de verbas. Também indicamos o acontecimento da Conferência Regional LGBT em Ponta Grossa, e as principais legislações e decretos pró LGBT+ em âmbito municipal.

Encerramos a seção demonstrando as pressões realizadas ao movimento e ativismo de LGBT+ e aliados pelos setores religiosos e conservadores da política ponta-grossense e sua relação com o panorama nacional de pressões a pauta pró LGBT+ realizados pelo governo de Jair Messias Bolsonaro (PRADO; CORREA, 2018).

Capítulo 3 - O *'road to assemblage'*. Este capítulo é dividido em duas seções:

Seção 3.1 - Escolhas para as reflexões das interações e processos nas *assemblage*. Nesta seção indicamos os processos de escolhas metodológicas pelos quais passamos no percurso de construção desta dissertação. Explicamos nossos processos de realização de entrevistas e de análise.

Para isso dividimos em duas subseções, a primeira explica como desenvolvemos a operacionalização da análise de conteúdo (BARDIN, 2016) proposta por Silva e Fossá (2015) sendo realizada em três fases - divisão temática, codificação e inferências. A segunda se refere ao desenvolvimento da articulação entre a análise de conteúdo de Bardin (2016) em articulação a metodologia das histórias de vida (DELGADO, 2013; NOGUEIRA *et al.*, 2017).

Seção 3.2 - Componentes das *assemblage* em foco: vidas como trajetórias em movimento. Nesta seção unimos a análise de conteúdo do discurso (BARDIN, 2016) em articulação a metodologia da história de vida para construir um cenário de simultaneidade dinâmica (MASSEY, 2008) entre as trajetórias de vida das pessoas que nos narraram suas experiências.

Capítulo 4 - O comportamento das *assemblage* de garantias de direitos de pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa, Paraná. Este capítulo é dividido em três seções:

Seção 4.1 - Fatores de *assembling*: *Pessoalidade e Translocalidade*. Nesta seção discutimos os fatores de união, interações, legitimidade e ratificação (DELANDA, 2016), os motivos extrínsecos que promovem a congregação que viabiliza as *assemblage*, ou seja, personalidade (SILVA, 2002; PRADO, 1995); prefiguração política (BREINES, 1982), e translocalidade (MCFARLANE, 2009; CUMBERS *et.al*, 2008).

Seção 4.2 - Fatores de *Desassembling*: Falta de união e ‘umbiguismo’: Nos fatores de *desassembling* indicamos os motivos pelos quais as pessoas se desunem, a heterogeneidade e a contingência das *assemblage* (DELANDA, 2016). Explicamos a falta de união e o ‘umbiguismo’ enquanto categorias que aumentam os processos de segregação e promovem o colapso destas organizações socioespaciais (TARROW, 2011; FREEMAN, 1978).

Seção 4.3 - Possibilidades de *Reassembling* – múltiplos ativismos enquanto potência. Nesta seção buscamos demonstrar como as trajetórias de vida e os fatores extrínsecos, bem como as relações que ocorrem nas *assemblage* revelam possibilidades de novas uniões, rearranjos (DASKALAKI, 2017), na articulação do desenvolvimento pessoal por meio das trajetórias em transformação, processos de ratificação e os objetivos de curto prazo (FREEMAN, 1978) no que se refere a pauta

de LGBT+ forçando o acontecimento de novas *assemblage* por meio de múltiplos ativismos (TARROW, 2011).

A partir de todas estas considerações e elementos é que desenvolvemos esta dissertação de mestrado. Um trabalho que assim como o fenômeno que tem por tema, é uma *assemblage* em si, no sentido artístico. Não uma colagem, uma imbricação, congregação, simultaneidade teórico-metodológica, de sujeitos, de vidas, pesquisas, ativismos e trajetórias em transformação e movimento na busca de produzir inteligibilidade ao processual do social, à dinâmica de garantia de direito para LGBT+ em Ponta Grossa, Paraná.

CAPÍTULO 1 – AS ASSEMBLAGE DE GARANTIA DE DIREITO ENQUANTO MOBILIZAÇÕES CONTENCIOSAS: FUNDAMENTOS E PROPOSIÇÕES PARA O DEBATE

O objetivo desta dissertação é compreender como acontecem as organizações socioespaciais provisórias – *assemblage* - de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

Para desenvolver as reflexões em torno deste objetivo, acreditamos ser necessárias aproximações com alguns temas, como aquilo que se refere às políticas sociais, as dinâmicas de contestação, Estado e o percurso do movimento, ativismo e aliados LGBT+ em relação a garantia de direito e a organização de pautas e ações de/para esta população.

As aproximações com estes temas em relação a garantia de direito nos indicaram fatores causais, direcionando as reflexões a procurar compreender os motivos do desenvolvimento de ações de contestação específicas do movimento e ativismo LGBT+ ponta-grossense serem articuladas em forma de organizações socioespaciais provisórias -*assemblage*.

Com isso, indicamos a organização local de mobilizações pró LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná, destacando sua articulação translocal, entre locais, relacionado com o que ocorre no Brasil e no Estado do Paraná em relação a garantia de direito e institucionalização de pautas, em dinâmicas de estabelecimentos de lutas e de imposições políticas que reverberam na manutenção e estabelecimento de agendas para LGBT+, que paralelamente são mediadas por governos e movimentos contrários a esta agenda.

Para tanto, este primeiro capítulo é dividido em três seções, sendo elas: a) *Assemblage*, Geografia e dinâmicas contenciosas em Ponta Grossa, Paraná; b) Considerações sobre Estado e Políticas Sociais e c) Movimentos sociais, ativismos e aliados de pessoas LGBT+.

Na seção '*Assemblage*, Geografia e dinâmicas contenciosas em Ponta Grossa, Paraná' elencamos a compreensão a respeito do conceito de *assemblage*, seus pressupostos de análise e a sua relação com a garantia de direito para LGBT+ em Ponta Grossa, Paraná.

Na seção ‘Considerações sobre Estado e Políticas Sociais’ tratamos sobre o que consideramos enquanto Estado, Políticas Sociais e sociedade civil organizada neste reflexão, categorias importantes para os debates deste trabalho como um todo, mas ainda mais expressivas para os diálogos da seção ‘Movimentos sociais, ativismos e aliados de pessoas LGBTQ+’ e para os debates do Capítulo II, dedicado especificamente a compreender a conjuntura de políticas sociais para LGBTQ+ no Brasil, Paraná e Ponta Grossa.

1.1. ASSEMBLAGE, GEOGRAFIA E DINÂMICAS CONTENCIOSAS EM PONTA GROSSA, PARANÁ

Neste trabalho utilizamos o conceito de *assemblage* como o fio que conduziu nossos esforços em compreender a garantia de direitos na cidade de Ponta Grossa, partindo da premissa de que as ações do movimento, ativismo e aliados LGBTQ+ nesta cidade resultam de práticas e processos heterogêneos que reverberam em diversos arranjos de poder, desejo, interações e tensionamentos, que influenciam e são influenciados em e por um contexto de contenciosidade, contestação, e contingência.

O conceito de *assemblage* vem sendo utilizado como fio condutor para fenômenos das áreas da Geografia, Antropologia, História, Artes, Ecologia e da Arquitetura, por exemplo. Para Anderson e McFarlane (2011), este é um conceito utilizado de maneiras muito diversas na Geografia, e que apresenta certa proximidade com conceitos bastante utilizados neste campo do conhecimento, como rede, território, espaço e meio, podendo contribuir fortemente com a observação das dinâmicas socioespaciais (MCFARLANE, 2009; ANDERSON; MCFARLANE, 2011).

Para Leitner, Sheppard e Sziarto (2008), a Geografia é importante, dentre outros motivos, para a compreensão das práticas, trajetórias e imaginários de dinâmicas contenciosas, ou seja, ações contra hegemônicas que contestam estruturas e mecanismos de poder historicamente instituídos. Esta contestação seria realizada a partir de diversos tipos de mobilização e no contexto desta dissertação, nos propomos a compreender as *assemblage* como acontecimentos de mobilização contenciosa.

Leitner, Sheppard e Sziarto (2008) ainda consideram que muitas teorias e reflexões socioespaciais foram desenvolvidas em vias de procurar explicar a complexidade e dinâmicas de contestação. Para os autores, haveria uma tendência em discutir estas espacialidades contenciosas através do conceito de escala e principalmente a partir do *scale-jumping*, ou da escala cartográfica como estratégia para uma compreensão escalar e multiescalar destas dinâmicas (LEITNER; SHEPPARD; SZIARTO, 2008).

Contudo, Leitner, Sheppard e Sziarto (2008) afirmam que as Geografias que se voltam ao contencioso, não deveriam dirigir sua multivalência puramente pela análise conceitual, pois isto cercearia as análises em pontos de vista parciais nas concepções sobre os fenômenos de contestação no campo da Geografia. Portanto, as *assemblage* seriam utilizadas enquanto um amplo descritor que responderia a uma chamada para geógrafos serem mais atentos para os múltiplos imaginários espaciais surgidos na interação entre sujeitos realizada em uma pesquisa.

Entretanto, ressaltamos que as obras de Anderson e McFarlane (2011), McFarlane (2009), Leitner, Sheppard e Sziarto (2008) apresentadas aqui como referencial sobre *assemblage* e conceitos dizem respeito a um debate epistemológico de uma Geografia europeia.

No que se refere ao Brasil, ao pesquisarmos¹⁰ no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, verificamos que só existem oito produções sobre *assemblage* na área da Geografia. Estas foram: 1) 'Análise socioambiental: a evolução das pastagens degradadas no município de Porangatu, no período de 1983 à 2013' (GARÇÃO, 2013); 2) 'Geografias de enunciação: construindo um guia afetivo do lugar a partir do índice de agenciamento da paisagem' (LOUREIRO, 2016); 3) 'Análise da assembléia fitolítica do solo aplicada no Holoceno Médio: caso da estação ecológica da Mata Preta - Abelardo Luz (SC)' (FELIPE, 2015); 4) 'Análise de fitólitos aplicada a reconstrução paleoambiental (vegetação e clima) na superfície incompletamente aplainada VI - Campo Erê (SC) no pleistoceno tardio' (CECCHET, 2015); 5) 'Inventário fitolítico e ensaios sobre a relação solo x vegetação na Ilha da Trindade, Atlântico Sul' (LEAL, 2017); 6) 'Experimentos espaciais da poética de

¹⁰ Busca realizada em 17/01/2019.

Manoel de Barros: Geografias intensivas no chão da poesia' (CARVALHO, 2017); 7) 'A (re) produção do espaço urbano no município de Pacaraima – 1995 – 2013' (RAPOSO, 2015); 8) 'Análise da abordagem do tema água em recursos hídricos no ensino médio das escolas públicas do Curimataú ocidental da Paraíba' (BATISTA, 2013).

O único filtro de refinamento utilizado foi 'área de conhecimento – Geografia', assim a produção apresentada corresponde a toda produção de *assemblage* de tese ou dissertação disponível neste banco relacionada à Geografia.

No Brasil a produção de Teses e Dissertações tem sido sistematizada desde 1987, inicialmente a partir do aplicativo 'Coleta'. Em 1996 esta sistematização passou a ser realizada a partir do aplicativo 'Cadastro de Discentes'. Em 2002 estes trabalhos passaram a compor o 'Banco de Teses e Dissertações' da CAPES, atualmente renomeado para 'Catálogo de Teses e Dissertações', atualmente alimentado pelos programas de pós-graduação a partir do preenchimento de informações à Plataforma Sucupira (COMO FUNCIONA..., 2017).

Ressaltamos então a temporalidade recente desta base de dados somado ao fato de o conceito de *assemblage* ser recente nos debates geográficos conforme explicam Anderson e McFarlane (2011), mesmo que o conceito de *assemblage* em si remonte o início do século 20, conforme exposto por DeLanda (2006).

Ainda adicionamos como fatores que possam indicar esta falta de expressividade numérica o tempo necessário para realização de uma tese ou dissertação, de forma que enquanto produzimos este trabalho sobre *assemblage*, outros podem estar sendo realizados e por isso não contabilizam a base de dados. Ainda há nesta conjuntura a dificuldade no acesso às discussões internacionais, uma vez que as referências utilizadas no overview sobre *assemblage* é majoritariamente composto de obras internacionais, principalmente as inglesas e norte-americanas.

Das oito produções elencadas a partir da Plataforma Sucupira que foram mencionadas, três tratam de *assemblage* fitolíticas relacionadas a solo e vegetação, duas utilizam a palavra *assemblage* como tradução para 'aglutinação' não apresentando a teoria de *assemblage* como mote explicativo do fenômeno estudado. Nos outros trabalhos o conceito de *assemblage* foi utilizado de formas diversas, sendo articulado como conceito analítico para lugares e paisagens, (re) produção do espaço

urbano e espacialidades em poesias (BATISTA, 2013; CARVALHO, 2017; CECCHET, 2015; FELIPE, 2015; GARÇÃO, 2014; LEAL, 2017; LOUREIRO, 2016; RAPOSO, 2015).

Para além das teses e dissertações há, segundo o Observatório da Produção Geográfica Brasileira do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), em um universo de 20.610 artigos de 97 revistas, apenas dois artigos relacionados à *assemblage* e Geografia Humana. Estes são: 1) Cenas Loucas: As *assemblage* da violência de jovens do sexo masculino com envolvimento com as drogas na cidade de Ponta Grossa – PR que analisa a relação entre espacialidade e violência de jovens do sexo masculino, buscando uma relação entre espaço, *assemblage* e platô (GOMES; SILVA, 2014) e 2) Transporte, fluxo de mercadoria e desenvolvimento econômico urbano na Amazônia: o caso de Belém e Manaus, buscando compreender como *assemblage* locais promovem o desenvolvimento de cidades (JACOBS *et al.*, 2013).

Em outra busca no mesmo banco de dados¹¹, voltamos a procurar as publicações sobre nosso objeto de estudo em relação às *assemblage*, ou seja, a garantia de direito. Foram encontrados apenas 6 artigos elencados a partir das palavras-chave atribuídas pelos seus autores: 1) Desafios do Paraná (ALBUQUERQUE, 2011); 2) Território, desigualdade e expansão do capital: a centralidade da indústria do petróleo em Macaé/RJ (CARVALHO; LOUREIRO, 2016); 3) Rede sociotécnica do direito à habitação e a configuração do espaço em Curitiba (KAUCHAKJE; ULTRAMARI, 2007); 4) Conflitos socioambientais no campo em Apodi-RN: contribuições propositivas da cartografia social (ROCHA *et al.*, 2016); 5) Formação de Professores em Geografia: Reflexões e Indagações sobre Educação Integral, Organização Curricular por Áreas do Conhecimento e Diversidade (SIMÕES, 2014); e, 6) A gestão dos recursos naturais na Amazônia: a reserva extrativista mãe grande de Curuçá-PA (SOUZA, 2010).

Retomando as reflexões sobre o conceito de *assemblage*, este pode ser utilizado para além destes exemplos, como alternativa teórica que enfatiza os fenômenos como resultantes de práticas e ações em processo relacionadas a expressões de poder, desejo, interações e tensionamentos. Assim, é um conceito

¹¹ Busca realizada em 25 de Março de 2020.

utilizado quando o que se quer observar é a heterogeneidade praticada, “[...] emergente e processual¹²” (MCFARLANE, 2009, p. 561, tradução nossa).

Para Anderson e McFarlane (2011), as *assemblage* enquanto conceito, possuem um conteúdo programático que as diferem dos demais conceitos. Seria a lente utilizada para observar fenômenos e organizações cuja ênfase está na provisoriade “[...] em termos da composição de diversos elementos em algum tipo de formação socioespacial¹³” (ANDERSON; MCFARLANE, 2011, p. 124, tradução nossa).

O conceito de *assemblage* enquanto fio condutor não destaca apenas a ação que nos estudos sobre redes podem ser compreendidos ao observar o fluxo de interação entre os pontos por eles caracterizada, por exemplo, mas a ação dos agrupamentos e suas trajetórias de transformação em movimentos de união, desunião e possibilidades de reunião (ANDERSON; MCFARLANE, 2011).

Para McFarlane (2009), as dinâmicas relacionadas a organização e práticas de movimentos sociais comumente são explicadas a partir dos conceitos de rede e escala na tentativa de produzir inteligibilidade para fenômenos que na verdade poderiam ser explicados segundo o conceito de *assemblage*.

Então estudos que utilizam uma interação entre rede e escala exigiriam um constante processo de transformação nas imaginações geográficas relacionadas a estes conceitos, buscando uma articulação entre eles na tentativa de demonstrar ‘um jogo escalar’ da inter-relação de diferentes tipos de redes para a realização de uma análise horizontal, que demonstre de fato a conexão entre ambos os conceitos e as diferentes categorias destes que possam estar relacionadas a determinado fenômeno (MCFARLANE, 2009). Não que isto seja impossível de realizar. Porém McFarlane (2009) afirma que esta estratégia de congregação conceitual funciona para capturar uma combinação singular, singularizando e homogeneizando a multiplicidade e heterogeneidade que envolvem as dinâmicas e práticas de movimentos e ativismos sociais.

¹² Traduzido de “[...] *emergent and processual*” (MCFARLANE, 2009, p. 561).

¹³ Adaptado de “[...] *in terms of the composition of diverse elements into some form of sócio-spatial formation*” (ANDERSON; MCFARLANE, 2011, p. 124).

Portanto, o que propomos observar neste trabalho não seriam os fluxos na busca de compreender um processo de integração na luta pela garantia de direitos para LGBT+, ou como isto se dá multiescalarmente, o movimento, a fluidez, o ‘como’ acontecem as ações em organizações espaço temporais provisórias é que aproximou o fenômeno estudado por este trabalho do conceito de *assemblage*.

Conforme DeLanda (2006, 2016) a teoria sobre *assemblage* foi desenvolvida pelo filósofo Gilles Deleuze¹⁴. A teoria de Deleuze denomina as *assemblage* como agenciamentos, ou seja, os encontros ou alinhamentos de um conjunto de elementos heterogêneos e os possíveis resultados deste processo. DeLanda (2016) explica que o autor desenvolve múltiplas definições¹⁵ para os processos de agenciamento em suas obras. Isso ocorreu pelo desagrado com as teorias que explicavam o funcionamento da sociedade a partir de uma metáfora comparativa com o funcionamento dos órgãos do corpo humano¹⁶ (DELANDA, 2006).

DeLanda (2006) explica que desde a idade média foram elaboradas analogias que comparavam o funcionamento do organismo humano com o funcionamento do Estado, da sociedade e da política¹⁷. Esta comparação teria sido paulatinamente ‘aposentada’ a partir do fim do século 19, pois outras teorias passaram a ter mais ênfase nos estudos sociológicos, como a fenomenologia das experiências (DELANDA, 2006).

Contudo, uma nova e mais sofisticada teoria, baseada nesta mesma metáfora de funcionamento do organismo passou a exercer influência – era uma teoria geral que extrapolava a metáfora do funcionamento do organismo, buscando refletir sobre a relação entre partes e totalidades, denominada teoria das totalidades orgânicas, ou teoria organísmica (DELANDA, 2006).

¹⁴ DeLanda (2006) afirma que Gilles Deleuze trata o conceito de *assemblage* em: Gilles Deleuze e Felix Guattari “A Thousand Plateaus. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1987” e aprofunda os debates relacionados a fatores como a subjetividade, materialidade, expressividade e outros assuntos relacionados em: Gilles Deleuze and Claire Parnet, *Dialogues II*. New York: Columbia University Press, 2002; e Gilles Deleuze, “Empiricism and Subjectivity”, New York: Columbia University Press, 1991.

¹⁵ Principalmente em conjunto com outros autores como Félix Guattari, Claire Parnet.

¹⁶ DeLanda (2005) trás como exemplo os seguintes autores que seguiam esta metáfora: Harry Barnes, Howard Becker, Aristóteles, Cícero e Sêneca.

¹⁷ Tais metáforas podem ser entradas em trabalhos como de John of Salisbury, Nicholas of Cues, Hobbes, Rousseau, Hegel, Schelling, Krause, Ahrens, Schmitthenner, e Waitz (DELANDA, 2006).

Na teoria organísmica as partes componentes de um todo seriam constituídas pelas várias relações que teriam com as outras partes deste todo em uma relação de interioridade. Uma vez que uma parte deixasse o todo, ela deixaria de ser o que é. Já um todo no qual os componentes subsistam por si mesmos – ou seja, que suas relações sejam externas umas às outras, não possuiriam uma unidade orgânica, uma totalidade orgânica (DELANDA, 2006).

O todo poderia ser analisado em separado, mas ao mesmo tempo possuiria propriedades irreduzíveis que emergiriam da interação entre as partes. DeLanda (2006) afirma que a partir desta teoria poderiam ser distinguidas as propriedades e as capacidades de determinada entidade para interagir com outras entidades. As propriedades seriam enumeráveis, enquanto as capacidades não poderiam ser listadas ou enumeradas, pois seriam subjetivas nas formas em que determinada entidade afetaria ou poderia ser afetada por outras entidades (DELANDA, 2006).

Neste contexto Gilles Deleuze apresentou uma alternativa teórica para as totalidades orgânicas, chamada de agenciamentos, caracterizados pelo foco nas relações de exterioridade e nas interações entre elementos que são congregados em uma totalidade, porém sem perder sua identidade, em oposição ao que ocorreria na teoria organísmica (DELANDA, 2006).

As *assemblage* de DeLanda (2006, 2016), Anderson e McFarlane (2011) e McFarlane (2009) atualizam os debates sobre o agenciamento de Deleuze, de forma que o termo '*assemblage*' não é utilizado como tradução de 'agenciamento' para o inglês. DeLanda (2016) e McFarlane (2009) explicam que os focos da análise nas *assemblage* não são as oposições, ou as reflexões relacionadas as totalidades, mas as transformações, os processos as potencialidades de 'vir a ser' (DASKALAKI, 2017) onde múltiplos elementos são congregados por meio de interações e mediados pela contingência em movimentos de *assembling*, *desassembling* e possibilidades de *reassembling*.

Nesta dissertação adotamos a perspectiva de *assemblage* de DeLanda (2006, 2016), Anderson e McFarlane (2011) e McFarlane (2009), as compreendendo enquanto organização socioespacial provisória, um processo que tem por pressuposto as interações de seus componentes, congregando elementos humanos e não humanos (como pessoas ou instituições, por exemplo) enquanto possíveis

componentes destas organizações contingentes. Todos estes componentes que teriam uma autonomia proporcionada pela exterioridade, ou seja, em suas relações extrínsecas em relação as *assemblage*, ou seja, o desenvolvimento de trajetórias, profissões, estudos, personalidade etc., em relações e acontecimentos que são externos as *assemblage*. A autonomia proporcionada pela característica extrínseca das relações e acontecimentos é que traz a inovação para a teoria da *assemblage* se comparada a teoria organísmica (DELANDA, 2006).

As relações extrínsecas são característica e pressuposto basilar ao acontecimento das *assemblage* por potencializar a congregação de elementos humanos e não humanos a partir de processos de reconhecimento, legitimação e ratificação que ocorrem para além destas organizações socioespaciais provisórias, no decorrer das trajetórias pessoais, institucionais, profissionais destes elementos e de sua relação com o ativismo e com as pautas pró LGBT+.

Sendo assim, compreendemos como componentes que potencializam o acontecimento de *assemblage* de garantia de direito as pessoas ativistas, militantes ou aliadas LGBT+ e organizações da sociedade civil citadas nas entrevistas realizadas para elaboração deste trabalho, como associações, conselhos de direito, organizações não governamentais, fóruns, coletivos, diretórios e instituições vinculadas a administração pública, universidades, hospitais públicos, etc.

No que se refere as interações, ao observarmos os processos de acontecimentos das *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa, percebemos que nesta cidade estas organizações são formadas pela interação de elementos humanos e não humanos - como pessoas e instituições - que ocorrem em simultâneo, pelo contato de instituições com instituições, pessoas com pessoas e de pessoas com instituições.

Esta dinâmica de interações pode ser elucidada da seguinte forma:

a) Instituições em interação com instituições: existem instituições que interagem entre si – Grupo Renascer, Grupo de Estudos Territoriais (GETE), Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Ponta Grossa, Associação Flor de Lis etc. Todavia são interações limitadas e que não ocorrem em uma rede institucional¹⁸; normalmente

¹⁸ Discussão aprofundada no capítulo 3 desta dissertação.

estas interações se referem ao acesso à algum serviço específico, como a viabilização do acesso a algum direito por meio da Associação Flor de Lis, ou o acesso à serviços de saúde e de assistência social por meio do Grupo Renascer.

Estas interações também ocorrem para a realização de eventos como palestras, fóruns, seminários e demais tipos de eventos em forma de parcerias institucionais, onde cada instituição contribui com recursos materiais (espaço, banners, *coffe-break* etc.) e imateriais (informação, pessoas para palestrar, artes etc.).

b) Pessoas em interações com pessoas: as interações interpessoais ocorrem entre pessoas do ativismo, militância e aliados de LGBTQ+. Estas interações constantemente extrapolam os âmbitos institucionais, sendo estabelecidos também nas casas, baladas, espaços de saúde, espaços escolares etc., em relações extrínsecas às *assemblage*.

Reconhecemos estas interações de pessoalidade enquanto provenientes de trajetórias, de histórias de vida em relação, que formam uma rede de pessoalidade e protagonizam o rompimento da separação concreta do que seria o espaço público e do que seria o espaço privado na definição de estratégias, negociações e publicitação de opiniões e ideias para constituição da agenda pró LGBTQ+.

c) Pessoas em interação com instituições: conforme apuramos com a realização do campo exploratório que constitui este trabalho, em Ponta Grossa não há uma rede institucional de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ que seja operacionalizada por um sistema formal de referência e contra referência entre instituições específicas voltadas a estas pessoas, então normalmente estes serviços funcionam pela referência e procura direta a algumas instituições reconhecidas e legítimas pelo desempenho de suas ações e que são demandadas por pessoas LGBTQ+ e aliados.

Também ocorre de instituições necessitarem de serviços específicos voltados à LGBTQ+, ou à sensibilização de pessoas sobre a pauta LGBTQ+, e por isso, entram em contato com pessoas que sejam compreendidas enquanto legítimas e ratificadas enquanto pertencentes e centrais ao movimento e ativismo LGBTQ+ para o desenvolvimento destas ações.

Portanto as interações que podem ser indicadas enquanto potencializadoras e enquanto componentes do acontecimento das *assemblage* de garantia de direito para

LGBT+ ocorrem pelo exercício das capacidades de cada um dos elementos que a integram, extrínseca e/ou intrinsecamente, ou seja, nestas *assemblage*, os elementos constituintes - que no âmbito deste trabalho são as pessoas e instituições aliadas ou integrantes de movimentos sociais e ativismo LGBT+ - são auto subsistentes e se articulam a partir das interações que ocorrem pelo exercício extrínseco e emergente das capacidades individuais que cada um possui para a garantia de direito de pessoas LGBT+.

Com isso, mesmo que estes elementos não estejam em interação uns com os outros intrinsecamente, em *assemblage*, não perdem sua identidade que é de pessoa/instituição que promove a garantia de direitos de LGBT+ na cidade de Ponta Grossa. Portanto, alguns destes componentes podem compor uma *assemblage* e outras não e ainda assim manter sua identidade (DELANDA, 2006).

Para DeLanda (2006), as *assemblage* sociais contêm mecanismos que para além de interações, envolvem elementos de causalidade, razões e motivos, ou seja, componentes subjetivos e conjunturais que possuem contribuição explicativa no funcionamento das *assemblage*. O autor explica que a causalidade ocorre como uma relação em que um evento (a causa) produz outro evento (o efeito), mas não apenas isso, implicaria em outros efeitos. Como por exemplo, reuniões de pessoas para determinado fim que podem acabar porventura levantando um tema, que pode levar a um novo encontro para um debate específico sobre tal determinado tema, que pode vir a se tornar um evento (DELANDA, 2006).

No âmbito deste trabalho estabelecemos como fator causal a conjuntura do Estado brasileiro e os mecanismos e discursos hegemônicos, chamando atenção para as reflexões de Tarrow (2011) no que diz respeito a ações contra hegemônicas e dinâmicas contenciosas nas quais as *assemblage* seriam o efeito, enquanto mobilizações de contestação.

Delanda (2006) chama atenção para que as relações de causalidade (causa e efeito) podem produzir nenhum efeito, ou efeitos de grande ou de baixa intensidade, não havendo uma predefinição do tipo: grandes causas geram grandes efeitos e vice-versa. O autor chama atenção para o fato de que até existem relações de causalidade linear (característica diretamente linear, onde o grau do efeito se relaciona ao grau da

causa e vice-versa), mas no caso de *assemblage* sociais, a causalidade seria não linear.

O que importa neste debate sobre causalidade não linear, é compreender que as *assemblage* para além de efeito a conjunturas específicas podem ser causa de formações de outras *assemblage*. Isso ocorre quando as *assemblage* fazem parte de outras, por exemplo, um grupo de pessoas que se reúne em torno da organização de um evento, em certo momento pode ser que haja a necessidade da formação de comissões para a realização de assuntos específicos, formando uma nova reunião de pessoas sem que necessariamente a reunião anterior tenha se desfeito. Quando os assuntos de determinada comissão são resolvidos ou finalizados esta se desintegra sem que a *assemblage* organizada para a realização de tal evento se desfaça (DELANDA, 2006).

A adição do elemento causalidade é que destaca as *assemblage* enquanto organizações que podem ser compreendidas como mobilizações de contestação (TARROW, 2011), composições socioespaciais com temporalidade provisória que propõem uma redefinição de conjunturas socioespaciais.

Anderson, McFarlane (2011) e DeLanda (2016) discutem em suas respectivas obras que os fatores extrínsecos, causalidade, e interação entre os componentes possuem bases que permitem analisar o funcionamento das *assemblage* no que se refere a seus processos de união (*assembling*), desunião (*dessembling*) e possibilidades de reunião (*reassembling*). Paralelamente estas categorias nos permitem observar os pressupostos das *assemblage* enquanto fio condutor, ou seja, respectivamente destacam a emergência, a finalidade a se cumprir e os processos de transformação e rearranjos.

E é justamente a partir destes pressupostos e categorias paralelas de reflexão que consideramos que a garantia de direito para pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa é realizada por meio do acontecimento das *assemblage*, uma vez que outros possíveis conceitos explicativos não corresponderam ao funcionamento do fenômeno e não são operacionais para explicar a fluidez e provisoriedade do tipo de mobilização que pode ser observada nesta cidade.

Ao nos depararmos com um tipo de mobilização que possui enquanto característica a provisoriedade e contingência, no que se refere a duração das

interações e ações voltadas a garantia de direitos de LGBTQ+ em Ponta Grossa, tivemos muitas dúvidas e dificuldades quanto a definição de um fio condutor, um conceito guia para produzir inteligibilidade ao que buscamos compreender. A partir do campo exploratório realizado, apuramos por meio de uma tabela comparativa conceitual¹⁹ o conteúdo das falas das pessoas participantes da pesquisa, e sua relação com outros possíveis conceitos que poderiam contribuir para a compreensão da garantia de direito para LGBTQ+ em Ponta Grossa.

As falas que enfatizavam a contingência, a provisoriedade das relações, as mobilizações que acontecem em movimentos de união e desunião, o vir a ser do movimento LGBTQ+ e a emergência de capacidades individuais que em algum momento servem ao fim de alguma ação pró LGBTQ+ se destacaram, e estas características nos demandaram uma abordagem sobre *assemblage*.

Ao contrário do que pode parecer, este não é um trabalho voltado a quantificar ou descrever o acontecimento de cada uma das *assemblage* que ocorreram no recorte temporal definido para esta dissertação. Isso seria impossível de operacionalizar, uma vez que cada reunião, evento, ato e demais mobilizações voltadas a garantia de direito de pessoas LGBTQ+ ocorridas nos últimos 30 anos, em que cada uma das instituições e pessoas integrantes desta pesquisa participou, teria que ser descrita.

Enfatizamos que as *assemblage* não são apenas aqueles tipos de mobilização mais memorável ou, de maior destaque como Paradas Culturais LGBTQ, por exemplo, mas as reuniões de conselhos de direito, eventos acadêmicos que visam discutir e contribuir ao fortalecimento da pauta de LGBTQ+, sensibilizações artísticas, oficinas em diversos locais voltadas a questões de gênero e sexualidades, ou seja, mobilizações com temporalidade provisória, mas que ativamente contribuem e constituem o fazer do movimento e ativismo LGBTQ+ ponta-grossense e promovem a garantia de direito por meio de múltiplas organizações socioespaciais provisórias, as *assemblage*.

Também levamos em conta as reflexões de Anderson e McFarlane (2011) que destacam que a potência do conceito de *assemblage* não está na observação de algum tipo índice ou taxa de ocorrência destas organizações, ou mensurações sobre o acontecimento destas *assemblage* quantificando sua ocorrência e o número de

¹⁹ Consultar anexo.

elementos e interações que as compõem, o número de elementos e recursos envolvidos, entre outras possíveis enumerações.

O que se buscamos compreender sob a luz do conceito de *assemblage* é a forma em que ocorre, os processos, a emergência das relações e trajetórias, os arranjos e rearranjos, bem como os tipos de interações e os elementos humanos e não humanos envolvidos, a heterogeneidade praticada (ANDERSON; MCFARLANE, 2011).

Assim o que procuramos observar foram as conjunturas particulares, específicas de processos de aglomeração, união, dispersão e possibilidades de realinhamento, enfatizando a espacialidade, a temporalidade e a forma em que ocorrem estes processos, como forma de esclarecimento às questões deste trabalho, que envolvem o fenômeno da garantia de direito para LGBT+ em Ponta Grossa.

Para que os processos relacionados as *assemblage* aconteçam é necessário que vários componentes interajam em torno de uma finalidade, que no caso desta reflexão é a garantia de direito de LGBT+. Enquanto uma forma de mobilização contenciosa, as *assemblage* envolvem múltiplos elementos humanos e não humanos em uma congregação de práticas que não ocorrem de uma única forma, de forma homogênea, destacando a heterogeneidade desta dinâmica (TARROW, 2011; MCFARLANE, 2009).

DeLanda (2006, 2016) explica que o estabelecimento de identidade das *assemblage* é baseado na interação de seus componentes heterogêneos. Ao interagir, eles se relacionam, se congregando em uma simultaneidade dinâmica de trajetórias (MASSEY, 2008) estabilizando a heterogeneidade de seus elementos em torno da realização de um determinado fim. Se a heterogeneidade tiver maior importância nas interações do que a finalidade da *assemblage*, então ela se desestabiliza e se desfaz para se reunir de outra forma.

As interações podem ser observadas a partir da função que os componentes da *assemblage* podem desempenhar, tanto intrinsecamente, no processo de acontecimento de uma *assemblage*, quanto extrinsecamente, onde a partir do desempenho de trajetórias pessoais, profissionais e de ativismo, emergem capacidades que podem ser úteis ao fim proposto, de garantia de direito para LGBT+. A manifestação destas funções pode ocorrer de forma material, por meio de acesso a

recursos físicos, pessoas, instituições e de forma imaterial por meio da expressividade, informações, linguagem, arte etc. (DELANDA, 2006).

Portanto, as funções são os papéis que podem ser desempenhados por estes componentes em torno de uma finalidade, extrínseca ou intrinsecamente em relação as *assemblage*, produzindo um processo de coesão, de estabilização da heterogeneidade em torno da finalidade de garantir direito de LGBTQ+, paralelamente indicando um componente identificador das *assemblage* pela sua finalidade, seu objetivo, e assim, nos indicando sua forma, como ocorre.

Nós definimos anteriormente como possíveis interações de componentes no âmbito deste trabalho aquelas que ocorrem entre: instituição-instituição; pessoa-pessoa e pessoa-instituição.

Trazemos como exemplo de interação em relação ao desempenho das funções, um dos eventos que aconteceram na cidade de Ponta Grossa em 2019, o 'XVI Fórum de Direitos Humanos/XVII Seminário da diversidade sexual dos Campos Gerais'.

Durante o processo de organização do evento pessoas e instituições passaram a interagir em torno de um objetivo comum (*assembling*): organizar e executar o evento. Então por mais que cada uma destas pessoas e instituições tenha sua identidade própria, bem como trajetórias individuais extrínsecas em relação a *assemblage*, enquanto estavam na organização do evento eram entendidos enquanto 'equipe organizadora do evento'. Assim a finalidade, a motivação das interações e do desempenho de funções serve como um dos catalizadores da heterogeneidade e fornece a estabilização de identidade das *assemblage* e de seus componentes reunidos.

Já a desestabilização (*dessembling*) da identidade ocorre quando a finalidade a que se servia a *assemblage* já se cumpriu, uma vez que estas são provisórias. Seguindo no exemplo do evento, uma vez que ele foi realizado, acaba a finalidade daquela *assemblage*, se desestabiliza a identidade, e então ocorre a desunião e os componentes que interagiam na organização do evento se tornam potência para nova união (*reassembling*) (DELANDA, 2006).

Para DeLanda (2006) os processos de estabilização e desestabilização de identidade das *assemblage* correspondem a processos de territorialização e

desterritorialização forçando mudanças e transformações em diferentes *assemblage* por processos de coesão-ratificação-legitimidade e heterogeneidade-contingência-exclusão a partir da finalidade.

A coesão, bem como o exercício de funções materiais e imateriais desemboca em processos de territorialização estabilizando a identidade das *assemblage*. A expressão da materialidade é realizada a partir do acesso e ação relacionada a elementos físicos como prédios, salas, máquinas, materiais destes locais, edifícios particulares e demais elementos com limites físicos de autoridade, como muros, fronteiras, limites geográficos de um país ou um estado, por exemplo. Isso ocorre pelo motivo de que quando as *assemblage* acontecem, elas acontecem em determinados espaços. Estes espaços se tornam componente material de identificação quando somada a expressividade e demais elementos materiais (DELANDA, 2006).

A expressividade tem como principal componente a comunicação verbal - palavras, o conteúdo das conversas, músicas, proposições e opiniões, por exemplo; e não verbal - gestos, vestimentas, postura, expressões faciais, ou seja, o que as pessoas expressam (DELANDA, 2006).

Também é desempenho destas funções no âmbito das *assemblage* as demonstrações de solidariedade manifestadas através de promessas, votos, sacrifícios, ajuda mútua e os processos de legitimação e ratificação desempenhados a partir do ato de obedecer a comandos sem coerção física e que indicam aceitação pela autoridade e centralidade de determinadas pessoas e assim legitimando lideranças e ativistas chave (DELANDA, 2006).

Em suma, o processo de territorialização está ligado aos espaços e as funções desempenhadas intrinsecamente pelas pessoas que integram as *assemblage*. Então as territorialidades seriam formadas ao passo que os integrantes de determinado espaço ratificariam uns aos outros a partir de elementos da expressividade, proporcionando condições do estabelecimento de limites materialmente definidos a partir da jurisdição de autoridade legítima relacionada aos limites físicos de construções. Assim os processos de territorialização nas *assemblage* ocorrem com a delimitação de fronteiras definidas segundo a coesão fornecida pela ratificação das funções (DELANDA, 2006).

No processo de acontecimento das *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa, pudemos observar esta dinâmica, a modo de exemplo, em relação ao grande auditório da Universidade Estadual de Ponta Grossa (campus central), espaço amplamente citado nas entrevistas por ser comumente utilizado para eventos com temáticas diversas.

Quando este espaço é utilizado nas *assemblage* que envolvem pessoas LGBT+ possui elementos identificadores específicos, como bandeiras do orgulho (LGBT+, lésbico e trans, normalmente), balões coloridos seguindo as cores das bandeiras, *banners* que normalmente enfatizam os componentes daquela *assemblage*, como as pessoas palestrantes e as instituições que fomentam o acontecimento do evento.

A materialidade do local, bem como seus limites físicos em conjunção com a expressividade, ou seja, a linguagem dos componentes, suas vestimentas, as músicas tocadas, as bandeiras e o reconhecimento de autoridades no âmago do acontecimento da *assemblage* fazem com que aquele espaço, passe a ser percebido como algo além do que um 'Grande Auditório', mas espaço de pertencimento, espaço de militância, espaço apropriado, definido e delimitado não apenas por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995), mas também pela expressão imaterial de funções de seus componentes.

Neste sentido, os processos de territorialização são aqueles que definem ou aguçam os limites espaciais. Por meio destes processos ocorre a coesão nas *assemblage*, pois, o estabelecimento de identidade destas organizações é baseado na interação coesa de seus componentes heterogêneos em torno de uma finalidade.

Temos até aqui que as *assemblage* acontecem a partir das práticas e das interações de componentes humanos e não humanos em uma composição heterogênea, socioespacial e provisoriamente organizada para uma finalidade. A finalidade que a potencializa também serve para identificá-la junto por meio dos processos de territorialização.

Esta organização ressalta a contingência, mas é paradoxal, pois exige um mínimo de coesão em torno do objetivo que a caracteriza. Ao mesmo tempo em que o processo de territorialização aumenta a coesão, pois enfatiza a identidade das *assemblage* pela articulação da materialidade e expressividade, aumenta a

contingência, uma vez que cada componente é considerado uma interação em potencial, e em certo momento desta organização socioespacial provisória, algum destes, pode discordar ou não se sentir representado pela identidade da *assemblage* formada.

Aqueles que não se enquadram ou não se sentem representados pela identidade da *assemblage* ou são segregados ou decidem deixar de fazer parte da *assemblage*, desestabilizando as fronteiras espaciais estabelecidas, e em outra escala de análise, aumentam a heterogeneidade, o que é considerado um fenômeno de desterritorialização, pois se um ou mais dos componentes de uma *assemblage* deixa de fazer parte dela, um novo processo de coesão vai começar, e mesmo que a finalidade se mantenha a mesma, a territorialização pode acontecer com outros elementos e outras formas de expressões materiais e imateriais (DELANDA, 2006).

Retornamos então ao exemplo da equipe organizadora do ‘XVI Fórum de Direitos Humanos/XVII Seminário da diversidade sexual dos Campos Gerais’ que aconteceu em 2019. Durante o processo de organização do evento pessoas e instituições passaram a interagir em torno de sua finalidade, a execução do evento. Por mais que cada uma destas pessoas e instituições tenha sua própria identidade, enquanto estavam na organização do evento eram entendidos enquanto ‘equipe organizadora’.

Os componentes desta *assemblage* denominados de equipe organizadora fazem parte da militância, ativismo LGBTQ+, também se incluem os aliados. A interação destes componentes ocorre como já citado, em dinâmicas instituição-instituição, pessoa-pessoa e pessoa-instituição. Em cada uma destas interações emergiram elementos de materialidade e expressividade que caracterizavam esta *assemblage*, já que cada uma delas colocava a disposição elementos materiais (banners, outorga de algum espaço para o acontecimento do evento, balões, faixas, alimentos, etc.) e elementos de imateriais (opiniões, ideias, performances).

Então essa determinada *assemblage* se formava. Nessa *assemblage* havia aqueles da administração, aqueles da estrutura, aqueles que vão realizar alguma apresentação artística e aqueles que fazem um pouco de tudo – cada elemento devidamente classificado e em interação pelo desempenhar de suas funções

ratificadas pelos componentes. Quando o evento ocorreu, ocorreu em algum espaço completando o processo de territorialização.

Quando o evento acabou, ou quando houve discordâncias no processo, a heterogeneidade somada a contingência na união para um desempenhar das funções garantiu que a coesão interna mantida para determinado fim entrasse em colapso, promovendo a desterritorialização.

Contudo, estes processos formam similaridades entre os componentes, criam afetos e desafetos, servem para a identificação de ações e capacidades que extrapolam o processo de acontecimento destas *assemblage*. Então, alguns destes elementos antes envolvidos na *assemblage* do exemplo que se desfez, podem vir a compor uma nova *assemblage* para outros fins, enquanto possibilidade de *reassembling*. Mas como a *assemblage* mudaria, todos estes processos mudariam junto com ela, e novas classificações seriam realizadas, garantindo a característica de provisoriedade e contingência destas organizações.

Para Delanda (2006), Anderson e McFarlane (2011), estes processos no acontecimento das *assemblage* sempre ocorrem neste *looping* constituído pela montagem (*assembling*), desmontagem (*desassembling*) e remontagem (*reassembling*), através dos quais as organizações socioespaciais provisórias surgem, se territorializam formando conexões através de similaridades constituídas no desempenho das funções; classificam aqueles que não contribuem para coesão interna – fazendo com que haja heterogeneidade, e então se desterritorializam para se reunir enquanto uma nova *assemblage* e começar tudo de novo congregando mais ou menos elementos. Este processo é o que garante que sempre existam *assemblage*, pois é recorrente.

DeLanda (2006) afirma que as *assemblage* contêm mecanismos que, para além de interações, envolvem elementos de causalidade, razões, motivos, ou seja, componentes subjetivos, objetivos e conjunturais que possuem fator explicativo extrínseco ao funcionamento das *assemblage*, mas que potencializam seu acontecimento recorrente, fornecendo uma finalidade.

A causalidade que promove estas mobilizações de contestação se articula a finalidade de garantir e buscar por algo que não se tem – a garantia de direitos para LGBT+. Desta forma, estes processos mobilizadores congregam e proporcionam o

entrelaçamento de histórias e trajetórias em transformação em favor às vidas de LGBT+, em uma simultaneidade dinâmica com um mesmo fim, mas que é heterogênea e contingente.

Estas características das *assemblage* nos direcionam ao que se pensa sobre espaço nas discussões de Massey (2008), no que tange a multiplicidade, e o espaço como produto de inter-relações baseado em noções de entidades/identidades mutáveis, estando ele em constante processo de elaboração (MASSEY, 2008; MCFARLANE, 2009).

Isso pelo motivo de estarmos pensando no espaço enquanto inter-relacional, ou seja, espaço que não seria dado entre dois atores pré-existentes, mas em relações performáticas, constituídas através de interações, em um fazer condicionado a performances relacionais (ROSE, 1999).

Refletir sobre espaço de multiplicidade, como algo constituído pela heterogeneidade de identidades, entidades e performances também é procurar o compreender como resultado de uma articulação entre discursos, fantasias e corporeidades. Quando se pensa o espaço desta maneira, torna o espacial altamente complexo, paradoxal e contingente. Com isso, o espaço seria articulador de uma simultaneidade dinâmica dando forma para as conquistas, as alianças, as invasões, as inscrições, os investimentos, revoltas e recusas entre o discursivo, o fantasiado e o corporificado (ROSE, 1999; MASSEY, 2008).

Nesta perspectiva as *assemblage* podem ser compreendidas como espaços de multiplicidade e convergência, articulando a heterogeneidade e congregando a interação de visões, valores, princípios e posições coletivas que gerariam representações que extrapolariam as convenções de divisões espaciais rígidas, como ocorre com o público e o privado, em processos de prefiguração política, que podem ser manifestadas no acontecimento das *assemblage* (CUMBERS *et al.*, 2008; MASSEY, 2008; ROSE, 1999).

Conforme Breines (1982) a prefiguração é forma de fazer política que se opõe a modelos hierárquicos e centralizadores de poder priorizando a participação e a equidade, uma vez que foi pensado para superar a centralização de poder e discursos autoritários latentes nos movimentos da esquerda dos Estados Unidos anteriores a década de 60, reverberando em processos políticos mais fluídos.

Farber (2014, p. 71, tradução nossa) afirma que:

[...] a política prefigurativa está conectada de maneira integral a noção de comunidade, entendida como uma rede de relações mais diretas, mais totais e mais pessoais que as relações formais, abstratas e instrumentais que caracterizam o Estado e a sociedade contemporânea. Estas novas relações mesclam as esferas pública e privada da vida e se introduz nas contrainstituições não capitalistas e comunitárias forjadas pelo movimento²⁰.

Para Cumbers *et al.* (2008), as políticas prefigurativas em uma congregação de visões coletivas não indicam que esta congregação seja ideal, pelo contrário disso, é uma forma de fazer com que elementos heterogêneos trabalhem juntos reconhecendo que existem diferenças, mas fornecendo plataformas de ações comuns, uma finalidade (CUMBERS *et al.*, 2008).

Então, é graças à política prefigurativa e a fluidez reverberada desta dinâmica, com o rompimento rígido da operacionalização que ocorreria apenas em uma ou outra esfera que refletimos em torno dos espaços inter-relacionais de convergência, os considerando enquanto conquistas relacionais que envolvem práticas relacionais motivadas pela causalidade (CUMBERS *et al.*, 2008).

Com isso, consideramos a prefiguração política e as dinâmicas de flexibilização, no que se refere a novas possibilidades de mobilização estabelecidas por este processo, enquanto potencializadoras do acontecimento de *assemblage*. Isso pela amplificação nas possibilidades de congregar trajetórias individuais em espaços relacionais que extrapolariam as interações exclusivas aos âmbitos institucionais ou pessoais.

Farber (2014) afirma que a política prefigurativa é uma abordagem romântica e irracional que rodeia os problemas da organização democrática e dos processos políticos centralizados ao invés de enfrentá-los.

²⁰ Adaptado de “[...] *la política prefigurativa está conectada de manera integral a la noción de comunidad, entendida como una red de relaciones más directas, más totales y más personales que las relaciones formales, abstractas e instrumentales que caracterizan el Estado y la sociedad contemporáneos. Estas nuevas relaciones mezclan las esferas pública y privada de la vida y se encarnarán en las contrainstituciones no capitalistas y comunitarias forjadas por el movimiento*” (FARBER, 2014, p. 71).

No que diz respeito a crítica de Farber (2014), compreendemos que os Estados possuem instrumentos mais efetivos de delegação de normas e manutenção de discursos e mecanismos hegemônicos, a partir do princípio da legitimidade e coerção. Não obstante, a partir do que percebemos com a realização desta pesquisa, é que na constituição das *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa a prefiguração política não é romantismo exacerbado. É união de esforços real, que articula desde as relações pessoais, estabelecidas nas reuniões feitas em casas, até eventos institucionais com autoridades, rompendo a distinção de espaço público-privado, e contribuindo à organização da luta pró LGBT+.

Também percebemos que a prefiguração política é fomentada pelas redes de personalidade, e de trajetórias que se encontram por meio do espaço inter-relacional, funcionando a partir da multiplicidade de sujeitos, relações, espacialidades e de “[...] trajetórias que se cruzam ou se envolvem entre si em diferentes graus ao longo do tempo, e que extrapolam as *assemblage*²¹” (ANDERSON; MCFARLANE, 2011, p. 125, tradução nossa).

Conforme Matos (2011) as redes de personalidade são um tipo de rede social baseada em conjuntos de relações “[...] resultantes da articulação de grupos de pessoas, ou instituições sociais, segundo motivações específicas mais ou menos duráveis no tempo” (MATOS, 2011, p. 173).

Para Marques (*et al.*, 2011), as redes de personalidade apresentam dimensões que as determinam, como trajetórias individuais (experiência social, ou seja, tempo e frequência dos contatos e eventos na vida do indivíduo), gênero, fase no ciclo da vida. A proeminência de origem destes vínculos (família, escola, trabalho) também é fator determinante.

Estas relações de personalidade conjugam elementos subjetivos e objetivos na articulação entre o público e o privado em uma prefiguração política (BREINES, 1982; DASKALAKI, 2017; SILVA, 2002). Com isso, os objetivos comuns da garantia de direito são amplificados por encontros que extrapolam a institucionalidade e se apoiam nas relações subjetivas, de afeto, confiança, respeito etc.

²¹ Traduzido de “[...] trajectories that cross or engage each other to different extents over the time, and themselves exceed the assemblage” (ANDERSON; MCFARLANE, 2011, p. 125).

Assim, a personalidade é o que proporciona a caracterização das *assemblage* enquanto espaço inter-relacional viabilizado por uma forma prefigurativa de manifestação contenciosa, ao possuir as redes de relações pessoais enquanto uma forma de fortalecer um movimento e disputar por legislações, programas, projetos e políticas, fazendo com que pessoas diferentes em trajetórias de vida, profissionais, institucionais e de ativismo trabalhem juntos reconhecendo que existem diferenças, mas fornecendo plataformas de ações comuns por meio de laços motivados objetiva e subjetivamente nas relações em uma *assemblage* (CUMBERS *et al.*, 2008; SILVA, 2002).

Para além da prefiguração política, as redes de personalidade também funcionam como instrumento de viabilização ao acesso a serviços voltados a pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, uma vez que nesta cidade não existe uma rede institucional e formal de garantia de direitos para estas pessoas. Então as redes de personalidade servem como instrumento de articulação institucional como indicado por Vênus (informação verbal²²):

[...] é uma coisa muito informal, as pessoas vão se informando. É na informalidade, uma pessoa:- óh viu, você conhece o pessoal da Associação Flor de Lis? Você conhece o pessoal do DCE? Tanto que quando acontece as coisas é uma bola de neve, um fica sabendo e conta pro outro e conta pra um terceiro.

Então, as redes de personalidade potencializam e mediam a articulação de parcerias e acesso a instituições, sejam elas governamentais ou não, conforme explica Mercúrio (informação verbal²³):

²² Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

²³ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

Não temos rede de garantia de direito, assim, eu acho que a rede de garantia de direito, quem nos dá é nossa população mesmo [...] os nossos voluntários, os nossos usuários, sabe assim, que nós temos militantes, bastante que abraçam nossa causa.

Com isso o funcionamento institucional é potencializado e mediado pela denominação de pessoas específicas ligadas a instituição que garantem acesso a serviços voltados à LGBT+ como pode nesta fala de Terra (informação verbal²⁴):

[...] é uma relação entre pessoas, nós que conhecemos e não é nada formal, não tem um pacto, na realidade é assim, apareceu uma travesti sem identificação: - chama a Mercúrio que ela conhece. Tem algum problema com a questão que o REVIVER trabalha, chama o REVIVER.

Enfatizamos que as dinâmicas de prefiguração e pessoalidade nem sempre ocorrem pacificamente nas *assemblage* pela conjuntura de heterogeneidade e múltiplas expressões de poder que envolvem estas relações. Isso pelo motivo de que quando se rompem as fronteiras do público-privado, novos elementos, elementos subjetivos, são adicionados ao acontecimento dessas *assemblage*, motivados por desejos individuais, expressados e exteriorizados através da comunicação e performances (MCFARLANE, 2009; DELANDA, 2016).

Nesta dinâmica de relações, múltiplas trajetórias e ativismos são congregados para a finalidade da garantia de direito para LGBT+. Estas trajetórias e ativismos são corporificados e desempenhados pelos seus elementos humanos e não humanos. Este desempenho de funções revela diferenças no acesso a recursos (materiais e imateriais; também revela aquelas pessoas que são consideradas como ‘ativista-chave’, ou seja, uma pessoa mais instruída no movimento LGBT+, que possui um domínio translocal de informações, posicionamentos políticos e conhecimentos (CUMBERS *et al.*, 2008; MCFARLANE, 2009)

²⁴ Informação fornecida por Terra durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 20 de Março de 2018.

Isto demonstra que a influência e desempenho de funções das pessoas nas dinâmicas do movimento e ativismo de LGBT+ e aliados são diferentes, chamando atenção para heterogeneidade para além do que já foi discutido, mas para a maior ou menor capacidade de angariação de recursos materiais e imateriais, o que pode reverberar em local de autoridade na promoção e/ou participação das *assemblage* (MCFARLANE, 2009).

Para McFarlane (2009), estas expressões de poder estão relacionadas à construção de uma vontade comum, como instrumento para induzir ações. Assim, “[...] enfatizam a múltipla e frequente transformação simultânea de poder através do espaço”²⁵ (MCFARLANE, 2009, p. 565, tradução nossa) corroborando aos processos de territorialização.

De acordo com as reflexões de McFarlane (2009) e articulando com as discussões de Massey (2007) não consideramos a possibilidade de trabalhar apenas com uma expressão de poder, uma vez que cada elemento das *assemblage* teria sua ‘geometria do poder’, manifestada pelas formas que cada um dos elementos possui no exercício da legitimidade, barganhas e autoridade em uma pluralidade de poderes.

Massey (2007) ainda indica que ao considerar esta perspectiva, temos que conceber as múltiplas formas de poder enquanto um processo aberto e relacionado a outras formas e expressões de poder, em um movimento de negociação implícito que pode ser compreendido como uma “[...] pluralidade em transformação”²⁶ (ANDERSON; MCFARLANE, 2011, p. 125, tradução nossa).

Para McFarlane (2009) e Cumbers *et al.* (2008), o poder em estudos sobre movimentos sociais, dinâmicas contenciosas e prefiguração política funciona articulado ideias relacionadas à modernidade, como civilização, progresso, racionalidade e também sobre como demandas são apresentadas ao Estado e as agências internacionais por movimentos sociais e as soluções-resposta que surgem frente as tais demandas.

Ong e Colier (2005) chamam atenção para que devemos evitar conceber estas ideias e discursos hegemônicos como algo global, enquanto as *assemblage* seriam

²⁵ Adaptado de “[...] *they emphasise the multiple and often simultaneous transformation of power across space*” (MCFARLANE, 2009, p. 565).

²⁶ Traduzido de “[...] *plurality in transformation*” (ANDERSON; MCFARLANE, 2011, p. 125).

algo que ocorreria no 'local'. O que ocorre, é que questionamentos críticos sobre estes elementos ocorrem em qualquer que seja a espacialidade, borrando a noção e os limites que separariam o local do global.

Isto reflete na tentativa de compreender a articulação do poder dos discursos hegemônicos ocidentais, como o neoliberalismo e mecanismos hegemônicos, por exemplo, e seus reflexos na governabilidade e nas trajetórias dos sujeitos em diferentes locais e em como estes se organizam e se relacionam (ANDERSON; MCFARLANE, 2011; MCFARLANE, 2009).

Considerando não apenas a influência, mas a presença de discursos e mecanismos hegemônicos da sociedade ocidental como a heteronormatividade e suas implicações em escala local, e o contexto global de combate a constituição de agendas LGBT+ e estudos de gênero por meio de narrativas como a da 'ideologia de gênero'; e também o intercâmbio entre locais de recursos materiais e imateriais por elementos componentes das *assemblage* é que consideramos que as *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa são translocais (MCFARLANE, 2009).

A partir do estabelecido, podemos indicar esta dinâmica translocal de trocas que ocorrem nas *assemblage* tomando como exemplo duas das *assemblage* realizadas em Ponta Grossa: a primeira que desembocou no XVI Fórum de Direitos Humanos/XVII Seminário da diversidade sexual dos Campos Gerais de 2019 e a segunda na qual o resultado foi a realização do Fórum das Comissões da Diversidade sexual e de gênero da OAB. Ambas tiveram como componentes respectivamente a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Grupo Dignidade. Ambas as interações ocorreram por meio das falas, sendo na primeira *assemblage* do exemplo a fala de Keyla Simpson –presidenta da ANTRA e na segunda *assemblage* do exemplo a fala de Toni Reis, diretor executivo do Grupo Dignidade.

Estas organizações por sua vez interagem com organizações 'globais'. Conforme a fala de Keyla Simpson no dia 17 de Maio de 2019 no XVI Fórum de Direitos Humanos/XVII Seminário da diversidade sexual dos Campos Gerais) houve parceria da ANTRA com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS).

Conforme o site do Grupo Dignidade²⁷ há parcerias institucionais estabelecidas entre esta instituição e organizações 'globais' como a GALE (*Global Alliance for LGBT Education*); *InterPride movement*; ILGA (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo), UNAIDS e a Rede Gay Latino.

McFarlane (2009) delimita a partir de suas 'orientações analíticas sobre *assemblage* translocais' a especificidade da utilização do conceito de translocalidade em relação as *assemblage*. Nos baseamos nestas orientações para indicar como as *assemblage* podem ocorrer com interações entre elementos que extrapolam a cidade de Ponta Grossa em uma relação 'global-local', ou 'translocal'.

Estas orientações indicam que a translocalidade em relação as *assemblage* serve para: a) fortalecer o potencial das *assemblage* enquanto espaços de troca de ideias, práticas e materiais através locais; b) enfatizar os fatores extrínsecos das *assemblage*, potencializando a conjuntura, os debates sobre discursos e mecanismos hegemônicos como causalidade, mas também enfatiza e ressalta a importância das histórias e trajetórias congregadas em relações nas *assemblage*, e a potência destas em extrapolar as conexões entre grupos e locais nas suas ações; c): "[...] elas não são simplesmente categorias espaciais, extrínsecas, ou formações resultantes, mas significam o fazer, performances e acontecimentos" (MCFARLANE, 2009, p. 562, tradução nossa)²⁸. "[...] em diferentes momentos do tempo, estas relações dentro e entre locais podem requerer diferentes tipos de tarefas e ser mais ou menos vulneráveis a colapsar e reunir em diferentes formas"²⁹ (MCFARLANE, 2009, p. 562, tradução nossa).

Assim, observar o aspecto translocal das *assemblage* poderia amenizar cisões nas análises dos fenômenos, como por exemplo, observar dinâmicas locais descoladas de um panorama global ou pensar no desempenho de ações e constituição de uma agenda de LGBT+ descolada das dinâmicas favoráveis e desfavoráveis a ela que extrapolam a cidade de Ponta Grossa (MCFARLANE, 2009).

²⁷ Vide: <http://www.grupodignidade.org.br/parcerias/>

²⁸ Adaptado de "[...] *they are not simply a spatial category, output, or resultant formation, but signify doing, performance and events*".

²⁹ Traduzido de "*At different moments of time, these relations within and between sites may require different kinds of labour and are more or less vulnerable to collapse, or to reassembling in different forms*".

Portanto, as reflexões em torno das *assemblage* somadas ao aspecto translocal como sugere McFarlane (2009), nos indica seu funcionamento articulado a noções de poder múltiplas pelo acesso de seus elementos a recursos entre locais. Também indica que as *assemblage* podem ser impactadas por acontecimentos translocais pelas influências de perspectivas hegemônicas nas ações dos elementos envolvidos extrínseca ou intrinsecamente com o acontecimento destas mobilizações.

Portanto, o que podemos afirmar até aqui é que as *assemblage* são organizações sócio espaciais provisórias, onde o processo de união, desunião e possibilidades de novas uniões devem ser observados a partir do enfoque de trajetórias, de tempos e espaços em relação, que reverberam em múltiplas formas de poder, ativismo e relações que ocorrem em simultâneo e que estão relacionadas translocalmente a discursos e mecanismos hegemônicos e ao debate sobre Estado e dinâmicas de contestação, que serão trabalhados especificamente nas próximas seções.

1.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS

Dedicamos este trecho do texto para analisar conjuntura brasileira no que se refere a Estado, políticas sociais e como estes se relacionam a garantia de direito para LGBT+, destacando o papel da conjuntura brasileira enquanto fator causal que inflama dinâmicas de contestação e mobilização, como as *assemblage*.

Consideramos complexa a tarefa de apresentar uma concepção de Estado, uma vez que o debate sobre Estado é amplo. Conforme Coelho (2012, p. 11), “[...] é um tema que suscita grandes controvérsias, em torno das quais não se pode, rigorosamente, falar de consenso ou da existência de uma posição dominante”.

Todavia, todos os elementos utilizados para analisar as políticas sociais LGBT+ no Brasil tem interface direta ou indireta com as reflexões sobre Estado, e por isso se faz necessário à realização de um conjunto de esclarecimentos sobre o que se considera por Estado neste debate.

Para Coelho (2012) e Pereira (2009), o Estado é a organização que exerce seu poder de forma legítima a partir da sua capacidade de coerção sobre o conjunto de indivíduos em determinado Território-Nação, sendo delegado pela própria sociedade

e constituído de forma inter-relacional, e em articulação com as trajetórias históricas dos países.

O poder legítimo se articula à hegemonia, elementos constituintes do Estado neste caminho reflexivo. A hegemonia está relacionada, em sentido geral, com uma direção fundamental de poder proeminente, mas que ao considerarmos a inter-relacionalidade, não está livre de contestação. A hegemonia também pode ser compreendida como potência de inspiração e condicionamento por força de prestígio, intimidação ou coerção. Em outras palavras, é forma de poder que exerce influência e/ou domínio, mas que pode ser contestada (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO; 1983; PEREIRA, 2009).

Também temos em Weber (2002) que a definição de Estado gira em torno do processo de dominação política de um território pelo exercício legítimo de força, ainda que este não seja o único meio de afirmação do Estado que pode, legitimamente, estabelecer regras, administrar a justiça, punir infratores e cobrar impostos.

Bobbio (2007) e Coelho (2012) afirmam que a legitimidade confere às instituições autoridade ratificada para tomar decisões por todos os que representam. Não obstante, ao consideramos o Estado enquanto um processo relacional acaba que este não está livre de contestação, devido a sua imbricação com a sociedade civil organizada e o mercado (PEREIRA, 2009).

Conforme Pereira (2009), o Estado deve ser pensado enquanto um processo histórico e relacional. Para a autora, devemos assumir primeiro, que ele diz respeito a trajetória de cada país, e que em determinados contextos ele pode adotar diferentes formas, como é o caso do Brasil, onde houve períodos de totalitarismo durante a ditadura e houve períodos democráticos.

Pereira (2009) ainda destaca que o Estado não é autossuficiente, representando um “[...] incessante jogo de oposições e influências entre sujeitos com interesses e objetivos distintos, comportando antagonismos e reciprocidades [...] e por isso permite que forças desiguais e contraditórias se confrontem” (PEREIRA, 2009, p. 294).

Assim o Estado seria uma arena de interdependências, oposições, reciprocidades e contradições (como o que ocorre em sua relação com o mercado e com a sociedade civil) representando uma relação de dominação operada a partir de

um poder coercitivo legítimo, que por sua vez não é operado verticalmente, pois deve ser contestado pela sociedade (PEREIRA, 2009).

Para Pereira (2009), o maior oposto complementar do Estado é a sociedade civil, pois, para a autora, é:

[...] por meio da relação com a sociedade que o Estado abrange todas as dimensões da vida social, todos os indivíduos e classes, e assume diferentes responsabilidades, inclusive as de atender demandas e reivindicações da sociedade em seu conjunto (não só de uma classe). Por isso, apesar de ele ser dotado de poder coercitivo, também pode realizar ações protetoras, desde que pressionado e controlado pela sociedade (PEREIRA, 2009, p. 294).

Ao considerarmos o Estado enquanto relacional, nos aproximamos da noção Gramsciana de sociedade civil. Na perspectiva do autor, a sociedade civil não é separada do Estado, pelo contrário, seria uma de suas esferas (GRAMSCI, 2001; 1976).

Para Gramsci (2001) a sociedade civil é composta por um conjunto de organismos privados e organizações responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias, compreendendo organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos, como igrejas, sindicatos, meios de comunicação etc. (GRAMSCI, 2001).

Possui como pressuposto básico a democracia e a participação cidadã na vida pública, supondo que como há participação, haverá também maior controle e transparência no processo de criação, execução e avaliação de políticas públicas (AVRITZER, 2002).

A participação cidadã pode ser compreendida como o processo de tomar parte de uma dinâmica política, social e cultural por meio de ações coletivas organizadas. Essas participações possuem várias dimensões, entre as quais se destacam a gestão e controle social nos processos de desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas públicas e a dimensão educativo-pedagógica (AVRITZER, 2002; GOHN, 2010).

A participação cidadã pode ser observada a partir do protagonismo civil expresso nas ações coletivas de inúmeros agentes da sociedade civil tais como: nos

movimentos sociais, ativismos, fóruns, assembleias, conselhos de inúmeros tipos “[...] nas redes e conexões internacionais de entidades civis, nas ONGs e entidades do Terceiro Setor” (GOHN, 2010 p. 11).

Com isso o desempenho das ações do Estado não ocorreria autoritariamente, sem questionamentos, e “[...] por isso que se diz que o Estado é ao mesmo tempo uma relação de dominação, ou a expressão política da dominação do bloco no poder, e um conjunto de instituições mediadoras e reguladoras dessa dominação” (PEREIRA, 2009, p. 298).

Ainda sobre o funcionamento do Estado, compreendemos a partir das reflexões de Coelho (2012) e Montesquieu (2000) que as funções e ações do Estado em alguns países, como é o caso do Brasil, funcionam a partir de três tipos de poder, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, ou seja, o exercício do poder estatal é distribuído em suas funções e não centralizado.

A partir da distribuição dos poderes do Estado, das instituições e do aparato administrativo dos poderes, cada um deles possui suas próprias funções. O legislativo se refere, em suma, na produção, correção e revogação de leis, e as discussões que decorrem deste processo; o Judiciário ao julgamento de adequação ou não de atos particulares conforme as leis; e, pelo Poder Executivo são garantidas a segurança, proteções, fiscalização, punições se ressaltando a capacidade e a atribuição deste na identificação de demandas da sociedade e na transformação destas em políticas públicas (COELHO, 2012).

Conforme afirma Coelho (2012), o poder Executivo é o governo, sendo dos três poderes o mais influente, pois, a partir da coerção, pode fazer com que os outros poderes acatem suas decisões pelo uso de estratégias políticas. O governo então é o responsável de executar “[...] a vontade do Estado” (COELHO, 2012, p. 17), exigindo dos demais poderes a regulação de suas normas e relações, para que o monopólio do poder do Estado não seja tirânico (COELHO, 2012).

Portanto o governo faz parte do Estado, mas não é ele somente o Estado, uma vez que o governo exerce o poder político a partir de pessoas jurídicas e órgãos em uma relação de governantes e governados (PEREIRA, 2009).

Rabat (2002) explica que o Brasil é organizado de forma descentralizada não apenas no que tange os poderes constituintes do Estado. Enquanto república

federativa, a administração pública e política também é descentralizada, sendo organizada a partir da Constituição Federal. A Constituição enquanto instrumento jurídico dispõe sobre a designação e autonomia dos poderes nacionais. Foi construída a partir de um ordenamento descentralizado de poderes e recursos, de forma que, por mais que respondam a um poder central segundo a consideração da Constituição Federal enquanto lei magna, os estados e municípios possuem relativa autonomia para o desenvolvimento de suas constituições estaduais e leis orgânicas, respectivamente.

Em suma, este poder descentralizado “[...] origina-se, por definição, do centro, enquanto os poderes exercidos autonomamente em uma federação, mesmo que enquadrados por um poder soberano, são próprios aos vários centros de poder que a constituem” (RABAT, 2002, p. 04).

Outro processo descentralizador importante a ser considerado diz respeito à execução e controle social das políticas sociais também definidos e caracterizados a partir da Constituição Federal.

Para Boisier (1996), o desenvolvimento de inovações tecnológicas e o aumento da velocidade de fluxos de informação ocorridos a partir da década de 70 contribuíram para a descentralização da gestão dos poderes do Estado e das suas políticas pela viabilização de “[...] ambientes organizacionais mais propícios a sistemas descentralizados de tomadas de decisões” (BOISIER, 1996, p. 118), impelindo práticas de Estado descentralizadas, que servem paralelamente à regulação de uma agenda capitalista e à possibilidade de participação da sociedade civil organizada. Para o autor, esta configuração é uma transferência de poder “[...] em favor da sociedade civil” (BOISIER, 1996, p. 118), mas que parece funcionar dubiamente transferindo também a responsabilidade pelas demandas que deveriam ser mediadas por uma agenda de Estado.

Assim, se supõe que a descentralização político administrativa contribuiria para o fortalecimento do controle social realizado pela sociedade civil nos processos decisórios. Isto fomentaria uma gestão democrática das políticas sociais, através da participação em conselhos e nas conferências, requerendo desta forma, uma sociedade civil ativa e propositiva para levar suas demandas à agenda do Estado. Todavia, este processo acarreta uma complexa conjuntura de divergência. Uma vez

que o Estado é legítimo, a composição de determinado governo pode não corresponder às demandas da sociedade civil, não disponibilizando a capacidade institucional de resposta à estas demandas (BRAVO, 2009; DAGNINO, 2004; MONTESQUIEU, 2000).

Então o processo descentralizado é dicotômico. É legalmente garantido pela Constituição Federal de 1988, pelo princípio da descentralização democrática na gestão do Estado a partir da participação em instâncias de participação popular como conselhos e conferências, mas o Estado enquanto autoridade detentora do poder, e de reconhecer o direito e tomar decisões universais válidas, pode legitimar ou não às pautas e demandas elencadas pela sociedade civil.

De qualquer forma, a acolhida ou não por parte do Estado democrático às demandas da sociedade civil não impede a resistência e a mobilização em favor da emergência de novas demandas, bem como ações de controle social, uma vez que nesta linha reflexiva, o Estado é relacional (PEREIRA, 2009).

Para Dagnino (2004) e Luiz (1999), as discussões sobre controle social e democracia se relacionam à representatividade social e à perspectiva de que a construção de um espaço público democrático e participativo envolve múltiplos interesses, em uma conjuntura de constantes embates, de forma tentar legitimar reivindicações. Dagnino (2004) afirma que não há um consenso sobre o entendimento do conceito de representatividade pelas várias facetas que pode assumir a partir do desempenho de diferentes formas de manifestação.

Sendo assim, teoricamente o processo de formulação de uma agenda específica na instituição de políticas sociais, e no âmbito deste trabalho, uma agenda específica à pessoas LGBT+, seria articulada a partir da mobilização de integrantes da sociedade civil organizada, tendo como objetivo a conquista da participação integral na sociedade por meio do angariamento de espaços a partir de reivindicações e mobilizações para a conquista de direitos humanos e políticas públicas específicas. Teoricamente, pois é um processo dicotômico e que na prática se relaciona com a disposição dos governos em adotar ou não as demandas e pressões realizadas pela sociedade civil organizada, como será aprofundado mais a frente nesta discussão, bem como a relação desta conjuntura com o acontecimento de *assemblage*.

Levando em conta o discutido até aqui no que se refere a constituição da agenda do Estado e desenvolvimento de políticas sociais, Silva e Silva (2010, p. 38) afirma que esta é:

[...] materializada por uma lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção da sociedade e do governo, podendo, por força da pressão social, assumir visibilidade e transformar-se em questão social merecedora de atenção por parte do poder público; também, por conseguinte, transformar-se em política. Trata-se, geralmente de problemas que afetam indivíduos ou grupos, mas, para se transformar numa questão social e integrar a agenda pública, precisam ter reconhecimento da sociedade, apresentar possibilidade de ação e ter legitimidade, sendo sujeitos importantes, nessa dinâmica, os partidos políticos, a mídia e grupos de pressão.

Segundo Hofling (2001) e Silva e Silva (2010), toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção do Estado, refletindo em um projeto de governo. Articula diferentes sujeitos na manifestação de interesses e demandas, segundo um conjunto de ações e programas para setores específicos da sociedade. As políticas sociais se diferenciam em certo aspecto das políticas públicas, pois, possuem papel mediador na relação entre o Estado capitalista neoliberal e sociedade civil.

A agenda neoliberal propõe a gestão de fenômenos socioeconômicos a partir da desregulamentação dos mercados pelo Estado, focando no ajuste das relações de trabalho. Também, defende as privatizações das empresas estatais, a abertura dos mercados nacionais para concorrência internacional, e a modernização da atividade econômica. Com a expansão da agenda neoliberal no Brasil a partir de 1980, houve a intensificação da diferença de renda entre ricos e pobres, e neste contexto, o Estado passou a desempenhar um caráter regulatório, criando agências reguladoras específicas para cada mercado (COELHO, 2012). Nesta conjuntura, as políticas sociais são instrumentos conduzidos e desenvolvidos pelos Estados neoliberais normalmente apresentados como políticas de 'bem-estar' ou 'igualdade social' (HOFLING, 2001; IRINEU, 2009).

Assim, o desenvolvimento de políticas sociais se articularia a ações estratégicas voltadas para a redistribuição de benefícios sociais, em uma via de mão dupla – ao passo que existem para apaziguar as desigualdades produzidas pelo

modelo socioeconômico capitalista, também servem como estratégia de manutenção ao Estado neoliberal (IRINEU, 2009).

A dinâmica de desenvolvimento destas políticas sociais envolve situações problema que surgem da diversidade humana, articuladas com as expressões da questão social que provenientes da situação de exploração do trabalho pelo capital, mas também de um esforço em realizar a manutenção de projetos e discursos hegemônicos (COSTA, 2006; SILVA e SILVA, 2010).

Para Costa (2006), a sociedade globalizada possui uma complexidade de demandas sociais, pois as pessoas não podem ser agrupadas apenas no que se refere a um grupo de renda, mas também pela sua orientação sexual, identidade de gênero, sexo, idade, etnia, entre outras formas de diversidade. Dessa forma, o Estado é cobrado a pensar em políticas sociais que se efetivem e atendam as demandas advindas de diferentes segmentos populacionais.

A articulação entre direitos humanos e políticas sociais ocorre, nesta perspectiva, enquanto uma ampliação na compreensão constitucional da dignidade da pessoa humana, estendendo a atenção do Estado para novas e diversas demandas. Este contexto de diversidade cria condições “[...] para a afirmação de direitos humanos e a formulação de políticas públicas”, compreendendo que estes são frutos das relações da sociedade civil com o Estado (LIMA; SILVEIRA, 2016, p. 148).

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983) explicam que há uma difícil coexistência das formas de Estado no neoliberalismo com os conteúdos do ‘social’ que reverberam em dificuldade de conceber e refletir em torno dessas políticas. É também por isso que as políticas sociais desempenhariam este papel de mediação, conforme apontam Irineu (2009) e Hofling (2001), pois são a forma que o Estado oscilaria entre os direitos burgueses e os direitos sociais (normalmente assegurando participação social e distribuição de renda).

Conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983), haveria uma cisão e imprevisibilidade, onde os direitos fundamentais caracterizariam o Estado de direito em si, por se tratar de direitos que garantem a liberdade e corroboram com o projeto neoliberal, de forma que os direitos sociais apenas seriam implementados em níveis legislativos e administrativos, isso caso legitimados ao passarem a compor a agenda de Estado.

Esse caráter de imprevisibilidade na legitimação e execução de direitos humanos e políticas sociais faz com que o Estado que se indica nesta reflexão seja o de exceção. A exceção de direitos seria manifestada por “[...] situações onde em que a norma jurídica não se aplica [...] situações limite em que o direito e a política passam a interagir com fronteiras menos nítidas” (CÂMARA; MOREIRA, 2017, p. 214). Ressaltamos que o Estado de exceção existe para alguns grupos e não para outros, ou seja, existem grupos privilegiados desta dinâmica de relações que envolve a sociedade civil e o Estado. Nesta relação o grupo LGBT+ é um grupo que sofre as reverberações da insuficiência e não sensibilidade do Estado por não seguirem a normatividade heterossexual da sociedade ocidental (BUTLER, 2003).

Com isso, a exceção é compreendida enquanto reflexo da insuficiência das leis e das constituições, um “[...] um conceito-limite, haja vista expressar o modelo em que parte da ordem jurídica não mais se aplica” (CÂMARA; MOREIRA, 2017, p. 220). O Estado de exceção indica uma relação onde “[...] uma ação humana sem relação com o direito está diante de uma norma sem relação com a vida” (AGAMBEM, 2004, p. 131).

A partir dos debates de Butler (2003) e Neto (2017), compreendemos que no Brasil há uma lacuna no desenvolvimento e execução de políticas sociais específicas à LGBT+ que se articula a discursos de poder, gênero e de dogmas religiosos, formando uma conjuntura de exceção expressa a partir de práticas discriminatórias de promoção a morte velada por parte do aparelho estatal, representando a sua tendência de implementar políticas sociais LGBT+ em um “[...] plano dual de regra e exceção” baseado em macro-narrativas/práticas hegemônicas (NETO, 2017, p. 37).

No Brasil a manutenção destas narrativas hegemônicas se agudiza desde os anos 2000 pelo avanço de movimentos que problematizam estudos e pautas relacionadas à teoria de gênero, associando estes debates à existência de uma suposta ‘ideologia de gênero’ (PARTENOTTE; KUHAR, 2018).

Para Lionço *et al.* (2018, p. 601):

A noção de ‘ideologia de gênero’ tem sido absorvida pelo senso comum e largamente utilizada nas polêmicas morais em torno de pautas políticas relacionadas a gênero e sexualidade. É uma construção retórica utilizada

para atacar os direitos sexuais e a produção sobre gênero e sexualidade no âmbito acadêmico. A presunção de que o mundo assiste à propagação de uma 'ideologia de gênero' foi originalmente acionada por autoridades eclesiais católicas para promover um clima de pânico moral em torno a uma iminente ruína moral da civilização humana, tendo sido, em seguida, apropriada por fundamentalistas religiosos/as neopentecostais. Dessa confluência resultou uma ação coordenada dessas/es atrizes/atores para incidir em debates sobre proposições legislativas e de políticas públicas no campo da educação pública.

Conforme Junqueira (2018), Lionço *et al.* (2018) e Parternotte e Kuhar (2018), os debates sobre a existência de uma 'ideologia de gênero' emergiram na década 90 e início dos anos 2000, a partir de reflexões promovidas pela Igreja Católica sobre as 'transformações' a que se propunha o 'feminismo de gênero'.

Motivados pela ideia de que haveria uma conspiração feminista de intenções ocultas de transformação da sociedade, e pelos documentos da Conferência Internacional sobre População, que ocorreu no Cairo em 1994, os quais contavam com debates sobre gênero, o Vaticano articulou um conjunto de mobilizações entre pessoas ativistas pró vida e pró família a partir do Pontifício Conselho para a Família (JUNQUEIRA, 2018).

A palavra '*gender*' que para estas pessoas remetia a homossexualidade e a aniquilação do sexo biológico deveria ser rechaçada em favor à defesa da família em seus moldes tradicionais, seguindo os padrões heteronormais, então, nos trabalhos preparatórios da Conferência de Pequim que ocorreria no ano seguinte, o Pontifício Conselho para a Família se organizava para que houvesse resistência à uma suposta 'desconstrução da família' (JUNQUEIRA, 2018; PARTENOTTE; KUHAR, 2018).

Em Pequim, no ano de 1995 ocorreu então a Conferência Mundial sobre as Mulheres, e pela primeira vez houve o "[...] reconhecimento do gênero como cultural, de modo que se entendia ser insuficiente falar em igualdade ou de mesmas oportunidades se não se considerassem os mecanismos produtores das desigualdades" (JUNQUEIRA, 2018, p. 469).

Após esta Conferência, o debate teórico sobre a ideologia de gênero se estruturou em torno de reflexões relacionadas à 'terapias de reversão e reparação' da homossexualidade, defesa da moralidade cristã e da família tradicional, combate ao

que se considerava feminismo radical e ao ativismo LGBTQ+ (JUNQUEIRA, 2018; PARTENOTTE; KUHAR, 2018).

O suposto radicalismo a que se relacionaria o feminismo estaria articulado às reflexões e questionamentos sobre a naturalidade da função materna e da submissão feminina. Para estes ativistas católicos, tais debates levados à agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) demarcaria o estabelecimento de uma ‘*gender agenda*’ e de um ‘*gender feminism*’ (JUNQUEIRA, 2018).

A partir disso é que os debates dos ativistas que pregavam a existência de uma agenda de gênero se desenvolveram tendo como premissas: a) que a ‘ideologia de gênero’ estaria ligada a pessoas ateístas e marxistas; b) promoveria uma guerra entre os sexos biológicos para abolir a natureza e a reprodução (JUNQUEIRA, 2018).

Para que isso ocorresse:

[...] seria preciso garantir acesso gratuito à contracepção e ao aborto, estimular a homossexualidade (‘sexo sem bebês’), oferecer uma educação sexual a crianças e jovens que incentive a experimentação sexual, abolir o direito dos pais de educar seus filhos, instituir a paridade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, inserir todas elas no mercado de trabalho (‘retirá-las do lar’) e desacreditar as religiões que se oponham a esse projeto (JUNQUERA, 2018, p. 465).

Já a operacionalização desta ‘ofensiva feminista’ ocorreria com o controle de instâncias de discussão e deliberação política, como a ONU, as universidades e os Estados e com isso promoveria políticas ‘pró-aborto’ e pró LGBTQ+ (JUNQUEIRA, 2018).

Diante da suposta ameaça da agenda de gênero e com o estabelecimento de debates sobre o seu suposto *modus operandi*, foi produzido no ano de 1998, no âmbito da igreja católica, o documento “*La ideologia de género: sus peligros y alcances*” (JUNQUEIRA, 2018, p. 468), este que se tornou referência por ser o primeiro documento eclesiástico que utilizava os termos ‘ideologia de gênero’ e que serviu como estopim para outros documentos como o “*Famiglia, matrimonio e unioni di fatto*” (JUNQUEIRA, 2018, p. 469), dos anos 2000 e o “*Lexicon: termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche*” (JUNQUEIRA, 2018, p. 471), do ano de 2003.

Todos estes voltados à exposição da suposta e temida agenda feminista de gênero que promoveria a morte da família tradicional, heteronormal, e que deveria ser combatida (JUNQUEIRA, 2018; LIONÇO *et.al.*, 2018; PARTENOTTE; KUHAR, 2018).

Com estes documentos, foram definidos os objetivos de combate dos envolvidos no ativismo anti-‘ideologia de gênero’:

[...] combater os direitos sexuais, a cultura da saúde reprodutiva, o sexo seguro, o aborto legal e seguro, a pluralidade dos arranjos familiares, a inseminação artificial, a livre expressão sexual e de gênero. Ficam sob intenso ataque valores e referências consolidadas ou em vias de consolidação em diversas sociedades e que, ao se afirmarem nas conferências da ONU, disseminam-se pelo mundo, segundo os/as lexicógrafos/as, na forma de uma ideologia antifamília (JUNQUEIRA, 2018, p. 476).

Os objetivos destes documentos com o desenvolver deste percurso, passaram a extrapolar o objetivo primeiro de combate à ‘agenda anti-gênero’, e com isso, o que se buscava era uma redefinição do feminismo. Conforme Junqueira (2018) este novo feminismo “[...] não destruiria, mas contemplaria a ‘especificidade do gênio feminino’. Assim, apenas em tal caso se admitiria falar em *gênero*: um gênero natural, em nada semelhante ao das manipulações linguísticas da ‘teoria/ideologia do *gender*” (JUNQUEIRA, 2018).

Com isso, houve o estabelecimento de um discurso que poderia ser adotado e replicado, se colocando enquanto oposição a ‘agenda de gênero’ e as demais supostas transformações objetivadas pelo ‘feminismo de gênero’ a partir de um posicionamento sobre o que seria ou não uma devida ordem sexual (JUNQUEIRA, 2018; LIONÇO *et al.*, 2018; PARTENOTTE; KUHAR, 2018).

Neste contexto, o ativismo religioso (católico e posteriormente neopentecostal) se articula a grupos conservadores e forças políticas para uma “[...] mobilização política e intervenção na arena pública” (JUNQUEIRA, 2018, p. 451) alimentando o pânico nas pessoas contra a ‘agenda da morte’ promovida pelas pessoas que disseminariam a ‘ideologia de gênero’, o que acabou reverberando em uma investida

em favor a família tradicional heteronormal (JUNQUEIRA, 2018; LIONÇO *et.al.*, 2018; PARTENOTTE; KUHAR, 2018).

Para Junqueira (2018), este movimento que se organizou na década de 1990, ganhou força política e de manifestações, na primeira década dos anos 2000, principalmente no campo dos direitos humanos e na produção de reflexões e ataques baseados em trechos bíblicos e na apresentação descontextualizada e fragmentada de obras do campo dos estudos de gênero.

O debate concretizado a partir do *Lexicon* em 2003, “[...] demorou dez anos para viajar de Roma para a maioria dos países europeus, onde os protestos começaram frequentemente em 2012-2013 (embora alguns tenham experimentado mobilizações anteriores)” (PARTENOTTE; KUHAR, 2018, p. 507).

Articulado à emergência do populismo de direita na Europa, a ‘ideologia de gênero’ se relaciona também com o que Partenotte e Kuhar (2018) chamam de ‘homofobia política’. Conforme as autoras, a ideologia de gênero seria o fio condutor que uniria conservadores religiosos e políticos a partir de um discurso de insatisfação com posturas que supostamente privilegiariam minorias sociais ao invés de se importar com os problemas reais da maioria, e com a propagação de uma cultura do ‘politicamente correto’ que cercearia as liberdades naturais da maioria (PARTENOTTE; KUHAR, 2018).

Conforme Pelinka (2013), a associação com o populismo, principalmente o de direita, se evidencia pela propagação do senso comum e da ignorância sobre determinados assuntos. Com isso, se criam bodes expiatórios que subverteriam as compreensões da realidade:

[...] o senso comum é a resposta ao medo inicialmente instilado por meio da criação de um bode expiatório. A criação de bodes expiatórios, permite que um grupo social transite do status de vítima (por exemplo, o não reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo) para o status de agressor/a (o casamento entre pessoas do mesmo sexo destruirá a família). Isso permite aos/às populistas direcionarem os medos e alimentarem choques entre ‘o povo’, o/a inimigo/a e a elite e se apresentarem como como as verdadeiras vítimas (PARTENOTTE; KUHAR, 2018, p. 515).

Conforme exposto até aqui a manutenção de narrativas hegemônicas se agudizam desde os 2000 pelo avanço deste movimento combativo e revisionista que acredita existir, e por isso dissemina, a existência de uma suposta 'ideologia de gênero'.

Na contra partida, o movimento, ativismo e aliados LGBTQ+ desenvolveram ações de mobilização contenciosa para se inserir e se manter em uma arena de litígio e contestação, mesmo que sobre duros ataques de religiosos fundamentalistas, criando um paralelo entre o desenvolvimento de novas estratégias de mobilização e do estabelecimento de uma agenda de Estado voltada a LGBTQ+ conquistada a partir de pressões e disputas em relação a este movimento contrário à 'agenda feminista de gênero'.

Então, a partir do debatido até aqui, mesmo que com as devidas ressalvas relacionadas à dicotomia entre a emergência de pautas da sociedade civil e a autonomia dos governos em acolher ou não estas demandas, é possível assumir que se existem políticas e legislações voltadas a pessoas LGBTQ+, é por ações e mobilizações da sociedade civil organizada, como os movimentos sociais, ativismos e aliados LGBTQ+, elementos que serão trabalhados na próxima seção.

1.3. MOVIMENTOS SOCIAIS, ATIVISMOS E ALIADOS DE PESSOAS LGBTQ+

Neste trabalho não utilizamos o conceito de movimento social de forma isolada. Esta decisão se refere à realização das entrevistas³⁰ para a constituição das reflexões nesta dissertação, isso porque ao analisar o conteúdo das falas percebemos que seis das oito pessoas entrevistadas se consideram ativistas, havendo aquelas que se identificam enquanto participantes do movimento social LGBTQ+, e aquelas que não se identificam enquanto militantes ou pertencentes a um movimento social, mas se identificam enquanto ativistas pelo desempenho de ações coordenadas à garantia de direito de LGBTQ+.

³⁰ Entrevistas realizadas em Ponta Grossa entre Março de 2018 e Junho de 2019.

Para Gohn (2011, p. 335), os movimentos sociais são “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Para a autora, eles também:

[...] representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recree-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam (GONH, 2011, p. 336).

Souza (2009) chama a atenção para o fato de que a expressão ‘movimento social’ não remete a qualquer tipo de ação social coletiva. Para ser chamado de ‘movimento’, as ações sociais coletivas organizadas devem possuir uma temporalidade duradoura e ambições relacionadas a questionar mecanismos e discursos hegemônicos no seu desenvolvimento.

Isso pelo motivo de que nem toda ação coletiva é voltada a este fim. Haveria, por exemplo, ações coletivas com fins clientelistas, como ações de distribuição de cestas básicas antes da realização de alguma atividade em uma instituição sem vinculação a uma política pública, para que o vínculo seja estabelecido ou formado pela possibilidade de acesso ao alimento e não com fins de emancipação (SOUZA, 2009).

Há ainda a diferenciação entre movimento social e ativismo. Para Souza (2009), o conceito de ativismo social é o ‘meio-termo’ entre ação coletiva (ações coordenadas para alguma finalidade política ou não, pública ou não), e movimento (ações coletivas organizadas de caráter público relativamente duradouras particularmente ambiciosas).

Desta forma, “[...] assim como todo ativismo é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um ativismo, todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento social” (SOUZA, 2009, p. 10). Um complexo jogo de palavras que, em suma, indica que nem toda ação coletiva é ativismo, pois como já

mencionado, há aquelas ações que não estão vinculadas a inovações políticas socioculturais no que tange a contestação de discursos e mecanismos hegemônicos (GOHN, 2011; SOUZA, 2009; TARROW, 2011).

Com isso temos que os ativismos que compõem acontecimento das *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa funcionam de forma fluída pela ação cotidiana de pessoas e instituições em uma perspectiva pró LGBTQ+, colaborando para “[...] transformações notáveis: nos modos de ser e de ver o mundo, nos vínculos com o espaço, nas formas de sociabilidade” (SOUZA, 2009, p. 11).

Portanto as práticas sociais individuais congregadas em torno do objetivo de transformar a realidade de pessoas LGBTQ+ para melhor, constituem o ativismo social LGBTQ+ em Ponta Grossa. Este ativismo é composto por pessoas e instituições enquanto potência de articulações em mobilizações. Esta articulação é heterogênea e funciona em uma congregação de esforços motivada e movida pela finalidade da garantia de direito gerando dinâmicas de contestação, propondo inovações sociais (GOHN, 2011; SOUZA, 2009; TARROW, 2011).

A partir das entrevistas realizadas identificamos no âmbito deste trabalho instituições como associações, conselhos, organizações não governamentais, fóruns, coletivos, diretórios e instituições vinculadas à administração pública, como escolas, universidades, hospitais públicos etc. Já as pessoas que se relacionam a este fenômeno podem ser as pessoas LGBTQ+ e/ou seus aliados *heteroqueers*.

Compreendemos enquanto aliados *heteroqueers* do ativismo LGBTQ+, aquelas pessoas com “[...] diferentes orientações sexuais, filiações políticas ou posições religiosas que juntam-se no combate à homofobia e heteronormatividade” (SANTOS, 2005, p. 07), apoiando publicamente a conquista de direitos LGBTQ+ e participando afirmativamente na composição destas demandas na agenda de Estado e em instâncias de representação (como conselhos e conferências).

Então, são *heteroqueers*, aquelas pessoas heterossexuais que desempenham ações pró LGBTQ+ questionando e agindo contra o mecanismo de gênero (BUTLER, 2003). Conforme Santos (2005), geralmente as pessoas *heteroqueer* aliadas são intelectuais, participantes de grupos de pesquisa, familiares de LGBTQ+ e ativistas de direitos humanos (SANTOS, 2005).

Para Souza (2009), fazer estas distinções importa para orientar que existem diferenças políticas e uma heterogeneidade de práticas e de participantes, não em um sentido de 'hierarquia' de ações e pessoas, mas para evidenciar os elementos envolvidos como potência para criação e recriação de lutas, mobilizações, organizações e transformações em longo prazo.

No que se trata especificamente do movimento LGBTQ+, este começou a se organizar no Brasil no fim da ditadura militar, em paralelo a emergência de movimentos sociais LGBTQ+ em demais locais da América Latina. Inspirado nos movimentos LGBTQ+ originados nos Estados Unidos principalmente, adotou como referência muitas das pautas derivadas da Revolta de *Stonewall* (FERRARI, 2004).

A Revolta de *Stonewall* ocorreu em 28 de Junho de 1969 em Greenwich Village - Nova York. Romão e Cavalcante (2017, p. 4) explicam que:

Assim como outros bares de Nova Iorque, o *Stonewall* era voltado ao público LGBTQ, isso implicava tanto em negações de alvará para funcionamento e consumação de bebidas alcoólicas, quanto em diversas outras dificuldades para aquele grupo de minoria. As repressões policiais eram tamanhas, e por ser um local bem movimentado, *Stonewall* acabou se tornando um alvo fácil. Já era rotina, as constantes aparições da polícia, acompanhada de humilhações, espancamentos e prisões dos que não se adequavam ao gênero de origem, no caso, masculino ou feminino. Consequentemente, eram detidos *dragqueens*, travestis, transexuais e os que não tivesse pelo menos três peças de roupa do seu gênero de nascimento.

No dia em questão e nos próximos quatro posteriores a ele, tamanhos atos de discriminação, exposição e violência receberam resistência em forma de confronto físico e palavras de ordem remetendo ao empoderamento gay. Os atos de violência policial contra as pessoas que resistiram a ela em *Stonewall* incentivaram para que muitas outras pessoas até então inertes ao que estava acontecendo se manifestassem e engrossassem o movimento contra as ações e abusos policiais (ROMÃO; CAVALCANTE, 2017).

Então, neste contexto dos Estados Unidos, o movimento LGBTQ+, ainda que não fosse entendido desta forma ou com esta denominação, pois operava por ações de grupos segmentados mediante alianças organizadas a partir da orientação sexual, se

mobilizava em torno da promoção de reflexões sobre isolamento social, discriminação e homofobia (GREEN, 2003).

A trajetória do movimento LGBT+ nos Estados Unidos influenciou a trajetória dos movimentos LGBT+ da América Latina, uma vez que as reivindicações se relacionavam a pautas semelhantes, ou seja, busca por inclusão na sociedade, combate à discriminação e visibilidade (MEDEIROS; SILVA; AGUARI, 2019; MOTT, 1994; GREEN, 2003).

Segundo Mott (1994) e Green (2003), meses após os acontecimentos de *Stonewall*, o primeiro movimento LGBT+ latino americano começou a se organizar em Buenos Aires, na Argentina. Formado por sindicalistas, '*El Grupo Nuestro Mundo*' foi criado e contava com ações voltadas a visibilidade da realidade gay a partir de boletins informativos. Green (2003) chama atenção para que, ainda que haja uma equivalência no ano de fundação do Grupo *Nuestro Mundo* em 1969 com a Revolta de *Stonewall*, não há documentada uma relação ou articulação entre o movimento norte americano e o latino americano, senão a influência no que tange as pautas.

Conforme Green (2003), Medeiros, Silva e Aguari (2019) há muito pouca documentação sobre a fundação do movimento LGBT+ na América Latina, pelo fato da revolta de *Stonewall* ser considerado o marco que descentralizaria as ações políticas para os demais países, de forma que acabou em paralelo centralizando os Estados Unidos enquanto responsável pela evolução dos demais movimentos.

Ao observar a organização dos grupos pró LGBT+ na América Latina, percebemos que suas fundações remetem a década de 1970 e início de 1980, articulados a movimentos de contracultura e de mobilizações estudantis que visavam promover a liberdade e a manifestação individual de expressões e comportamentos, luta esta que acabou se articulando ao movimento feminista (MOTT, 1994; GREEN, 2003). Nesta conjuntura, o movimento LGBT+ se aperfeiçoava adotando as formas de ação destes grupos e a partir de uma coalizão de forças organizada na Argentina em 1971 a denominado '*Frente de Liberación Homosexual*' (GREEN, 2003).

Green (2003) afirma que a abertura democrática ocorrida na década de 1980 em muitos países da América Latina (como também é o caso do Brasil), promoveu

uma reorganização de lutas e ativismos. Com a epidemia da AIDS³¹ emergindo, emergiram com ela grupos pró LGBT+ dedicados à assistência a pessoas portadoras da doença, mas que também apoiavam as pautas voltadas ao combate à discriminação e ao acesso à educação por parte de LGBT+.

No início da década de 1980 os movimentos pró LGBT+ do Peru, da Venezuela e da Colômbia se inserem no contexto de lutas com o *Movimiento Homosexual de Lima* (MHOL), *Grupo Entendido* e com o *Colectivo del Orgullo Gay*, respectivamente (MOTT, 1994).

Neste período a militância latino-americana se articulava a partir de alianças organizadas para fins de conquistas relacionadas a legislações e políticas governamentais. Encontros de movimentos pró LGBT+ da América Latina começam a ocorrer, principalmente vinculados a organizações da esquerda política (GREEN, 2003).

O movimento LGBT+ brasileiro, assim como os demais movimentos da América Latina, tem no início de sua organização pautas inspiradas no movimento dos Estados Unidos. Todavia, o desenvolvimento deste processo que ocorre em países latinos e no Brasil se difere pela ditadura militar (GREEN, 2003).

Conforme Green (2003, p. 30):

Enquanto movimentos incipientes esforçavam-se para sobreviver em Buenos Aires [...] os gays e lésbicas brasileiros estavam vivendo sob os mais repressivos anos da ditadura militar. Em dezembro de 1968, os militares fecharam o Congresso, suspenderam as garantias constitucionais, instituíram a censura sobre a imprensa e executaram a prisão e tortura de quem se opusesse ao regime militar. Embora os homens e mulheres homossexuais não fossem alvos diretos da ditadura, o crescente número de policiais militares nas ruas, o uso arbitrário da lei e a generalizada vigilância nas expressões artísticas e literárias criaram um clima que desencorajava a possibilidade de emergência de um movimento por direitos dos gays e lésbicas no início dos anos de 1970. Em meados da década, no entanto, a combinação de dificuldades econômicas e uma oposição ao governo forjada por estudantes e um ressurgente movimento dos trabalhadores mudou o balanço de poder no país. Frente à possibilidade de uma explosão social, os

³¹ A modo simplificado de explicação, o Ministério da Saúde brasileiro e a UNAIDS informam que a AIDS é uma doença infecciosa que ataca o sistema imunológico, tornando o corpo incapaz de se defender de doenças, caso não diagnosticada e tratada. Já o HIV é uma Infecção Sexualmente Transmissível, um vírus que causa a AIDS. Disponível em: < <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/aids-hiv#hiv>> e < <https://unaid.org.br/terminologia/>>. Acesso em 13/01/2020.

generais militares orquestraram uma liberalização política controlada, mas que se dimensionava com as sucessivas ondas de greves em São Paulo. Neste efervescente período de abertura política gradual, entre 1977 e 1981, novos movimentos sociais emergiram, notadamente o Movimento Negro Unificado, que questionava a imagem tradicional do Brasil como uma democracia racial; o movimento feminista, que confrontava o sexismo da esquerda ortodoxa e da sociedade brasileira em geral e os movimentos por direitos dos gays e lésbicas.

Então no fim da década de 70 no Brasil, emergiram ações pró LGBTQ+ de um ativismo que ainda não tinha 'sigla' estabelecida, ainda não tinha um nome, por assim dizer. As pautas no Brasil eram semelhantes às praticadas nos Estados Unidos, uma vez que muitas das lideranças aqui instituídas participaram do ativismo em outros países (FERRARI, 2004; GREEN, 2018).

Em 1978 foi fundado o Jornal Lampião da Esquina e o Núcleo de Ação pelos direitos dos Homossexuais, que no fim de 1979 é renomeado e passa a se chamar 'Somos: Grupo de Afirmação Homossexual'. Nesta época as pautas e discussões giravam entorno da realização de protestos contra reportagens com representações negativas sobre gays, travestis e lésbicas com ações afirmativas para um movimento de saída destas pessoas dos guetos (GREEN, 2018).

Conforme Green (2018), as lutas por direitos para LGBTQ+ foram inicialmente coordenadas pelo Núcleo de Ação pelos direitos dos Homossexuais. Porém o autor destaca que a constituição deste grupo era na sua maioria masculina com a participação de algumas mulheres, uma vez que a pauta era voltada majoritariamente as demandas de homens gays.

Fernandes (2018) afirma que certa vez, dentro de uma das reuniões do Grupo Somos, a proporção era de oitenta homens gays para dez mulheres lésbicas. Sabendo de suas especificidades enquanto mulheres e percebendo a ausência de uma pauta que incluísse também as pautas lésbicas, foi criado um subgrupo dentro do Somos denominado 'Grupo de Ação Lésbico-Feminista' (LF) independente em posicionamentos políticos.

Conforme discutido por Keyla Simpson em sua palestra ministrada no dia 17 de Maio de 2019 no evento 'XVI Fórum de Direitos Humanos/XVII Seminário da diversidade sexual dos Campos Gerais':

[...] quando a gente começou a falar em sigla...depois que começou a abrir então, a partir do início dos anos 80, quando se constitui o Movimento Gay [...] a população de lésbicas também começa a reivindicar. Então tinha gay, tinha lésbica e tinha aqueles que não eram nem gays, nem lésbicas, que não se identificavam nem com um e nem com outro, e aí nós colocamos o S nesse meio. Então era GLS, né? Eram gays, lésbicas e simpatizantes. Esses simpatizantes entravam de qualquer forma em algumas intervenções, provavelmente seriam gays ou lésbicas, mas não se identificavam. [...]Não tinha ainda essa conotação de trazer essas outras letras pra sigla LGBTI+ que a gente fala hoje. Falava-se muito em gay nesse movimento que era inicial que foi construído por intelectuais, pessoas de sindicato. Logo depois de *Stonewall*, provavelmente já tinha um movimento, mais constituído, ele começa exatamente nesse período, final da década de 70 (informação oral)³².

No fim da década de 1970 e início da década de 1980 o Brasil enfrentava um complexo contexto de abertura democrática que contava com mobilizações, principalmente de estudantes e sindicalistas, e reivindicações de movimentos populares. Nesta conjuntura, os ativistas LGBT+, mesmo que com agendas e grupos de decisão separados no que tange a pautas, se organizaram em alianças com os grupos mobilizados da esquerda e buscaram reivindicar por pontos comuns - visibilidade, direitos e cidadania para LGBT+ (FERRARI, 2004; GREEN, 2018).

Este não foi um processo pacífico e homogêneo. Conforme Green (2018), durante a organização destas alianças houve discordâncias entre os participantes do Grupo Somos, pois “[...] alguns tiveram experiências negativas com a homofobia de setores da esquerda e na universidade de modo que se opuseram à ideia de procurar ligações, diálogos ou colaborações com o movimento estudantil e com as esquerdas” (GREEN, 2018, p. 26). Então, uma parte do ativismo LGBT+ ligado a este grupo se uniu aos movimentos de esquerda, outra parte abandonou o Grupo Somos.

Conforme Simpson (informação oral)³³, o movimento LGBT+ se organizou mais enfaticamente a partir da epidemia de AIDS, por meio da constituição de grupos

³² SIMPSON, Keila. Palestra Magna ministrada no dia 17 de Maio de 2019 no evento ‘XVI Fórum de Direitos Humanos/XVII Seminário da diversidade sexual dos Campos Gerais. [Entrevista cedida a] Adelaine Ellis Carbonar dos Santos e Bruna Lara Lorian Chagas. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019.

³³ SIMPSON, Keila. Palestra Magna ministrada no dia 17 de Maio de 2019 no evento ‘XVI Fórum de Direitos Humanos/XVII Seminário da diversidade sexual dos Campos Gerais. [Entrevista cedida a] Adelaine Ellis Carbonar dos Santos e Bruna Lara Lorian Chagas. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019.

voltados ao atendimento e minimização da violência cometida contra homens gays que sofriam estigma pela generalização da doença enquanto uma 'peste gay'.

Segundo Ferrari (2004, p. 106):

Nascida em meio a um contexto político específico, essa luta foi capaz de se renovar incorporando novas reivindicações e buscando novos mecanismos de luta. Nessa renovação, foi inserida a preocupação com a educação mais formal, sobretudo após a epidemia da AIDS, que em seu início atingiu, sobremaneira, a comunidade homossexual masculina, sendo apelidada até mesmo de 'câncer gay'.

Mercúrio, Saturno e Júpiter (informação verbal)³⁴ narram que em Ponta Grossa, o ativismo LGBTQ+ também se organizou a partir do fim da década de 1980 e início da década de 1990 quando a epidemia de HIV/AIDS atingiu as pessoas da cidade. Mercúrio (informação verbal)³⁵ conta que neste período “[...] nós éramos mais de 70, quase 80 travestis na cidade onde que passou um tsunami aqui, que é a época até da ‘peste gay’ [...] por ano nós perdíamos 5, 6 travestis ou assassinadas, ou pelo HIV aqui na cidade”. Nesta época, no auge da epidemia de HIV/AIDS na cidade de Ponta Grossa é que as pessoas envolvidas em um ativismo LGBTQ+ começaram a se organizar e pensar em visibilidade e melhores condições de vida para estas pessoas.

Conforme afirma Júpiter (informação verbal)³⁶, a organização do ativismo na cidade seguiu uma trajetória de embates semelhante às que ocorreram em âmbito nacional no que tange a heterogeneidade de agendas, devido à especificidade das pessoas envolvidas.

³⁴ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018. Informação fornecida por Júpiter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 11 de Novembro de 2018. Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

³⁵ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

³⁶ Informação fornecida por Júpiter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

[...] na epidemia do HIV todos os LGBT se uniram, gays, lésbicas, travestis, não tinha classificação. Se uniram todos, os garotos de programa, as garotas de programa, né, todos se juntaram, só que os gays ganharam mais visibilidade mesmo sendo por um motivo de doença que manchava a imagem dos gays [...] as mulheres lésbicas ninguém considerava que ia contrair HIV porque só tinha relação com mulheres e de mulher pra mulher não tinha transmissão, supostamente, então a lésbica ela foi invisibilizada, ela não tinha voz para suas especificidades, ela lutou e não conseguiu a mesma visibilidade que os gays. Então as mulheres lésbicas tiveram a necessidade de ganhar maior visibilidade e erguer sua bandeira de mulher lésbica pra poder brigar pelas suas especificidades de mulher lésbica (informação verbal)³⁷.

As ações desempenhadas a partir do panorama reverberado pela epidemia de HIV/AIDS articulado a um ativismo heterogêneo promoveu diferentes frentes de ação para o enfrentamento e tentativa da transformação de vida destas pessoas. Saturno (informação verbal)³⁸, por exemplo, explica que iniciou seu ativismo a partir de discussões promovidas pelo Grupo Dignidade sobre HIV/AIDS em Ponta Grossa. Isso acontecia da seguinte forma:

O grupo dignidade do Toni Reis vinha pra Ponta Grossa pra conversar pra fazer palestras com um grupo de 3 ou 4 pessoas, no caso era Hamílto, Altair, Ulysses, eu e mais uma menina que já é falecida, então era um grupo de cinco. [...] Eu fui pela curiosidade de aprender o que era a tal da HIV que todo mundo falava. Na família que eu morava que me criaram, era um deus me livre né, o preconceito era enorme, então ali a gente vai descobrindo. Toni Reis chegou pra nós na mesa ele vinha divulgar a parada de Curitiba. Ele chegou pra nós e: 'oi meninas, nós temos a parada e então nós precisamos de todo o movimento LGBT pra dar força pra nossa causa'. E ali que eu comecei a saber o que era a militância LGBT. Isso em 94. Dali em diante que eu tive conhecimento de pessoas que faziam sociedade pra defender a causa que você podia chegar no conselho e exigir seus direitos. Que LGBT também tinha direitos como qualquer outra pessoa e o direito também de não ser discriminado, mas que pra isso tinha que pegar a bandeira e ir à luta pra conseguir seus direitos. Então ali eu comecei a ter mais contato com as pessoas que já eram militantes e comecei a me engajar na luta LGBT (informação verbal)³⁹.

³⁷ Informação fornecida por Júpiter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

³⁸ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

³⁹ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

Já Mercúrio (informação verbal)⁴⁰ afirma que diante deste contexto decidiu voltar o desempenho de suas ações para o apoio de pessoas LGBTQ+ vivendo com HIV e em situação de vulnerabilidade:

Foi pelo...1990 e poucos, sabe, final dos anos 1980. Então, foi muito triste e não tinha nenhuma instituição direcionada a isso, pra apoiar as travestis. Muitos se descobriam soropositivo, sabe ou descobriam a doença quando já tavam com AIDS, né, e já dali duas semanas 15 dias, um mês, já entrava em óbito. Então era muito triste, então a gente já abriu também com esta intenção de fazer trabalho de prevenção na cidade, onde que na verdade a gente começou este trabalho de prevenção e busca ativa direcionada a nossa população que vivia a margem da sociedade, né, em vulnerabilidade. [...] isso surgiu automaticamente na necessidade dos acontecidos, até mesmo dos assassinatos que muitas não eram daqui, que eram assassinadas, mas ficavam, dois, três dias ou nos hospitais, ou no IML, e eu ia identificar corpo, mas como a gente tem a nossa ficha de cadastro pra não ser enterrada como indigente, eu ia lá, apresentava, liberava o corpo, fazia o velório, enterrava, já cansei de fazer isso. Então foi uma parte muito crítica e dura aqui de Ponta Grossa, sabe. Tanto que assim, nós...eu, a Fernanda, e uma outra que é mais velha que são as mais velhas de Ponta Grossa, o resto são todas as travestis mais novas, porque as mais velhas já morreram todas.

Portanto foi na década de 90 que o ativismo LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa se envolveu de forma mais intensa nas pautas já estabelecidas pelo movimento em âmbito nacional, ou seja, promoção a visibilidade e desestigmatização das pessoas LGBTQ+ e enfrentamento ao HIV/AIDS.

A expansão dos movimentos e ativismos organizados LGBTQ+ evidenciada em uma dinâmica de articulação entre locais para fins de mobilização e constituição de pautas indica uma nova postura deste grupo e de seus aliados, uma postura ativa que por consequência desenvolve uma nova relação entre cultura, sociedade e indivíduos. Souza (2004, p. 01), afirma que “[...] o sujeito é marcado pela sua historicidade, pela história presente nas suas experiências imediatas e pela história inserida na tradição e cultura”.

Então, a constituição de pautas pró LGBTQ+ e a articulação deste movimento em relação ao Estado está relacionada e é influenciada por mecanismos e discursos

⁴⁰ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

hegemônicos. Segundo Butler (2003), o ocidente é estruturado a partir da linearidade entre sexo, gênero e desejo. Portanto, as espacialidades ocidentais estão organizadas segundo aquilo que Valentine (1993) denomina como espaço heterossexual, ou seja, estabelecendo constrangimentos cotidianos às ações dos sujeitos em direção a esta configuração de práticas culturalmente estabelecidas de gênero e sexualidade. Desta forma, o gênero segundo a argumentação de Butler (2003), é um mecanismo que regula as práticas humanas e cria ficções de feminilidades e masculinidades enquanto naturais.

Butler (2003) afirma que a busca pelo desejo individual é baseada em feminilidades e masculinidades e tais características independem do corpo biologicamente sexualizado, ou seja, existem diversas formas de expressar feminilidades, bem como diversas formas de expressar masculinidades. Portanto, podemos afirmar que: “[...] o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado” (BUTLER, 2003, p. 14-15). A cultura se torna agente definidora de padrões do que seriam feminilidades e masculinidades. A ação de não seguir a linearidade entre sexo gênero e desejo se torna transgressora a partir do mecanismo de gênero, sustentado por discursos biológicos, jurídicos e médico-patologizantes (BUTLER, 2003).

O que importa conceber é que esta linearidade tênue entre sexo, gênero e desejo não segue sempre em um mesmo fluxo, pois o contexto em que o sujeito se coloca também contribui no estabelecimento de vivências e desejos. (BUTLER, 2003).

Portanto, o comportamento e valor reiterado pelas práticas histórico-culturais heteronormativas construídas no Brasil como forma de manutenção de uma ‘normalidade’, faz com que aqueles que estão fora do padrão heterossexual se tornem ininteligíveis e deixem de ter seus direitos fundamentais garantidos por não se enquadrarem em padrões comportamentais femininos ou masculinos (SOUZA, 2004; BUTLER, 2003).

O fato das pessoas que fazem parte deste grupo fugirem ao que se considera enquanto ‘heteronormal’ na expressão de afeto e/ou sexualidade se articula com a edificação da agenda do Estado, pois, a partir das reivindicações organizadas e pressões do movimento, ativismo e aliados LGBT+ é que se desenvolvem os programas, projetos e serviços voltados para estas pessoas a partir de políticas

sociais e legislações. Não obstante, ressaltamos que se os governos não forem sensíveis a estas demandas, esta pauta ficará estagnada, se constituído enquanto exceção.

Conforme Ferrari (2004, p. 108) “[...] o poder que se organizou em torno da sexualidade não se caracterizou apenas como repressor. Ele foi capaz de produzir prazer e reação”. Para o autor isso é ocorre ao estimular a reflexão e mobilização em torno de temas como discursos hegemônicos e o controle das práticas produzindo reações contra hegemônicas referentes a mecanismos como o de gênero (FERRARI, 2004).

Estas posturas de mobilização e produção contra hegemônica indicadas por Ferrari (2004) também estão presentes nas discussões de Tarrow (2011) que denomina estas ações de dinâmicas contenciosas. As dinâmicas contenciosas ganham destaque quando além dos movimentos sociais, existem outros elementos envolvidos em ações sociais coletivas com finalidades contra hegemônicas – como empresas, grupos, coletivos e aliados do movimento social, por exemplo.

Uma análise contenciosa na garantia de direitos LGBT+ é interessante, pois enfatiza as dinâmicas ocorridas nas mobilizações contra hegemônicas, indicando os múltiplos elementos, ativismos e processos que as envolvem. Também enfatiza que como tais dinâmicas são acontecimentos processuais, se relacionam diretamente com as conjunturas sociais e políticas dos locais em que ocorrem (TARROW, 2011).

É a partir desta lógica que as *assemblage* são caracterizadas. Segundo Tarrow (2011), dependendo do posicionamento dos governos e principalmente quando eles seguem uma administração pautada em exceção de alguns grupos em relação a outros, produzem oportunidades para mobilizações contra hegemônicas, como protestos, boicotes, passeatas, manifestações e demais formas que manifestem a contenciosidade no sentido literal da palavra, ou seja, na disputa, litígio e contestação (TARROW, 2011).

Assim, as dinâmicas contenciosas possuem um importante papel deste debate, pois ao passo que ampliam a potência do conceito de movimentos, ativismo e aliados sociais que foram discutidos a partir de Gohn (2011), Souza (2009) e Santos (2005), são capazes de ir além, indicando a capacidade destes se organizarem com mais elementos, em relações heterogêneas e não convencionais, enquanto estratégia

contra hegemônica, que quando inflamada por Estados não sensíveis, potencializa sua força de resistência na organização de eventos como os citados por Tarrow (2011), uma vez que estes eventos são compreendidos enquanto organizações socioespaciais provisórias, *assemblage*, no contexto deste trabalho.

Por fim, consideramos que os movimentos e ativismos sociais de pessoas LGBT+ e seus aliados é que desempenham estas ações contra hegemônicas, dinamizando a contenciosidade ao fazer parte das *assemblage*.

Com isso, a modo de conclusão, indicamos como pressupostos derivados dos debates realizados neste primeiro capítulo as seguintes reflexões:

1º - O Estado e os governos por meio da reprodução e manutenção de discursos hegemônicos, quando articulados a conjunturas de governos pouco ou nada sensíveis a pautas LGBT+, reverberam panoramas que inflamam reações de contestação, compreendidos neste trabalho como a causa da realização das *assemblage* de garantia de direito para LGBT+. Estas reações, entendidas nesta reflexão como dinâmicas contenciosas, ocorrem por meio da congregação de práticas contra hegemônicas de militantes, ativistas e aliados LGBT+.

2º - Estas dinâmicas de contestação são sustentadas pela prefiguração política borrando os limites rígidos da distinção entre o público e o privado, congregando a heterogeneidade em espaços inter-relacionais, reverberando em ações contra hegemônicas com diversas expressões de poder.

3º - A partir da prefiguração política, múltiplas trajetórias - institucionais, pessoais, profissionais e de ativismo - são congregadas na constituição de relações que viabilizam o estabelecimento de interações entre os elementos humanos e não humanos, relacionados a garantia de direito de LGBT+ em Ponta Grossa, como as relações interinstitucionais, interpessoais e de pessoas e instituições.

4º - A prefiguração política, pessoalidade e a troca de recursos translocalmente, bem como as múltiplas expressões de poder reverberadas neste processo sustentam a coesão necessária para a existência de *assemblage* pela ratificação e legitimidade conferida a certas pessoas e instituições neste processo, estabelecendo lideranças e objetivos para a ação por meio da coesão que os processos de identificação promovem.

5º - Os processos que ocorrem nas *assemblage* dinamizados pela união-desunião e possibilidades de reunião de componentes contribuem para a garantia de direitos pela mobilização de elementos que são congregados em ações de contestação, e que reverberam na garantia de direitos, pois seu acontecimento faz emergir pautas que retornam em forma de contenciosidade, disputa, litígio, contestação ao Estado e discursos e mecanismos hegemônicos por meio de novas ações de contestação, novas *assemblage*.

Uma vez que os pressupostos que guiarão nossas reflexões foram indicados, dedicaremos os próximos capítulos a explicar o funcionamento das *assemblage* de garantia de direito para pessoas LGBTQ+, primeiro estabelecendo a conjuntura de direitos para estas pessoas no Brasil, Paraná e Ponta Grossa, depois enfatizando quem são os elementos que compõe estas organizações, e por fim demonstrando como os processos das *assemblage* funcionam no que se refere as dinâmicas de *assembling*, *desassembling* e possibilidades de *reassembling* em relação a mobilização do movimento e ativismo de LGBTQ+ e seus aliados.

CAPÍTULO 2 – O PANORAMA DESCENTRALIZADO DE POLÍTICAS SOCIAIS E GARANTIAS DE DIREITOS PARA LGBT+ NO BRASIL

O país tá muito com ideias fascistas com as minorias e pessoas vulneráveis, enquanto esta situação não passar a nossa situação só vai piorando [...] veja o caso da Mariele, poxa, ela morreu por causa desta sociedade fascista, machista, e ainda discriminativa e heteronormativa (informação verbal)⁴¹.

Dedicamos este momento de reflexão para observar os avanços do movimento LGBT+ em âmbito federal, estadual e municipal manifestados por meio de políticas sociais e legislações.

Seguimos a mesma lógica do trabalho realizado por Luiz Mott em 1994, denominado 'etno-história da homossexualidade na América Latina', com isso buscamos a partir de documentos legislativos, artigos científicos e fragmentos de história contidos em notícias de jornal, boletins e demais fontes informativas que possam elucidar o desenvolvimento destas conquistas e suas relações com os mandatos presidenciais do Brasil, bem como de governadores no estado do Paraná, e de prefeitos no município de Ponta Grossa.

Caracterizar o envolvimento dos mandatos de presidentes, governadores e prefeitos é importante, uma vez que o desenvolvimento de políticas sociais está diretamente relacionado com o poder executivo e com as plataformas de governo estabelecidas por meio dele. Também importa para a contextualização da conjuntura brasileira, estadual e municipal, corroborando as discussões sobre Estado e políticas sociais no que se refere a pessoas LGBT+ e ainda indicando o *background* brasileiro que serve enquanto fator causal das mobilizações contenciosas discutidas neste trabalho por meio das *assemblage* de garantia de direito.

⁴¹ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

2.1. PANORAMA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E GARANTIA DE DIREITO DE LGBT+ NO BRASIL

Desde o primeiro mandato presidencial relacionado ao recorte temporal estabelecido para este trabalho há documentos dedicados a ações pró LGBT+. O primeiro deles foi desenvolvido durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso entre os anos de 1998 e 2002, se trata do Plano Plurianual que previa a destinação de recursos e ações para o governo federal durante os anos de 2000 a 2003, ainda foi desenvolvido neste período o documento do segundo Plano Nacional de Direitos Humanos.

Conforme exposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, os Plano Plurianuais são leis orçamentárias que estabelecem as despesas relativas a programas de duração continuada em triênios. É nos Planos Plurianuais que estão previstos e representados os diálogos e pressões exercidos pelos movimentos sociais e as demandas mapeadas pelos instrumentos governamentais indicando o apoio financeiro por parte do Estado (BRASIL, 2016).

No Plano Plurianual (PPA) de 2000 a 2003 proposto no ano de 2000, havia propostas para pessoas LGBT+ relacionadas à implantação de serviços jurídicos e apuração a violações e direitos humanos contra afrodescendentes, homossexuais e idosos (BRASIL, 2002). O PPA de 2000 a 2003 volta seus objetivos para ações intituladas na época de “[...] temas novos [...] e com públicos pouco assistidos pelo Estado” (BRASIL, 2002, p. 811). Se relaciona a pessoas LGBT+, ao se referir a ações voltadas às pessoas homossexuais.

Segundo o relatório final do Ministério da Justiça, sobre a proposta voltada a pessoas LGBT+ no período do PPA 2000-2003, houve o crescimento da demanda de serviços de atendimento, orientação jurídica, mediação de conflitos e apuração de violação de direitos destes grupos (BRASIL, 2002).

Estas ações foram propostas de forma a tratar sobre temas “[...] buscando sensibilizar a população [...] para motivar o convívio mais pacífico e respeitoso” relacionando estas propostas com a existência de uma “[...] cultura violenta e machista contra homossexuais” (BRASIL, 2002a, p. 811).

No ano de 2001, por meio da Medida Provisória nº 2216-37 (BRASIL, 2001) foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), para implementar as resoluções da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas, realizada pelas Nações Unidas neste ano, em Durban. Este conselho se tornou o maior interlocutor do movimento LGBTQ+ com o governo de Luís Inácio Lula da Silva (ITABORAHY, 2012).

Para Irineu (2009), a criação deste conselho vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança foi o responsável por iniciar os diálogos que desembocariam no Programa Brasil Sem Homofobia, criando uma instância de participação e controle social específica para pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes e LGBTQ+. Também representa o tímido início de efetivação das propostas de ação do Plano Plurianual deste período (2000-2003) tendo em vista que a proposta para este triênio tratava sobre ações de combate/apuração de violação de direitos humanos e esboçando ações a serem planejadas no próximo triênio.

Conforme Mello, Maroja e Brito (2012), com a criação deste Conselho “[...] as ações de grupos de ativismo LGBTQ+ no Brasil começaram também a priorizar a reivindicação de políticas públicas voltadas à promoção de cidadania e direitos humanos” (MELLO; MAROJA; BRITO, 2012, p. 295).

Em 2002 foi lançado o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-II) derivado de um processo de reflexões sobre direitos humanos realizados internacionalmente na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização dos Estados Americanos (OEA). Com a necessidade de se articular internacionalmente o Brasil se insere no debate dos direitos humanos destinando recursos do Plano Plurianual do triênio 2000-2003 para o desenvolvimento de ações pró LGBTQ+ previstas no PNDH-II (BRASIL, 2002b).

Estas ações dizem respeito à promoção de direitos humanos com foco ao enfrentamento a desigualdades sociais, fomentando a participação da sociedade civil organizada no controle e participação social, a formulação e descentralização de programas e políticas pró LGBTQ+, a criação de comissões, estudos e indicadores sociais sobre pessoas LGBTQ+ e a garantia do acesso a documentos oficiais. As ações específicas a LGBTQ+ foram planejadas para serem desenvolvidas por meio dos eixos

da i) garantia do direito à liberdade; ii) garantia do direito a igualdade e iii) garantia do direito ao trabalho (BRASIL, 2002b).

Ainda no ano de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) venceu as eleições presidenciais sem uma plataforma de ações voltadas especificamente a pessoas LGBT+. Entretanto, ao longo de seu primeiro mandato os diálogos com este movimento se intensificaram, e no Plano Plurianual do triênio de 2004 a 2007 ações voltadas a agenda LGBT+ foram inseridas em plataforma de governo (MELLO; MAROJA; BRITO, 2012; IRINEU, 2009).

No triênio do Plano Plurianual (PPA) compreendido entre 2004 e 2007, os objetivos se mantiveram em um processo paulatino de expansão, mantendo o foco no combate à discriminação e ampliando a pauta inserindo ações relacionadas ao fortalecimento do diálogo com a sociedade civil organizada (BRASIL, 2008a).

Este PPA buscou propostas para “[...] promover a cultura de paz, denunciar preconceitos e difundir a valorização da liberdade, da solidariedade e do respeito ao próximo” (BRASIL, 2008a, p. 244), focando em grupos vítimas de discriminação, como pessoas LGBT+, pessoas negras e pessoas com deficiência.

Mais um avanço ocorreu em 2004, pois, as ações voltadas às pessoas LGBT+ não mais foram propostas pelo Ministério da Justiça. O que ocorreu é que foi criado um objetivo chamado ‘Promoção e Expansão da Cidadania e Fortalecimento da Democracia’ proposto pela Secretaria de Direitos Humanos do âmbito federal com foco na construção de uma rede de atuação intersetorial, retirando a responsabilidade de apenas um setor do governo (BRASIL, 2008a).

Ainda no ano de 2004 foi lançado o Programa ‘Brasil sem Homofobia’ (PBSH). Este programa manifestou as pressões do movimento social LGBT+ brasileiro e se articulou as ações previstas no Plano Plurianual de 2004 a 2007. Foi lançado no início do triênio, em 2004, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos com objetivo de “[...] promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11).

O PBSH tem como princípios a não discriminação por orientação sexual, a promoção dos direitos de LGBT+, a implantação integral ou parcial de políticas

voltadas a estas pessoas, a produção de conhecimento em pesquisas realizadas por órgãos do Estado, e o combate à homofobia (BRASIL, 2004, p. 11).

Configura-se a partir de 53 ações distribuídas em 11 eixos. Tem como princípios a não discriminação por orientação sexual, a promoção dos direitos de LGBTQ+, a implantação integral ou parcial de políticas voltadas à estas pessoas, a produção de conhecimento em pesquisas realizadas por órgãos do Estado, e o combate à homofobia (BRASIL, 2004, p. 11).

Segundo Irineu (2014), o PBSH enfrentou dificuldades especialmente nas políticas que envolviam interação entre setores. As ações de fato realizadas foram aquelas que se relacionavam com o movimento LGBTQ+, ou com a ação isolada de setores como a educação e a saúde - como apoio a ONGs, capacitações, criação de núcleos de pesquisa e a criação de centros de referência em direitos humanos.

Em 2006, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para o segundo mandato presidencial. Nesta gestão o plano de governo respectivo aos anos de 2007 a 2010 de Lula já elencavam o desenvolvimento de ações com destaque do fator 'orientação sexual' nas políticas de saúde da mulher. As propostas também se desenvolvem a partir da promoção a visibilidade de uma cultura de diversidade sexual, e na realização de Conferências 'GLBT' (LULA PRESIDENTE, 2007).

As pressões do movimento LGBTQ+ somados a trajetória de paulatina adoção destas pautas por parte do governo manifestados a partir das políticas e planos e que se estabeleceram com o Programa Brasil Sem Homofobia demonstram a:

[...] capilarização lenta, mas crescente, das propostas do PBSH em distintos órgãos do Governo Federal, especialmente a SDH, embora o Programa nunca tenha assumido a forma de decreto, portaria, resolução ou de qualquer outro ato normativo secundário, que lhe atribuisse maior formalização e materialidade no universo das iniciativas do Governo Federal (MELLO, AVELAR, MAROJA, 2012, p. 296).

Conforme já apontado no primeiro capítulo desta reflexão, a demarcação e manutenção da agenda LGBTQ+ a partir de dinâmicas da sociedade civil organizada e a sensibilidade dos governos são determinantes para percebermos em quais períodos

da trajetória de garantias de direitos há mais avanços e mais retrocessos. Neste sentido, apontamos o governo de Luiz Inácio Lula da Silva como o período onde houve maior avanço na criação de políticas específicas à LGBT+ em âmbito nacional, mesmo reconhecendo a dificuldade na implementação destas políticas.

Mello, Avelar e Maroja (2012) chamam atenção para o fato de que estas políticas servem como instrumentos norteadores, e que sem regulamentação ou incentivo contínuo por parte do governo, acabam por servirem mais como marcos de adoção de agenda e planejamento do que marcos regulatórios de ação e execução.

De toda forma, novas políticas foram desenvolvidas neste período de governo, como os 'Planos Integrados de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis', relacionadas à área da saúde. Estas duas ações voltadas às pessoas LGBT+ foram lançadas em 2007, englobadas em políticas de enfrentamento à epidemia de AIDS, sendo o (1) Plano Integrado de Enfrentamento de Feminização da Epidemia de Aids e outras DST, e o (2) Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e DST entre Gays, outros Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) e Travestis.

O Plano Integrado de Enfrentamento de Feminização da Epidemia de AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis teve como proposta ser uma política intersetorial de combate as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST); a violência sexual e doméstica; discriminação contra raça e etnia, gênero e orientação sexual, juventude; pobreza; drogas; estigma e violação de direitos humanos (BRASIL, 2007a).

É importante ressaltar que além das menções à orientação sexual, ele contempla as mulheres e suas especificidades, das quais lésbicas, bissexuais, mulheres transexuais, adolescentes, profissionais do sexo portadoras de deficiências, entre outras constituem a sua base de atuação (BRASIL, 2007a).

Já o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e DST entre Gays, outros Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) e Travestis é formado por duas agendas diferentes, a primeira para Gays e HSHs e a segunda para Travestis.

A diferença destas agendas pode ser evidenciada da seguinte forma: o foco de atuação em relação aos gays e HSH se relacionam com o crescimento das ISTs entre os jovens. No caso de travestis, o foco está no desenvolvimento de ações relacionados aos contextos de vulnerabilidade, violências, práticas sexuais e a falta

de acesso a serviços de saúde que fomentam um contexto desfavorável às práticas sexuais seguras (BRASIL, 2007b).

Este Plano teve como principais vulnerabilidades a serem enfrentadas a homofobia e transfobia, a negação do direito à livre orientação sexual e múltiplas identidades, as dificuldades de acesso a diagnósticos, aos insumos de prevenção e ao tratamento das ITS/AIDS, as drogas e seu impacto nos processos de prevenção (BRASIL, 2007b).

Pelo que observamos, o Plano foi criado em uma perspectiva de distanciamento “[...] de abordagens restritas a concepções de grupo ou comportamento de risco” (BRASIL, 2007b, p.07). Foi construído de forma a demonstrar que Gays, HSHs e Travestis fazem parte de um grupo vulnerável de pessoas, a partir da constatação do crescimento de ISTs e AIDS nestes grupos, porém, parte da compreensão de que a epidemia destas doenças não está diretamente ligada às práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Em 2007 o Governo Federal convocou a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais realizada em 2008. Segundo Irineu (2009), nesta conferência foram debatidas propostas de políticas públicas para estas pessoas. A Conferência teve como objetivo conceber o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT+, tendo como tema os direitos humanos e as políticas públicas na garantia de direito das pessoas LGBT+. Desembocou em 559 ações distribuídas em 10 eixos – Direitos Humanos, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, Cultura, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Turismo, Cidades e Comunicação (BRASIL, 2008b).

Grande parte destes objetivos se relacionam à criação, fomento, garantia capacitação e desenvolvimento de ações que para o combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, a homofobia, o estreitamento da relação entre Estado e os movimentos sociais LGBT+, a criação de legislações e políticas que garantam a dignidade e a inclusão de LGBT+ (BRASIL, 2008b).

Segundo Irineu (2014), esta Conferência se tratou de um acontecimento inédito no mundo, e serviu para apoiar e buscar a ampliação do Programa Brasil Sem Homofobia nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e ainda buscando a visibilidade internacional do BSH.

Seguindo na trajetória das políticas sociais para LGBT+ em âmbito nacional, foi lançado o Plano Plurianual de 2008 a 2011. Teve como objetivo o combate a homofobia nas escolas e as violências cotidianas. O PPA de 2008 a 2011 manteve a afirmativa do PPA anterior sobre não haver dados oficiais sobre pessoas LGBT+. Entretanto, no ano de 2009 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria de Políticas para as Mulheres estabeleceram um convênio institucional com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para realizar um levantamento pormenorizado em nível municipal voltando a ação para direitos humanos e política de gênero, categorias que englobaram as pessoas LGBT+. Este levantamento é a Pesquisa de Informações Municipais – MUNIC (BRASIL, 2013a).

Em 2009 foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT+, resultado da I Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBT+ realizada em 2008.

Teve como objetivo geral “[...] orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT+, primando pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas.” (BRASIL, 2009, p.10).

Apresentava como objetivos específicos a promoção dos direitos fundamentais das pessoas LGBT+ previstos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, com ênfase nas pessoas em situação de risco social e violência e o combate ao estigma e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2009).

Irineu (2014) pontua que ao contrário do Brasil Sem Homofobia, que contava com a participação social em todos os processos do programa (formulação, implementação, monitoramento e avaliação), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT+ tinha estas ações executadas por uma equipe técnica com servidores de todos os ministérios envolvidos, de forma que a sociedade civil foi convidada apenas para participar das reuniões de monitoramento. A autora ainda ressalta que o Plano “[...] não foi instituído via decreto ou resolução” (IRINEU, 2014, p. 202), fazendo com que este obtivesse uma baixa e ineficiente dotação orçamentária se tornando pouco exequível.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III) foi organizado a partir do decreto nº 7.177 de 12 de Maio de 2010 tendo como princípios orientadores a afirmação do respeito ao outro e a busca permanente pela paz (BRASIL, 2010a).

Teve como ação voltada à LGBT+ o reconhecimento e inclusão “[...] nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), com base na desconstrução da heteronormatividade” (BRASIL, 2010a, p. 121). Também o fomento e a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos LGBT+ a partir da implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e a criação de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania deste segmento em universidades públicas. O desenvolvimento destas ações ficou sobre a responsabilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos em parceria com o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2010a).

A partir do Programa Nacional de Direitos Humanos também foi proposta a realização de relatórios periódicos das políticas contra discriminação à população LGBT+, a implementação de ações de promoção da cidadania e Direitos Humanos de LGBT+ com foco na violência e a regulamentação das visitas íntimas para a população LGBT+ encarcerada (BRASIL, 2010a).

Como últimas ações pró LGBT+ do governo Lula, em Dezembro de 2010 o então presidente assinou um decreto convocando a II Conferência Nacional de Políticas Públicas para LGBT+. Também ampliou a competência do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT+ por meio do decreto nº 7.388. Com isso o Conselho passou a ter como finalidade “[...] formular e propor diretrizes de ação governamental, [...] voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT” (BRASIL, 2010b, p. 01). Possui a natureza consultiva e deliberativa e quatorze competências que se relacionam com o planejamento de ações de promoção à igualdade e combate ao preconceito e discriminação de LGBT+ seguindo as mesmas linhas de proposições provenientes do Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2010b).

Este panorama de políticas e ações governamentais pró LGBT+ se complexificou com a eleição de Dilma Rousseff em 2010. Embora Dilma pertença ao

mesmo partido de Luiz Inácio Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores, seu governo buscou conciliar ou isentar-se de assumir ‘um lado’ nos debates que relacionavam o movimento LGBT+ e as bancas religiosas (TOITIO, 2017).

Esta isenção nos debates pró LGBT+ descende do período de suas eleições onde a então candidata Dilma Rousseff buscou se aliar tanto aos setores religiosos quanto ao movimento LGBT+ como estratégia política (TOITIO, 2017). Neste contexto de disputas eleitorais

[...] o discurso religioso passou a ter mais visibilidade e legitimidade no Executivo e no Legislativo. O ano de 2010 foi um marco na ascensão de grupos religiosos conservadores. Sobretudo, os evangélicos, que jamais viram a sua força política tão valorizada num processo eleitoral (TOITIO, 2017, p. 8).

Então durante o governo de Dilma, os avanços e a manutenção da agenda LGBT+ foi balizada em articulação a esta conjuntura iniciada nas eleições de 2010, havendo contestações duplas à agenda governamental, de um lado o ativismo fundamentalista religioso e de outro o movimento LGBT+.

No primeiro mandato de Dilma, em 2011, ocorreu a II Conferência Nacional de Políticas Públicas para LGBT+ e teve o tema ‘por um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo a cidadania de LGBT+’, tendo como mote os direitos humanos e políticas públicas na garantia de direito destas pessoas (BRASIL, 2011).

As diretrizes de ação aprovadas nos debates desta conferência se relacionam a educação, enfrentamento ao sexismo e machismo, ao racismo e a promoção da igualdade racial, direitos da população LGBT+, saúde, políticas de juventude e de recorte intergeracional, sistema de segurança pública e combate à violência, direitos humanos e participação social, trabalho, geração de renda e previdência social, cultura, turismo, desenvolvimento social e combate à miséria, comunicação sexual, pacto federativo, articulação orçamentária e esporte (BRASIL, 2011).

As propostas debatidas nesta conferência em relação a tais diretrizes de ação demonstraram a persistência das pautas de políticas sociais para pessoas LGBT+ já existentes, indicando que mesmo depois de sete anos, as ações propostas pelo PSSH

se mantém como demanda do movimento LGBTQ+, partindo da reflexão que repetidamente estão sendo propostas ações para combate à discriminação, inclusão, acolhimento e promoção da cidadania de LGBTQ+ (BRASIL, 2011).

No ano de 2011 também houve o lançamento da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituído pela Portaria nº 2.836 de 2011 que teve por objetivo de orientar o Plano Operativo de Saúde Integral LGBTQ+ (BRASIL, 2013a).

As diretrizes desta Política preconizam o respeito aos direitos humanos e promoção à cidadania LGBTQ+, combate à homofobia, implementação de ações no Sistema Único de Saúde (SUS) com vistas ao adoecimento e sofrimento ocasionados por “[...] inadequação de identidade, corporal e psíquica relativos às pessoas transexuais e travestis” (BRASIL, 2013a, p. 22).

Trouxe como princípios a luta pelo direito à saúde de LGBTQ+ a partir de propostas de ações intersetoriais, sensibilização dos profissionais do Sistema Único de Saúde, inclusão de identidade de gênero e orientação sexual em sistemas de informação da saúde, aprimoramento do processo transexualizador e estabelecimento de protocolos específicos para o atendimento de LGBTQ+ (BRASIL, 2013a).

Esta Política demonstrou afinamento e articulação com as políticas anteriormente citadas, tendo objetivos articulados, mesmo se considerar as especificidades do setor da saúde, visto que as propostas estão relacionadas à promoção da cidadania, combate à discriminação, inclusão e integração e ainda, acesso a serviços públicos.

Durante o primeiro mandato de Dilma também há ações pró LGBTQ+ previstas no Plano Plurianual de 2012 a 2015. Este Plano indicou um conjunto de propostas voltadas às pessoas LGBTQ+ prevendo múltiplas frentes de ação que foram pensadas para ser desempenhadas intersetorialmente focando em lideranças dos grupos LGBTQ+, população de rua e ciganos (BRASIL, 2013b).

Tais ações se relacionam principalmente a saúde da mulher e criança LGBTQ+, participação social, enfoque intersetorial de gênero; elaboração de parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados com enfoque em famílias LGBTQ+; capacitação de servidores

públicos e dizem respeito aos debates realizados na II Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBTQ+ que aconteceu em 2011 e envolveu diversos setores do Estado e organizações da sociedade civil (BRASIL, 2013b).

Conforme Toitio (2017), o governo Dilma foi demarcado para além das políticas e planos por outro grande avanço - o reconhecimento da união estável de casais homoafetivos. Para o autor, todas as políticas, planos e demais ações pró LGBTQ+ desenvolvidas com apoio do governo inflamaram ações de grupos religiosos fundamentalistas que afirmavam que o governo estava disposto a implementar uma agenda de ideologia de gênero.

Liderado por Jair Messias Bolsonaro e Marco Feliciano o pânico foi disseminado no âmbito da Câmara dos Deputados a partir da conversão do kit do projeto 'Escola sem Homofobia', criado para combater o preconceito e discriminação, no famigerado 'kit gay', algo que foi disseminado pelos discursos destes políticos enquanto algo que supostamente serviria para 'transformar' crianças do ensino fundamental em homossexuais. Também foram vetadas campanhas de combate a AIDS que tinham casais homoafetivos como protagonistas (TOITIO, 2017).

Para Toitio (2017) estas ações motivaram a expansão do pânico que foi adotado por religiosos fundamentalistas para além da Câmara dos Deputados, sendo adotado por figuras conhecidas no âmbito das igrejas neopentecostais como o bispo Edir Macedo que escreveu um artigo no seu blog pessoal denominado 'Nossos filhos não vão virar gays'⁴², consolidando a 'ideologia de gênero' como algo a ser combatido no âmbito do Estado, uma vez que segundo ele, a implementação desta agenda já havia começado.

Neste contexto é que em 2013 foi aprovado na comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados o projeto de lei da 'cura gay', projeto de decreto 234/11, de autoria do Deputado João Campos⁴³, indicando uma forma de psicólogos atuarem terapeuticamente em questões de orientação sexual. Neste período o pastor Marco Feliciano, era o presidente desta comissão (TOITIO, 2017).

⁴² Disponível em: <https://blogs.universal.org/bispomacedo/2011/05/15/nossos-filhos-nao-vaovirar-gays/>. Acesso em 29 Out 2019.

⁴³ Vide: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>>.

Este contexto incitou manifestações das principais organizações pró LGBT+ do Brasil – a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais (ABGLT) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em ações contavam com protestos e cartas abertas por parte destas entidades e suas afiliadas. Dilma Rousseff em meio a este embate cedeu às pressões do movimento LGBT+ e por isso nas eleições de 2014 já não contava com o apoio dos setores fundamentalistas (TOITIO, 2017).

Com a vitória de Dilma para um segundo mandato presidencial o governo:

[...] ficou distante das organizações do movimento, mas mantendo algumas das políticas LGBT (sobretudo nas áreas de educação e saúde). Esse afastamento se dava, sobretudo, devido à necessidade do executivo em manter a governabilidade no Congresso Nacional (TOITIO, 2017, p. 17)

No que se refere ao desenvolvimento dos PPA, no primeiro ano do segundo mandato de Dilma foi lançado o Plano Plurianual para o triênio de 2016-2019. O planejamento de ações voltadas a pessoas LGBT+ neste PPA ocorreu de forma intensa, estando previstas ações de inclusão social, redução de desigualdades e distribuição de oportunidades, bens e serviços públicos, visando o bem estar da população, se atentando a minorias sociais, nas quais as pessoas LGBT+ foram incluídas (BRASIL, 2015a).

Também foram previstas ações de fortalecimento a direitos fundamentais e direitos humanos, e enfrentamento das formas de violência, fortalecimento do Sistema Nacional LGBT e implantação de Centros de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT nas 5 regiões do país (BRASIL, 2015a).

Em Abril de 2016 ocorreu a III Conferência Nacional LGBT+ promovida pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação/ Promoção dos Direitos LGBT, teve como tema 'por um Brasil que criminalize a violência contra LGBTTT' (BRASIL, 2016).

Segundo o documento do relatório final da terceira Conferência Nacional LGBT, uma importante conquista deste espaço deliberação e participação social, foi:

[...] a assinatura e publicação no Diário Oficial da União do Decreto Presidencial nº 8.727 de Abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2016).

Nesta conferência o debate foi centralizado em torno de desenvolver estratégias para evitar violações de direitos reverberados em torno da LGBT+fobia, como é o caso de agressões, discriminação, vulnerabilização etc., a partir da primazia da liberdade, respeito e pluralidade de expressões (BRASIL, 2016).

A partir disso, os trabalhos foram divididos por eixos de ações. O eixo I trata de políticas intersetoriais, pacto federativo, participação social e a criação de um Sistema nacional de promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a população LGBT+; o segundo eixo trata sobre educação, cultura e comunicação em Direitos Humanos; o terceiro eixo versa sobre segurança pública e sistema de justiça na promoção e defesa dos Direitos Humanos da população LGBT e o eixo IV se relaciona aos marcos jurídicos e normativos para o enfrentamento da violência contra a população LGBT+ (BRASIL, 2016).

Conforme Toitio (2017), o cenário de instabilidade política desenvolvida ao longo de 2015 articulado com a crise econômica e a atuação de bancadas como a da agropecuária e de bancadas de conservadores (principalmente dos religiosos fundamentalistas) em oposição ao governo, desembocou no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em Setembro de 2016.

Com o golpe que retirou Dilma do governo, assumiu o posto de presidente o seu vice - Michel Temer, pelo resto do mandato o mantendo de 2016 a 2018. Para Aragusuku (2017) e Toitio (2017) esta transição forçada representou retrocessos na articulação LGBT+ na agenda do Estado, primeiro pelo apoio de bancadas conservadoras ao *impeachment*, cuja posse de Temer interessava; segundo pela rearticulação política que isso representou, uma vez que Temer reconfigurou ministérios e afinou relações com Pastores, como Silas Malafaia, este último que 'abençoou' a posse de Temer⁴⁴.

⁴⁴ Vide < <https://extra.globo.com/noticias/brasil/malafaia-faz-oracao-com-temer-apos-discurso-de-posse-para-deus-abençoar-brasil-19296009.html>>; <

Com religiosos fundamentalistas na base de apoio de Temer a pauta LGBT+ recuou, uma vez que este governante preocupado com estas bases, não declarava abertamente apoio sobre a agenda pró LGBT+, não se pronunciando publicamente sobre o assunto. Neste contexto, foram retiradas da Base Nacional Comum Curricular do Ministério da Educação os termos 'orientação sexual' e 'identidade de gênero' (ARAGUSUKU, 2017).

Conforme Aragusuku (2017, p. 5) “[...] o governo buscou jogar com ambos os lados (conservadores e progressistas), abrindo espaços, ainda que limitados, para a formulação e aplicação de políticas de direitos humanos” fazendo uma tímida manutenção das ações previstas no PPA do triênio.

A pauta dos direitos humanos foi retomada de forma mais enfática pelo governo federal em 2017, com a crise dos massacres e rebeliões nos presídios brasileiros⁴⁵ (ARAGUSUKU, 2017). Entretanto, mesmo neste contexto de governo onde as políticas relacionadas aos direitos humanos estavam sendo repensadas as ações, políticas e planos realizados para LGBT+ não alcançaram avanço com novas políticas. Não obstante, graças à pressão do movimento LGBT+ e principalmente das associações nacionais como a ABGLT e a ANTRA a manutenção da agenda foi realizada, e se manter em uma estrutura de governo não sensível a pauta LGBT+ pode representar uma vitória.

Sendo assim, o que foi desenvolvido neste período foi a manutenção do Plano de Saúde Integral LGBT que havia sido lançado em 2011. Isso ocorreu a partir do Plano Operativo de Saúde Integral LGBT respectivo ao período de 2017 a 2019. Este plano possui como objetivo o acesso de pessoas LGBT+ aos serviços de saúde, participação popular; qualificação e fortalecimento dos serviços de saúde à pessoas LGBT+; combate ao preconceito e discriminação em tais serviços; qualificação das informações em saúde da população LGBT+ e bem como especifica a gestão descentralizada do Plano Operativo de Saúde Integral LGBT (BRASIL, 2017).

<https://www.jmnoticia.com.br/2016/05/13/malafaia-faz-oracao-com-temer-para-deus-abençoar-o-brasil/>>.

⁴⁵ Vide: < <http://www.ebc.com.br/especiais/entenda-criese-no-sistema-prisional-brasileiro>>; < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1848464-veja-um-resumo-da-criese-nos-presidios-que-deixou-102-mortos-neste-ano.shtml>>; < <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/01/mortes-em-presidios-do-pais-em-2017-ja-superam-o-massacre-do-carandiru.html>>;

2.2. PANORAMA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E GARANTIA DE DIREITO DE LGBT+ NO ESTADO DO PARANÁ

No que se refere as políticas sociais LGBT+ do estado do Paraná, ressaltamos a carência em artigos que se dediquem a trajetória do movimento LGBT+ neste estado, bem como a relação do poder executivo frente a esta pauta em âmbito paranaense, sendo que as menções a estes temas normalmente podem ser encontradas brevemente nas introduções dos relatórios das conferências estaduais.

Tendo as legislações, planos e os relatórios das conferências estaduais como base para observar a trajetória da agenda específica a pessoas LGBT+ no estado do Paraná, elencamos a Constituição Estadual de 1989 como referência primeira de princípios e diretrizes para formulação de política e atuação de governantes. Utilizamos nesta reflexão a versão atualizada até o ano de 2012. A partir dos pressupostos da Constituição Federal de 1988, a Constituição do estado do Paraná delega sobre os direitos humanos e sociais conforme o seu artigo primeiro indica:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a *dignidade da pessoa humana*, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I - o respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II - a *defesa dos direitos humanos*;

III - a *defesa, a igualdade e o conseqüente combate a qualquer forma de discriminação*;

IV - a garantia da aplicação da justiça, devendo prover diretamente o custeio da gratuidade processual aos reconhecidamente pobres, nos termos da lei;

V - a busca permanente do desenvolvimento e da justiça social;

VI - a prestação eficiente dos serviços públicos, garantida a modicidade das tarifas;

VII - o respeito incondicional à moralidade e à probidade administrativas;

VIII - a colaboração e a cooperação com os demais entes que integram a Federação;

IX - a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 2012, p. 01).

No que se refere a ações do poder executivo⁴⁶paranaense, a primeira destas ações voltadas a pessoas LGBTQ+ ocorreu durante o segundo mandato de governo de Roberto Requião no ano de 2008, ao convocar a I Conferência 'GLBT'⁴⁷, seguindo o movimento nacional de convocações iniciado por Luiz Inácio Lula da Silva em 2007. Requião ainda sancionou o título de utilidade pública do Grupo Dignidade⁴⁸ no mesmo ano.

A I Conferência Estadual LGBTQ+ ocorreu em Abril de 2008, precedendo a conferência nacional LGBTQ+. Esta conferência teve como tema 'o caminho para garantir direito a Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais'. O debate foi realizado em torno da prioridade no combate à discriminação e a homofobia; acesso a assistência social, saúde e educação; combate a violência e apuração de crimes cometidos contra LGBTQ+; sensibilização e capacitação sobre a realidade das pessoas LGBTQ+; estabelecimentos de protocolos para o processo de transexualização; estabelecimento de parcerias entre a sociedade civil organizada e a universidade; produção de material informativo e pedagógico visando o debate em torno da orientação sexual e identidade de gênero; criação de campos estatísticos específicos à pessoas LGBTQ+; promoção do resgate a memória e cultura de pessoas LGBTQ+ e inserção no mercado de trabalho (PARANÁ, 2010).

Novos avanços na agenda LGBTQ+ vieram durante o governo de Carlos Alberto Richa durante os períodos de 2011-2015 (primeiro mandato) e 2015-2018 (segundo mandato). Neste período já havia ocorrido a primeira conferência estadual LGBTQ+ em 2008 e a mobilização e organização do movimento LGBTQ+, neste momento com diretrizes de ação mais definidas, pressionava de forma mais concisa a agenda do

⁴⁶ A gestão Jaime Lerner não possui ação voltada à agenda pró LGBTQ+ documentada.

⁴⁷ Nesta conferência foi deliberada a troca da sigla de 'GLBT' para 'LGBT'.

⁴⁸ Segundo o site do grupo Dignidade, este é "[...] uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Foi fundado em 1992 em Curitiba, sendo pioneiro no Paraná por ser o primeiro grupo organizado no estado a atuar na área da promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais (LGBTI+). Em seu primeiro estatuto constava entre as finalidades "promover a organização dos grupos homossexuais do Brasil em uma Confederação". Desde o início, foi atuante neste sentido e, junto com outros grupos da época, ficou à frente do processo de formação de entidades LGBTI+ locais e nacionais, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em 1995 e a rede que passaria a ser a Aliança Nacional LGBTI+ em 2009". Disponível em: < <http://www.grupodignidade.org.br/grupo-dignidade-historia/>>. Acesso em 05 Nov. 2019.

estado de forma que nova conferência foi realizada em 2011 a partir da convocação da conferência a partir do Decreto Estadual nº 2.104/2011 (PARANÁ, 2015).

A segunda Conferência Estadual LGBT+ foi realizada em Outubro de 2011, antecedendo a Conferência Nacional LGBT+ realizada em Dezembro do mesmo ano. Teve como tema 'Por um país livre da pobreza e da discriminação' e os debates ocorreram em torno da promoção da saúde e reprodução de pessoas LGBT+, combate à discriminação; estabelecimento de parcerias entre a sociedade civil, governo e universidades; realização de sensibilizações e capacitações sobre gênero, sexualidade, orientação sexual e demais assuntos relacionados a vivência de LGBT+; implementação de protocolos do processo de transexualização e do nome social; garantia de participação de LGBT+ em instâncias participativas e de controle social; inserção de assuntos relacionados a gênero e diversidade sexual nos currículos estaduais e municipais; a promoção da permanência de pessoas LGBT+ na escola; combate ao *bullying* por LGBTfobia; apuração e punição de crimes de violência, discriminação e homicídios de LGBT+; coleta e sistematização de dados estatísticos sobre LGBT+; criação de uma rede de atenção a pessoas LGBT+; incentivo das Paradas da Diversidade e resgatar a cultura e memória de LGBT+ e inserção de LGBT+ no mercado de trabalho (PARANÁ, 2011; 2015).

A partir da realização da II Conferência estadual LGBT em 2011, foi edificado pelo governo em conjunto com o movimento LGBT+ paranaense o Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos direitos de LGBT do Paraná. Segundo o texto deste Plano, o documento tem por finalidade a reafirmação e consolidação dos preceitos constitucionais federais no que tange a dignidade da pessoa humana, e dos princípios constitucionais estaduais no que tange o combate à discriminação, especificamente refletindo em torno dos direitos humanos voltados a pauta LGBT+ (PARANÁ, 2013).

Trata-se de um Plano intersetorial que envolve o governo estadual a partir das Secretarias de: a) Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; b) Educação; c) Saúde; d) Segurança Pública; e) Cultura; f) Turismo; g) Esportes; h) Comunicação Social; i) Ciência e Tecnologia; j) Ensino Superior; k) Família; l) Desenvolvimento Social; m) Trabalho e Emprego (PARANÁ, 2013).

Também se desenvolveu articulado à Universidade Federal do Paraná (UFPR), ao Ministério Público do Paraná (MP/PR), a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Paraná (OAB/PR), Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Voluntária Esperança e Vida (AVIVER), Coletivo Nacional de Lésbicas Negras (CANDACES), Centro Paranaense de Cidadania (CEPAC), Dom Da Terra AfroLGBT, Grupo Dignidade, Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Transgrupo Marcela Prado e Grupo Esperança (PARANÁ, 2013).

Este plano possui enquanto objetivo geral “[...] propiciar subsídios a construção e implementação de políticas públicas voltadas a promoção e a defesa dos direitos individuais e coletivos da população LGBT do Paraná” (PARANÁ, 2013, p. 08).

Seus objetivos se referem a promoção de garantias fundamentais, combate ao preconceito e discriminação e a promoção de respeito à LGBT+; ação intersetorial na execução de políticas públicas governamentais, bem como seu monitoramento e avaliação pela sociedade civil organizada. Sua execução foi designada às secretarias do governo estadual e planejada a partir dos eixos de ação: 1) Justiça, cidadania e direitos humanos; 2) Educação; 3) Segurança Pública; 4) Saúde; 5) Cultura, Turismo, Comunicação Social e Esportes e 6) Família, Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego (PARANÁ, 2013).

Segundo a Nota Técnica elaborada pelo Núcleo LGBT do Centro Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção dos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná no ano de 2018, das ações previstas para serem desenvolvidas pelos seis eixos de ação das secretarias de estado do Paraná, 41,82% não foram cumpridas, 25,45% foram parcialmente cumpridas e 32,73% foram cumpridas. (PARANÁ, 2018), A especificação do cumprimento destas ações pode ser observada na tabela 1:

TABELA 1: Cumprimento das ações e metas do Plano LGBT – Paraná

Secretaria da Justiça, trabalho e direitos humanos.	15	4	10	1
Secretaria da Família e desenvolvimento Social	9	3	-	6
Secretaria de Saúde	9	5	0	4
Secretaria de Educação	8	4	4	-
Secretaria de Esporte e Turismo	5	0	0	5
Secretaria do Desenvolvimento Urbano	1	-	-	1
Secretaria da Comunicação Social	1	-	-	1
Secretaria da Cultura	1	-	-	1
Secretaria de Segurança Pública	6	2	-	4
Total	55	18	14	23

Fonte: Paraná. Ministério Público do estado do Paraná. Núcleo LGBT do Centro Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção dos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná. Centro de apoio operacional das Promotorias de Justiça de Proteção dos Direitos Humanos. **Nota Técnica do Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.14.003755-0**. Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Plano_LGBT.pdf>. Acesso em 10/01/2020

No que se refere às agendas do que foi cumprido, a maioria das ações realizadas se relacionam a promoção da cidadania e a garantia de direitos constitucionais relacionados principalmente a educação, assistência social e saúde (PARANÁ, 2018).

Já especificamente sobre a categoria de não cumpridos, a maior parte das ações diz respeito à não implementação de ações em instâncias participativas e de controle social, como conselhos, conferências, comitês e fóruns; também indica a não execução de ações de sensibilização sobre a realidade das pessoas LGBT+ (PARANÁ, 2018).

Por fim, a categoria de parcialmente cumpridos se refere majoritariamente a dificuldade na execução de ações de sensibilização sobre a realidade de pessoas LGBT+, principalmente nas áreas que envolvem a política de educação e de segurança pública (PARANÁ, 2018).

Retomando o *overview* sobre as ações em âmbito estadual, houve a partir do decreto nº 2. 740 de Novembro de 2015 a III Conferência Estadual dos direitos de

LGBT+. Esta conferência ocorreu em Dezembro deste ano e teve como tema⁴⁹ 'por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais'. Teve como objetivo a avaliação da efetividade das políticas públicas para o enfrentamento a discriminação de LGBT+ (PARANÁ, 2015).

Para operacionalização destes objetivos foram estabelecidos os seguintes eixos de ação: eixo I – debate a transversalidade e intersectorialidade das políticas públicas pró LGBT+, bem como participação popular LGBT+ e a construção de um Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento à Violência Contra a população LGBT. O Eixo II trata das políticas de cultura e educação para população LGBT+, bem como a função da mídia e da comunicação na opinião pública sobre LGBT+; o Eixo III versa sobre a função do sistema de justiça e o conflito com a lei; no Eixo IV foram debatidas as legislações e decisões judiciais sobre LGBT+ (PARANÁ, 2015).

No ano de 2019 foi lançado em âmbito estadual o Protocolo de Intenções para formação de uma rede de atenção a casos de violação de direitos de LGBT+. Esta rede funcionaria a partir da interação interinstitucional entre as Secretarias de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, Secretaria de Estado da Saúde, Universidade Estadual do Paraná, Ministério Público do Estado do Paraná, Defensoria Pública do Estado do Paraná, Município de Curitiba e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná (PARANÁ, 2019).

O protocolo de intenções de criação da rede interinstitucional foi publicado em diário oficial do estado do Paraná no dia 05 de Maio de 2019. Neste documento é ressaltado o fato de que esta intenção de estabelecer uma rede interinstitucional é resultado de pressões realizadas a partir de discussões internacionais e nacionais citando a Convenção Interamericana da OEA o Conselho de Direitos da ONU, os princípios de Yogyakarta e a III Conferência Nacional de Políticas Públicas para LGBT+ (PARANÁ, 2019).

⁴⁹ Disponível em <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=141>. Acesso em 05 Nov 2019.

Esta rede teria o foco na averiguação e solução de casos de violência e discriminação contra LGBT+; o fomento do acesso e acolhimento a políticas e ações de atenção a população LGBT+; a garantia do uso de nome social e reconhecimento da identidade de gênero; o estímulo a produção de dados sobre casos de violência ocorridos com LGBT+ e ainda buscar edificar o ‘termo de cooperação’ que especifica as responsabilidades das instituições relacionadas a esta rede (PARANÁ, 2019). Esta foi a última ação governamental em âmbito estadual voltada a pessoas LGBT+ que conseguimos indicar e que se refere ao recorte temporal de realização da pesquisa.

2.3. PANORAMA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E GARANTIAS DE DIREITO DE LGBT+ EM PONTA GROSSA

Em âmbito municipal o acesso ao movimento LGBT+ e a documentações é maior em comparação com o que tivemos em âmbito estadual, com isso pudemos por meio de legislações, trabalhos acadêmicos, entrevistas com ativistas centrais do movimento LGBT+ ponta-grossense e notícias de jornal caracterizar a trajetória das ações do poder executivo em relação as pautas LGBT+ em Ponta Grossa.

No município de Ponta Grossa, as primeiras ações governamentais pró LGBT+ foram realizadas durante a gestão do prefeito Péricles de Holleben Mello entre os anos de 2001 e 2004. Estas ações se relacionam ao pagamento de despesas administrativas e de aluguel da sede do Grupo Renascer, que neste período prestava serviços vinculados a projetos de ações preventivas relacionadas a rede municipal de saúde (MARTINS, 2019).

Segundo Martins (2019), o Grupo Renascer foi fundado em Setembro de 2000 por Altair Luiz dos Santos, político e militante LGBT+ do município. Enquanto entidade sem fins lucrativos, o Grupo Renascer foi criado no contexto de emergência da epidemia de HIV/AIDS, período onde muitas travestis e transexuais faleciam por consequências das doenças, uma vez que neste período ainda não havia em Ponta Grossa o Serviço de Assistência Especializada/Centro de Testagem e Aconselhamento- SAE/CTA (MARTINS, 2019).

Neste contexto a iniciativa governamental pró LGBT+ ficou atrelada a execução de serviços pelo Grupo Renascer, que expandiu suas ações a partir do

desenvolvimento de serviços também no âmbito da Assistência Social, tendo projetos vinculados à respectiva secretaria, com repasse de verbas ‘fundo a fundo’, sem concorrência com outras instituições (MARTINS, 2019).

O Grupo Renascer, mesmo que vinculado à Secretaria de Assistência Social e a projetos voltados a garantias de direitos, não deixou de promover as ações de saúde voltadas a prevenção de HIV/AIDS no município. Com isso, a partir da segunda gestão de Pedro Wosgrau Filho, no ano de 2010, o Grupo começou a receber verbas da área da saúde para atuar na prevenção de Infecções Sexuais Transmissíveis-ISTs (MARTINS, 2019).

Ainda em 2010, foi decretado em âmbito municipal a partir da lei 10.387, a ‘semana de conscientização e orientação sexual’, primeira legislação em âmbito municipal que buscava desenvolver “[...] atividades que contribuam para reflexão sobre a realidade sexual” (PONTA GROSSA, 2010, p. 01) por meio de parcerias entre Poder Executivo e sociedade civil organizada.

No ano seguinte, houve o decreto número 5.590 de 2011 que aprovou o regimento interno do Conselho municipal de educação contendo em seu texto uma diretriz voltada ao respeito à diversidade de gênero e a orientação sexual no Sistema Municipal de Ensino (PONTA GROSSA, 2011).

O ano de 2015, período final do primeiro mandato de Marcelo Rangel Cruz de Oliveira, foi marcado por significativos avanços para a agenda e participação popular de LGBT+ em Ponta Grossa. Com a Lei 12.180 de 2015, o Conselho Municipal LGBT foi criado. De caráter consultivo, este Conselho tem por finalidade “[...] promover a eficácia das normas vigentes dos Direitos LGBT consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (PONTA GROSSA, 2015a, p. 01).

Em Junho de 2015 o Plano Municipal de Educação de Ponta Grossa do período de 2015-2025 foi discutido. O desenvolvimento deste plano gerou muitos debates promovidos pelos setores religiosos fundamentalistas da Câmara Legislativa

Municipal que buscou combater a inclusão da suposta agenda da ‘ideologia de gênero’ no currículo da educação municipal⁵⁰.

Devido a muita pressão realizada por parte do movimento, ativismo e aliados LGBT+ da cidade e também pela descentralização das diretrizes do Plano Nacional de Educação, onde são previstos o desenvolvimento de ações voltadas a questões de gênero e diversidade sexual, os termos e diretrizes relacionados a orientação sexual não foram retirados do Plano Municipal de Educação (BRASIL, 2015b; PONTA GROSSA, 2015b).

Neste mesmo ano em Outubro, aconteceu em Ponta Grossa a I Conferência Regional LGBT antecedendo a III Conferência Estadual LGBT. Teve como tema ‘Por um Brasil que criminalize a violência contra LGBT’ e contou com quatro eixos de trabalho. O Eixo I denominado ‘políticas transversais, participação social e sistema nacional LGBT’ teve como propostas:

- 1 – Criar uma Casa de abrigo / Casa de Apoio para atendimento da população LGBT.
- 2 – Criar uma Legislação Estadual para regulamentar o uso do nome social em todos os setores dos serviços públicos e privados.
- 3 – Criar um Ambulatório Macrorregional para atendimento/acompanhamento das pessoas Trans.
- 4 – Capacitar os profissionais dos setores e serviços públicos e privados, para o respeito e a utilização do nome social, de acordo com sua identidade de gênero.
- 5– Que o poder público viabilize recursos para a atuação do Conselho LGBT.
- 6 – Inclusão das pessoas LGBT no mercado de trabalho (PONTA GROSSA, 2015c, p. 4).

No Eixo II intitulado ‘educação, cultura e comunicação/mídia em Direitos Humanos’ as propostas se relacionaram a execução do uso no nome social e a

⁵⁰Vide:<https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/camara-de-pg-retoma-discussao-sobre-ideologia-de-genero-e-reducao-do-numero-de-vereadores?fb_comment_id=1898000100247633_1898131583567818>;

Vide:<<http://www.sismmac.org.br/noticias/3/geral/3079/na-midia--camara-de-ponta-grossa-rejeita-emenda-contra-direitos-lgbts-no-plano-municipal-de-educacao>>;

Vide <<https://m.jornaldamanha.info/politica/74711/vereadores-excluem-diversidade-sexual-do-pme>>. Acesso em 07 Nov 2019

coibição de práticas docentes discriminatórias em instituições de ensino; normatização de termos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero para profissionais da mídia (PONTA GROSSA, 2015c).

No terceiro eixo, as propostas versam sobre ‘segurança pública e justiça’. Foi deliberado sobre:

- 1 – Intervenção do Ministério Público na defesa da ordem jurídica e na fiscalização ao cumprimento das leis e em todas as questões que envolvam a população LGBT.
- 2 – Fazer constar nos Boletins de Ocorrências dados referentes a identidade de gênero, orientação sexual e nome social, bem como identificação de pessoas com deficiências e idosos para que à partir destes dados/estatísticas possa delinear um perfil das violências praticadas.
- 3 – Encaminhamento pela OAB Nacional de moção ao Conselho Nacional de Justiça para que os magistrados sejam capacitados ou conscientizados na sua atuação junto à população LGBT.
- 4 Criação de equipe especializada junto a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, para investigação de homicídios e outros atos de violência onde as vítimas sejam a população LGBT.
- 5 – Capacitação permanente dos profissionais de segurança pública de todas as esferas quanto às abordagens realizadas à população LGBT (PONTA GROSSA, 2015c, p. 5)

No Eixo IV, denominado ‘marcos legais para o enfrentamento à violência’ as propostas se relacionaram a construção de um ‘Plano Municipal de Direitos Humanos e Cidadania LGBT’; implementação do uso do nome social na administração pública; capacitação e inclusão do tema ‘diversidade sexual’ na formação de policiais e guardas municipais; promoção ao registro de violação de direitos contra LGBT+ em delegacias e ouvidorias para garantia de direito e viabilização do levantamento de indicadores de violência (PONTA GROSSA, 2015c).

Verifica-se então que a cidade de Ponta Grossa possui legislações municipais específicas pró LGBT+ desde 2010. Ressaltamos que a partir da gestão de Marcelo Rangel (2012-2016/2016-2020), e mais especificamente a partir de 2015, a manutenção da agenda municipal vem sendo realizada mais enfaticamente graças às pressões do movimento e ativismo de LGBT+ e seus aliados. Na contrapartida, se observa a organização de um ativismo de religiosos fundamentalistas dedicados a combater os avanços destas pautas.

No que se refere a este processo de manutenção da agenda municipal pró LGBT+, temos no ano de 2016, por meio do decreto municipal 11.024 a constituição da composição do Conselho Municipal LGBT de Ponta Grossa para o biênio de 2016/2017 (PONTA GROSSA, 2016).

Por meio dos decretos nº 13.522 e nº 13.524 de 2017 ocorreu a disposição das normas gerais dos Serviços de Proteção Básica da rede socioassistencial e dos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade da rede socioassistencial de Ponta Grossa, regulamentando as parcerias entre a administração pública e a sociedade civil na execução de serviços da política da Assistência Social em âmbito municipal. Em ambos os decretos as diretrizes contam com a previsão da execução de serviços de atendimento a pessoas LGBT+ e de combate à discriminação por gênero e orientação sexual (PONTA GROSSA, 2017a; PONTA GROSSA, 2017b).

Os decretos de regulamentação da rede socioassistencial também mudaram a atuação do Grupo Renascer – instituição que até então realizava ações apenas para o público LGBT+. Conforme Martins (2019, p. 85) “[...] em 2017, o município passou a reger suas parcerias por meio do Marco Regulatório, que foi aprovado pela Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014”. Assim o Estatuto do Grupo Renascer, bem como a relação entre esta e o poder executivo mudou. O repasse de verbas passou a ser atrelado à vinculação de projetos aos conselhos de Saúde e Assistência Social, e a instituição deixou de ser específica à LGBT+, prestando serviços como o teste rápido de HIV e grupos de convivência e fortalecimento de vínculos (MERCURIO, informação verbal⁵¹).

Também ocorreu em 2017 a inclusão de uma diretriz de ação no Plano Municipal de Cultura de 2017 com objetivo de valorizar grupos historicamente discriminados como a população negra, indígenas, LGBT+, faxinalenses, etc. na busca de fortalecer e inserir estas pessoas “[...] nas políticas de cultura, de criação, produção, difusão e fruição cultural” (PONTA GROSSA, 2017c, p. 7).

⁵¹ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

Em 2018, por meio do decreto nº 14. 061 foi institucionalizada a nova composição do Conselho Municipal LGBTQ+ para o biênio 2018/2019 (PONTA GROSSA, 2018) e houve a primeira parada LGBTQ+ dos Campos Gerais⁵².

No ano de 2019 houve o decreto nº 15.970, que versa sobre a aprovação do regimento interno do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que possui em seu texto a inclusão e não discriminação por orientação sexual (PONTA GROSSA, 2019a).

Portanto, o que a observação das agendas pró LGBTQ+ em âmbito municipal nos indica, é que em Ponta Grossa ocorre um panorama semelhante ao nacional no que tange a estagnação da agenda LGBTQ+ em relação aos governos. Poderíamos inclusive indicar a retirada da previsão de recursos do Conselho Municipal LGBTQ+ por meio do decreto nº 16. 421 (PONTA GROSSA, 2019b), que prevê fornecimento de crédito suplementar no orçamento geral do município, e para isso retirou verbas destinadas ao Conselho Municipal LGBTQ enquanto um retrocesso.

Todavia, chamamos atenção para que a manutenção da agenda em âmbito governamental municipal pode ser compreendida enquanto uma conquista do movimento, ativismo e aliados LGBTQ+ de Ponta Grossa frente a oposição ferrenha feita por vereadores ligados ao fundamentalismo religioso do município, manifestando o caráter dual de avanços e retrocessos na execução das políticas pró LGBTQ+ na cidade.

Isso, pois, em paralelo aos avanços na pauta LGBTQ+, manifestados por meio destas legislações e decretos, o movimento religioso fundamentalista de Ponta Grossa reagiu desenvolvendo ações contra a suposta 'implantação da agenda de gênero'. Afinados com o que ocorre desde 2015 em âmbito nacional, este grupo que protestou ativamente contra a agenda afirmativa pró LGBTQ+ em Ponta Grossa no mesmo ano (2015) votou contra a inclusão de diretrizes relacionadas a orientação sexual e diversidade de gênero no Plano Municipal de Educação (2015-2025) (NETUNO, informação verbal, 2019; VÊNUS, informação verbal, 2019⁵³).

⁵² Vide < <https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/pg-tera-1a-parada-cultural-lgbt-no-proximo-domingo>>; < <https://arede.info/ponta-grossa/239668/parada-lgbt-reune-centenas-de-pessoas-em-pg>>.

⁵³ Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019. Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 23 de Maio de 2019.

A ofensiva deste grupo liderado pelo vereador pastor Ezequiel Bueno⁵⁴ continuou após as manifestações de 2015 relacionadas ao Plano Municipal de Educação. Em 2017 ocorreram ações bastante enfáticas por parte dos políticos ligados ao fundamentalismo religioso, sendo algumas delas, a ameaça de prender a *Drag Queen* Pablo Vittar por uma notícia falsa que alertava sobre ‘os perigos’ da cantora passar por escolas para ensinar sobre diversidade de gênero⁵⁵.

No mesmo ano foi realizada na Câmara Legislativa Municipal de Ponta Grossa, sob organização do vereador Felipe Passos a audiência pública ‘Ideologia de gênero – o que é isso que querem que seja ensinado para nossos filhos e filhas?’

FIGURA 1: Cartaz de divulgação da audiência pública ‘Ideologia de Gênero: o que é isso que querem que seja ensinado para nossos filhos e filhas’.



MIRANDA, João. **Na capital da ‘reaçolândia’, audiência pública defende tese sobre ideologia de gênero.** Pragmatismo Político. Ponta Grossa 2017. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/12/reacolandia-audiencia-publica-defende-ideologia-de-genero.html>>. Acesso em 20/01/2020.

⁵⁴ Vide <<https://d.aredo.info/ponta-grossa/32842/camara-de-vereadores-cria-frente-da-familia>>; <<http://www.sismmac.org.br/noticias/3/geral/3079/na-midia--camara-de-ponta-grossa-rejeita-emenda-contra-direitos-lgbts-no-plano-municipal-de-educacao>>; <<https://d.aredo.info/ponta-grossa/23131/vereadores-acusam-pastor-ezequiel-de-traicao>>. Acesso em 20 de Janeiro de 2020

⁵⁵ Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/gente.vereador-de-ponta-grossa-no-parana-ameaca-prender-pablo-vittar,70002050787>. Acesso em 20 de Janeiro de 2020.

Ainda em 2017, o vereador Felipe Passos criou o abaixo assinado eletrônico denominado 'não à ideologia de gênero nas escolas em Ponta Grossa'⁵⁶ que atualmente possui 257 assinaturas. A justificativa do abaixo assinado é a seguinte:

Se estes novos conceitos forem introduzidos na legislação, estará comprometido todo o edifício social e legal que tinha seu sustento sobre a instituição da família. Os princípios legais para a construção de uma nova sociedade, baseada na total permissividade sexual, terão sido lançados. A instituição familiar passará a ser vista como uma categoria 'OPRESSORA' diante dos gêneros novos e inventados, como a homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e outros. Para que estes novos gêneros sejam protegidos contra a discriminação da instituição familiar, kits gays, bissexuais, transexuais e outros poderão tornar-se obrigatórios nas escolas (PASSOS, 2017).

E no ano de 2018, o vereador Vinícius Camargo apresentou uma proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal proibindo o planejamento, implementação e execução de políticas educacionais que tenham em seus currículos questões relacionadas a questões de gênero⁵⁷.

Articulamos este contexto ponta-grossense onde setores conservadores e religiosos fundamentalistas buscam combater os avanços de agendas pró LGBTQ+ ao debates de Partenotte e Kuhar (2018), uma vez que podemos observar a articulação da ofensiva da 'ideologia de gênero' articulada ao populismo de direita e a homofobia política, enquanto processos catalizadores de figuras políticas que convençam a maioria eleitoral e cheguem ao poder adotando discursos que se apoiem em lutas contra um 'inimigo comum', como é o caso do que ocorre no Brasil em 2019, onde presidente Jair Messias Bolsonaro não apenas se contrapõe, mas procura combater os avanços na agenda LGBTQ+ a partir da suposta 'carga ideológica de gênero'.

Em Ponta Grossa, conforme o panorama de emparelhamento entre as mobilizações fundamentalistas religiosas com o que ocorre em âmbito federal, esta catalisação política pode ser observada no percentual de votos destinados a

⁵⁶ Disponível em: <<https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR102965>>.

⁵⁷ Disponível em: <<https://d.aredede.info/ponta-grossa/233984/vinicius-camargo-quer-proibir-ideologia-de-genero-em-pg>>.

Bolsonaro nas eleições de 2018. No primeiro turno em Ponta Grossa, Bolsonaro obteve 112.345 votos, contra 22.296 destinados a Fernando Haddad e 19.350 destinados a Ciro Gomes. No segundo turno em Ponta Grossa, Bolsonaro obteve 137.776 votos contra 49.049 destinados a Fernando Haddad⁵⁸.

A eleição de Bolsonaro, bem como o início de seu mandato em 2019, desembocou em um contexto onde podemos observar uma estrutura de governo não sensível às pautas LGBTQ+. Consideramos para além da falta de sensibilidade a sua estrutura combativa, que busca suprimir as demandas e as enfrentar por meio de revisionismos conjunturais. As estratégias utilizadas têm sido a supressão e subversão dos debates sobre gênero e sexualidade sob a justificativa da ‘ideologia de gênero’⁵⁹.

Conforme noticiado pelo Observatório de Sexualidade e Política⁶⁰, há no Brasil uma ofensiva de propostas legislativas justificadas a partir da ‘ideologia de gênero’, como o projeto de lei nº 3.492, de 12 de Junho de 2019 que prevê adição ao Código Penal brasileiro de homicídio contra criança e adolescente pela imposição de ‘ideologia de gênero’ ou o projeto de Lei 3.419, de 11 de Junho de 2019 que visa proibir a realização de cirurgia de ‘transgenitalismo’ e do tratamento de redesignação sexual em menores de 21 anos no Brasil⁶¹.

Ainda nesta perspectiva, há o veto do governo brasileiro ao termo ‘gênero’ da resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre saúde sexual e reprodutiva, conforme amplamente noticiado⁶² no que, segundo Prado e Corrêa

⁵⁸ Disponível em: < <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-parana/ponta-grossa-pr/presidente/>>.

⁵⁹ Já discutimos a evolução da agenda da ‘ideologia de gênero’ no primeiro capítulo desta reflexão, todavia deixamos esta citação contextualizadora de Scala sobre a percepção deste grupo sobre o caráter ‘mortal’ da ‘ideologia de gênero’ ao afirmar que esta é “[...] *probablemente la ideología más radical de la historia, puesto que –de imponerse–, destruiría al ser humano en su núcleo más íntimo y, simultáneamente acabaría con la sociedad. Además de ello, es la más sutil, porque no busca imponerse por la fuerza de las armas –como por ejemplo el marxismo y el nazismo–, sino utilizando la propaganda para cambiar las mentes y los corazones de los hombres, sin aparente derramamiento de sangre. Sin embargo, ésta como todas las demás ideologías –a su debido tiempo–, desaparecerá sin dejar rastros, precisamente por su intrínseca falsedad. Obviamente, dejará tras de sí un tendal de víctimas, personas y sociedades frustrados e infelices* (SCALA, 2010, p. 09-10).

⁶⁰ Disponível em: < <https://sxpolitics.org/ptbr/sobre-nos>>;

⁶¹ Vide: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207336>

⁶² Disponível em: < <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/26/brasil-se-abstem-em-voto-sobre-saude-sexual-e-reprodutiva-na-onu/?cmpid=copiaecola>>;

(2018) reflete em uma ‘cruzada antigênero’. Conforme os autores, a ‘cruzada antigênero’ ganhou ênfase no país a partir de 2013 com manifestações contra o matrimônio de pessoas LGBT+ somadas ao movimento ‘Escola sem Partido’ (PRADO; CORRÊA, 2018). As pessoas que integram estas manifestações envolvem:

[...] grupos religiosos cristãos, há movimentações que se articulam com outros grupos e organizações reacionárias e ultraconservadoras como partidos de extrema direita, colégio de pediatras anti-direitos LGBTI, grupos de psiquiatras e psicólogos/as que defendem as chamadas terapias de reversão da homossexualidade e a manutenção de categorias patologizantes para nomear a experiência de pessoas trans e intersexuais, ginecologistas que são contra o aborto, pedagogos que repudiam a educação sexual, juristas e operadores de justiça que preconizam concepções ortodoxas do direito [...]. No caso brasileiro, é flagrante, por um lado, o perfil católico-evangélico da ofensiva [...] por outro lado, também é fundamental, reconhecer a contribuição da participação de outras vozes religiosas como kardecistas e judeus de direita e de setores seculares, como os ditos liberais do Movimento Brasil Livre (MBL), juristas, médicos/as, professoras/es e políticos que não são necessariamente religiosos do qual um exemplo é o Escola sem Partido. (PRADO; CORREA, 2018, p. 445).

O foco inicial da organização destas pessoas que era o combate ao termo ‘gênero’ do Plano Nacional de Educação ganhou força a partir de 2016 e desembocou na eleição de um candidato presidencial disposto utilizar do discurso do combate à ‘ideologia de gênero’ como plataforma de governo (PRADO; CORREA, 2018).

Com isso, houve ações que visavam inibir aulas e materiais didáticos que tratassem de gênero e sexualidade – sob a ameaça de delação a partir da filmagem de docentes que o fizessem, também houve projetos de lei que criminalizavam a ‘ideologia de gênero’ ou a incorporavam como agravante de homicídio e ainda houve o veto sobre o direito da saúde sexual e reprodutiva, sob a justificativa de que gênero é apenas o biológico e deve ser discutido em casa (PRADO; CORREA, 2018).

< <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e- apenas-sexo-biologico.shtml>>;

< <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/06/26/ao-dizer-que-genero-e-igual-a-sexo-biologico-ministerio-ignora-a-ciencia.htm>>

< <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/?cmpid=copiaecola>>;

< <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/documento-orienta-diplomatas-trocar-genero-por-homens-mulheres-23766808>>.

Por fim, tendo como base tudo o debatido até aqui, consideramos que este é contexto brasileiro que converge em uma conjuntura dicotômica nos moldes do Estado de exceção, pois, ao passo em que há assegurada por lei a gestão democrática das políticas sociais, através da participação em conselhos e nas conferências, existe também um Estado que tutela e fomenta a exceção voltada a pessoas LGBTQ+ ao apenas executar demandas que tenham a ver com a manutenção de narrativas/práticas hegemônicas combatendo aqueles que vão contra esta postura.

Isso se apresenta de forma enfática quando observamos as ofensivas contra LGBTQ+ reverberadas a partir do discurso da 'ideologia de gênero' e os constantes ataques a que as agendas LGBTQ+ são alvo. Além do mais, as ações ocorridas já no início do mandato de governo de Jair Messias Bolsonaro, como a realocação, dissolução e reintegração do Conselho Nacional de Combate à discriminação e Promoção dos Direitos de LGBTQ (CNDC/LGBT) demonstra que a estrutura deste governo busca enfraquecer a participação popular, salvo aqueles que compõem a base eleitoral e de combates coincidentes.

Com os pressupostos teóricos que nos guiam na compreensão da conjuntura brasileira de políticas sociais específicas LGBTQ+ e o panorama descentralizado das políticas sociais pró LGBTQ+ em âmbito nacional, estadual e municipal tendo sido indicados, estabelecemos nos próximos capítulos discussões sobre a trajetória do movimento, ativismo LGBTQ+ e seus aliados em Ponta Grossa, também demonstramos como as *assemblage* funcionam como formas de manifestação contenciosa que buscam contestar este panorama dual de avanços e retrocessos e de exceção em relação a execução de políticas pró LGBTQ+.

CAPÍTULO 3 – O ‘ROAD TO ASSEMBLAGE: PERCURSOS E PERCALÇOS

(...) *things appear to us only because they tantalize and hold us in suspense, alluding to a fullness that's elsewhere and a future restlessly on its way*⁶³ (BENETT, 2005, p. 458).

Nos capítulos anteriores desta reflexão indicamos nossos pressupostos teóricos, demonstrando o que acreditamos ser algumas das categoriais que possuem maior interface e diálogo com o fenômeno da garantia de direito para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa.

Iniciamos o debate com reflexões relacionadas às *assemblage* enquanto possibilidade teórica de observação de mobilizações sociais no campo da Geografia e sua relação com as dinâmicas contenciosas, as indicando enquanto fio condutor, como lente através da qual buscamos ler todas as demais discussões das seções e capítulos que seguiram. A partir disso indicamos nossa perspectiva sobre Estado e Políticas Sociais, sobre o movimento e ativismo de LGBTQ+ e aliados e, em um momento posterior, indicamos o panorama descentralizado das políticas sociais para LGBTQ+ em âmbito municipal, estadual e federal.

Retomamos o que fizemos até aqui nestes parágrafos anteriores por um propósito que extrapola a introdução deste novo capítulo. O fizemos para destacar que esta sequência de seções e capítulos e escolha de caminho reflexivo foi apenas uma de várias outras que experimentamos nesta trajetória de pesquisa.

Experimentar é basicamente o que fizemos ao longo destes dois anos de construção desta dissertação, realizando tentativas de montagens de textos, de articulações de reflexões, metodologias e teorias. Trabalhar com as *assemblage* enquanto fio condutor nos rendeu um grande desafio teórico-metodológico.

A abordagem a partir das *assemblage* demandou uma forma de trabalhar que ressaltasse a complexidade, a multiplicidade, a ênfase em processos que articulam

⁶³ Tradução: “[...] as coisas aparecem para nós porquê nos atormentam e nos mantem em suspense, aludindo a uma totalidade que está em outro lugar e um futuro incansavelmente a caminho” (BENETT, 2005, p. 458, tradução nossa).

para além da relação imbricada entre o público e o privado, a simbiose de trajetórias individuais que convergem em dinâmicas processuais.

Neste trabalho, esta dinâmica processual se refere a garantia de direitos de pessoas LGBTQ+, porém é uma dinâmica dentre muitas possíveis quando pensamos em *assemblage* enquanto composições, arranjos específicos de elementos dotados de “[...] estilos, energias, propensões, trajetórias”⁶⁴ (BENETT, 2005, p. 461, tradução nossa).

Tivemos muitos desafios e percalços que nos levaram a vários processos de tomadas de decisão. Destacamos estas ‘dificuldades’ não como forma de manifestação ou reclamação contra este processo, mas para enfatizar que tentar corresponder a complexidade da realidade é um processo igualmente complexo, uma clausura disciplinar, como diria Morin (1988).

Isso porquê no processo de buscar produzir inteligibilidade a esse fenômeno, temos como mediadora a linguagem, as limitações da escrita, e as limitações dos sujeitos pesquisadores frente a este processo, onde muito destes estilos e energias das quais fala Benett (2005), bem como a expressão das pessoas e elementos envolvidos nesta dinâmica, seja ela material ou imaterial de que fala DeLanda (2006, 2016), podem perder ou simplificar em demasia sua ênfase e sua plasticidade nos processos reflexivos e explicativos.

Como indica Morin (2005, p. 337)

A pior simplificação é aquela que manipula os termos complexos como termos simples, os liberta de todas as tensões antagônicas/contraditórias, lhes esvazia as entranhas de todo o seu claro-escuro. A pior simplificação seria repetir aos quatro ventos ‘tudo é complexo, tudo é hipercomplexo’, isto é, expulsar precisamente a resistência do real, a dificuldade de conceito e de lógica, que a complexidade tem a missão de revelar e manter.

Então enfatizamos este processo de desafios e complexidade, bem como enfatizamos que este trabalho reflete nossa busca em tentar compreender o fenômeno das *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa reconhecendo a

⁶⁴ Adaptado de “*style, energy, propensity, trajectory*” (BENNETT, 2005, p. 461).

existência de seus fatores facilmente observáveis, como as expressões materiais de seus elementos, e também daqueles fatores nem tão fáceis de observar, relacionados com subjetividades, sentimentos, personas, performances. Com isso reconhecemos a sua heterogeneidade inerente, mas também a coesão necessária para seu acontecimento, paralelamente compreendendo a instabilidade e a contingência das relações dinamizadas neste processo, uma multiplicidade caótica que nos impôs o desenvolvimento de estratégias teórico-metodológicas e reflexivas (DELANDA, 2006; MORIN, 1988).

Este é o processo que indicamos neste terceiro capítulo, nossas escolhas, decisões e resultados que foram construídos tendo como base os pressupostos refletidos nesta introdução.

3.1. ESCOLHAS PARA AS REFLEXÕES DAS INTERAÇÕES E PROCESSOS NAS ASSEMBLAGE

Conforme indica a introdução deste capítulo, durante o período de construção desta dissertação necessitamos tomar um conjunto de decisões e transformações que nos colocaram em uma posição delicada frente à complexidade do fenômeno que nos propomos a discutir, assim, apresentamos este percurso a partir de períodos correspondentes às estas transformações que estão estabelecidas e são expressadas no texto a seguir.

A nossa trajetória de pesquisa iniciou com a realização do campo exploratório já no primeiro mês de aulas do mestrado em gestão do território, em Março de 2018, e ocorreu até Julho deste mesmo ano. Neste período, realizamos entrevistas com seis pessoas. A primeira destas pessoas corresponde à rede de pessoalidade dos autores, sendo reconhecida como aliada *heteroquer* de LGBTQ+ de longa data, sendo que as demais pessoas foram indicadas por ela.

Em todas as entrevistas foram seguidas 10 perguntas com base em um roteiro preestabelecido⁶⁵. Entretanto, cada uma das conversas desembocou em tópicos específicos sobre a execução e promoção da garantia de direitos nos campos de trabalho das pessoas entrevistadas nesta etapa, sendo respectivamente - Hospital

⁶⁵ Consultar anexo.

Universitário Regional dos Campos Gerais, Grupo Renascer, Associação Flor de Lis LGBT, e Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Ponta Grossa, Paraná.

Neste momento, quando iniciamos as entrevistas do campo exploratório⁶⁶, havíamos definido como procedimentos metodológicos a utilização de entrevistas semiestruturadas com enfoque qualitativo e a aplicação da técnica ‘bola de neve’ para definição do número de entrevistas a ser realizado a partir da saturação de falas.

Consideramos que as entrevistas semiestruturadas com enfoque qualitativo são aquelas em que há participação do pesquisador na construção de um roteiro prévio, com questionamentos interessantes para a investigação, apoiados tanto na questão central estabelecida para a elaboração da pesquisa, como na discussão teórica que dialoga com este fio condutor. À medida que os pensamentos e experiências vão surgindo a partir do roteiro de questionamentos, novas interrogativas se desvelam, e assim, a pessoa entrevistada passa a ser pessoa integrante na elaboração do conteúdo da pesquisa (MANZINI, 2004; TRIVIÑOS, 1987).

A técnica ‘bola de neve’ seria utilizada para definição de pessoas a serem entrevistadas, uma vez que nesta técnica, os entrevistados iniciais indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que se alcance o ponto de saturação (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Assim, o número de entrevistas seria definido a partir do ponto de saturação, alcançado quando as informações passassem a representar, a partir dos objetivos da pesquisa, redundância ou repetição nos discursos, fugindo do tema ou não contribuindo para o aprofundamento das reflexões da pesquisa (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Quando realizamos estas entrevistas do campo exploratório, observamos que o número de pessoas citadas como referência para a continuidade da pesquisa foi muito alto, chegando a um total de 53 pessoas elencadas como sujeitos que poderiam contribuir. Isso ocorreu uma vez que as pessoas entrevistadas eram convidadas a citar outras pessoas apenas com a restrição de ‘ser pessoa que colabore com a garantia de direitos para LGBT+ em Ponta Grossa’. Neste período inicial

⁶⁶ Pesquisa de campo exploratório realizado a partir de 04 entrevistas realizadas com 06 pessoas que ocorreram entre 20 de Março e 18 de Julho de 2018

consideramos que este não seria um problema operacional em si, se utilizássemos de uma amostragem confiável a ser pesquisada.

Mas como o movimento, ativismo e aliados de LGBT+ ponta-grossense são bastantes heterogêneos em agendas, posicionamentos e apoio a determinadas pautas, notamos que seria difícil encontrar uma saturação ou repetição do conteúdo das falas. Pelo contrário, é como se cada pessoa apresentasse um ponto de vista sobre as *assemblage*, sobre a garantia de direito e sobre o movimento, ativismo e aliados LGBT+. Então, não poderíamos utilizar uma amostragem, uma vez que havia uma enorme dificuldade em definir parâmetros para saturação.

Consideramos ainda realizar as 53 entrevistas, mas refletimos que durante o período da construção de uma dissertação de mestrado este alto número de entrevistas complexificaria imensamente o processo de investigação pelo grande volume de fala, transcrições e análises a serem realizadas, de forma que não compreendemos enquanto exequível esta possibilidade.

Ocorreu disso que optamos por restringir a pessoas a ser entrevistadas aquelas cujo nome e instituição tenham sido mais citados nos campos exploratórios. Assim cada pessoa entrevistada teria que necessariamente fazer parte de instituição e ambas devem ter sido amplamente citadas.

Esta complexidade metodológica a qual nos deparamos é paralela à complexidade nas tentativas de produção de inteligibilidade ao funcionamento do fenômeno e aos nossos pressupostos iniciais sobre a garantia de direitos para pessoas LGBT+ em Ponta Grossa, Paraná. O que ocorreu é que ao início do processo de pesquisa considerávamos a possibilidade de que o fenômeno que envolve a garantia de direito para LGBT+ na cidade funcionaria por meio de uma rede geográfica⁶⁷ institucional, articulada e em interface multiescalar, com uma rede de

⁶⁷ Conforme Corrêa (2008, p. 75), “A espacialização é a característica chave que distingue a rede geográfica das redes em geral. E necessita ser explicitada, não sendo suficiente afirmar que os objetos e processos têm necessariamente uma localização”. Sendo assim, para uma rede ser de fato ‘geográfica’ há que se considerar o espaço como constituinte e constituído pelos fixos, é produto e condição social construída historicamente, dotada de intencionalidade (CORRÊA, 2008). Para o autor, a rede geográfica seria “[...] o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos” (CORRÊA, 2011, p. 201), constituindo forma particular de rede, ou seja, seriam “redes sociais espacializadas” (CORRÊA, 2011, p. 201). O autor afirma que as redes geográficas seriam sociais porque envolvem poder e cooperação, porque são mutáveis ao passo em que são contextualizadas historicamente na reunião de pessoas em torno de interesses em comum (CORRÊA, 2011).

peças. Desta forma, a problemática, o campo exploratório, e os procedimentos metodológicos foram organizados para uma reflexão em torno da suposta existência de tais redes.

Ao realizarmos as entrevistas percebemos que as falas dos sujeitos não indicavam a possibilidade de estarmos observando um fenômeno sobre redes geográficas, sendo que as menções sobre rede de modo geral, quando perguntado diretamente sobre a existência destas, eram “rede? Que rede? Quando você falou em rede a gente fala ‘iiiiih’, me preocupei muito (risos)! Porque assim, me preocupa...não existe” (SATURNO, informação verbal⁶⁸) ou:

Olha, eu acho que rede, rede, se a gente for buscar lá, o conceito de rede, né, eu acho que não. Eu acho que existem pontos que convergem, mas que ainda precisa ser fortalecido para que a gente possa chamar de rede, na minha opinião. Eu acho que você tem uma rede muito frágil. Uma teiazinha. Uma teia muito frágil e que precisa ser muito mais trabalhada ainda, que precisa ser muito mais discutida e fortalecida para que se transforme de fato em uma rede (TERRA, informação verbal⁶⁹).

Ao analisarmos as entrevistas, observamos que o fenômeno estava nos direcionando para algo que não estava relacionado ao seu funcionamento em rede geográfica como pensado a *priori*. As falas das pessoas entrevistadas destacava a fragilidade, como podemos ver na fala de Terra, a inexistência, como indica Saturno e ainda a provisoriade como reforça a fala de Mercúrio (informação verbal⁷⁰) “A união é temporal, se junta e desfaz a partir do momento que é necessária né, não é contínua não”.

Com a incerteza emergente no processo de pesquisa, resolvemos realizar um documento⁷¹ com alguns conceitos geográficos enquanto possibilidades explicativas.

⁶⁸ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

⁶⁹ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

⁷⁰ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 10 de Dezembro de 2018.

⁷¹ Consultar anexo

Estes conceitos foram os de redes geográficas, territórios, espaço e *assemblage*. Com isso evidenciamos que o fenômeno de garantia de direitos de LGBT+ em Ponta Grossa apresenta aspectos de contingência, heterogeneidade e contenciosidade, mas também territorialidades e elementos de redes. Confrontamos estes conceitos com os trechos de falas das pessoas entrevistadas e com isso compreendemos que as *assemblage* seriam coerentes e potentes enquanto fio condutor na produção de reflexões sobre este fenômeno. E assim se deram os primeiros 08 meses de pesquisa constituídos por tentativas, construções e desconstruções pelas quais passamos até chegar finalmente ao conceito de *assemblage* como conceito norteador para nosso trabalho.

Este percurso remete ao que propõe Feyerabend (1977). Para o autor, a compreensão de novas ideias parte de uma idealização, um problema, para depois haver a ação. Para o autor, isso não ocorre de uma forma bem definida, “[...] orientada por um programa bem definido” (FEYERABEND, 1977, p. 32). Assim, a criação e a compreensão de uma ideia de certa ‘coisa’ articulada ao interesse por ela criam condições para explicações, para racionalização (FEYERABEND, 1977).

Portanto, é ao se interessar por algo que o sujeito pesquisador utilizando de técnicas metodológicas se conecta e se comunica com os sujeitos que fazem parte do fenômeno observado (MORIN, 2005). Conforme Feyerabend (1977), as teorias só possuem êxito na tentativa de produzir inteligibilidade a um fenômeno, ao passo que esta teoria não modifica a situação, ou seja, a teoria tem que estar a serviço do fenômeno, e não o contrário. Então, foi ao passo que estabelecemos diálogos com os outros participantes da pesquisa, ou melhor, quando demos real atenção à fala destas pessoas, que desenvolvemos possibilidades reflexivas que nos trouxeram novas questões e que apontaram caminhos que poderiam vir a explicar o fenômeno.

Enfim, o *road to assemblage*, por assim dizer, foi descrito. Mesmo que a subjetividade dos autores não seja o foco deste trabalho, é importante demonstrar com estas reflexões que o processo de construção do conhecimento é significado pela articulação entre sujeito pesquisador e os outros participantes da pesquisa. Assim, os conceitos e as sínteses explicativas aqui propostas foram pensadas segundo as interações entre ambos, e a ideia de provisoriidade mediou este processo, uma vez que o conhecimento científico é factual, contingente, sistemático, verificável e também

falível, conforme o caminho exposto procurou demonstrar (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Ao passo que reconhecemos as limitações e dificuldades na operacionalização, somadas à complexidade envolvida na definição de um fio condutor teórico, iniciamos nova fase de entrevistas. Realizamos 8 entrevistas entre Dezembro de 2018 a Junho de 2019 com pessoas reconhecidas enquanto ativistas centrais na promoção e garantia de direitos de LGBTQ+ em Ponta Grossa que pertencem à instituição também reconhecida pelos mesmos motivos.

Em todas as entrevistas foi utilizado roteiro preestabelecido⁷² e foram mantidas as indicações estabelecidas pelo campo exploratório. As pessoas entrevistadas pertencem as principais instituições citadas, ou seja, Grupo Renascer, Associação Flor de Lis LGBTQ, Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Ponta Grossa/Paraná, Grupo de Estudos Territoriais (GETE), Conselho Municipal LGBTQ de Ponta Grossa e Grupo Universitário de Diversidade Sexual e Identidades de Gênero (GUDI).

Ressaltamos que utilizamos também as 6 entrevistas do campo exploratório para as reflexões do trabalho. Com isso temos 14 entrevistas realizadas com 8 pessoas, sendo que algumas destas pessoas foram entrevistadas mais de uma vez contando as duas séries de entrevistas realizadas. Cada uma destas entrevistas foi transcrita, gerando um total de 136 páginas.

Para a fase de análise deste material transcrito, optamos por realizar a análise de conteúdo do discurso de Bardin (2016). A análise de conteúdo se trata de um conjunto adaptável de técnicas aplicadas ao campo das comunicações escritas, orais, icônicas e de códigos semióticos, buscando observar seus significados e/ou significantes (BARDIN, 2016). O foco destas análises não é a descrição dos elementos que compõe os conteúdos, mas “[...] no que estes nos poderão ensinar após serem tratados” (BARDIN, 2016, p. 44), tendo por finalidade a inferência de conhecimentos.

As inferências seriam as deduções propiciadas por vestígios encontrados nos conteúdos das mensagens a partir de seus significantes e significados, indo além da

⁷² Consultar anexo.

descrição, propiciando a interpretação por meio da tentativa de compreensão da comunicação “[...] realçando os sentidos que figuram em segundo plano” (BARDIN, 2016, p. 25).

Para Bardin (2016), a aplicação da análise de conteúdo é bastante flexível, uma vez que permite a utilização de diversos conjuntos de técnicas complementares para se chegar à realização de inferências (BARDIN, 2016). Neste trabalho foram realizados dois conjuntos de técnicas somados à análise de conteúdo de Bardin (2016), um referente as análises para o terceiro capítulo e outro às análises para o quarto capítulo.

Conforme explicado no início desta sessão, tivemos percalços de pesquisa que prosseguiram no período de análise das falas das pessoas entrevistadas. Isso ocorreu pela forma com que os questionamentos foram realizados às pessoas, conforme pode ser observado nos questionários em anexo. As perguntas sempre se articulavam a refletir em torno das trajetórias de vida, funcionamento da garantia de direito de LGBT+ e trajetórias institucionais.

Os questionários foram formulados para versar em torno destes três eixos, nos proporcionando condições para verificar sua relação com as questões estabelecidas para o desenvolvimento da pesquisa. Então, o material final das entrevistas já transcritas e analisadas⁷³ nos forneceram dois tipos de informação que exigiram conjuntos metodológicos diferentes para análise.

O primeiro deles foi utilizado para o desenvolvimento do quarto capítulo desta dissertação, intitulado ‘O comportamento das *assemblage* de garantias de direitos de pessoas LGBT+ em Pontas Grossa, Paraná’. Nele articulamos a análise de conteúdo de Bardin (2016) com a sua operacionalização proposta por Silva e Fossá (2015) com o desenvolvimento de categorias primárias (divisão temática), categorias intermediárias (codificações) e categorias finais de análise (inferências).

O segundo conjunto metodológico foi utilizado para as reflexões do capítulo 3 deste trabalho, denominado ‘Componentes das *assemblage* em foco: vidas como trajetórias em movimento e a institucionalização de pautas’, que foi uma articulação

⁷³ Os procedimentos serão melhor especificados a seguir, depois desta contextualização.

entre análise de conteúdo (BARDIN, 2016) e metodologia de história de vida (NOGUEIRA, *et al.*, 2017; DELGADO, 2013).

3.1.1. Como desenvolvemos: análise de conteúdo em três fases, divisão temática, codificação e inferências

Este momento de reflexão se refere a aplicação da análise de conteúdo de Bardin (2016) a partir do processo proposto por Silva e Fossá (2015). Iniciamos este processo com a realização da pré-análise, onde o áudio das entrevistas foi transcrito e conferido, com escuta do áudio da entrevista simultaneamente a leitura do material transcrito para conferir a fidelidade do material escrito. A partir disso iniciamos a análise de conteúdo.

O processo de Silva e Fossá (2015) é composto de três fases. A primeira é a fase de categorização inicial, onde a partir da pré-análise são elencadas as primeiras impressões a partir da divisão por unidades temáticas. A segunda é a criação das categorias intermediárias, onde há o agrupamento de categorias que podem ter discussões aproximadas e aglutinadas quando confrontadas com o referencial teórico. A terceira fase de análise se refere a criação de categorias finais, ou seja, constituição de macro categorias das quais é possível criar inferências relacionadas a cada uma das categorias que a compõe.

Iniciamos a primeira destas etapas com a realização da pré-análise. Para Bardin (2016) este é o período de organização do material, de sistematização de ideias, intuições e esquemas. Neste primeiro momento de análise, devem ser organizados os objetivos e indicadores de leitura. Para tanto, o documento com todas as entrevistas foi lido, os trechos de fala pertinentes foram escolhidos e os não pertinentes foram sinalizados como anexo no fim do documento onde foram agregadas todas as entrevistas.

O texto gerado da pré-análise foi lido novamente e a partir dele criamos as unidades de registro. As unidades de registro se referem ao contexto das falas, com isso, o que consideramos na separação das unidades de registro para análise não foi o número de linha, ou sequência numérica de parágrafos do texto integral original que unia todas as entrevistas, mas sim o contexto de fala, ou seja, a temática de cada um

dos parágrafos e os debates relacionados a este tema. Bardin (2016) considera que ao tema competem os núcleos que conferem sentido ao texto possibilitando a disposição de unidades de registro por definições e recortes temáticos.

Para a criação destas unidades de registro cada parágrafo foi lido e resumido em torno de sua temática central. Obtivemos por meio desta ação 136 unidades de registro elencadas. A partir dos resumos destas unidades de registro atribuímos palavras-chave às unidades, estas que se tornaram as nossas categorias discursivas iniciais (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Este processo está exemplificado na imagem 2:

FIGURA 2: Exemplificação do processo de leitura e definição de unidades temáticas de análise

(continua)

Eu queria que você me dissesse quando você vai fazer um evento, o fórum, quanto tempo que demora este processo de negociação, como funciona este processo, é duradoura as relações?

Com certeza é uma relação que extrapola a realização do evento em si, como eu sempre dava o pontapé na realização destes atos então tem um primeiro momento de disputar esta ideia com as outras instituições que fizessem parte para que estas acreditassem no projeto e a partir de conversa com as suas bases, a sua entidade aceitasse participar ou não. Existia um momento da realização dos eventos, seja os eventos como foi a parada que demandou uma organização muito maior, neste momento da realização, no dia de realização e pós no sentido de avaliação do que foi de como foi do que podemos projetar para o futuro, se podemos fazer uma nova parada, se podemos fazer novos atos de rua, então, por exemplo, num nível de organização que foi a Parada, ela começou a ser organizada em conversas pessoais com amigos, até o final foi de setembro a dezembro, foi de três meses e neste ano a gente queria que começasse desde o começo, o que não aconteceu mas nesta semana a gente vai começar a pensar a Parada. Foram três meses muito longo de disputar ideias com as entidades, fazer com elas

FIGURA 2: Exemplificação do processo de leitura e definição de unidades temáticas de análise

(conclusão)

acreditassem, depois de todo dia ter que responder mensagens, ter que ir atrás dos órgãos governamentais, municipais, passar por este processo de credibilidade, antes da realização do evento e de pós no sentido de acentuar este sentimento da credibilidade, é no sentido de agradecer, de ter que voltar lá, levar uma lembrancinha, falar que a gente vai voltar no ano que vem...então a disputa política é uma coisa que envolve muita coisa, o humor, a paciência, a oralidade, acho que o tempo extrapolou em todos os projetos que a gente idealizou, pensando na Parada forma destes três meses aí pensado que todos os dias eu tinha que conversar com estas entidades, responder as dúvidas das curadorias de até que horas vou ter que responder as dúvidas do Renascer sobre não ter nenhum problema jurídico pra eles, pra não ter nenhum problema político na imagem deles, o que era preciso assinar, o que não era, quais performances o pessoal no Renascer faria...foi um movimento de duração que durou muito.¶

Quando a gente é sujeito da pesquisa ou quando a gente é sujeito daquilo que a gente quer propor a gente não faz as coisas porque o nosso partido mandou, ou que a nossa entidade mandou...é o nosso trabalho ali, trabalho como bolsista, não é um trabalho, é uma ação política pra transformar nossa condição de vida também. Eu não saio de casa se eu não colocar todos os meus meninos e meninas LGBT debaixo do braço pensado tamo junto meninada, rapaziada e precisamos construir uma cidade cada vez melhor.¶

As articulações elas se dão primeiro porque a gente precisa entender que o nosso trabalho não é só no campo do plural e no social, mas a gente tem que levar pro campo da política governamental, pois é assim que a sociedade funciona, e então a gente tem que trabalhar com estas entidades que representam a gente enquanto sociedade civil.¶

Resumo: [REDACTED] afirma que a organização de eventos vai muito além do que o evento em sí, para ele, existem os momentos de disputa de ideias, de negociação com as bases, de aceites de parcerias, organização burocrática e avaliação com as projeções para o futuro..¶

Palavras-chave: necessidades, litígio, conquistas.¶

FONTE: Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

Nota: Nome preservado.

Com a realização deste processo obtivemos oito categorias iniciais que foram enumeradas e nomeadas. Estas categorias podem ser conferidas no Quadro 1:

QUADRO 1: Categorias Iniciais definidas por unidades temáticas

1. Trajetória Institucional
2. Trajetórias de Vida
3. Conquistas (implementação e execução de políticas públicas)
4. Vulnerabilidades de LGBT+ (violências, interdições)
5. Litígio (contestações, defesa e garantia de direito)
6. União público/privado (prefiguração, união por tecnologia, união por afeto)
7. Conflitos do movimento LGBT+: necessidades políticas, transformações intergeracionais, bolhas sociais
8. Translocalidade

FONTE: Informações fornecidas por pessoas do movimento, ativismo e aliados de LGBT+ durante entrevistas realizadas em Ponta Grossa entre 25 Março de 2018 e Junho de 2019.

A partir disso iniciamos a fase de criação de categorias intermediárias. Esta foi a segunda etapa de análise e se tratou da codificação do texto transcrito.

Neste momento reorganizamos a montagem do texto a partir das categorias primárias, onde cada trecho de fala foi alocado em sua respectiva categoria. O texto foi novamente lido e as principais temáticas por categoria foram elencadas, mas desta vez, este processo foi realizado para destacar possibilidades teóricas e de análise, conforme demonstrado no Quadro 2.

QUADRO 2: Categorias intermediárias – elencando possibilidades teóricas

(continua)

E quais são os locais que você costuma frequentar para essas ações? Quais são as espacialidades que vocês frequentam e que significam esse amor, ou essas lutas, ou essas garantias de direitos?

Bom, primeiro que antigamente a gente tinha encontros nas instituições [...] além disso, a gente frequenta a casa uma da outra, né, e eu acho que assim, fundamental foi abrir a minha casa, porque elas tinham muito medo de ir na minha casa [...] por que eu observo muitas pessoas que no âmbito institucional são capazes de falar pela luta de direitos, mas não recebem em casa [...] então a gente tem uma vivência e laços que são criados para além das institucionalidades.

Mas as casas, os espaços privados eles são apenas ou elas também ajudam o processo de garantia de direito?

Completamente, várias de nossas reuniões elas são pra discutir estratégias nas casas também e muitas vezes, Bruna, vamos supor, a gente vai ter uma reunião institucional e que a gente precisa de ter estratégia de voto pra determinada conquista, a gente conversa com 'fulano, fulano, fulano' a gente sabe que fulano e fulano não são muito favoráveis, como que a gente vai falar isso sem provocar uma negativa dessas pessoas, ai então 'ai venha aqui em casa para a gente tomar um café', a gente fala sobre isso.

QUADRO 2: Categorias intermediárias – elencando possibilidades teóricas

(conclusão)

Destaques: rompimento público/privado; personalidade- afeto, confiança, respeito, estratégias.

FONTE: Informações fornecidas Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

Com a realização deste processo, pudemos obter um *corpus* (Bardin, 2016), um texto coeso e conferido, tomando como base o princípio da exaustividade, o que nos permitiu desenvolver imaginações pela confirmação ou exclusão de caminhos que surgiam e se justificavam por meio de teorias explicativas, ou se dissipavam e eram aglutinados em outras categorias, criando as categorias intermediárias por meio dos temas relacionados ao conteúdo das falas. Este processo é exemplificado no Quadro 3:

QUADRO 3: Criação de categorias intermediárias

(continua)

Categoria inicial	Destaques no conteúdo das falas	Conceitos/teorias norteadoras	Categoria Intermediária
União público/ privado	Trechos de fala que se referem ao rompimento do público/privado por personalidade- afeto, confiança, respeito, enquanto estratégia.	Prefiguração política (BREINES, 1982). Personalidade (SILVA, 2002; PRADO, 1995).	Pessoalidade e prefiguração política
Conflitos do movimento LGBT+	Trechos de fala que tratam de ações que são mediadas e determinadas por vaidades e umbiguismo; necessidades de união, transformações intergeracionais.	Múltiplos ativismos (TARROW, 2011; DASKALAKI, 2017) poder em transformação plural (MASSEY, 2007; ANSERSON; MCFARLANE, 2011).	Falta de União e umbiguismo
Litígio	Falas que descrevem múltiplas formas de disputar por direitos, de se articular e de mobilizar, ênfase nas paradas e eventos que possuem apresentações artísticas.	Múltiplos ativismos (2011, TARROW) 'ativismo', festa (KNOP; MAIA, 2019; DASKALAKI, 2017)	Múltiplos ativismos

QUADRO 3: Criação de categorias intermediárias

(conclusão)

Categoria inicial	Destaques no conteúdo das falas	Conceitos/teorias norteadoras	Categoria Intermediária
Vulnerabilidade de LGBT+	Trechos de fala que se referem a vulnerabilidades que as pessoas entrevistadas passam/passaram.	Narrativas – metodologia história de vida (NOGUEIRA, et al., 2017; SILVA, et al., 2007; MACALLI et al., 2014; SANTOS; SANTOS, 2008; DELGADO, 2013).	Trajetórias de vida
Trajetória Institucional	Trechos de fala que narram trajetórias institucionais.	Narrativas – metodologia história de vida (NOGUEIRA, et al., 2017; SILVA, et al., 2007; MACALLI et al., 2014; DELGADO, 2013).	Trajetória institucional
Trajetória de vida	Trechos que narram trajetórias de vida e experiências individuais frente a militância, ativismo e vivência LGBT+.	Narrativas – metodologia história de vida (NOGUEIRA, et al., 2017; SILVA, et al., 2007; MACALLI et al., 2014; DELGADO, 2013).	Trajetórias de vida
Conquistas	Conquistas do movimento e ativismo de LGBT+ e aliados.	Narrativas – metodologia história de vida (NOGUEIRA, et al., 2017; SILVA, et al., 2007; MACALLI et al., 2014; SANTOS; SANTOS, 2008; DELGADO, 2013).	Trajetórias de vida/ Trajetória institucional
Translocalidade	Trechos de fala que demonstram troca de recursos materiais e imateriais entre locais.	<i>Assemblage</i> translocais e ativistas chave (MCFARLANE, 2009); acesso translocal a recursos (CUMBERS et al., 2008).	Translocalidade

FONTE: Informações fornecidas por pessoas do movimento, ativismo e aliados de LGBT+ durante entrevistas realizadas em Ponta Grossa entre 25 Março de 2018 e Junho de 2019.

O percentual a que se refere cada uma das categorias discursivas intermediárias foi o seguinte: 1) 'Pessoalidade e prefiguração' 12, 23%, 2) 'Falta de união' 30, 22%, 3) 'Múltiplos ativismos' 28, 77%, 4) 'Trajetórias de vida' 5, 04%, 5) 'Trajetória institucional' 11,51%, 6) 'Translocalidade' 12, 23%.

Neste momento dividimos o texto em duas partes, uma que se refere a metodologia das histórias de vida, separando as unidades temáticas que se referem as categorias 'Trajetória de vida' e 'Trajetória institucional' em um documento específico. A outra parte da divisão ficou com as demais categorias intermediárias e suas respectivas unidades temáticas.

Com isso a seção que se refere a metodologia das histórias de vida ficou com 23 nas 139 unidades temáticas representando 16,56% dos trechos de fala respectivos as categorias intermediárias.

Com as categorias discursivas intermediárias já elencadas e os materiais respectivos a cada conjunto metodológico já dividido, partimos à terceira fase da aplicação da análise de conteúdo proposta por Silva e Fossá (2015), ou seja, a criação de inferências.

Para tanto, realizamos o processo de criação de deduções tomando como base as questões que guiam este trabalho, ou seja: a questão central: ‘como acontecem as *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?’ e as questões específicas: 1. ‘como se articulam os elementos humanos e não humanos na composição de *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?’; 2. ‘como ocorre o processo de *assembling* e *desassembling* e possibilidades de *reassembling* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?’ e 3. ‘como as *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná acontecem em termos de dinâmicas tempo/espaço?’.

Assim, procuramos constituir um sentido explicativo à estas perguntas por meio da articulação das categorias intermediárias definidas em junção com o estudo das teorias de *assemblage*, criando com isso as categorias finais por meio das inferências, ou seja, pelas deduções lógicas propiciadas pelo conteúdo das mensagens ao observarmos seus significados e significantes que figuram, não em segundo plano, mas em um ‘macro plano’ (BARDIN, 2016). Então as categorias finais foram dispostas conforme pode ser visto no Quadro 4:

QUADRO 4: Definição das categorias finais

-Pessoalidade -Prefiguração -Translocalidade	Motivos pelos quais as pessoas se reúnem	Fatores de <i>Assembling</i>	-As pessoas se unem graças as relações interpessoais. -A prefiguração política amplifica a mobilização. -A translocalidade potencializa o acontecimento de <i>assemblage</i> pela amplificação do acesso a recursos.
-Falta de União e umbiguismo	Por que as pessoas se desunem? Fatores de contingência.	Fatores de <i>Dessembling</i>	-Percepções antagônicas sobre produção de locais de visibilidade e sobre a legitimidade de ações e ativismos.
-Festa -Múltiplos Ativismos	Por que as pessoas voltam a se unir? Heterogeneidade	Fatores de <i>Reassembling</i>	- Diversas capacidades e acessos são destacadas nestes processos de união e desunião. - Trajetórias em transformação.

FONTE: Informações fornecidas por pessoas do movimento, ativismo e aliados de LGBT+ durante entrevistas realizadas em Ponta Grossa entre 25 Março de 2018 e Junho de 2019.

Com isso obtivemos as três categorias finais de análise, bem como as inferências relacionadas a elas, conforme pode ser observado na Tabela 4. A produção de inferências respectivas a esta tabela se refere as 116 unidades temáticas restantes da subtração daquelas destinadas a metodologia das histórias de vida. A partir disso temos como valor percentual respectivo a fatores de *assembling* 29, 31% destes trechos de fala; 43, 97% dos trechos de fala se referem a fatores de *dessembling* e 26, 72% se relacionam a fatores de *reassembling*.

E com isso finalizamos nosso processo de análise de conteúdo, constituindo não apenas as categorias de análise que guiarão as nossas reflexões, mas também a segregação necessária para uma montagem fluída do texto e das reflexões expressas em seus diferentes momentos.

3.1.2. Como desenvolvemos: análise de conteúdo e história de vida

Conforme o descrito anteriormente, por conta da complexidade teórico-metodológica encontrada no percurso de pesquisa, necessitamos reconduzir nossa trajetória, nosso movimento de pesquisa, bem como nossas possibilidades de análise. Nogueira *et al.* (2017) explica que há uma “[...] tríade pesquisador-caminho-mundo” (NOGUEIRA *et al.*, 2017, p. 468), manifestada neste refazer. Enfatizamos que se trata

de uma tríade, e não um caminho linear; é mais um percurso de relações, possibilidades, dificuldades em relação a complexidade do real, e manifestada em nossa tentativa de produzir inteligibilidade em relação a determinado fenômeno, segundo a reinvenção teórico-metodológica em favor ao que se busca (NOGUEIRA *et al.*, 2017).

Ao refletirmos em torno das entrevistas no período da pré-análise com a leitura fluante proposta por Bardin (2016) como primeiro contato com o material organizado, nos chamou atenção às trajetórias de vida das pessoas na constituição das pautas e das instituições, como se houvesse uma imbricação obrigatória entre as trajetórias de vida, militância e instituições.

Devido a isso, durante a organização da sessão ‘Componentes das *assemblage* em foco: vidas como trajetórias em movimento e a institucionalização de pautas’, optamos por utilizar a metodologia das ‘Histórias de Vida’.

Delgado (2013) explica que esta metodologia é desenvolvida pela reconstituição da trajetória de vida de determinado sujeito, “[...] podendo estar vinculada a um projeto de pesquisa que propõe recolher vários depoimentos ou podem ser exclusivamente biográficas, concentrando-se em um único depoente” (DELGADO, 2013, p. 21). Nesta reflexão trabalhamos com a primeira possibilidade, ou seja, as histórias de vida se referem a relatos complementares que agregam informações na produção de inteligibilidade sobre as *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa (DELGADO, 2013).

Nogueira *et al.* (2017) e Silva *et al.* (2007) explicam que a história de vida enquanto instrumento metodológico, utiliza de entrevistas para relatar a trajetória de vida de uma pessoa a partir do acesso a uma realidade, um universo contado pela pessoa de sua própria maneira, a partir dos fatos reais, tal qual vivenciado.

Caracteriza-se enquanto ferramenta útil em uma abordagem que busca observar um período específico do tempo. Macalli *et al.* (2014) afirma que a utilização da história de vida propõe a narração de cotidianos, ou ações ocorridas ao longo de trajetórias valorizando a perspectiva dos sujeitos a partir de suas descrições da experiência vivida, da impressão de seus pontos de vista.

Isso implica na utilização desta metodologia enquanto viabilizadora da reconstituição de trajetórias de vida segundo a construção de sentido promovida pela

articulação entre a subjetividade de quem narra sua experiência vivida em relação com os fatos sociais. Com isso podemos constituir uma imbricação entre as trajetórias de vida, trajetórias institucionais, bem como uma articulação destas com a constituição de uma agenda pró LGBT+.

Então buscamos respeitar as perspectivas, os pontos de vista individuais os organizando em relação aos demais pontos de vista, em uma perspectiva inter-relacional de trajetórias de identidades e entidades, vidas e vozes, como proposto por Massey (2008). Nesta possibilidade, “[...] o sujeito que narra sua história é um coautor do trabalho, participante ativo (e reconhecido) do conhecimento produzido, no encontro com o pesquisador” (NOGUEIRA *et al.*, 2017, p. 478).

Esta proposta também se articula a perspectiva epistemológica dos autores do trabalho, ou seja, que o processo de construção do conhecimento é significado pela articulação entre sujeito pesquisador e os outros participantes da pesquisa. Assim, os conceitos e sínteses explicativas bem como a operacionalização da pesquisa, são pensadas a partir das interações entre ambos (MINAYO, 2017).

Com isso as pessoas entrevistadas não são meros prestadores de informação, mas co-produtores, participantes ativos pela narração de suas trajetórias. Assim, a seção de texto a que se refere esta metodologia, busca reconstituir os acontecimentos do que nos foi narrado, em uma tentativa de sistematizar a diferença, heterogeneidade, multiplicidade, pluralidade de experiências vividas (MASSEY, 2008; SILVA, *et al.*, 2007; MACALLI *et al.*, 2014).

Conforme Macalli *et al.* (2014), Santos e Santos (2008) com a história de vida, há a possibilidade de se criar elaborações sobre o vivido, articulando a subjetividade das pessoas com os fatos sociais, não em uma perspectiva de confirmação de autenticidade das histórias, mas em um jogo temporal, em uma tentativa de reconstrução dos acontecimentos vivenciados, demonstrando que junto das trajetórias de vida existem fatos sociais que extrapolam e desembocam em novas relações e trajetórias.

A utilização da metodologia das histórias de vida enfatiza os sujeitos na narrativa de suas experiências. O título da sessão a que se refere esta metodologia já aponta o que propomos: colocar os componentes das *assemblage* em foco.

Atrelando o objetivo da sessão com o delineamento dos sujeitos a serem entrevistados, ou seja, pessoas ligadas a instituições, é que optamos por esta escolha metodológica, pois não há como separar as vivências destas pessoas de suas vivências institucionais e de ativismo pela delimitação que impusemos ao campo.

Portanto, não há como falar das trajetórias institucionais, sem falar das trajetórias de vida destas pessoas que compõe as *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa, Paraná e sem ambas as trajetórias, não há como falar em militância e organização de agendas pró LGBTQ+.

A metodologia das histórias de vida é, em suma, uma produção sobre a experiência vivida a partir de um movimento criado ao descrever a trajetória do outro. Este movimento permite a produção de novas elaborações, tanto por parte de quem escolhe o que narrar, quanto por parte de quem vai descrever e organizar esta informação (NOGUEIRA *et al.*, 2017).

Assim, compreendemos que a pessoa entrevistada explica sua trajetória a partir da escolha e encontro de memórias, bem como conta onde ocorreu, quando ocorreu, seus significados e significantes, não necessariamente seguindo um começo, meio e fim, uma cronologia linear (NOGUEIRA *et al.*, 2017; MACALLI *et al.*, 2014).

Então, que ao ir ao encontro com a trajetória narrada a partir da verbalização da memória, criamos inteligibilidade, compreensões sobre o ocorrido a partir do modo em que nos foi narrado levando em conta “[...] seus saberes, influências, inspirações, determinações em seu tempo e espaço vividos” (NOGUEIRA *et al.*, 2017, 470).

Estabelecemos neste trabalho uma organização das trajetórias não se baseando no *continuum* linear de que nos adverte Nogueira *et al.* (2017), mas em entrelaçamentos de tempos e espaços abertos que se relacionam e se imbricam, onde cada pessoa apresenta tempos e espaços relacionais propensos a se articular.

Massey (2008) explica que história e trajetória “[...] significam, simplesmente, enfatizar o processo de mudança de um fenômeno”, ou seja, os termos temporais de mudança e movimento com espacialidade intrínseca, onde ambos, tempo e espaço são dimensões da vida e da existência, vivos, desafiadores e co-implicados, ainda que distintos. Assim, com a utilização do instrumento metodológico das histórias de vida, as pessoas demonstram pelo espaço do corpo no ato de narrar “[...] seu posicionamento em relação a outras trajetórias” (MASSEY, 2008, p. 33).

Para Massey (2008) o espaço é constituído e produzido por inter-relações, interações sendo esfera de propensão da multiplicidade e pluralidade, coexistência de trajetórias, heterogeneidade e pluralidade. Está “[...] sempre no processo de fazer-se [...] uma simultaneidade de estórias-até-agora” (MASSEY, 2008, p. 30). Esta concepção se articula em muito com o que aqui propomos, com a imbricação de trajetórias, com a organização de um cenário co-constituído de relações entre relações.

Então, o espaço seria um produto de “[...] práticas encaixadas” (MASSEY, 2008, p. 30) de inter-relações entre “[...] identidades/entidades e de suas relações” (MASSEY, 2008, p. 30). Desta forma, o espaço demanda o reconhecimento da coexistência de histórias e trajetórias, constituindo a história e o espaço enquanto espaços abertos de conexões e interações que podem ou não ser feitas, uma vez que é contingente (MASSEY, 2008).

O que Massey (2008) propõe com esta perspectiva seria um espaço liberto, aberto, de “[...] elementos impregnados de temporalidade [...] de uma simultaneidade dinâmica” (MASSEY, 2008, p. 89), pois com isso, “[...] implica o inesperado, acaso circunstancial [...] há sempre um elemento de ‘caos’” (MASSEY, 2008, p. 165).

Assim, a imbricação de trajetórias demonstradas na sessão 3.2 deste terceiro capítulo leva em conta não uma fragmentação das narrativas por pessoas ou por ano, mas uma junção de experiências vividas e de fatos sociais em trajetórias pessoais que se encontram com trajetórias institucionais e que reverberam novos encontros e novas possibilidades. Em suma, é uma *assemblage*, por assim dizer, em um sentido artístico, onde pessoas diferentes, em tempos diferentes são ligadas por uma mesma razão, o envolvimento ou vivência LGBT+ em relação a garantia de direitos na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

3.2. COMPONENTES DAS ASSEMBLAGES EM FOCO: VIDAS COMO TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO

Neste trecho de texto, conforme explicado na sessão 3.1, unimos a análise de conteúdo do discurso com a metodologia das histórias de vida para construir um cenário de simultaneidade dinâmica entre as trajetórias de vida das pessoas que nos narraram suas experiências. Conforme especificado, não procuramos recontar estas histórias, ou certificá-las de alguma forma. Pelo contrário, procuramos neste momento demonstrar como as trajetórias de vida, as trajetórias institucionais e a consolidação das pautas caminham juntas em uma imbricação.

A demarcação temporal descrita nas falas não foi solicitada pelos autores durante as entrevistas, uma vez que pedíamos para a pessoa narrar sua trajetória. Então, todas as informações relacionadas as datas apenas foram organizadas para ter um sentido lógico de leitura, mas não necessariamente linear, tentando demonstrar como pessoas e instituições em contextos e vivências diversos coexistem em um mesmo fenômeno, de garantia de direito para LGBTQ+ em Ponta Grossa.

De forma a ilustrar e apresentar quem são as pessoas e instituições envolvidas nessas trajetórias em movimento, elaboramos o Quadro 5 indicando os seus nomes e as suas principais características elencadas durante o processo de entrevistas.

Quadro 5 – Características socioeconômicas das pessoas entrevistadas

(continua)

Nome	Orientação sexual ⁷⁴	Identidade de gênero ⁷⁵	Idade ⁷⁶	Escolaridade	Atuação pró LGBTQ+	Instituição a que pertence
Mercúrio	Declara que a orientação sexual é um 'leque aberto'	Travesti ⁷⁷	38 anos	Ensino Superior Incompleto	Ativista/militante	Grupo Renascer

⁷⁴ Conforme o Manual de comunicação LGBTQ+ “A orientação sexual refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero” (REIS, 2018, p. 20).

⁷⁵ Conforme o Manual de comunicação LGBTQ+, identidade de gênero é autopercepção, experiência interna e individual de cada pessoa em relação ao gênero feminino, masculino ou ambos. Independe do sexo biológico podendo ou não corresponder a ele (REIS, 2018).

⁷⁶ Idades respectivas ao ano de 2019.

⁷⁷ Conforme o Manual de comunicação LGBTQ+, travestis são pessoas possuem uma “[...] construção de gênero feminino oposto ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através desta identidade (REIS, 2018, p. 31).

Quadro 5 – Características socioeconômicas das pessoas entrevistadas

(conclusão)

Nome	Orientação sexual	Identidade de gênero	Idade	Escolaridade	Atuação pró LGBT+	Instituição a que pertence
Saturno	Lésbica ⁷⁸	Cisgênero ⁷⁹	42 anos	Ensino Médio Completo	Militante	Associação Flor de Lis LGBT
Júpiter	Lésbica	Cisgênero	48 anos	Ensino Superior Incompleto	Ativista	Associação Flor de Lis LGBT
Marte	Heterossexual ⁸⁰	Cisgênero	53 anos	Ensino Superior completo; mestrado, doutorado, pós-doutorado	Ativista/ Aliada	Grupo de Estudos Territoriais
Vênus	Bissexual ⁸¹	Cisgênero	27 anos	Ensino Superior completo, pós-graduação	Ativista/ militante	Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Ponta Grossa
Urano	Gay ⁸²	Cisgênero	19 anos	Ensino Superior Incompleto	Militante	Grupo Universitário de Diversidade Sexual e Identidades de Gênero
Netuno	Lésbica	Cisgênero	29 anos	Ensino Superior completo, mestrado, doutorado incompleto	Ativista	Conselho Municipal LGBT
Terra	Heterossexual	Cisgênero	51 anos	Ensino Superior completo, pós-graduação	Ativista/ Aliada	Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais

FONTE: Informações fornecidas por pessoas do movimento, ativismo e aliados de LGBT+ durante entrevistas realizadas em Ponta Grossa entre 25 Março de 2018 e Junho de 2019.

⁷⁸ Conforme o Manual de comunicação LGBTI+ lésbicas são mulheres atraídas “[...]afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans)” (REIS, 2018, p. 23).

⁷⁹ Conforme o Manual de comunicação LGBTI+, cisgêneras são pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascer, “termo utilizado para descrever pessoas que não são transgênero” (REIS, 2018, p. 27).

⁸⁰ Conforme o Manual de comunicação LGBTI+ heterossexual é aquele “indivíduo atraído amorosa, física e afetivamente por pessoas do sexo/gênero oposto” (REIS, 2018, p. 22).

⁸¹ Conforme o Manual de comunicação LGBTI+, bissexuais são as pessoas que se relacionam “[...]afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros” (REIS, 2018, p. 21).

⁸² Conforme o Manual de comunicação LGBTI+, gay é “pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e ou/relacionamento afetivo sexual com outras pessoas do gênero masculino” (REIS, 2018, p. 22).

No fim da década de 80 em Ponta Grossa, período onde se inicia o recorte temporal deste trabalho, não poderíamos falar em um cenário organizado de lutas pró LGBT+, de agenda governamental específica à estas pessoas ou de luta organizada, ainda mais se comparado ao contexto nacional de reivindicações, onde desde o fim da década de 1970 já se organizava uma forma inicial de mobilização voltada à estas pessoas e suas vivências.

Todavia, as trajetórias de vida das pessoas militantes, ativistas e aliadas *heteroqueers* de LGBT+ já se encaminhavam para um ativismo organizado a partir do decorrer de suas vivências e experiências individuais.

Mercúrio explica que no fim da década de 1980 e início da década de 1990 em Ponta Grossa, durante o contexto da epidemia de HIV/AIDS “[...] passou um tsunami aqui [...] caiu na população mais fragilizada, caiu mais nas travestis porque é a população que vinha de vulnerabilidade” (informação verbal⁸³).

Neste período Mercúrio (informação verbal⁸⁴) narra que aconteciam muitos assassinatos de travestis na cidade:

[...] muitas que eram assassinadas, ficavam, dois, três dias ou nos hospitais, ou no IML, e eu ia identificar corpo, mas como a gente tem a nossa ficha de cadastro pra não ser enterrada como indigente, eu ia lá, apresentava, liberava o corpo, fazia o velório, enterrava, já cansei de fazer isso. Então foi uma parte muito crítica e dura aqui de Ponta Grossa, sabe (informação verbal⁸⁵).

Neste mesmo período, fim da década de 1980 e início dos anos 1990, Saturno então com 11 anos, pertencente a uma família da ‘alta sociedade ponta-grossense’ passou a conviver com ‘Miltona’, homem gay chamado assim por ter uma ‘forte personalidade’, uma vez que seu nome era Amilton. Saturno (informação verbal⁸⁶)

⁸³ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

⁸⁴ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

⁸⁵ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

⁸⁶ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

conta que ‘Miltona’ era dono de um bar chamado Enigmas, que era localizado na Rua Paula Xavier, próximo ao centro da cidade, e que seu contato com ele ocorreu, pois brincava com as filhas dele.

Saturno (informação verbal⁸⁷) conta que no início da década de 1990, e mais enfaticamente em 1994 quando a epidemia de HIV/AIDS assolou a cidade de Ponta Grossa “[...] muitas pessoas já tinham morrido e tava morrendo mais”. Explica que neste período Toni Reis vinha para a cidade “[...] para conversar e fazer palestras com um grupo de 3, 4 pessoas sobre este assunto” (informação verbal⁸⁸). Saturno (informação verbal⁸⁹) narra que frequentava estes encontros escondida, pois era criança. Afirma que ali, “[...] se apaixonou pelo movimento, aquela coisa de aprender” movida “[...] pela curiosidade de aprender o que era a tal da HIV que todo mundo falava. Na família que morava era um deus me livre, o preconceito era enorme” (informação verbal⁹⁰).

Estes encontros eram realizados atrás do então existente Café Poesia, nas proximidades da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Para participar destes encontros, Saturno (informação verbal⁹¹) “[...] saía da escola um pouquinho antes e encontrava as meninas da universidade e o pessoal do jornalismo”. Nestes encontros aconteciam leituras de poesias, e discussão sobre assuntos que ela “[...] enquanto criança, entendia, mas não entendia tanto [...] mas o fato de estar desde criança, fez com que aprendesse a não ter medo das coisas” (informação verbal⁹²). A partir disso Saturno conta que passou a perceber as vulnerabilidades pelas quais pessoas LGBTQ+ passavam, “[...] via muitos serem assassinados, muitos se matarem, se suicidarem, muitos saírem daqui e voltarem dentro do caixão, causados pelo HIV e pelo

⁸⁷ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

⁸⁸ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

⁸⁹ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

⁹⁰ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

⁹¹ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

⁹² Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

preconceito” (informação verbal⁹³) e neste contexto é que Saturno se inseriu na militância pró LGBTQ+.

Em 1994 Júpiter inicia sua luta contra a discriminação, que neste contexto não era específica de LGBTQ+. Conta que “[...] começou, porque sofria discriminação na família, sofria até violência física, mesmo não assumindo, falando que é lésbica” (informação verbal⁹⁴). Nos seus 20 anos, Júpiter (informação verbal⁹⁵) conta que começou “[...] a frequentar os barzinhos LGBTQ que tinha” e neles conheceu Toni Reis. “Toni Reis chegou pra nós na mesa ele vinha divulgar a parada de Curitiba. Ele chegou pra nós e: - oi meninas, nós temos a parada e então nós precisamos de todo o movimento LGBTQ pra dar força pra nossa causa” (informação verbal⁹⁶). Nestes encontros, Júpiter compreendeu o que era militância, teve “[...] conhecimento de pessoas que faziam sociedade pra defender a causa”. Narra que neste momento começou “[...] a ter mais contato com as pessoas que já eram militantes e comecei a me engajar na luta LGBTQ” (informação verbal⁹⁷).

Júpiter e Saturno pertencem a Associação Flor de Lis LGBTQ, instituição criada no ano de 2016 para desenvolver ações de conscientização política, combate a LGBTQfobia e ao machismo, sendo instituição vinculada ao Conselho Estadual de Direitos Humanos (COPEL) do Paraná nos anos de 2017 a 2019.

Terra narra que seu envolvimento com o ativismo LGBTQ+ é uma relação anterior a um movimento organizado na cidade, e data ao início dos anos 90. Sua relação com o ativismo acontece ao começar um namoro com quem atualmente é seu esposo. Neste contexto, Terra conta que descobriu que sua cunhada é lésbica e que a relação familiar de seu então namorado em relação a irmã era conflituosa e que isso gerava inconformações com a situação. Terra afirma que quando engravidou, esta cunhada “[...] disse assim: ‘quando a sua filha nascer, eu vou levar ela para o

⁹³ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

⁹⁴ Informação fornecida por Júpiter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

⁹⁵ Informação fornecida por Júpiter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

⁹⁶ Informação fornecida por Júpiter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

⁹⁷ Informação fornecida por Júpiter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

parquinho'. E o meu marido disse assim 'Jamais! Você só vai levar a minha filha no parquinho quando você usar saia e arrumar namorado'" (informação verbal⁹⁸). Terra (informação verbal⁹⁹) conta que ao se deparar com a questão da orientação sexual da cunhada não teve problemas, pois sempre teve "[...] pré-disposição para acolhida destas pessoas", mas no que se refere a postura do namorado ela expressa que "[...] quase teve um treco [...] depois que ela saiu falei assim 'o que que é isso? Por que isso? O que que você acha que ela vai fazer com a nossa filha? Ela vai sair com nossa filha sim!'".

Terra (informação verbal¹⁰⁰) chama atenção para o que considera uma 'coincidência' em sua trajetória de vida e ativismo: o fato de que logo após que sua filha nasceu, iniciou a graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa e logo após começou a trabalhar no Grupo Reviver.

O Grupo Reviver é uma associação criada no ano de 1995 para prestar serviços de apoio a pessoas portadoras no vírus HIV/AIDS. Conforme o site do Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde, estas ações funcionam no âmbito da política de assistência social e de saúde. Tem como grupos prioritários as pessoas que vivem com a doença, mulheres e pessoas LGBT+¹⁰¹.

No período em que trabalhou como assistente social no Grupo Reviver, Terra conta que a convivência com travestis era muito grande:

[...] foi lá que eu conheci a Mercúrio, foi onde conheci Haumea, que era uma baita amiga, e primeira travesti que minha filha viu na vida. Ela tinha 05 anos, tava andando por um corredor, deu de cara, assim, olhou assustada e eu perguntei 'não vai dar oi pra tia, filha?'. E desde aquele dia, as travestis viraram tias da minha filha (informação verbal¹⁰²).

⁹⁸ Informação fornecida por Terra durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 20 de Março de 2018.

⁹⁹ Informação fornecida por Terra durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 20 de Março de 2018.

¹⁰⁰ Informação fornecida por Terra durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 20 de Março de 2018.

¹⁰¹ Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/associacao-reviver-de-assistencia-ao-portador-do-virus-hiv-grupo-reviver>>.

¹⁰² Informação fornecida por Terra durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 20 de Março de 2018.

No fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 a luta pró LGBTQ+ já se organizava no município. Júpter (informação verbal¹⁰³) explica que neste período houve união entre garotas e garotos de programa, homens gays, mulheres lésbicas no combate ao contexto de epidemia do HIV e AIDS. Porém, esta luta não ocorreu em uma única frente.

Júpter (informação verbal¹⁰⁴) explica que neste contexto:

[...] os gays ganharam mais visibilidade mesmo sendo por um motivo de doença que manchava a imagem dos gays, e esqueceram das meninas, das mulheres, das lésbicas, então a gente, nesse período a gente foi muito invisibilizada... e a gente também contraia HIV e esqueceram, depois que foi descoberto que o HIV não era só uma epidemia gay que começaram a colocar as mulheres na prevenção. E isso foi em 2000. As mulheres lésbicas ninguém considerava que ia contrair HIV porque só tinha relação com mulheres e de mulher pra mulher não tinha transmissão, supostamente, então a lésbica ela foi invisibilizada, ela não tinha voz para suas especificidades, ela lutou e não conseguiu a mesma visibilidade que os gays. Então as mulheres gays tiveram a necessidade de ganhar maior visibilidade e erguer sua bandeira de mulher lésbica pra poder brigar pelas suas especificidades de mulher lésbica [...] Fora as ISTs né, e as hepatites que nós corremos risco diretamente, então as mulheres lésbicas elas não tiveram tantas políticas pra elas, sabe.

Então, enquanto mulher lésbica, Júpter (informação verbal¹⁰⁵) se engajou na luta pela edificação de políticas públicas em âmbito governamental. Suas ações na militância se organizaram em torno da publicitação de legislações, programas e serviços voltados a mulheres, dentre as quais, mulheres lésbicas são um dos focos.

Mercúrio (informação verbal¹⁰⁶) conta que nesta época de institucionalização das lutas pró LGBTQ+ houve segmentação das pautas:

¹⁰³ Informação fornecida por Júpter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

¹⁰⁴ Informação fornecida por Júpter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

¹⁰⁵ Informação fornecida por Júpter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

¹⁰⁶ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

[...] por que o gay tem que representar o gay, a travesti tem que representar a travesti, é aquela coisa, mas quem que pegou e fez o caminho? Foi a travesti, porque na minha época não tinha sapatão, era sapatão, machorra, não tinha travesti, era transformista. [...] Quem tem que falar é você mesmo, como eu não gosto que ninguém fale por mim por que eu sou travesti, eu sou travesti, eu sei da minha vivencia, e então você não tem também, né, toda ênfase pra falar pra mim que sou travesti, né, porque você não é uma travesti.

Então Mercúrio (informação verbal¹⁰⁷), enquanto travesti, percebeu que havia lacunas no atendimento voltado a estas pessoas, pois, neste contexto:

[...] é onde que por ano nós perdíamos 5, 6 travestis ou assassinada ou pelo HIV, aqui na cidade [...] então, foi muito triste e não tinha nenhuma instituição direcionada a isso, pra apoiar as travestis, muitos se descobriam soropositivo sabe, ou descobriam a doença quando já tavam com AIDS, né, e já dali duas semanas, 15 dias, um mês, já entrava em óbito. Então era muito triste, então a gente já abriu também com esta intenção de fazer trabalho de prevenção na cidade, onde que na verdade a gente começou este trabalho de prevenção e busca ativa direcionada a nossa população que vivia a margem da sociedade, né, em vulnerabilidade.

Mercúrio (informação verbal¹⁰⁸) conta que a institucionalização de sua militância se refere a sua trajetória de vida, explicando que é travesti a 34 anos, narrando da seguinte forma: “[...] eu não fui aceita pela minha família, fui jogada pra fora, eu tinha 12 pra 13 anos, fui um adolescente que teve seus sonhos roubados, não tive oportunidade de nada”.

Então, para Mercúrio (informação verbal¹⁰⁹), a institucionalização das pautas de LGBT+, no caso dela, mais especificamente de travestis “[...] surgiu automaticamente na necessidade dos acontecidos”.

¹⁰⁷ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

¹⁰⁸ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

¹⁰⁹ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

A materialização desta necessidade é refletida na fundação do Grupo Renascer nos anos 2000. Conforme Martins (2019) seu objetivo na fundação era o combate à violência contra travestis e transexuais e a prevenção as ISTs.

No entrelaçar destas trajetórias entre os anos 1980 e 2000, Marte, mulher *hetero queer* aliada do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa conta que:

[...] não sabia que existia pessoa gay e lésbica até mais ou menos os meus 25 anos. Olha só, eu venho de outro mundo, de outra geração, bem da geração da ditadura militar...essa discussão não era feita. Como eu sou bastante heteronormativa, eu não tenho problema de identidade de gênero, eu me casei, eu só me lembro de uma vez que o meu primeiro marido tinha tido uma briga que ele era bastante violento...era violento comigo com o irmão, ele nunca me contou por quê, mas tinha alguma coisa que eu não entendia (risos). Olha a inocência da pessoa. Mas uma coisa que eu sempre tive facilidade é de lidar com a diferença das pessoas e de ter empatia com o sofrimento das pessoas (informação verbal¹¹⁰).

Marte (informação verbal¹¹¹) explica que possui uma trajetória de vida particular que promove identificação com a trajetória de vida de pessoas discriminadas, uma vez que, em suas palavras, “[...] as feridas e a marginalidade unem as pessoas”. Marte narra que viveu um casamento violento, cuja morte era uma expectativa. Mãe de filhos pequenos e ainda muito jovem buscou se libertar deste contexto a partir da separação realizada por meio de uma fuga. Neste contexto, conta que:

[...] quando eu me separei do meu casamento muito jovem com dois filhos pequenos, eu recebi automaticamente a peça de puta, e ser puta não é fácil quando você não é puta [...] as pessoas rejeitavam muito quando sabiam que eu era separada, tinha filho pequeno e tal. E aí essas pessoas começaram a meio que me acolherem, e foi por aí que eu tive entrada afetiva com esses grupos, não foi uma curiosidade (informação verbal¹¹²).

¹¹⁰ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

¹¹¹ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

¹¹² Idem nota de rodapé 49.

Devido a sua trajetória de vida, Marte (informação verbal¹¹³) conta que se insere na militância feminista, buscando refletir em torno das realidades de mulheres e estudos de gênero. A militância articulada ao rótulo pejorativo e estigma social pelo qual passou fez com que Marte construísse redes afetivas com as pessoas que estavam à margem.

Então nos anos 2000 é criado no âmbito na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Departamento de Geociências, o Grupo de Estudos Territoriais (GETE). Inicialmente o grupo buscava refletir em torno de questões de gênero e da estruturação do espaço urbano com pesquisas sobre a participação de mulheres no orçamento participativo, justiça ambiental e mulheres que viviam em beiras de arroios, e relacionado a estes temas, o funcionamento e mobilidade espacial destas mulheres (informação verbal¹¹⁴).

No decorrer de sua trajetória, os pesquisadores do GETE começaram a refletir em torno das questões de gênero por uma perspectiva de papéis sociais, articulando o gênero ao sexo biológico, perspectiva que se transforma a partir da percepção de que podem existir incongruências entre a anatomia e o exercício cotidiano das corporeidades das pessoas (informação verbal¹¹⁵).

Com reflexões em torno do conceito de gênero performático, os pesquisadores do GETE passam a refletir sobre o campo das sexualidades e com isso desenvolveram parcerias com o Grupo Renascer. Marte (informação verbal¹¹⁶) conta que “[...] funcionou inicialmente como um local de investigação científica, mas os laços afetivos e as identidades, elas foram tão fortes nesse período que duram até hoje”.

A parceria entre o Grupo Renascer e o Grupo de Estudos Territoriais funciona em uma relação onde o GETE não busca o protagonismo, mas possibilita que o movimento e pessoas LGBTQ+ tenham visibilidade no campo científico. No que tange o cotidiano institucional do Grupo Renascer, o GETE o auxilia com projetos e eventos,

¹¹³ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

¹¹⁴ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

¹¹⁵ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

¹¹⁶ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

potencializando o alcance das ações do Grupo Renascer. Ressalta-se que embora a parceria entre os grupos seja intensa, a autonomia destes é mantida nos seus cotidianos, objetivos e lutas (informação verbal¹¹⁷).

No contexto universitário de ativismo também há Netuno. Ela conta ter se inserido enquanto ativista pró LGBTQ+ ao longo dos anos 2000. Explica que durante sua graduação em Ciências Biológicas na UEPG, em meados de 2008 e 2009, começou a refletir sobre questões de sexualidade por meio de suas práticas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Neste projeto eram trabalhados assuntos relacionados a prevenção de ISTs e AIDS e métodos contraceptivos. Neste período, Netuno narra que:

[...] a gente queria trabalhar com homossexualidade. Até que eu nem tinha a discussão da identidade de gênero. Tudo pra nós era homossexualidade, não tinha ainda esta discussão de orientação sexual e identidade de gênero. É...então a gente foi tentar aplicar este projeto e a gente teve que apresentar para o diretor antes o que a gente ia fazer e ele não deixou, ele não liberou a questão das homossexualidades. A moça que fazia parte do projeto teve que aplicar em um outro colégio que era o Epaminondas que abriram as portas pra ela. No Borel foram só feitas as questões de ISTs e gravidez e anticoncepcionais, estas questões biologicistas. Então já havia estas questões desde a graduação, pois eu não me conformava com aquilo. Eu pensava 'meu Deus do céu, porque disso?'. E eu lembro das reuniões que tinha no PIBID a professora falava assim em tom baixo: 'óh, tá vendo aquela ali? É sapatão!'. E eu ficava ali, e não me via ainda enquanto lésbica, me via enquanto bi porque eu ficava com meninos e na verdade era confuso, não sei. Eu me sentia muito...só porque ela ficou com uma menina ela cochichando pra mim....eu me sentia super mal. Só que eu relevava... a gente já tava acostumado, a gente leva pedra desde criança, né... (informação verbal¹¹⁸).

Netuno (informação verbal¹¹⁹) relata que durante o seu mestrado no Grupo de Estudos Territoriais conseguiu pensar a respeito de sua sexualidade. Conta que este foi um período de descobertas e de desmistificação de preconceitos, uma vez que as

¹¹⁷ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

¹¹⁸ Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019.

¹¹⁹ Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019.

reflexões sobre gênero e sexualidade se relacionavam com o desenvolvimento de sua pesquisa. Conta que:

[...] a partir disso eu comecei a entender como que se estruturava a LGBTfobia nas escolas e eu comecei a compreender que não era só a escola, mas a família, a igreja, as instituições né, em geral. Eu comecei a ter uma visão mais crítica sobre isso porque minha formação não me permitiu (informação verbal¹²⁰).

Para Netuno (informação verbal¹²¹) o mestrado desenvolveu a sua capacidade de reflexões sobre estes assuntos o que reverberou no seu desenvolvimento enquanto ativista e pesquisadora. Narra que neste período:

(...) via que este ativismo foi crescendo, e nisso eu comecei a fazer palestras voltadas a alunos e professores e sempre nisso, nas questões de gênero e sexualidade. [...] Foi a partir disso que eu não fiquei mais com meninos, foi desde o mestrado, então o mestrado me permitiu pensar sobre gênero e sexualidades, participar do grupo foi importante na minha construção enquanto mulher lésbica (NETUNO, informação verbal¹²²).

A partir da realização de palestras, Netuno (informação verbal¹²³) passou a frequentar eventos nos quais pessoas de instituições pró LGBTQ+ como a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Ponta Grossa participavam. Por meio destes encontros, Netuno foi convidada a fazer parte da comissão, compondo seus quadros desde o ano de 2016.

A Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil - PG existe desde Março de 2013. Conforme Kracurschke (2015) a Comissão

¹²⁰ Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019.

¹²¹ Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019.

¹²² Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019.

¹²³ Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019.

tem por objetivo trabalhar com questões de violações de direitos humanos de LGBTQ+ por meio de ações e capacitações.

Vênus (informação verbal¹²⁴) explica que a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB é membro paraestatal¹²⁵ que presta conscientizações para advogados e para a população em geral. Também possuem o Selo Social voltado a pessoas que contribuem com melhoria da realidade de LGBTQ+ e com a realização de moções de aplauso ou de repúdio sobre acontecimentos relacionados ao contexto de pessoas LGBTQ+.

No ano de 2017, Netuno (informação verbal¹²⁶) conta que também passou a fazer parte do Conselho Municipal LGBTQ de Ponta Grossa. Conta que o conselho existe desde 2015, mas que não se envolveu com a primeira eleição por questões relacionadas a sua trajetória pessoal.

Assim como Netuno, Vênus (informação verbal¹²⁷) entrou na Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB no ano de 2016. Explica que sua entrada na comissão se relaciona com sua trajetória profissional, pessoal e de ativismo. Conta que sua atuação é tripla e difusa e se estende e se diferencia pelos locais em que desempenha estas ações.

Para Vênus (informação verbal¹²⁸) há uma divisão na denominação de suas ações de ativismo a partir das relações que possui com a OAB ou com sua trajetória pessoal. Considera sua prática na Comissão enquanto uma prática de militante, enquanto pessoa bissexual seria ativista, separando as vivências; ainda haveria sua atuação profissional enquanto advogada, onde atua na defesa e garantia de direito de

¹²⁴ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

¹²⁵ Ente Paraestatal uma instituição que promove ações em paralelo ao Estado. Há uma ampla discussão sobre os limites de atuação de entes paraestatais e suas funções, bem como a legitimidade destas instituições e a natureza cooperativa que possui com o Estado, onde a descentralização promove diversas relações jurídico-administrativas de pessoas do Estado e de outras que não pertencem ao aparato estatal (NETO, 1997).

¹²⁶ Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019.

¹²⁷ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

¹²⁸ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

LGBT+. Vênus enfatiza que estas ações se articulam e se complementam no desempenhar destas ações. Conta que:

Como meu trabalho na comissão interfere intimamente com a minha militância, então eu falo que o poder de fala enquanto comissão acaba me auxiliando nestes eventos. Eu acabo participando e eu falo, e vocês vão ver que minha fala começa como advogada, aí já começa a militância, mistura muito [...] então, as três estão intimamente ligadas, então pra mim é muito fácil, esse privilégio de ser da comissão me dá poder de fala que talvez se eu fosse apenas uma militante bi eu não teria. Então, a comissão me auxilia muito na minha militância. Não deveria. Deveria ser minha militância que auxiliasse a comissão, mas infelizmente a comissão me abre portas, é o vice-versa. Na manifestação lá da 'LGBT+ não é doença', eu fui enquanto pessoa, aí, virou enquanto comissão, mas é... eu tento o máximo, tentar separar o que é comissão e militância...na atual conjuntura não está dando, mas eu tento (informação verbal¹²⁹).

Vênus (informação verbal¹³⁰) conta que assumiu sua orientação sexual enquanto mulher bissexual no ano de 2014, que anteriormente a isso “[...] era aquela bi enrustida, eu - ‘ai, seu sou bi, eu fico com mulheres’...na verdade eu achava que eu era mais ‘bi de balada’ do que bi mesmo” e que quando entrou na Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB desenvolveu novas percepções em relação a sua orientação sexual, “[...] foi quando eu falei assim, nossa, eu acho que eu sou mesmo, acho que não é só de balada”.

Então o percurso institucional de militância de Vênus interfere e corrobora em seu percurso pessoal de orientação sexual, e de ativismo extrapolando a Comissão. Explica que “[...] é uma coisa minha, tá dentro de mim, é uma condição minha e não só na comissão que eu vou militar, é uma coisa que é um direito meu também, então eu vou de atrás e vou” (informação verbal¹³¹).

As trajetórias institucionais e de vida de Vênus também se encontram com a trajetória de Urano na esfera da pessoalidade e institucionalidade por meio de

¹²⁹ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

¹³⁰ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

¹³¹ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

relações mediadas no âmbito da Comissão de Diversidade Sexual da OAB. Urano (informação verbal¹³²) é homem gay militante LGBTQ+ de Ponta Grossa. Explica que sua militância começou na escola ao desenvolver um trabalho sobre o movimento LGBTQ+ para a disciplina de Sociologia no segundo ano do Ensino Médio.

Urano (informação verbal¹³³) narra que:

[...] naquele momento eu já me reconhecia como gay, e aí eu pensei 'bom, vamos pegar esse aí e vamos fazer' e foi assim. Pra eu poder narrar em outro nível de formação, fala e discurso, mas eu tive que aprender a contar a história do movimento LGBTQ, quais eram as demandas, pautas, reivindicações... e aí eu fui estudar para poder apresentar, e isso não foi tão somente um estudo sobre aquela teoria, objeto de estudo que ela tinha colocado como, como parte ali né, no seu planejamento educacional, aquilo fez com que eu me entendesse enquanto sujeito LGBTQ. [...] Talvez é justamente este o motivo que faz com que eu pesquise nesta linha, pela importância que isto teve na minha vida naquele momento. Eu era só um estudante, mais um ali, aleatório, e eu não me entendia como sujeito histórico, muito menos como sujeito LGBTQ.

Conta que neste contexto, ao estudar sobre mobilizações, se interessou em conhecer a união estudantil secundarista (UMESC) e acabou se envolvendo com este movimento. Explica que por conta da descentralização administrativa nacional da União Brasileira de Estudantes Secundaristas havia a necessidade de conter em âmbito municipal uma coordenação de pautas de mulheres e de LGBTQ+, e que durante as eleições institucionais da UMESC do ano de 2016 se tornou diretor desta coordenação no município de Ponta Grossa (informação verbal¹³⁴). Urano explica que:

¹³² Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

¹³³ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

¹³⁴ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

Naquele momento eu não tinha um debate específico sobre gênero e sexualidade, mas eu tinha minha experiência de vida que fazia com que eu pudesse falar e reivindicar. Aí eu comecei a passar por movimentos de nível estadual e nacional e a ter um contato mais direto com este debate (informação verbal¹³⁵).

Então, Urano (informação verbal¹³⁶) passou a compor uma militância institucional secundarista que refletiu no seu engajamento na militância universitária por direitos para LGBTQ+. Conta que quando entrou na universidade:

[...] sempre tentava colocar a nossa pauta de gêneros e sexualidades e foi assim que nos estudos de linguística propus analisar qual a linguagem que se utilizava no governo Temer e da Dilma na questão de gênero. No primeiro ano de pedagogia eu participei do PIBIC e foi uma guerra para eu conseguir que meu projeto e minha perspectiva de vida entrassem em alguma linha para orientação, para entrar em alguma linha de pesquisa de algum professor. No primeiro ano estudei 'gênero, sexualidade e currículo, o secundarista enquanto sujeito de pesquisa', que transcrevi experiências que secundaristas tiveram ao estudar a disciplina de gênero e sexualidade nas disciplinas de sociologia...e neste ano vou pesquisar 'gênero, velhice e universidade', pesquisando a relação que a universidade tem com as histórias de vida destas mulheres idosas na universidade (informação verbal¹³⁷).

Ao entrar na Universidade Estadual de Ponta Grossa, por intermédio de um amigo, Urano passou a fazer parte do Grupo Universitário de Diversidade Sexual e Identidades de Gênero (GUDI). O GUDI foi fundado em 2014 e promove acolhidas a calouros e pesquisas sobre a discriminação no âmbito da UEPG. Neste momento também se inseriu no Diretório Central Estudantil (DCE), que por um momento centralizou o desenvolvimento de ações relacionadas as pautas LGBTQ+ da universidade. Neste período, enquanto integrante do DCE e do GUDI, Urano narra que participou de eventos como:

¹³⁵ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

¹³⁶ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

¹³⁷ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

[...] um ato na Rua de uma liminar que foi uma liminar do Supremo Tribunal Federal que abria um espaço para que os psicólogos realizassem uma 'reversão sexual' nas pessoas, nos sujeitos LGBTQs e fizemos um ato muito bonito que teve a participação de muitas mães, inclusive a minha, colocando exatamente esta ideia de que nossos filhos não são doentes, foi bem emocionante e a partir disso então a gente teve a participação em eventos que eram em âmbito municipal que já tinham acontecido em anos anteriores. Eu pude construir em conjunto com a ONG Renascer o Fórum de Direitos Humanos e que foi um evento muito grande, lotou o auditório da UEPG e a gente discutiu muitas pautas, tentando colocar a discussão de todas estas identidades subalternizadas, inclusive da infância porque também é muito importante a gente pensar (informação verbal¹³⁸).

Urano (informação verbal¹³⁹) conta que pertenceu a duas gestões do DCE e que durante a segunda gestão “[...] pôde pensar em construir nosso evento maior assim, amplo que seria a Parada LGBT”. Urano explica que não foi uma construção singular, mas uma união. Narra que:

A Parada surgiu de uma conversa que eu tive com um amigo meu, [...] ele me falou da Parada de Londrina e a de Maringá, que as duas eu acho que estavam na sua segunda edição e ele começou a me mostrar fotos, e aí assim, eu não sei em números exatos, mas que tem uma mesma perspectiva de números que Ponta Grossa. Não é assim como São Paulo, Rio de Janeiro que lotam as suas avenidas, assim. E aí a gente pensou que poderia ter aqui em PG também, e aí eu ainda tive uma resistência e medo assim em vários sentidos. Medo político, medo de como a cidade reagiria sendo uma cidade conservadora, uma cidade tradicional como a gente sabe sobre as pessoas que ocupam os poderes na cidade. E aí a gente começou a dialogar mais sobre, isso foi só uma conversa que a gente achou que era possível, então eu abri esta conversa pra uma outra amiga minha e a gente achou que ia dar certo, então a gente sentou nós três pra conversar, porque nós três éramos da gestão do DCE...pensamos e levamos para o DCE esta discussão e, então nós dividimos um grupo para pensar esta Parada e ela acabou acontecendo e nós passamos para o DCE esta construção (informação verbal¹⁴⁰).

Urano ainda conta que passou a compor os quadros da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-PG durante a sua primeira gestão do DCE,

¹³⁸ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

¹³⁹ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

¹⁴⁰ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

pela perspectiva de atuação em unidade que carrega enquanto militante, unindo sua trajetória de vida, institucional e de ativismo. Tendo saído do DCE por questões políticas, Urano explica que a Segunda Parada Cultural LGBTQ+ dos Campos Gerais realizada no ano de 2019 foi organizada por meio de um coletivo, mas que teve como instituição coordenadora primária o GUDI, grupo do qual ainda faz parte (informação verbal¹⁴¹).

Neste movimento de interações pertencem simultaneamente a uma mesma instituição Urano, Netuno e Vênus na Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-PG. Marte e Netuno atuam no GETE, Vênus e Mercúrio no Conselho Municipal LGBTQ de Ponta Grossa e Saturno e Júpiter na Associação Flor de Lis LGBTQ. Apesar das interações, relações e imbricações estabelecidas em relação as trajetórias institucionais destas pessoas, destacamos que todas elas possuam trajetórias de vida, institucionais e de militância diferentes.

Todas as instituições aqui citadas se mantem funcionando para o desenvolvimento de ações pró LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa no momento de conclusão deste trabalho (2020). Tanto as pessoas que nos narraram suas trajetórias, como as instituições pertencentes a este cenário de simultaneidade dinâmica aparecerão enquanto possíveis componentes para as *assemblage* de garantia de direito para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa nas discussões que constituem o capítulo 4 desta dissertação, e é por isso que decidimos nos debruçar sobre suas trajetórias neste momento do texto, apresentando suas vivências extrínsecas ao acontecimento das *assemblage* e delineando a partir de suas trajetórias que cada uma destas pessoas e instituições é potencial participante de uma organização socioespacial provisória para garantia de direito de LGBTQ+ em Ponta Grossa.

¹⁴¹ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

CAPÍTULO 4 - O COMPORTAMENTO DAS ASSEMBLAGE DE GARANTIAS DE DIREITOS DE PESSOAS LGBT+ EM PONTA GROSSA, PARANÁ

Conforme discutido nos capítulos anteriores, as *assemblage* são organizações socioespaciais provisórias manifestadas enquanto processos e práticas heterogêneas que reverberam em diferentes arranjos de mobilização, envolvendo o desempenho de poderes, desejos, interações, intenções, tensões e demais fatores subjetivos, objetivos e conjunturais que possam significar tais organizações e por elas produzir significado.

Nas *assemblage* observadas nesta dissertação estas práticas são voltadas à garantia de direito de pessoas LGBT+. São práticas contenciosas e contingentes, funcionando em processos que envolvem união (*assembling*), desunião (*desassembling*) e propensão a novas uniões (*reassembling*).

Este fenômeno produz tensionamentos para a garantia de direitos, por meio de dinâmicas de contestação, mobilizações. Enquanto processo, é um constante fazer, é potência contingente de vir a ser baseada na prática emergente e processual do social (ANDERSON, MCFARLANE, 2011; DELANDA, 2006, 2016).

As *assemblage* enquanto congregação que promove a inter-relação, a simultaneidade dinâmica de trajetórias em transformações de que fala Massey (2008), possui como pressupostos os processos de interação entre seus componentes, suas relações (DELANDA, 2006).

A observância das relações enquanto pressuposto lança luz para a heterogeneidade e para a preservação da identidade individual dos elementos humanos e não humanos envolvidos nas *assemblage* e para como esta individualidade é extrínseca e independente do acontecimento de alguma *assemblage*. Isso quer dizer que mesmo que uma *assemblage* ocorra, ao se desfazer, estes componentes não deixam de existir, mas se tornam potência para novas *assemblage*.

DeLanda (2006, 2016) chama a atenção para que as interações ocorridas nas *assemblage* são derivadas da articulação de componentes extrínsecos que as envolvem. Estes componentes variam conforme a função a que se refere o acontecimento de cada *assemblage*, ou seja, se muda a função, se mudam os

componentes.

Falamos extrínsecos ao invés de externos, pois, Delanda (2016) explica que as noções de interioridade e exterioridade proporcionam uma impressão de 'dentro' e 'fora' e com isso haveria uma perda em possibilidades explicativas, uma vez que a noção de 'potência', por exemplo, seria prejudicada pela exclusão de determinados componentes que estariam 'fora' do acontecimento destas organizações.

A compreensão sobre *assemblage* como um fenômeno social que possui por pressuposto as inter-relações de seus componentes, possibilita e em paralelo exige que observemos as suas propriedades emergentes, ou seja, os resultados causados pela interação entre as partes componentes, promovidos pelo seu fator extrínseco, para além do acontecimento das *assemblage* (DELANDA, 2016).

DeLanda (2016) explica que a emergência e os fatores extrínsecos promovem o fator de coesão necessário para que as *assemblage* aconteçam. Para o autor, as redes interpessoais e/ou as redes institucionais são bons exemplos de fator extrínseco de união, seriam os fatores potencializadores de *assembling*.

Conforme tratado no capítulo 3 desta dissertação, a partir da análise do conteúdo das falas das entrevistas elencamos enquanto categorias finais de análise os fatores de *assembling*, fatores de *dessembling* e fatores de *reassembling*. O resultado percentual de trechos de fala correspondente aos fatores potencializadores de *assembling* foi de 29, 31%, os trechos que enfatizam os processos de *dessembling* correspondem a 43, 97% dos trechos de fala, e a categoria de possibilidades de *reassembling* possui 26, 72% das falas.

Estas categorias foram analisadas e se relacionam com a questão central: 'como acontecem as *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?' e às questões específicas: (1) 'como se articulam os elementos humanos e não humanos na composição de *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?'; (2) 'como ocorre o processo de *assembling* e *reassembling* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?' e (3) 'como as *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná acontecem em termos de dinâmicas tempo/espço?'.
'

Então foram estas categorias que nos guiaram na busca das respostas ao

funcionamento do fenômeno, pois correspondem a forma do acontecimento das *assemblage*, indicada pela articulação dos componentes humanos e não humanos em relação aos fatores de causalidade, sejam eles subjetivos, objetivos e/ou conjunturais.

Com isso em mente, dividimos o texto deste quarto capítulo em três seções:

4.1. 'Fatores de *assembling*: Pessoaalidade, prefiguração política e translocalidade';
4.2. 'Fatores de *desassembling*: Falta de união e 'umbiguismo' e 4.3. 'Possibilidades de *reassembling* – múltiplos ativismos enquanto potência'.

Para tanto focamos nos funcionamentos destes processos em específico e os seus principais fatores potencializadores de união, desunião e possibilidades de reunião que elencamos por meio da análise de conteúdo das falas.

4.1. FATORES DE ASSEMBLING: PESSOALIDADE E TRANSLOCALIDADE

Ao nos atentarmos ao conteúdo das falas dos sujeitos entrevistados para a realização deste trabalho, articulado ao que estabelecemos teórico-metodologicamente para as análises, evidenciamos que no caso das *assemblage* de garantia de direito para pessoas LGBTQ+, os elementos extrínsecos que potencializam o seu acontecimento são as redes de pessoaalidade, a prefiguração política e o intercâmbio de elementos materiais e imateriais de forma translocal, estes que funcionam articulados a fatores conjunturais do Estado, mecanismos e discursos hegemônicos, conforme o já estabelecido nas sessões anteriores.

A pessoaalidade foi elencada enquanto categoria intermediária no processo de análise de conteúdo representando 12, 23% do conteúdo total das falas. É derivada da categoria inicial 'união público/privado', onde percebermos que esta união é feita por meio de pessoaalidade. Esta categoria foi alocada aos fatores de *assembling* por ser um dos fatores extrínsecos viabilizadores de processos de união. A categoria final 'fatores de *assembling*' possui 34 das 116 unidades de registro, representando 29, 31% do total. A pessoaalidade se refere a 50% dos conteúdos temáticos desta categoria, com 17 unidades de registro.

A translocalidade foi elencada enquanto categoria inicial e se manteve enquanto categoria intermediária de análise. Representa 12,23% do conteúdo total das falas que foram alocadas na categoria final 'fatores de *assembling*'. Foi elencada

enquanto categoria por considerarmos que o acesso a recursos materiais e imateriais entre locais potencializa e viabiliza o acontecimento das *assemblage*, conforme o especificado por McFarlane (2009).

A translocalidade se refere a 50% dos conteúdos temáticos desta categoria com 17 unidades de registro das 34 que compõe o total dos fatores de *assembling*. Estas duas categorias intermediárias – a pessoalidade e a translocalidade – servirão de base para os processos explicativos desta seção.

Conforme definimos até aqui, as *assemblage* enquanto organizações socioespaciais provisórias funcionam por meio da interação de seus componentes, envolvendo práticas relacionais motivadas por causas e motivos subjetivos e objetivos que ocorreriam extrinsecamente ao acontecimento das *assemblage* (DELANDA, 2016).

Compreendemos que estas interações acontecem nas *assemblage* por meio da simultaneidade dinâmica de trajetórias, em uma perspectiva inter-relacional de identidades e entidades, vidas e vozes, como proposto por Massey (2008), fortalecendo a noção de que as *assemblage* são processos influenciados e co-implicados, constituídos por histórias e espaços abertos de conexões e interações, sendo esfera de propensão da multiplicidade e pluralidade, coexistência de trajetórias e heterogeneidade (MASSEY, 2009; ANDERSON; MCFARLANE, 2011).

Nas trajetórias observadas, evidenciamos que as *assemblage* funcionam por meio de imbricações e de relações que ocorrem em diferentes temporalidades em torno da finalidade da garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa. Estas relações ocorrem por meio de interações entre os componentes que envolvem este fenômeno, que foram definidos neste trabalho enquanto 1. Instituições-instituições, 2. Pessoas-pessoas, 3. Pessoas-instituições. Interações estas que ocorrem em simultâneo, não em algum tipo de hierarquia ou procedimento padrão.

As relações interinstitucionais (interação instituição-instituição) ocorrem por meio do reconhecimento de serviços específicos ofertados por instituições ratificadas pela referência por trabalhos pró LGBTQ+ em relação as demais - mesmo que sejam trabalhos específicos e que não reflitam totalmente o objetivo da instituição-, como é o caso da OAB (por meio da Comissão de Diversidade Sexual e de gênero), ou do Grupo Reviver, por exemplo.

Esta relação pode ser ilustrada da seguinte forma: o Grupo Renascer é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e recebe demanda de atendimento a pessoas LGBT+ advinda dos Centros de Referência de Assistência Social. Todavia, conforme evidenciado pelas entrevistas realizadas, não há uma rede formal de atendimento específico a LGBT+ para além desta vinculação, enquanto um protocolo de atendimento em rede (informação verbal¹⁴²).

Terra (informação verbal¹⁴³) explica que esta relação interinstitucional “[...] não é nada formal, não tem um pacto, na realidade é assim, apareceu uma travesti sem identificação: - chama a Mercúrio que ela conhece [...] tem algum problema com a questão que o Reviver trabalha, chama o Reviver”. Vênus (informação verbal¹⁴⁴) afirma que

[...] a gente pode indicar, pode fazer a indicação, mas você não tem nada, digamos...é uma coisa muito informacional até, as pessoas vão indicando na informalidade. É na informalidade assim: - óh! Você conhece o pessoal do Renascer, da Associação Flor de Lis, conhece o pessoal do DCE? Quando acontece as coisas é uma bola de neve, um fica sabendo e contra pro outro que conta pra um terceiro.

Evidenciamos a partir disso, que mesmo que as interações ocorram em uma relação interinstitucional (instituição - instituição) para garantia de direito de LGBT+ em Ponta Grossa, na maioria das vezes é mediada por pessoas e pelo contato com alguém específico em uma ou outra instituição (interação pessoas-instituições), uma vez que não há uma rede institucional de garantia de direitos na cidade de Ponta Grossa que possa ser acessada a partir de protocolos de atendimento, com encaminhamentos interinstitucionais.

Estas instituições envolvidas são compostas por pessoas, mas não se reduzem as pessoas que as compõe e possuem a autonomia de se conectar e desconectar de

¹⁴² Informações fornecidas por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018 e por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

¹⁴³ Informação fornecida por Terra durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 20 de Março de 2018.

¹⁴⁴ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

outra instituição pela sua finalidade enquanto instituição específica que desempenha ações pró LGBTQ+, ratificada pelo reconhecimento que possui enquanto ‘instituição de referência que todo mundo conhece’ (DELANDA, 2016).

Delanda (2016) afirma que a ratificação e as interações dos elementos humanos e não humanos (pessoas e instituições, neste caso) que compõem as *assemblage* ocorre pela legitimidade que determinado elemento possui. No caso das instituições, a ratificação necessária para o alcance da legitimidade se relaciona ao engajamento com o objetivo institucional.

Como a legitimidade nas *assemblage* se relaciona em muito com as trajetórias institucionais e pessoais dos componentes destas instituições, para que determinada instituição seja reconhecida como legítima, deve possuir o que Delanda (2016) chama de ‘*personal beliefs*’, ou seja, deve ser acreditadas e ratificadas enquanto legítima pelas pessoas que compõe esta *assemblage* a partir de seu desempenho.

Este na verdade é um processo de acreditação, de estabelecimento de legitimidade, é promovido por uma trajetória de reconhecimento que envolve o escopo e missão institucional, uma estrutura de direitos e obrigações a que se presta tal instituição e o carisma de seus líderes na execução de suas proposições e deveres (DELANDA, 2016).

Este processo pode ser observado quando nos voltamos a trajetória institucional do Grupo Renascer narrada por Mercúrio (informação verbal¹⁴⁵):

[...] o Renascer, que foi fundado 18 anos atrás, agora dia 20 de Setembro faz 18 de fundação, e é a única fundação específica assim, e é a única do Estado do Paraná mais bem estruturada, onde que a gente presta assim, todos os trabalhos, tem profissionais, tem advogado, psicóloga, assistente social [...] E então assim, a gente tem uma grande parceria com a nossa Secretaria Municipal de Saúde, e o Programa Municipal de ISTS/HIV-AIDS do nosso município, né, eu fui capacitada dentro do SAE/CTA, onde que eu faço teste rápido de HIV-AIDS, com a nossa população de travestis e transexuais. Aqui dentro do Renascer eu faço, busca ativa. Ai a gente vai nos bares, nas boates, nas BRs, e a gente leva o preservativo, leva informativo. O preservativo a gente usa como estratégia pra levar as informações nossa. A gente faz também os exames dentro das boates com as meninas que muitas trabalham a noite inteira, não podem vir. Então a gente faz tudo isso, campanha com a Secretaria de Saúde, com o programa municipal pra fazer o preventivo com

¹⁴⁵ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 10 de Dezembro de 2018.

as meninas; vamos com o ônibus, fazemos o preventivo, então a gente presta este trabalho. Então assim, o nosso município virou referência até. Nosso trabalho de prevenção é um dos melhores do estado do Paraná. Ah, tem atendimento jurídico, a gente faz várias outras coisas... temos dinâmicas. Já foi implantado o serviço de fortalecimento de vínculos. Porque aí a gente pegou e mudou, porque antes era Grupo Renascer de Apoio à população de homossexuais, agora não, é Grupo Renascer de apoio à população LGBT Convivência e Fortalecimento de Vínculos, por causa do marco regulatório, a gente se readequou ao Município, tanto a saúde, como a assistência social. Agora a gente tá pegando e tá atendendo 5 CRAS, então as demandas dos CRAS estão vindo pra cá. [...] a gente pegou uma confiança, com o nosso município, com os nossos gestores, têm confiança.

As instituições possuem suas trajetórias individuais de estabelecimento e ratificação, a partir do desempenho das ações, conforme nos remete a citação de Mercúrio. Mesmo que não exista uma rede de garantia de direito em Ponta Grossa, o Grupo Renascer executa ações de forma legítima, uma vez que é legítima em seu propósito, eficiente em seu objetivo e liderança. As demais instituições ratificadas observadas por este trabalho também servem à finalidade da garantia de direito de LGBT+ por terem sido ratificadas e citadas enquanto legítimas (DELANDA, 2016).

Uma vez que a autonomia das trajetórias das instituições é preservada segundo os processos de legitimação relacionadas a elas, as relações das pessoas que a compõem também são preservadas, uma vez que estas pessoas possuem seus próprios processos de ratificação que podem ser estabelecidos para além do âmbito institucional, em casas, baladas, cafés, por meio das relações de pessoalidade, funcionando enquanto fator extrínseco que viabiliza o acontecimento das *assemblage* (DELANDA, 2016).

Silva (2002) explica que as relações de pessoalidade congregam elementos subjetivos e objetivos na articulação entre o público e o privado, indicando o que Breines (1982) e Daskalaki (2017) chamam de elementos prefigurativos. Desta forma, os objetivos comuns da garantia de direito para LGBT+ são amplificados por encontros que extrapolam a institucionalidade e se apoiam nas relações subjetivas, de afeto, confiança, respeito etc. Conforme argumenta Silva (2002, p. 227) “[...] as relações de caráter formal são entrelaçadas com relações de afetividade, parentesco e respeito, gerando uma confiança estabelecida em regras e códigos relacionados a uma ética específica: a da ‘conveniência’”.

Para Breines (1982) e Tarrow (2011) a personalidade é o que proporciona a caracterização das *assemblage* enquanto uma forma prefigurativa de manifestação de contestação. Isso por possuir as redes de relações pessoais enquanto uma forma de fortalecer um movimento e disputar por legislações, programas, projetos e políticas, fazendo com que pessoas diferentes em trajetórias de vida, profissionais, institucionais e de ativismo trabalhem juntos. Com isso há o reconhecimento de que existem diferenças, mas fornecendo plataformas de ações comuns por meio de laços motivados por causas e motivos subjetivos que ocorreriam nas relações em uma *assemblage* (CUMBERS *et al.*, 2008; DASKALAKI, 2017).

Conforme Matos (2011), as redes de personalidade são baseadas em conjuntos de relações “[...] resultantes da articulação de grupos de pessoas, ou instituições sociais, segundo motivações específicas mais ou menos duráveis no tempo” (MATOS, 2011, p. 173).

As redes de personalidade nos permitem observar a prefiguração política na garantia de direito para LGBTQ+, e em paralelo nos permite reiterar a ausência de uma rede interinstitucional de desenvolvimento de ações pró LGBTQ+.

Isso porque a própria suposição da existência de redes institucionais é vista com estranheza, como pode ser observado na fala Saturno (informação verbal¹⁴⁶).

[...] Então, quando você falou em rede a gente fala ‘iiiiih’, me preocupei muito (risos)! Porque assim, me preocupa...não existe! Existe um grupo de pessoas que trabalham em prol daquele grupo, mas aquele que tá lá na pontinha de cabeça baixa não entra nesse grupo. Que grupo que vai chegar naquele que tá lá na pontinha de cabeça baixa? Os que tão fora no caso...vou dar um exemplo: nós! Opa! Aqui tá um grupo de defesa de direito! Então ele já sabe.

Vênus (informação verbal¹⁴⁷) conta que há limitações no alcance das ações ocasionadas pela informalidade interinstitucional:

¹⁴⁶ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

¹⁴⁷ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

Nós só temos por enquanto a Comissão digamos...limitadamente...o Renascer, que faz um trabalho excepcional, sensacional. Tem a associação Flor de Lis também que faz um trabalho e tem o Conselho Municipal LGBT. A gente pode indicar, pode fazer a indicação, mas você não tem nada, digamos...é uma coisa muito informacional até, as pessoas vão indicando na informalidade.

Em contra partida, a informalidade institucional é contornada pela personalidade, pelo reconhecimento de certas pessoas que promovem a garantia de direito para LGBT+ na cidade. Este reconhecimento funciona no sentido de “[...] saber-se quem é quem” (PRADO, 1995, p. 38) pela designação nominal, onde nomes de pessoas são automaticamente vinculados às instituições a que pertencem em suas trajetórias profissionais, gerando identificação imediata, conhecimento mútuo e ratificação.

Quando solicitávamos as/aos entrevistados (durante a primeira fase de entrevistas que fizemos) para que sugerissem pessoas importantes na garantia de direito a LGBT+ em Ponta Grossa, as menções eram feitas sempre unindo pessoa e instituição, por exemplo “[...] a Saturno e a Júpiter da Flor de Lis, eu gosto muito do envolvimento delas” (informação verbal¹⁴⁸), ou “[...] tem um menino que tá em parceria com nós que é o Urano, ele é da Universidade” (informação verbal¹⁴⁹).

Assim, o reconhecimento dos elementos enquanto pertencentes à uma *assemblage* de garantia de direito também funciona pelo estabelecimento de relações interpessoais, pelo reconhecimento que as relações de personalidade promovem ao entrecruzar trajetórias de ativismo, experiências, posicionamentos, etc. Onde quem é reconhecido enquanto participante destes processos já ‘provou que faz’ e é considerado enquanto elemento que de fato pertence a um ativismo que busca por direitos pró LGBT+, conforme explica Mercúrio (informação verbal¹⁵⁰).

¹⁴⁸ Informação fornecida por Terra durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 20 de Março de 2018.

¹⁴⁹ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 10 de Dezembro de 2018.

¹⁵⁰ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 10 de Dezembro de 2018.

[...] eu acho que a rede de garantia de direito, quem nos dá é nossa população mesmo, os nossos voluntários, os nossos usuários, por que nós temos militantes, bastante na nossa cidade, bastante que abraçam nossa causa. [...] Sabe assim, não é um número grande, é uma meia dúzia de gatos pingados, porque se você faz, então você prove, porque eu sou uma das mais velhas das militantes de Ponta Grossa, se você fizesse alguma coisa pela população eu estaria sabendo. Por eu ser mais velha eu sei quem é que faz quem é que não faz, desde as secretarias, até o último da população...

Saturno (informação verbal¹⁵¹) possui uma reflexão semelhante à de Mercúrio. Para ela o movimento funciona em uma rede de pessoas. Explica que é:

Muito pequena, mas tem. Não passa de cinco. É o Plutão do Renascer, todo mundo conhece o Plutão. O Plutão é um, a Mercúrio, agora o Urano, Urano que é até do GUDI aqui da UEPG, e a Vênus, ela é da comissão da diversidade sexual da OAB. [...] se for o movimento de brigar por legislação é cinco pessoas, cinco LGBT e uns 12 aliados, se for pra brigar bem brigado sou eu, a Júpiter, a Mercúrio e o Plutão.

As explicações de Saturno e Mercúrio indicam que a ratificação das ações, não apenas de pessoas, mas também de instituições diz respeito a trajetórias de militância, de ativismo e desempenho de ações relacionadas a pautas LGBTQ+ gerando condições para a legitimação de elementos enquanto pertencentes a um movimento que busca a garantia de direito (DELANDA, 2016).

Para DeLanda (2016), as relações definidas pelo exercício da personalidade pertencem ao processo de acontecimento das *assemblage*. Isso porquê, como um fenômeno social, as *assemblage* são co-constituídas em constante processo de transformação¹⁵² tendo por referências as trajetórias individuais, bem como suas relações afetivas, cotidianas, sociais, políticas com outras trajetórias em uma simultaneidade dinâmica na qual as *assemblage* seriam fazeres, entidades processuais formadas e caracterizadas pela heterogeneidade e diversidade e que

¹⁵¹ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 10 de Dezembro de 2018.

¹⁵² Dinâmica melhor discutida quando refletimos em torno do *reassembling*.

produz em seus processos de mobilização a garantia de direito (MASSEY, 2008; DELANDA, 2016, DASKALAKI, 2017).

Ponta Grossa possui um movimento LGBTQ+ urbano de cidade interiorana e universitária, onde a ratificação desenvolvida pelos membros mais antigos deste movimento se refere a trajetórias inter-relacionadas de pessoas – como discorrido até aqui - e também de instituições, militâncias e desenvolvimento de políticas ou até mesmo anterior às políticas, com o contato governamental, em uma conjuntura de reconhecimento, de se saber quem é quem e quem faz o que (PRADO, 1995).

Souza (2009) e Cardoso (2008) explicam que os movimentos sociais urbanos possuem fatores característicos, pressupostos, por assim dizer. Transportando estes pressupostos para o universo desta pesquisa, percebemos que estes também são fatores que garantem a ratificação das funções dos elementos das *assemblage*, sejam eles humanos e não humanos.

Estes pressupostos dizem respeito as trajetórias pessoais (conforme explicitado no capítulo 3, e que por isso não foram repetidas aqui) e a fatores conjunturais que no caso da cidade de Ponta Grossa são (1) a dinâmica local das trajetórias dos ativismos e movimentos sociais e sua relação com os governos, (2) a relação entre múltiplos ativismos e (3) movimentos sociais, universidades e as interferências externas que promovem a coesão de um grupo em torno de uma pauta (SOUZA, 2009; CARDOSO, 2008).

Em Ponta Grossa a trajetória do movimento social LGBTQ+ começou a se organizar no fim da década de 80, e de certa maneira, se referia ao contexto latino-americano e brasileiro de reivindicações estabelecidas ao longo da década de 70 e 80. Esta organização ainda que não tenha sido formada em uma composição homogênea, é derivada de trajetórias particulares de vida relacionadas ao contexto da epidemia de HIV/AIDS na cidade.

Neste momento, houve o primeiro grande *assembling* de garantia de direito na cidade de Ponta Grossa, onde cada elemento humano e não humano com suas especificidades buscou se organizar para o desempenho da finalidade desta *assemblage*, propondo novas formas de se fazer políticas ao chamar atenção à realidade de pessoas LGBTQ+.

Houve frentes de ação voltadas a institucionalização governamental da pauta LGBT+, e frentes dedicadas a fazer pressão em instâncias de controle social e de realizar a publicitação de legislações. *Assemblage* que se desfez a partir dos anos 2000, uma vez que estas pautas foram encaminhadas, instituições específicas foram criadas e ainda houve a implementação descentralizada da ‘Política Nacional de DST/AIDS – Princípios, diretrizes e estratégias’, prevendo recursos e deveres governamentais relacionados a esta epidemia. Neste momento os elementos que compunham esta organização se desarticularam, se voltando a suas trajetórias e se tornando potência à novas *assemblage* (informação verbal¹⁵³).

Conforme Shimanski (2007), Ponta Grossa é uma cidade conservadora e tradicionalista onde o poder é centralizado nas mãos de famílias de políticos ligados a atividade tropeira e de donos de grandes propriedades rurais desde o período de sua fundação, primeiro enquanto bairro do município de Castro, e posteriormente (1855) como município independente. Para a autora, o poder e administração da cidade “[...] foram marcados por um jogo de interesses [...] onde estavam os representantes da chamada ‘boa sociedade’, uma classe conservadora representada por fazendeiros, moradores antigos com grande prestígio social e econômico” (SHIMANSKI, 2007, p 94).

Este processo reverberou no desenvolvimento de uma elite conservadora articulada ao Movimento Progressista Paranista. A associação de Ponta Grossa com este movimento realizado por meio das elites políticas nas primeiras décadas do século XX construiu seu rótulo de cidade “[...] ordeira, acolhedora, sem conflitos e sem contradições” (SHIMANSKI, 2007, p. 102).

Shimanski (2007) afirma que com poder e influência, a elite ponta-grossense se apropriou do espaço público, tendo por base seus espaços privados, criando códigos, estética e condutas sociais a serem observados e respeitados como referência e coesão do ser ponta-grossense.

Ainda na constituição do ‘ser ponta-grossense’, se encontra o conservadorismo da cidade associado, nas reflexões da autora, aos imigrantes, em sua maioria

¹⁵³ Informações fornecidas por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018 e por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

poloneses, russos, alemães e ucranianos, e a associação de tradicionalismo cultural referido aos seus costumes. O conservadorismo também é relacionado às instituições religiosas. Conforme Shimanski (2007), ao longo do século XX a cidade foi marcada pela designação de bispos reformadores ligados a uma corrente da igreja católica voltada a retomar valores e tradições sociais anteriores a modernidade (SHIMANSKI, 2007).

Shimanski (2007) explica que até a década de 1970 em Ponta Grossa não havia incentivo a organização da sociedade civil, e nem a relações governamentais com estes grupos, em uma perspectiva vertical de manutenção de poder governamental municipal e de administração pública. Este contexto começa a se modificar na década de 80, onde associações de moradores e organizações da sociedade civil como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Estudantil Secundarista, Movimento Municipal de Meninos, etc. começam a se relacionar com o governo municipal.

Esta relação com o governo não ocorreu instantaneamente, mas devido a transformações socioeconômicas ocorridas na cidade pelo processo de industrialização e pelo incentivo a modernização da agricultura ocorridos na década de 1970 e seus efeitos, como o crescimento populacional derivado de um movimento migratório do campo para a cidade, e a concentração de renda no meio rural (SHIMANSKI, 2007).

Este processo inflamou a organização dos referidos movimentos sociais e de muitos outros em âmbito ponta-grossense ao organizar a sociedade civil em setores populares de pautas específicas em busca de uma nova configuração de cidade (SHIMANSKI, 2007).

A trajetória de constituição da cidade e de organização dos movimentos sociais em âmbito local influenciou na forma com que se constituiu o movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa. Enquanto um movimento social urbano de interior, este contexto importa. Importa perceber que assim como em âmbito nacional, em âmbito municipal é um movimento de atuação contenciosa, que utiliza de dinâmicas de militância e ativismo que levam em conta a trajetória da cidade para a institucionalização e os avanços de pautas (TARROW, 2011).

É um movimento que carrega consigo a premissa de que só por existir já contesta o rótulo de cidade edílica, livre de contradições que o poder conservador historicamente construiu para a cidade. Também, evidencia que a constituição de movimentos sociais urbanos surge das necessidades de contestação, de litígio em face de contextos contraditórios de exclusão, vulnerabilidades sociais e de ‘contradições urbanas’, onde as relações na cidade “[...] geram processos políticos específicos” (CARDOSO, 2008, p. 317).

Conforme Souza (2009) e Cardoso (2008), para refletirmos sobre os movimentos sociais urbanos temos que nos atentar aos fatores conjunturais que os qualificam e que enfatizam a autenticidade e representatividade de suas pautas e das pessoas que compõe o movimento (ratificação).

O primeiro deles é justamente esta dinâmica local da constituição de movimentos sociais, evidenciando os processos, bem como os elementos que os constituem, como “[...] o papel da Igreja, [...] além de várias instituições que podem circunstancialmente auxiliar a mobilização e divulgação de manifestações” (CARDOSO, 2008, p.337).

O segundo fator conjuntural a ser observado é a relação dos movimentos sociais urbanos com as universidades. Para Faleiros (2015, p. 13):

[...] a universidade é organizada por normas estabelecidas por lei, estatutos, regulamentos, mas também mobilizada por seus membros, tanto internamente como para salários, critérios de progressão, aperfeiçoamento, como pela expressão de ideias, posicionamentos, engajamentos em lutas sociais e na pesquisa e ensino críticos.

Com isso as dinâmicas das universidades extrapolam o que de senso comum seriam as ‘reais’ atividades da universidade, ou seja, a dinâmica de sala de aula e produção teórico-metodológica de conhecimentos, ocorrendo também em práticas que viabilizam relacionamentos com organizações, instituições e movimentos sociais em uma perspectiva de enriquecimento que ocorre em uma via de mão dupla – da mesma forma que a universidade ganha ao qualificar o contexto de produção científica em uma parceria formativa de troca de conhecimentos, os movimentos sociais são

beneficiados ao serem inseridos ao contexto universitário que reverbera em acesso a docentes, espaços, corpo administrativo, e também pelo acesso a conceitos e reflexões críticas ao compartilharem suas experiências de vida com docentes e sujeitos pesquisadores (GOHN; ZANCANELLA, 2012).

O movimento LGBTQ+ ponta-grossense se relaciona em muito com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde grupos como o GETE, o GUDI e o DCE participam ativamente nas *assemblage* de garantia de direito para LGBTQ+, seja por meio de assessoria a organizações da sociedade civil, realização de palestras, produção de visibilidade a pautas LGBTQ+ em âmbito científico, ou pela organização de eventos, como é o caso da II Parada Cultural LGBTQ dos Campos Gerais que foi realizada por um coletivo organizado pelo GUDI (informação verbal¹⁵⁴).

O último fator a ser observado¹⁵⁵ se trata das interferências no processo de produção de movimentos sociais. Estas interferências se relacionam a violências e vulnerabilidades na definição de “[...]uma experiência em comum de discriminação que enfatiza o compartilhar de certas carências, percebidas como injustas” (CARDOSO, 2008, p. 339) reunindo pessoas a partir de uma mesma opressão – ainda que de diferentes maneiras - uma vez que no caso do movimento LGBTQ+ as vivências são heterogêneas e diversas. Nesta conjuntura, além das pautas, o envolvimento político ocorre por meio da experiência e da subjetividade.

Conforme observamos no capítulo 3 desta dissertação, múltiplas trajetórias de vida se inter-relacionam pela experiência de ser LGBTQ+ ou, no caso de aliados, por possuir solidariedade e certa identificação com as pautas e dificuldades vivenciadas por estas pessoas. Esta identificação promove um movimento de interações e de relações sustentado por ambos – o compartilhamento de pautas, vulnerabilidades e a subjetividade das relações estabelecidas no âmbito da militância (CARDOSO, 2008).

As trajetórias individuais de experiências de vida possibilitam um conjunto de interações ao promover ligações e a constituição de laços que extrapolam o

¹⁵⁴ Informações fornecidas por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018, por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019 e por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019

¹⁵⁵ As obras de Cardoso (2008) e Souza (2009) trazem mais elementos, todavia nos dedicamos a observar aqueles que interferem na conjuntura do movimento social LGBTQ+ ponta-grossense e do seu ativismo.

acontecimento das *assemblage*, conectando pessoas em uma conveniência pessoal que envolve a subjetividade (SILVA, 2002). Delanda (2016) explica que as relações interpessoais enquanto fator extrínseco das *assemblage* incluem expressões de solidariedade que podem produzir relações de confiança. Com isso, o autor explica que as relações interpessoais promovem o engajamento e a ratificação de pessoas pela identificação de experiências que vão além de conversas, pela possibilidade de “[...] ouvir problemas e aconselhar em momentos difíceis, prover ajuda física¹⁵⁶” (DELANDA, 2015, p. 30, tradução nossa) criando rotinas, laços de confiança e memórias a partir de performances pessoais e *personal beliefs*, ou seja, o processo de acreditação e legitimidade pessoal estabelecida por meio de interações e reconhecimentos.

Conforme Prado (1995), Silva (2002) e DeLanda (2015), as interações que podem promover relações de personalidade costumam ocorrer em espaços de sociabilidade. São viabilizadas pela expressividade linguística (proposições, escolhas de assuntos, crenças, valores etc.) e não linguística (gestos, postura, vestimentas, etc.), que geram reações subjetivas de afeto ou desafeto, identificação ou rechaço.

Este processo de interação também pode ocorrer no âmbito da internet, eliminando a necessidade da co-presença (DELANDA, 2016), mas mantendo a co-constituição relacional (MASSEY, 2008), processo este com outras intensidades no que tange a expressividade linguística e não linguística e que congrega outros elementos, como acesso (ou não) a tecnologia, estrutura de servidores e distribuição de internet e até imagética, elementos estes que extrapolam os objetivos do nosso trabalho, e em capacidade argumentativa em torno das entrevistas, por mais que existam menções às redes sociais (Facebook e Whatsapp) como fonte facilitadora de personalidade e de mobilização.

Como mencionado, as interações interpessoais e as relações derivadas destas interações ocorrem em espaços de sociabilidade. A partir das entrevistas realizadas percebemos que as relações das pessoas envolvidas nas *assemblage* de garantia de direito são desempenhadas principalmente nas casas e nas baladas. Para

¹⁵⁶ Traduzido de “[...] *listening to problems and giving advice in difficult times, providing physical help*” (DELANDA, 2016, p. 30).

constatarmos isso observamos a categoria intermediária ‘pessoalidade’ com 17 unidades temáticas de registro e que compõe a categoria final ‘fatores de *assembling*’.

Com isso percebemos que 10 das unidades de registro tinham como tema central a ‘casa’, nos possibilitando a criação de inferências relacionadas a viabilização de *assembling* por meio da casa. Estas inferências se relacionavam a deduções sobre como as relações desenvolvidas na casa reverberam em garantia de direito, e sobre a casa ser utilizada como viabilizadora de estratégias.

As outras 7 unidades de registro da categoria intermediária ‘pessoalidade’ tinham como tema central as baladas, a partir disso criamos inferências relacionadas a probabilidade de as baladas serem utilizadas enquanto espaços de expressividade e ativismo.

No que se refere a casa, Marte (informação verbal¹⁵⁷) afirma que:

[...] a gente frequenta a casa uma da outra, né, e eu acho que assim, fundamental foi abrir a minha casa, porque elas tinham muito medo de ir na minha casa, elas achavam assim ‘nossa, como eu vou na casa da Marte, né’. Depois que elas começaram a frequentar a minha casa e ver que a minha casa é um lugar de acolhimento, eu acho que isso reforçou os laços de respeito, porque eu observo muitas pessoas que no âmbito institucional são capazes de falar pela luta de direitos, mas não recebem em casa. Ou dizem assim, se você for na minha casa e meu marido olhar feio para você, ou minha sogra...eu nunca tive esta preocupação, eu só falo ‘olha, uma amiga minha vai vir aqui!’, e azar de quem não gostar! Então essas espacialidades do âmbito privado, né, eu frequento a casa delas... O Ceres deve lembrar de reuniões que a gente fez na casa da Éris, quando ela fez cirurgia no quadril, a gente teve que desmontar a casa dela, levar a mudança pra outra casa, instalar ela quando ela foi pra lá. Eu fiquei no hospital com a Éris, então a gente tem uma vivência e laços que são criados para além das institucionalidades.

Conforme a fala de Marte (informação verbal¹⁵⁸), a casa funciona enquanto espaço de sociabilidade que promove acolhimento e manutenção de laços de respeito e solidariedade a partir da personalidade. Sob as lentes da prefiguração política e do caráter extrínseco da personalidade, estes laços amplificam e facilitam a luta por

¹⁵⁷ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

¹⁵⁸ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

direitos, ao passo que a acolhida da casa desmancha a impessoalidade institucional e acentua a amizade, o respeito e o conhecimento mútuo (BREINES, 1982).

Marte (informação verbal¹⁵⁹) ainda elucida que a casa pode ser espaço de estratégias e organização de mobilização:

[...] várias de nossas reuniões elas são pra discutir estratégias nas casas também. E muitas vezes, Bruna, vamos supor, a gente vai ter uma reunião institucional e que a gente precisa de ter estratégia de voto pra determinada conquista, a gente conversa com 'fulano, fulano, fulano' a gente sabe que fulano e fulano não são muito favoráveis... como que a gente vai falar isso sem provocar uma negativa dessas pessoas? Ai então, 'ai venha aqui em casa para a gente tomar um café, a gente fala sobre isso'. [...] Uma coisa é você ter uma instituição onde as pessoas têm direito de fala, e você tem que respeitar uma outra pessoa que tem o mesmo direito que você de se opor a uma proposta diferente da sua. Isso se dá no campo da institucionalidade, mas muitas das negociações que vão para arena da institucionalidade já estão tratadas no café que teve na casa do outro. E essas estratégias, muitas vezes elas ficam invisibilidades, elas ficam no campo daquilo que é visível no campo da institucionalidade, quando você lê uma ata de reunião e como foram decididas as coisas...as coisas não foram decididas ali, as coisas foram muito planejadas e decididas antes nas informalidades, na construção de redes de afetos, de confiança...se você tá sendo chamada na reunião na casa é porque eles estão vendo em você uma lealdade em função de um posicionamento que eles querem que seja aprovado na institucionalidade.

Então a casa também é compreendida enquanto espaço de ativismo e estratégia, sendo utilizada para reuniões de posicionamento, desmitificação de preconceitos e ratificação de valores, pois possui códigos específicos, um funcionamento que se difere de casa para casa (PRADO, 1995). Para DeLanda (2016) e Prado (1995), as interações pessoais relacionadas a casa geram associações subjetivas de sentimentos como confiança/desconfiança, por constituírem uma espécie de redoma, de espaço constituído por suas próprias normas e códigos. Com isso, há a valorização à pessoa a partir da experiência do acolhimento e da valorização de laços pessoais, ao se inter-relacionarem diferentes rotinas, sensações biológicas, hábitos derivados de cada trajetória de vida e fatores subjetivos.

¹⁵⁹ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

Conforme a fala de Saturno (informação verbal¹⁶⁰), compreendemos que neste contexto a casa também pode ser utilizada enquanto espaço de reconhecimento de identidades e do próprio ser por meio da identificação imediata da casa enquanto vinculada a determinadas pessoas. Saturno (informação verbal¹⁶¹) explica:

Pra você ter ideia nossos vizinhos, a maioria dos nossos vizinhos são evangélicos...(E como que é a relação com eles?) Maravilhosa! Não temos incômodo nenhum, porquê quando eles aprendem que nós não somos purpurina, que nós não somos festa, que nós não somos barraqueiras, que nós temos uma vida igual a deles pior, né, por que nós temos que batalhar mais ainda, porque enquanto eles matam um leão por dia nós matamos meia dúzia, e quando eles vem quem não tem nada, quando eles olham pra dentro da tua casa e enxergam que na tua casa não tem uma buceta pendurada na parede, um pinto pendurado na tua parede...entendeu?! que é uma casa igual, como a de qualquer um...é isso que as pessoas pensam! Daí eles não conseguem entender aquela fantasia que eles fizeram e olhar para uma casa normal, até mais normal que a deles. Até então a gente estava com a nossa filha em casa e eles ficavam: ‘mas o que é estas três mulheres dentro de uma casa?’...até entenderem que era duas mães e uma filha, a minha filha mesmo, pra quem perguntava ela dizia ‘são minha duas mães’ .Você mostrando pra sociedade que você é igual a eles, que é um ser humano antes de qualquer coisa você é um ser humano [...] é tudo igual do mesmo jeito! Quando morrer vão feder do mesmo jeito. Não vamos feder purpurinas e perfumes, entendeu? É isso que a gente passa para as pessoas!

No que se refere as baladas LGBT+, estas também apareceram enquanto espaços de expressão, performances e reconhecimento por meio da personalidade. Para Netuno (informação verbal¹⁶²), as baladas funcionam como espaços de expressão, espaços “[...] onde eu podia expressar minha sexualidade [...] o local que eu conseguia me expressar, ali e casas de amigos assim”. Paralelamente estas baladas funcionam como espaços de ativismo. Cada balada possui uma dinâmica diferente da outra em públicos, propostas, preços e abordagens, possibilitando para além da expressão da identidade pessoal privada, a expressão pública, “[...] a *persona* publica que nós apresentamos aos outros quando interagimos com eles em uma

¹⁶⁰ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

¹⁶¹ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

¹⁶² Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019.

variedade de encontros sociais¹⁶³ (DELANDA, 2015, p. 27, tradução nossa). Estes encontros podem servir para o ativismo e o desenvolvimento da afirmação de relações e posicionamentos pessoais como exemplifica a fala de Vênus (informação verbal¹⁶⁴).

Eu vou desde a ONG até a UEPG, até balada, é bem difuso. Estou desde dentro das casas até dentro das salas de aula, dentro de escolas, então o trabalho na comissão é muito formiguinha. [...] Ano passado no Deck que não teve respeito a questão do banheiro social é... não é que não teve respeito...aconteceu uma situação de que tavam reclamando que as travestis e os transgêneros não poderiam usar banheiro masculino. Aí nós fomos lá, conversamos com o proprietário, ele falou que ia alterar, até tem uma placa quem for lá, que você pode usar o banheiro conforme se identifica. Então a gente sabe que teve alguns casos no Deck, então o Deck querendo ou não é um caso de uma militância velha, uma comunidade mais velha LGBT+ vai lá, se identifica com o Deck. Assim como a militância mais nova, o jovem LGBT+ que já tem um pouco a mente mais aberta vai para a Cavan. Assim como o grupo de Travestis se localiza na Queen. A Cavan é muito forte principalmente nas festas da Podecê, é muito forte a população LGBT jovem. Eu gosto da Podecê, pois é um ritmo que eu gosto, são pessoas que eu gosto os dois que estão, é em conjunto com a comunidade esta questão da Parada (Cultural LGBT dos Campos Gerais/ 2018) ter sido idealizada junto com eles. [...] Quando meu tempo permite eu vou em reunião de ONG, eu vou em Parada, um encontro na balada indiretamente eu começo a falar da comissão, eu começo a falar da militância.

Além de espaços de sociabilidade, ativismo e expressão, as baladas LGBT+ podem prestar apoio a ações do ativismo LGBT+, dependendo das relações interpessoais de dirigentes destas baladas com elementos (humanos e não humanos) que compõe o movimento e ativismo de LGBT+ e aliados e da sua sensibilidade com a causa. Urano (informação verbal¹⁶⁵) nos exemplificou um destes casos:

Agora eu me lembrei de um outro evento na Desantando Nós que foi quando houve aquela *tour* da Pablo. A *tour* da Pablo foi assim, que o vereador tinha dito que ia prender ela, se ela fosse em qualquer escola falar da dita 'ideologia de gênero' que é como eles chamam...e daí eu pensei assim - a gente precisa

¹⁶³ Traduzido de “[...] *the persona publishes that we present to others when we interact with them in a variety of social gatherings*” (DELANDA, 2016, p. 27).

¹⁶⁴ Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019.

¹⁶⁵ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

fazer algo!. Precisamos ocupar, ocupar com as pessoas LGBT a Câmara...mas não é ocupar, nós vamos lançar um evento pelo DCE e foi assim que eu pensei, numa análise muito concreta, [...], vendo assim, do movimento LGBT, como as pessoas se organizavam, né na cidade, que eu pensei assim, para onde os LGBTs vão, aonde é que tá esta população...ai eu comecei a pensar nas baladas e foi assim que eu tive que sentar com todas as curadorias de balada, né, as empresas que fazem as festas na CAVAN e eu falei assim, vamos sentar e vamos ver o que é que a gente vai fazer, porque a gente tem a ideia política, o debate político, mas em certas medidas tem as pessoas, né, as pessoas que curtem as páginas de vocês, as pessoas curtem as publicações, e LGBTs em sua maioria que são envolvidos com as entidades de vocês mesmo que não sejam diretamente políticos, de intenção política. E ai fizemos o ato em unidade com todas as curadorias das baladas, com alguns centros acadêmicos, inclusive o Grupo Renascer também, fizemos aquela ocupação que foi linda.

Por fim, reiteramos nossa proposição de que as relações de pessoalidade estabelecidas principalmente, mas não somente, nas casas e nas baladas potencializam o acontecimento das *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa, enquanto fator extrínseco de coesão e de estabelecimento de laços de identidade por associações objetivas e subjetivas, uma vez que percebemos estes locais enquanto centrais na produção e manutenção de relações interpessoais.

Com isso, queremos dizer que as discussões que são realizadas em lugares como baladas e casas podem fortalecer e publicitar opiniões e posicionamentos. Assim, se criam possibilidades de identificação de formas de desempenhar ativismos e de organização de coalizões e uniões a partir do reconhecimento pessoal e ratificação da fala do outro promovida pelas interações estabelecidas (DELANDA, 2016).

DeLanda (2016) afirma que as interações pessoais e diretas podem produzir ligações, conexões. Para o autor, nos casos em que estas conexões são de amizade, há confiança e lealdade e nestes casos “[...] as palavras voam¹⁶⁶” (DELANDA, 2016, p. 10, tradução nossa) e por meio da fofoca, favores, promessas, compromissos (aqueles realizados e aqueles em débito) e informações são compartilhados estabelecendo reputações e com isto definindo componentes para possível interação ou rechaço.

¹⁶⁶ Adaptado de “*word mouth travels fast*” (DELANDA, 2016, p. 10).

As dinâmicas de prefiguração e personalidade promovidas pela simultaneidade dinâmica de múltiplas trajetórias, de certa forma ordenam a diferença e a heterogeneidade em uma congregação de interesses para o funcionamento das *assemblage*. DeLanda (2016) afirma que esta ordenação ocorre em um alinhamento, mas para nos afastarmos da ideia de *continuum* linear, preferimos pensar na congregação de dinâmicas temporais que possuem efeitos em graus diferentes em relação as outras, em uma relação de coexistência (MASSEY, 2007).

Esta perspectiva nos confere a possibilidade de compreendermos as *assemblage* como “[...] figurações espaciais” (MASSEY, 2007, p. 146) de temporalidade relacionadas e contingentes, onde o espacial, por meio do desenrolar de interações “[...] torna-se o gerador de narrativa” (MASSEY, 2007, p. 146) ao pertencer ao processo de constituição de entidades e identidades que estão sempre em processo.

Massey (2007) afirma que o espaço enquanto constituído no/pelo processo de inter-relações é aberto à política e as diversas formas de poder que se relacionam a identidade de cada elemento e de cada lugar, enquanto “[...] produto de negociação, conflito, contenda, entre grupos distintos, grupos com interesses materiais e posições sociais e políticas diferenciadas” (MASSEY, 2007, p. 152).

Com isso queremos dizer que a simultaneidade dinâmica que promove a personalidade e por ela a prefiguração política, também promove a negociação, as disputas sócio-políticas, a legitimidade e ratificação de uns o ostracismo de outros, e também as *assemblage*, a partir de interações articulando o funcionamento cotidiano em relação às múltiplas trajetórias.

Conforme explica DeLanda (2016), a legitimidade está em muito relacionada aos *personal beliefs* conforme já mencionado. No caso das pessoas a legitimidade ocorre pela ratificação ao ser elencada enquanto ‘ativista-chave’, ou seja, aquela pessoa central, reconhecida pelos demais enquanto líder carismática, pessoa mais instruída no movimento LGBTQ+ em âmbito local e além, ou seja, que possui um domínio translocal de informações, posicionamentos políticos e conhecimentos (CUMBERS *et al.*, 2008; MCFARLANE, 2009).

Com isso temos que a influência e o desempenho de funções das pessoas nas dinâmicas do movimento, do ativismo LGBTQ+ e dos aliados são diversas, chamando

atenção para a heterogeneidade para além do que já foi discutido neste texto até aqui, enfatizando a maior ou menor capacidade de angariação de recursos (financeiros, sociais, informacionais) e pelo reconhecimento e legitimidade reverberado do processo de acreditação pelas demais pessoas que compõe o fenómeno observado, o que pode reverberar em local de autoridade na promoção e/ou participação nas *assemblage* (MCFARLANE, 2009).

Na cidade de Ponta Grossa um exemplo de ativista chave amplamente citada por sua prática e trajetória pessoal de ativismo e por referência nominal de vínculo institucional com o Grupo Renascer é Mercúrio. Conforme o que foi refletido sobre poder neste trabalho, e levando em conta os critérios de estabelecimento de pessoas a serem entrevistadas, compreendemos que cada pessoa a partir de sua trajetória pessoal e institucional possui seus vínculos e performances de poder. Conforme Massey (2007) indica, este poder é relacional, funcionando por acordos, pela personalidade, por práticas de estabelecimento de normas, ou como diria McFarlane (2009), pela construção de uma vontade comum, como instrumento para induzir ações. Isso indica, ainda, tomando Mercúrio como exemplo, que sua posição de ativista chave se refere ao seu desempenho legítimo e ratificado (*personal belief*), o que lhe confere uma posição de poder no desempenho de práticas, ações e relações sociais relacionadas a garantia de direito para LGBT+ na cidade.

Evidenciamos esta relação quando as pessoas entrevistadas mencionam Mercúrio enquanto fonte de ratificação legítima de ações pró LGBT+ e de mobilização do ativismo, de legitimidade enquanto pessoa central na garantia de direito para LGBT+, conforme indicado por Urano (informação verbal¹⁶⁷):

Todas as propostas que eu tive, por mais que fosse só ideia da minha cabeça, eu fiz questão de deixar público para todas as entidades para que a gente pudesse construir coletivamente e foi assim que eu sempre entrei em contato com a Mercúrio, sempre entrei em contato com o Renascer. [...] Se eu pensar no Renascer como eu sempre coloco não poderia pensar de deixar de falar na Mercúrio, que é chave que é fundamental na história da cidade, na militância LGBT e tudo que a gente já pode construir politicamente e

¹⁶⁷ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

governamentalmente também, é pessoa que se desataca na história da nossa militância.

Ou como enfatizado pela fala de Vênus (informação verbal¹⁶⁸):

Nós temos enquanto OAB o selo social que ano passado a gente agraciou o Renascer na pessoa da Mercúrio com o selo da diversidade sexual e de gênero que é uma idealização do Marcelo Galeão da OAB Jabaguara, sobre as pessoas que mudam o mundo com conscientizações LGBT, que contribuem para a comunidade LGBT. Então o trabalho da Mercúrio é de mais de 30 anos de militância, nós concedemos à ela.

Como mencionado, acreditamos que a identificação e reconhecimento de Mercúrio enquanto ativista chave se refere a associação de seu nome e instituição com conquistas pró LGBT+ em âmbito local e para além, de forma que Mercúrio seria o que McFarlane (2009) denomina de ‘estrategista’, ou seja, pessoa inovadora, da linha de frente dos movimentos sociais, aquela que ‘corre os riscos’ e que desenvolve e ilustra as dinâmicas estratégicas de mobilização e litígio, articulando suas experiências pessoais e de ativismo com outras experiências, pessoas, instituições e locais.

No que tange a mobilização, Marte (informação verbal¹⁶⁹) explica que Mercúrio sempre mobiliza e reúne pessoas pelo Whatsapp, para ela “é como se fosse uma dívida que você tem... ‘ai! eu prometi isso para Mercúrio’, eu vou fazer!”. Isso ressalta a personalidade na ampliação de relações que podem reverberar em laços de confiança e lealdade interpessoal e paralelamente amplificam as ações pró LGBT+ pelo potencial da denominação pessoal.

Estas falas indicam que Mercúrio teria um poder que se expressa em forma de autoridade, como coloca McFarlane (2009), autoridade no sentido da internalização de estratégias e normas para um ativismo que é ratificado, reconhecido por seu

¹⁶⁸ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

¹⁶⁹ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

impacto, e que por isso possui maior potencial para barganhas, acesso a recursos e contestações a outras formas de autoridade.

A autopercepção de Mercúrio sobre sua trajetória e prática no ativismo LGBT+ nos indicou esta lógica reflexiva logo no início do percurso de pesquisa, momento que identificamos que algumas pessoas possuem acesso a determinados recursos em âmbito local e além¹⁷⁰. Mercúrio foi a segunda pessoa entrevistada no período de campo exploratório, e sua fala nos indicou a reflexão de que as pessoas possuem acessos e recursos materiais e imateriais diferentes, e que isso se relaciona com suas trajetórias de vida e de ativismo. Isso ocorreu após a realização da entrevista feita com ela em 28 de Março de 2018. Neste momento perguntamos a Mercúrio “se você parar de militar, Mercúrio, o que acontece com a garantia de direito em Ponta Grossa?” e ela explicou o seguinte:

Eu sou ativista, eu milito, eu ativo pela causa, eu milito mesmo pela causa, mas eu não me considero uma liderança, não me enche os olhos ser uma liderança. Mas pra nossa população eu sou uma liderança...mas que bom que eu sou uma liderança. Mas eu me considero uma pessoa participativa que está ali pra ajudar a nossa população. [...] Porque aqui nós precisamos de uma travesti de peito que entenda de políticas públicas, pra bater de frente com os governantes que estão ali dentro e que levantam a bíblia e usam a bíblia como instrumento pra defender o seu voto e isso eu acho isso erradíssimo. É eu entrar na câmara ali, a bancada evangélica já: ‘ah chegou já a Mercúrio’, assim. Quando é direcionado à nossa população eu vou e dou a cara a tapa, chamo televisão e vou montada com vestido e fico bem louca. Isso é uma oportunidade de fala, então a gente tem que chamar atenção da mídia. [...] Eu acho que assim, nós não temos uma pessoa que seja capacitada pra fazer o trabalho, até então que eu faço. Eu acho que até me preocupa isso por que eu tô sempre tentando colocar as meninas novas que estão vindo, eu acho que a gente tem capacitar, porque eu não sou eterna, uma hora ou outra eu vou pegar e vou me aposentar ou vou pegar e me desligar do movimento, e eu acho muito importante a gente ter novas militantes, sabe? Porque se nesse momento eu me aposentar ou me afastar, o trabalho não vai acontecer. Não assim, porque: ‘ah! É a Mercúrio’, mas porque a gente pegou uma confiança, como nosso município, como nossos gestores tem confiança. Eles me conhecem tanto na área da Assistência Social, da Saúde, da Educação, pode falar da Mercúrio, todos me conhecem pela referência do meu trabalho, né, então é isso também, é capaz de balançar um pouco o trabalho da Instituição e do movimento né, em si, porque eu sou sempre a de frente, né, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, tô sempre agitada, fazendo alguma coisa, então é difícil. Eu acho que pra você estar a frente de uma instituição ou de um movimento, você tem que entender

¹⁷⁰ Reflexão que se confirmou com análise de conteúdo do discurso, onde a translocalidade apareceu enquanto tema de 12,23% das unidades de registro.

de políticas públicas, porque, qualquer um pode ser ativista, dizer que é militante, mas quero ver você falar, e bater de frente, falar com advogado, falar com político. Eu represento uma cadeira lá em Brasília, no Ministério da Saúde, do CAMES, é... Comissão dos Movimentos Sociais, então eu tô sempre em Brasília, então a gente discute com pessoas importantíssimas lá. Então assim, a gente não tem uma pessoa assim que venha pegar e bater de frente com ênfase com nossa bancada evangélica e muitos gestores aqui de Ponta Grossa, muitas vezes preconceituosos.

A fala de Mercúrio nos indicou que a trajetória das pessoas e seu envolvimento com instituições, bem como seu acesso a recursos e o estabelecimento de relações em âmbito local e para além reverberam em expressões de poder, em formas de exercer legitimidade, barganhas, autoridade em uma pluralidade de poderes (MASSEY, 2007). Entretanto McFarlane (2009) explica que para fins de análise podemos identificar algumas características comuns que se manifestariam de maior ou menor forma em expressões de dominação, autoridade, manipulação e sedução, persuasão e coerção.

Se analisássemos cada uma das pessoas entrevistadas teríamos diferentes formas e intensidades na expressão de poder, de percepções (e auto percepções) a respeito do desempenho das ações pró LGBTQ+ e ainda, levando em conta as proposições de Massey (2007), teríamos que as conceber enquanto um processo aberto e relacionado a outras formas e expressões de poder, em um movimento de negociação implícito que pode ser compreendido como uma “[...] pluralidade em transformação¹⁷¹” (ANDERSON; MCFARLANE, 2011, p. 125, tradução nossa).

Como o objetivo da pesquisa não se trata especificamente das expressões de poder nas *assemblage*, não realizaremos o exercício que fizemos com Mercúrio com as outras pessoas entrevistadas. Não obstante, consideramos importante este trecho dedicado a Mercúrio, para ilustrar que ao pertencer a uma *assemblage* de garantia de direito, um elemento elencado enquanto ‘chave’ pode viabilizar para a finalidade a que se propõe tal organização, para além de uma possibilidade analítica de prática e relação inter-pessoal, “[...] um recurso mediado por poder e caracterizado por

¹⁷¹ Traduzido de “[...] *plurality in transformation*”.

mudanças de estabilidade e fluxos¹⁷² (MCFARLANE, 2009 , p. 567, tradução nossa).

A partir disso McFarlane (2009) explica que os movimentos sociais urbanos potencializam e são potencializados por seus ativistas chave, pela sua posição de poder, seus contatos e conexões, e pelos diferentes recursos que podem angariar em âmbito local e além dele, operando de forma translocal.

Ong e Collier (2005) chamam atenção para que ao indicar o aspecto translocal específico ao funcionamento das *assemblage* se deve evitar conceber ideias como hegemonia, legitimidade e mesmo poder como algo global, emanado unicamente de poderes centrais de forma vertical, enquanto as *assemblage*, seus elementos e suas interações ocorreriam no local.

Isso porquê a concepção de espaço demandada pelo fenômeno que observamos borra a noção, os limites e critérios de separação do local e do global, uma vez que conforme explica Massey (2007), tal espaço seria aberto à política, constituído de poder social – este que possuiria muitas formas: “[...] econômica, política, cultural; dominação, igualdade, potência se realizando ‘em relação’, entre uma coisa (pessoa, nação, região, lugar) e outra e por sua vez, o poder tem uma Geografia” (MASSEY, 2007, p. 01).

Esta Geografia focada em trajetórias, em movimento e multiplicidade de relações e poderes de que trata Massey (2007, 2008) quando articulada às *assemblage*, ao mesmo tempo em que borra os limites de diferenciação espacial, foca nas trajetórias dos elementos das *assemblage*, nas dinâmicas, interconexões e inter-relações realizadas nas trocas de recursos através de diferentes locais, não necessariamente ocorrendo sempre em uma relação global – local, mas em uma relação que extrapola o local, entre locais (GREINER; SAKDAPOLRAK, 2013; KIT-WAI MA, 2002).

A translocalidade assim como a personalidade, é aspecto extrínseco às *assemblage*. Isso por potencializarem a ocorrência destas organizações socioespaciais provisórias e por as conectarem conjuntamente a debates sobre discursos e mecanismos hegemônicos enquanto causalidade, fator de acontecimento

¹⁷² Traduzido de “[...] a resource mediated by power and characterised by changing relation of stability and flux”.

que inflama dinâmicas contenciosas.

Para McFarlane (2009), o aspecto translocal específico das *assemblage* enfatiza que estas são processos que pressupõem multiplicidade e o compartilhamento de ideias, práticas e materiais através de locais, pois “[...] elas não são simplesmente categorias espaciais derivadas do ‘fora’ ou apenas formações resultantes de interações, mas significam o fazer, performances e eventos” (MCFARLANE, 2009, p. 562, tradução nossa)¹⁷³.

A translocalidade pode ser observada em Ponta Grossa desde o início da temporalidade respectiva ao movimento social LGBT+ ponta-grossense que nos foi narrada, remetendo a década de 80, quando Saturno (informação verbal¹⁷⁴) nos conta que Toni Reis vinha de Curitiba por meio do Grupo Dignidade para fazer palestras sobre HIV/AIDS e para chamar pessoas para as Paradas LGBT+ que ocorriam na capital paranaense. A vinda de Toni Reis exemplifica a dinâmica de deslocamento e compartilhamento de informações que reverberou em condições para formação de parte do que atualmente (2020) é o movimento LGBT+ ponta-grossense. Dinâmica esta que envolve recursos materiais (no mínimo verba para transporte) e imateriais – informações e conhecimento replicado. Este processo implicou na ação de Terra (informação verbal¹⁷⁵) que por meio da demanda destas pessoas que requeriam a participar das Paradas LGBT+ curitibanas, solicitavam por meio do Grupo Reviver apoio governamental, gerando novas dinâmicas e interações, conforme narra Terra:

Eu fui funcionária, Assistente Social do Reviver e quando eu trabalhava no programa municipal de HIV/AIDS era assim...Ah! precisa de ônibus pra ir pra Parada, eu ia lá brigar com o secretário, porque ele não queria. Onde já se viu encher ônibus de gay pra ir pra Parada Gay em Curitiba? Aí você tem que explicar pro secretário que é importante, né, que é militância (informação verbal¹⁷⁶).

¹⁷³ Adaptado de “[...] *Third, they are not simply a spatial category, output, or resultant formation, but signify doing, performance and events*”.

¹⁷⁴ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

¹⁷⁵ Informação fornecida por Terra durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 20 de Março de 2018.

¹⁷⁶ Informação fornecida por Terra durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 20 de Março de 2018.

Com isso podemos compreender que o aspecto translocal de trajetórias individuais de ativismo potencializam os processos de legitimação e a ratificação de ações pró LGBT+ em Ponta Grossa. Para Mercúrio este processo também se refere ao acesso as organizações do movimento LGBT+ em nível nacional, onde ocorre a programação de ações e a partir delas são estabelecidas as pautas e mobilizações a serem desenvolvidas em âmbito municipal, explica que “[...] quando sai as Políticas Públicas ela sai primeiro nas capitais, e depois vem pras nossas cidadezinha” (informação verbal¹⁷⁷).

Marte (informação verbal¹⁷⁸) afirma que “[...] no que alavanca você em uma escala, você se potencializa em outra”. Esta afirmação nos fez perceber que para além do compartilhamento de recursos materiais e imateriais, a translocalidade fortalece o processo de reconhecimento de ativistas chave pelo desempenho de suas interações.

O domínio translocal de informações se soma enquanto característica dos *personal beliefs* ao viabilizar o estabelecimento e reconhecimento de determinados elementos enquanto chaves, ou seguindo a metáfora de DeLanda (2016), enquanto ‘*knobs*’, ou maçanetas que abririam portas de acesso a determinados recursos pela centralização de informações, posicionamentos políticos e conhecimentos (CUMBERS *et al.*, 2008; MCFARLANE, 2009).

Em suma, nas *assemblage* de garantia de direito para LGBT+ em Ponta Grossa, Paraná, podemos observar a pessoalidade e a translocalidade enquanto elementos extrínsecos que potencializam o acontecimento destas organizações sócio espaciais provisórias. Ambos os elementos se articulam em uma dinâmica de entrecruzamentos de trajetórias de pessoas e de intuições, como em uma simbiose caótica, mas que é organizada no seu próprio processo pelo estabelecimento de normas, ratificação e legitimação de práticas e discursos, destacando elementos de coesão motivados pela causalidade (a garantia de direito), fator essencial para o acontecimento das *assemblage*, viabilizando os processos de territorialização pelo

¹⁷⁷ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 10 de Dezembro de 2018.

¹⁷⁸ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

desempenho dos elementos materiais e expressivos, conforme especificado no primeiro capítulo desta reflexão.

Por fim, é necessário lembrar que as *assemblages* são processos provisórios. A mesma dinâmica de pessoalidade e translocalidade que promove o *assembling* pela emergência dos fatores de coesão, e pela interação dos elementos que compõe este fenômeno, faz com que elementos de *desassembling* emanem destas relações, já que envolvem uma multiplicidade dinâmica de poderes, desejos e interações que nem sempre serão congruentes a aquelas estabelecidas para o acontecimento de uma *assemblage*. Esta dinâmica será melhor explicada na próxima seção.

4.2. FATORES DE *DESSEMBLING*: FALTA DE UNIÃO E 'UMBIGUISMO'

Conforme discutido na seção anterior, o acontecimento das *assemblage* é potencializado por fatores extrínsecos. Identificamos que para que as *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa ocorram, os fatores extrínsecos são a pessoalidade e a translocalidade, elementos necessários para o estabelecimento da coesão, pela identificação de pessoas centrais no desempenho de funções e acesso a recursos, bem como pelo estabelecimento de normas para que a organização sócio espacial provisória funcione para a finalidade a que se propõe.

A partir da finalidade de garantia de direito, cada elemento constituinte das *assemblage*, seja ele humano ou não humano, desempenha suas funções ao acessar recursos materiais e imateriais e ao se expressar linguística e não linguisticamente com os demais componentes.

Conforme o estabelecido no primeiro capítulo, uma vez que a finalidade a que determinada *assemblage* se propunha já tenha sido cumprido, como a realização de um evento, de uma Parada LGBTQ+, de uma mobilização em alguma rua ou na Câmara Municipal, por exemplo, a desestabilização da identidade daquela *assemblage* (estabelecida pelos fatores de coesão) ocorre uma vez que estas são provisórias.

A desestabilização ocorre por meio do *desassembling*, ou seja, ocorre a desunião e os componentes que interagem na organização e acontecimento de uma determinada *assemblage* se separam e se tornam potência para uma nova união (*reassembling*). Assim, havíamos definido que o *desassembling* ocorre por dois motivos,

o primeiro é pelo fim do objetivo de determinada *assemblage*. O segundo é quando ocorre discordâncias no processo de acontecimento de uma *assemblage*, caso onde a heterogeneidade somada a contingência na união para um desempenhar das funções garante que a coesão interna mantida para determinado fim cause colapso, promovendo desagregação e desterritorialização (DELANDA, 2006).

As *assemblage* são fenômenos contingentes e que ressaltam a provisoriedade, e a dinâmica das relações sociais. Quando falamos sobre os fatores de *assembling* percebemos uma faceta 'homogeneizadora' das relações, complexificando seu processo de compreensão. O que ocorre é que paradoxalmente as *assemblage* exigem um mínimo de coesão em torno do objetivo que a caracteriza, pois se não houver, o objetivo nunca será alcançado. Sem elementos de coesão a definição da identidade de determinada *assemblage* não ocorre, e em decorrência não há processo de territorialização por meio da estabilização das fronteiras espaciais estabelecidas por meio do desempenho das funções.

Sem coesão, há aumento da heterogeneidade, o que no âmbito deste trabalho, é considerado um fenômeno de desterritorialização, pois se um ou mais dos componentes de uma *assemblage* deixa de fazer parte dela, um novo processo de ratificação e criação de possibilidades de coesão vai começar, e mesmo que finalidade se mantenha a mesma, a territorialização se dará com outros elementos, de outras formas, por diferentes interações (DELANDA, 2006).

Com isso temos que o *desassembling* é um processo fundamental e que confere às *assemblage* seu aspecto de provisoriedade e contingência. Nestas organizações em Ponta Grossa, compreendemos que o *desassembling* ocorre por fatores que identificamos ser a 'falta de união' e o 'umbiguismo'.

Durante a realização da análise de conteúdo, elencamos enquanto categoria inicial de análise os 'conflitos do movimento LGBT+', categoria onde agrupamos unidades temáticas de registro que tratassem de questões espinhosas, dicotômicas e paradoxais, que causavam animosidade e discordâncias. Ao contrário do ocorrido com as categorias iniciais de análise dos fatores de *assembling* (união público/privado e translocalidade), que nos guiaram facilmente para a constituição das categorias intermediárias – pessoalidade e translocalidade (que inclusive possuem valores muito

próximos em percentual de fala), as categorias que compõem os fatores de *dessembling* tiveram suas especificidades.

A categoria final de análise denominada 'Fatores de *dessembling*' possui 43, 97% das falas, reunindo 51 das 116 unidades temáticas de registro. É constituída pela categoria intermediária 'Falta de união e umbiguismo' que corresponde a 30, 22% do total temático por unidade de registro, com 42 unidades temáticas de registro.

Também compõe os fatores de *dessembling* as falas respectivas a categoria intermediária 'Múltiplos Ativismos' no que se refere as percepções negativas sobre Festas e arte enquanto ativismo. A categoria intermediária 'Múltiplos Ativismos' possui 28,77% do total de falas respectivas a unidades temáticas de registro do trabalho, com 40 unidades de registro elencadas. Para que esta categoria compusesse os fatores de *dessembling* subtraímos as 9 unidades de registro que se referiam negativamente às festas e as alocamos nesta categoria final.

Tratar sobre os fatores de *dessembling*, ainda mais enfatizando elementos como falta de união, umbiguismo e perspectivas negativas em relação a festa nos transportou, enquanto sujeitos pesquisadores, a um processo que demanda contingência, o caos e a heterogeneidade. Isso ocorreu por este processo destacar a provisoriade, incerteza a desunião, na contramão de nossa compreensão de senso comum de que o movimento LGBT+ seria um grupo unido e coeso.

Saturno (informação verbal¹⁷⁹) afirma que “[...] o movimento (LGBT+) nunca foi sobre união”. Já para Vênus (informação verbal¹⁸⁰) o movimento LGBT+ em Ponta Grossa “[...] tenta trabalhar como um todo, mas por N motivos [...] acaba trabalhando separado”. Estes ‘N’ motivos estariam relacionados justamente a falta de união e ao umbiguismo.

Compreendemos com a fala dos sujeitos entrevistados que a falta de união ocorre como resultado do mesmo processo de interações que elenca os ativistas chave e a ratificação de elementos nas dinâmicas de *assembling*, ou seja, a legitimidade reverberada da personalidade e do acesso translocal a recursos.

¹⁷⁹ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

¹⁸⁰ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018.

Prado (1995) e Delanda (2016) explicam que a interação interpessoal ao mesmo tempo que pode promover laços de amizade e de confiança potencializando o ativismo, pode gerar a desvalorização, a crítica, a queixa, a desconfiança, o ostracismo etc. A inter-relação de diferentes perspectivas, trajetórias e poderes promove alianças e/ou discordâncias, motivos para a união e para a falta dela. Neste contexto, Mercúrio (informação verbal¹⁸¹) afirma que:

É...as vezes, eu penso assim na minha santa ignorância, assim que por nós passarmos décadas e décadas sendo perseguidas, sem direito nenhum, sabe, a gente cria uma barreira de individualidade, sabe. Muitas não querem te apoiar em alguma coisa porque acha que você vai assumir algum cargo e vai se sentir, assim, sabe. Eu fui a primeira travesti que sai a candidata aqui, eu ganhei foi 600 e poucos votos, mas a maioria eu ganhei não só da população, foi poucos da população, mas mais da sociedade, mas das pessoas que me conheciam, sabe, então assim... por isso que eu falo, se eu tivesse apoio da população, teria uma pessoa garantida no espaço lá dentro, então eu acho que isso é muito individualismo, sabe a gente tem que pegar e se unir, independente do cargo que a outra vai pegar e se jogar, mas sim o objetivo, não é verdade, que é a defesa e garantia de direito da população. Então até mesmo dentro da população a gente passa por preconceito, onde que a gente tem que quebrar isso, a nossa população tem que parar de ser individualista, de olhar só pro seu umbigo. Mas sim pegar e unir as forças, pra nós pegarmos e ter o direito de garantir uma cadeira. Tem muita vaidade, muito umbiguismo, sabe, porque quando a gente pensa...quando eu fui candidata a vereadora eles falavam: - 'capaz que eu vou votar pra Mercúrio pegar e ganhar e ficar andando de...*taier* pra cima e pra baixo na câmara dando *close*', eu peguei e disse: 'é bem capaz que eu lutei todos estes anos fazendo trabalho voluntario e se eu ganhar vou lá ficar dando close de *taier*! Eu vou ficar é com um facão na cintura por causa daquela bancada evangélica, né, é o mínimo que eu tenho que fazer.

A falta de união neste contexto se insere enquanto queixa, reflexo de uma dificuldade do movimento LGBT+ promovida pela individualidade relacionada ao 'umbiguismo'. As práticas de umbiguismo¹⁸² seriam aquelas que envolvem

¹⁸¹ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

¹⁸² Conforme a infopédia: "Característica da pessoa que se concentra apenas em si própria" Vide: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/umbiguismo>>.

Conforme o dicionário informal: Individualismo. Disponível em <<https://www.dicionarioinformal.com.br/umbiguismo/>>.

Conforme o dicionário Aulete: Concentração egocêntrica no próprio umbigo, individualismo. Vide <<http://www.aulete.com.br/umbiguismo>>. Acesso em 09 Ago 2019.

individualismo e egocentrismo nas relações dos elementos humanos e não humanos nas *assemblage*, interferindo nas dinâmicas e relações. Gerariam a ‘barreira de individualidade e a falta de apoio’ pela perspectiva de que o movimento LGBT+ está sendo usado para a produção de local de visibilidade individual, o que geraria ‘uma briga de ego’, conforme explica Vênus (informação verbal¹⁸³)

[...] a gente tem dificuldade justamente com briga de ego. A questão de uma ONG querer mais que a outra, uma entidade querer se aparecer mais, um movimento mais que o outro. Esta questão de briga de ego que acaba dificultando o trabalho [...]. Se eu for fazer um evento, eu vou ter que convidar tal instituição, mas outra não vai, entendeu? Instituições com o mesmo intuito. Então, ah! Mas se fulana for eu não vou. Se beltrano for eu não vou! Eu tenho que brigar muito com ego nas instituições, ONGs, entre ONG e até mesmo militância. Ah! Se tal pessoa for eu não vou, e acaba dificultando muito o trabalho.

Desta forma, compreendemos que o umbiguismo gera conflitos pelo confronto de pontos de vistas divergentes em relação ao desempenho das ações pró LGBT+, uma vez que estas práticas são compreendidas enquanto instrumento de produção de visibilidade para determinadas pessoas e instituições no âmbito da militância ponta-grossense.

Estes conflitos ‘umbiguistas’ complexificam o desempenho da dinâmica do ativismo LGBT+ e ao mesmo tempo funcionam enquanto estratégia de ratificação dos elementos das *assemblage*, por meio da repercussão do desempenho de ações, enquanto via ‘secundária’ de acesso para a legitimação no movimento.

McFarlane (2009) explica que a repercussão e a visibilidade se relacionariam com uma perspectiva de poder manipuladora, ou seja, de ocultação de intenções na publicitação de práticas. O autor explica que a divulgação de práticas e produção de locais de visibilidade normalmente envolvem ocultação de reais intenções, que podem estar relacionadas a interesses políticos, de ratificação e/ou de denominação

¹⁸³ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 23 de Maio de 2019.

enquanto lideranças a partir do reconhecimento de seu alcance e acesso a recursos em âmbito local e além (MCFARLANE, 2009).

Pelo que nos foi elucidado por meio do processo de entrevistas, há uma compreensão de que as práticas – ou isenção de determinadas práticas – sempre estariam relacionadas a interesses individualistas e egocentrados, e que teriam fins manipuladores. Falas como a de Saturno (informação verbal¹⁸⁴) destacam a desconfiança que este entendimento promove:

[...] a pessoa estava indo que é uma beleza, não tinha um preconceito com A com B com C com D e está voltando à sua gaiolinha porque provavelmente pretende alguma coisa mais pra frente, então, 'eu tenho que me preservar'. Entendeu qual é a questão? Então gente, ou você é ou você não é! Ai eu não vou tanto lutar porque eu vou perder eleitor...entendeu?

Este processo de desconfiança complexifica a compreensão das dinâmicas no âmbito das *assemblage*, ao passo que confunde as intenções - ainda na perspectiva de poder manipulador a que se refere McFarlane (2009) – uma vez que é uma manifestação sutil do exercício de poder, dificultando os processos de coesão, uma vez que criam tensionamentos e desconfianças remanescentes da interação de trajetórias de pessoas e de instituições que por meio da interação se ratificam ou se invalidam.

Tarrow (2011) e DeLanda (2016) explicam que ações coletivas necessitam de coesão gerada pelas interações, decorrentes principalmente de confiança e cooperação nas *assemblage*. Não obstante, Tarrow (2011) chama atenção para o fato de que o termo 'organização' que utilizamos como correspondente a *assemblage* é ambivalente e como já mencionado não é algo como um alinhamento linear e coerente, tampouco é algo desorganizado, é mais uma congregação dinâmica e contenciosa em que cada elemento participante possui suas próprias trajetórias, influencias e formas de exercer suas capacidades, então este processo de tensões e contingências também é necessário no processo de acontecimento das *assemblage*.

¹⁸⁴ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

A produção de locais de visibilidade neste contexto opera em uma perspectiva de criação de tensões por parecer manipuladora (MCFARLANE, 2009), uma vez que por meio da visibilidade os elementos que integram a *assemblage* podem “[...] disseminar mensagens para conseguir suporte de seguidores, atrair assistentes, e se destacar em relação a seus oponentes¹⁸⁵” (TARROW, 2011, p. 142, tradução nossa).

Então, compreendemos que o umbiguismo gera desconfiança pelas seguintes proposições:

1) Nem sempre deixa clara as intenções nas práticas que envolvem o ativismo LGBTQ+. Uma vez que não é um fenômeno que envolve unicamente instituições com missões e objetivos claros e publicitados, as dinâmicas nas *assemblage* de garantia de direito carregam um grau de subjetividade e de diferentes maneiras de exercer as funções e o acesso a recursos, ou seja, é constituído por diferentes performances de seus elementos.

McFarlane (2009) e Tarrow (2011) afirmam que estas performances estão ligadas a capacidade de competir por espaços, notícias, acesso e compartilhamento translocal com outros movimentos e acesso ao governo. Freeman (1978) explica que também se referem as formas complexas de acesso a recursos e que podem exigir maior grau de sofisticação e sutileza, mas que ao mesmo tempo permitem o acesso a recursos primários de funcionamento da prática como tempo, capacitação, dinheiro, contatos e acesso.

2) O processo de ratificação de elementos enquanto ‘chave’ é articulado para além da personalidade e dos laços de confiança, por meio da produção de locais de visibilidade. Este seria um caminho diferente de reconhecimento, não necessariamente conectado aos rituais de estabelecimento da personalidade, um caminho que não possui normas para seu funcionamento, mas que está sujeito a possibilidade de rejeição e indiferença pela suposição de que sua prática está orientada a fins particulares que não foram compartilhados na personalidade.

Enfatizamos que não compreendemos a produção de locais de visibilidade enquanto algo necessariamente negativo. É apenas um dos elementos que compõe

¹⁸⁵ Adaptado de “(...) *laden messages to gain support from followers, attract fence sitters, and mark themselves off from opponents*”.

o processo de *dessembling* nessas *assemblage*, uma estratégia utilizada para a possibilidade de inclusão, reconhecimento e legitimação.

Também ressaltamos o caráter heterogêneo do movimento LGBT+ e com isso compreendemos que as formas de desempenhar as ações e disputar por direitos ocorre de formas diversas, em arranjos que possam ser não convencionais e por isso geram desconfiança, ao passo que não seguem os rituais de coesão e ratificação que tradicionalmente ocorrem no movimento de alinhamento e união dessas *assemblage* em Ponta Grossa.

Tarrow (2011) explica que a produção de visibilidade funciona como uma segunda via de entrada à um movimento já institucionalizado, uma vez que este possui a legitimidade de falar por sua população. Todavia, a produção de locais de visibilidade se insere em uma dinâmica que deve ser constantemente reforçada. Este reforço deve ser manifestado para além da realização de eventos específicos para que ocorra a ratificação da prática de determinado elemento (pessoa/instituição) enquanto autêntico.

Caso não seja reiterada, a prática é conectada à desconfiança referida a possibilidade do movimento LGBT+ estar sendo utilizado enquanto instrumento de manipulação, enquanto possibilidade de reconhecimento e de alavanca para atuações em âmbitos institucionais ou carreiras políticas (TARROW, 2011).

Mercúrio (informação verbal¹⁸⁶) nos esclarece sobre esta dinâmica ao refletir sobre a atuação das pessoas e instituições do movimento LGBT+ ponta-grossense:

Sabe assim, não é um número grande, é uma meia de gatos pingados, porque se você faz então você prove, porque eu sou uma das mais velhas das militantes de Ponta Grossa, se você fizesse alguma coisa pela população eu estaria sabendo. Por eu ser mais velha eu sei quem é que faz quem é que não faz, desde as Secretarias, até o último da população...Mas isso acontece a segregação, aí vem a parte do umbiguismo. Então, aí já vem aquela coisa, já vem aquela visibilidade também, então eu sempre digo: quer fazer alguma coisa pela população vamos fazer uma coisa mais ativa. Não tenho nada contra a Parada Cultural, tanto que os documentos saíram todos no nome da instituição, porque se não tivesse saído daqui não ia ter Parada [...] porque que pra festa eles movem mundos e fundos e porque que se for fazer um chá beneficente ou um bingo ou alguma coisa, um bazar pra arrecadar fundos pra uma instituição específica pra população eles não aparecem...aparece meia

¹⁸⁶ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 10 de Dezembro de 2018.

dúzia de gato pingado da nossa população...isto eu tô falando também da nossa população. [...] Porque o ano inteiro eles dependem do Grupo Renascer sabe! Porque que eles não vieram aqui e 'vamo lá, vamo comprar uma sede pro Grupo Renascer?' pra dar continuidade em nosso trabalho...A sede não é nossa também, então eu acho que é fortalecimento por ai também, sabe, fortalece a Parada, tem visibilidade, mas não tanto quando uma sede que fique o ano inteiro prestando trabalho pra população, tu tá entendendo? Então isso já começa a desunião...aí falam: 'fragilizados'! Fragilizados a gente sempre foi e a gente sempre será, enquanto for assim, a nossa população pensar em festa, agito e loucurada, a gente vai perder os nossos direitos que nós adquirimos, porque estes que também vem atrás de parada, agito e loucurada, eles vêm na costa de quem? Das travestis, das transexuais, daquelas pessoas que vivem em vulnerabilidade que vão lá e levantam a bandeira, sabe, brigam por políticas públicas, como o nome de registro...quem que lutou por isso? [...] a minha revolta é isso...é o que eu falo sempre: 'a nossa população é desunida'. Sabe, não adiante pegar e vim dar um pavão de acordo como nossas bandeiras, de acordo com a diversidade que é tudo mentira, por isso que nós não temos representatividade dentro do legislativo, do executivo, do judiciário...por quê? Porque uma quer só cuidar do seu umbigo, sabe, e cada vez a gente vai se afundar mais, esta é nossa realidade.

Conforme a fala de Mercúrio, as práticas umbiguistas de produção de visibilidade são compreendidas enquanto esporádicas, ocasionais, de forma que os elementos envolvidos nestas ações deveriam buscar 'fazer alguma coisa mais ativa', seguindo a mesma direção reflexiva indicada por Tarrow (2011).

Uma faceta da produção de local de visibilidade que foi amplamente citada nas entrevistas é a mobilização em torno da realização do que as pessoas entrevistadas denominam por 'festa'. Observamos a menção da Parada Cultural LGBTQ+, mas outros tipos de 'festa' também são citadas nas entrevistas, sejam elas apresentações culturais, festas temáticas em baladas ou encontros artísticos de qualquer tipo.

As festas serão tópico específico da próxima sessão deste trabalho, trecho onde serão melhor trabalhadas no âmbito do movimento e ativismo LGBTQ+ pontagrossense. Todavia seria impossível não as mencionar neste momento, uma vez que elas são associadas diretamente a produção de locais de visibilidade reverberando na falta de união, conforme explica Saturno (informação verbal¹⁸⁷)

¹⁸⁷ Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 10 de Dezembro de 2018.

O problema da população LGBT, ela não sabe usar outras leis. A população LGBT não sabe o que é direito [...] é tudo muito festa na hora que realmente é pra resolver sua vida, ficam no 'ai! agora o que que eu faço'? O movimento nunca foi sobre união. Não é que se junta faz e desfaz, é que se junta, disputa pra dizer que eu 'agora estou aqui'!!!. Vou te dar um exemplo, aquela eleição para o conselho LGBT [...] o que aconteceu? Apareceu LGBT de tudo que é puta que pariu, legal, ótimo, agora me diga uma coisa, cadê esta população? Gente que nem era LGBT trouxe gente, porque acharam que eu e a Júpiter cada uma tava disputando uma cadeira, teve uma pessoa de partido político que trouxe 15 pessoas pra tirar eu e a Júpiter, teve uma pessoa que levou mais 10 pessoas pra tirar a Mercúrio, quem tá na luta realmente! Quem aparece! Sabe o que que faz surpresa? Ninguém destes estava concorrendo! [...] porque a gente tinha decidido passar pra alguém... nos eventos é a mesma coisas! Ah não! quando é festa, oba oba e aleluia, sai gente dos buraco da parede! [...] Quando é assunto que aborda o LGBT, quando é sobre leis pro LGBT cadê? Não tinha 20 ali! O Urano foi um que foi embora, ele disse 'ai já fiz a minha fala' [...] se for o movimento festivo...milhares de pessoas! Se for o movimento de brigar por legislação é cinco pessoas, cinco LGBT e uns 12 aliados, se for pra brigar bem brigado [...].

As festas nesta perspectiva são compreendidas enquanto oportunidade para produção de visibilidade, uma forma de dizer 'agora estou aqui', conforme narra Saturno. Todavia, conforme já discutido, esta prática é compreendida enquanto ativismo ocasional não correspondente com as demais práticas do movimento LGBT+, que envolvem trajetórias, laços, ratificação e coesão, sendo elencadas como práticas não correspondentes com a do Movimento LGBT+ ponta-grossense, conforme enfatiza Mercúrio (informação verbal¹⁸⁸):

Porque eu penso que movimento é aquele que faz o movimento, não é o movimento por ser o movimento, tu tá entendendo? Por dizer 'ah nós temos um movimento', mas um movimento ele tem que ser ativo. É se movimentar mesmo! Não é movimento por dizer que tem um movimento. Tu ta entendendo?! [...] Então, aí já vem aquela coisa, já vem aquela visibilidade também, então eu sempre digo: quer fazer alguma coisa pela população vamo fazer uma coisa mais ativa [...] É isso... e é isso que gera as picuinhas! As pessoas só aparecem na hora das festa, mas e quando eu tô aqui pisando no barro não. É só na hora mesmo que precisa de visibilidade e quando vem a frente pode ver que tem coisa atrás.

¹⁸⁸ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 10 de Dezembro de 2018.

O movimento LGBTQ+ ponta-grossense é heterogêneo em elementos, pautas e formas de reivindicar. Elementos como a festa, o ‘close’ (relacionado a vaidade e mencionado esporadicamente em relação ao umbiguismo), o umbiguismo e a produção de locais de visibilidade são características que geram desestabilização na identidade das *assemblage*, ressaltando esta heterogeneidade ao gerar discordâncias.

Para Freeman (1978), Tarrow (2011) e DeLanda (2015), os movimentos sociais envolvidos em dinâmicas de contestação contingentes e provisórias como *assemblage* são inerentemente instáveis. Ao contestar discursos e mecanismos hegemônicos, a heterogeneidade de grupos como o LGBTQ+ é ressaltada pela disputa de pontos de vista, de estratégias, de uma multiplicidade de ativismos.

O desafio deste movimento social é amplificado por ser um movimento que está “[...] operando para mudar a sociedade na qual eles se originaram – não para se adaptar às suas necessidades¹⁸⁹” (FREEMAN, 1978, p. 43, tradução nossa). A operacionalização desta mudança é realizada por meio de mobilizações de contestação, de *assemblage*, e exige múltiplas formas de se organizar.

Uma convergência de ativistas LGBTQ+, de aliados, do rompimento e união do público e do privado enquanto estratégia, de pessoalidade e translocalidade enquanto potencializadoras destas mobilizações. Um fenômeno que envolve e relaciona tantos os elementos com suas próprias trajetórias, objetividades, subjetividades, desejos e processos e que inerentemente carrega em seu próprio acontecimento a divergência, a contestação e a contingência.

Esta característica que gera desestabilização e o *dessembling* faz emergir a necessidade da união manifestada discursivamente em expressões como “[...] a gente vai ter que se unir todas, a sociedade civil organizada, os simpatizantes, somar a formação” (informação verbal¹⁹⁰), “[...] a gente tem diferenças e às vezes a gente sente que essas diferenças que incomodam [...] a gente tem a consciência de que a gente é fraco sozinho e aí brigar entre nós para quê? Então a gente tenta reunir essas

¹⁸⁹ Traduzido de “*operating to change the society in which they originate -- not adapt to its needs*” (FREEMAN, 1978, p. 43).

¹⁹⁰ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 10 de Dezembro de 2018.

diferenças e trabalhar juntos” (informação verbal¹⁹¹); e ainda “[...] a gente tem que ter uma unidade do que a gente tiver defendendo e reivindicando” (informação verbal¹⁹²).

Então, se a garantia de direito é o objetivo das *assemblage* pró LGBTQ+ que ocorrem em Ponta Grossa, a superação da falta de união elencada enquanto motivo para o qual as tentativas de trabalhar juntos falham é um dos objetivos de ‘*short-range*’ de que fala Freeman (1978), ou seja, objetivos de curto prazo a serem alcançados, facilitando o cumprimento da finalidade maior das *assemblage* de garantia de direito.

Este processo chama atenção para a contradição do *dessembling*, pois, ao passo que revela os motivos para a desestabilidade e conflitos, revela as razões para o *reassembling*, ou seja, os motivos pelos quais os elementos que potencializam o acontecimento das *assemblage* poderiam voltar a se unir e que serão melhor discutidos na próxima seção.

4.3. POSSIBILIDADES DE REASSEMBLING – MÚLTIPLOS ATIVISMOS ENQUANTO POTÊNCIA

Conforme refletimos ao longo desta dissertação, as *assemblage* são processos provisórios, onde fatores extrínsecos emergem enquanto possibilitadores de um processo de união, *assembling*. Esta união é manifestada por meio de uma congregação, uma organização contingente que estabiliza os elementos humanos e não humanos para a finalidade a que se propõe – a garantia de direito operacionalizada de diferentes formas, em mobilizações contenciosas, de disputa. Não obstante, o próprio conceito conota a contingência e a desestabilização. Então, o *dessembling* é um processo inerente neste fenômeno. O processo de *dessembling* normalmente ocorre por conflitos, ou pelo ressaltar da heterogeneidade das relações.

As dinâmicas de *assembling* e *dessembling* promovem a emergência de um novo processo que pertence ao acontecimento de *assemblages*, mas em caráter diferente da dinâmica de *assembling* e *dessembling* – estes responsáveis pela

¹⁹¹ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

¹⁹² Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

definição de limites, coesão, territorialização, e posteriormente desestabilização, incoerência, desterritorialização.

O processo a que nos referimos é o *reassembling*.

O *reassembling* é em suma, um processo de emergência de fatores potencializadores de novas *assemblage*. Se difere dos fatores extrínsecos, pois estes estão ligados, em uma escala analítica, ao acontecimento materializado das *assemblage*, ou seja, o que podemos identificar enquanto elementos que de fato potencializaram o acontecimento das *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa até este momento de reflexão. Já os elementos de *reassembling* seriam aqueles que potencializariam as *assemblage* que estão por vir.

Ao contrário do que pode parecer, não limitamos as dinâmicas de *reassembling* em especulações do que pode vir a ser a partir de 2020 – quando finalizamos esta dissertação, já que cada *assemblage* possui a sua dinâmica de possibilidades de *reassembling*.

A modo de exemplo, voltamos a primeira *assemblage* que pode ser identificada na análise de conteúdo nas falas, no contexto da epidemia do HIV/AIDS em Ponta Grossa no decorrer da década de 90. Conforme já indicamos, neste período houve duas principais frentes de ação – uma dedicada a institucionalização governamental da pauta LGBT+ e outra dedicada a fazer pressão em instâncias de controle social e de realizar a publicitação de legislações. Esta *assemblage* que serviu para semear a garantia de direito para LGBT+ em âmbito municipal, também serviu para promover possibilidade de ratificação do ativismo de pessoas como Mercúrio, Saturno e Júpiter enquanto legítimos e enquanto elementos possíveis para a realização de novas *assemblage*.

Conforme McFarlane (2009), o *reassembling* ocorre ao possibilitar o acontecimento de diferentes interações e formas de *assemblage* conotando “[...] um sentido em que as relações podem ser rearranjadas através de formas mutáveis de autoridade¹⁹³” (MCFARLANE, 2009, p 561, tradução nossa), em rearranjos que desencadeiam novos processos de ratificação e coesão, com novas figuras de poder

¹⁹³ Traduzido de: “a sense that relations might be reassembled through changing forms of authority”.

e elementos chave, em relações de transformação que se referem as trajetórias e a multiplicidade de performances que estas conotam (MCFARLANE, 2009).

O mediador destas performances congregadas em torno da busca por uma garantia de direito que ainda não existe de fato, é o fator de causa do acontecimento de novas *assemblage*, ou seja, o contexto nacional e local de exceções em relação as políticas específicas para pessoas LGBTQ+. Por causa deste contexto é que são dinamizadas as performances de elementos humanos e não humanos em ações de mobilização contenciosa. O contexto ponta-grossense se equivale em muito ao contexto nacional de mobilizações, constituição de agendas e pautas pró LGBTQ+, mas também é equivalente em desafios e contestações por meio do ativismo religioso.

Neste sentido Souza (2009) e Cardoso (2009) chamam atenção para este contexto específico, onde os movimentos sociais urbanos de cidades interioranas desenvolvem suas ações de mobilização tendo por influência o contexto histórico e social do local, destacando a relação entre os ativismos e as interferências que o governo e as universidades possuem no desempenho das ações e na coesão grupal em torno de uma finalidade.

Movimentos como o LGBTQ+ de Ponta Grossa, representam a emergência de tensões e conflitos que se formam pela interação necessária de diferentes elementos em torno da finalidade de buscar garantir direito pelo desenvolver de capacidades e ações individuais que são confrontadas pelas conjunturas socio-políticas em âmbito nacional, estadual e municipal.

Os elementos humanos e não humanos envolvidos com a garantia de direito para LGBTQ+ em Ponta Grossa possuem diversas perspectivas e capacidades de ação, que ao serem congregadas geram conflitos por questões relacionadas a individualidade e ao egocentrismo 'umbiguista'. Entretanto, estes conflitos são balizados pela 'necessidade de união' expressada enquanto objetivo a curto prazo a ser alcançado para que a garantia de direito de fato ocorra, uma vez que as conjunturas não são favoráveis à estas pessoas.

Ao passo que as *assemblage* se desfazem, as trajetórias uma vez congregadas se dispersam. Quando isso ocorre o foco sai das relações estabelecidas nestas organizações e se voltam aos objetivos de curto ou longo prazo (LATOURE, 2005).

Então a perspectiva de se criar um movimento unido cristaliza a necessidade de o trabalho ser realizado em conjunto pela potencialização das ações. Expressões como “[...] eu, Mercúrio sozinha não sou ninguém” (informação verbal¹⁹⁴); “[...] sozinho não fizemos nada, fizemos em relação” (informação verbal¹⁹⁵) e demais expressões que enfatizam que o trabalho não ocorreria de forma isolada indicam a mudança de foco ocorrida após o *dessembling*, sendo elencado enquanto objetivo de curto prazo, promovendo possibilidades de *reassembling*.

Não obstante, ainda que haja um entendimento comum de necessidade de união, assim como tudo o que permeia o fenômeno que observamos, não é algo incontestado, e conforme afirma Tarrow (2011, p. 29, tradução nossa) “[...] as pessoas não simplesmente agem coletivamente¹⁹⁶”. É uma dinâmica que envolve heterogeneidade e perspectivas em busca de um denominador comum, a necessidade de união mediada por múltiplos ativismos (TARROW, 2011).

Pelo que observamos com a análise das entrevistas, os múltiplos ativismos são tema de 40 unidades de registro, representando 28,77% do total de falas. Se refere a categoria inicial ‘litígio’ onde observamos as múltiplas formas de disputa e negociação na busca por direitos. Esta categoria surgiu uma vez que a heterogeneidade de ativismos chamava atenção no conteúdo das falas, bem como a ênfase na festa e no ativismo artístico – ‘ativismo’ (KNOP; MAIA, 2019).

Das 40 unidades de registro que compõem a categoria ‘Múltiplos ativismos’, subtraímos 9 que se referiam a percepções sobre festa como fator de *dessembling* pela desconfiança que gera em torno da produção de locais de visibilidade. Com isso ficamos com 31 unidades temáticas de registro, que foram utilizadas na categoria final ‘Fatores de *Reassembling*’, representando 26,72% das unidades.

Os múltiplos ativismos envolvem percepções diferentes sobre a realização de ‘festas’ e sobre os diferentes modos de reivindicar e acessar recursos, onde cada elemento teria suas formas de desempenhar o ativismo. Com isso, enfatizamos mais uma vez a ambivalência da ‘festa’ e da ‘falta de união’, enquanto categorias uteis para

¹⁹⁴ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

¹⁹⁵ Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019.

¹⁹⁶ Traduzido de “*people do not simply act collectively*” (TARROW, 2011, p. 29).

contextualização dos debates da seção. Tratamos a festa enquanto categoria ambivalente, por carregar consigo percepções diferentes sobre seu acontecimento e discorreremos sobre estas percepções neste momento.

De um ponto de vista compartilhado por mais de uma pessoa entrevistada, a festa é entendida enquanto estratégia de subversão do movimento LGBTQ+ para a produção de locais de visibilidade. É “[...] agito e loucurada [...] é dar ‘pavão com a bandeira’ (informação verbal¹⁹⁷). É produção de uma percepção pública de que o cotidiano LGBTQ+ é festa, fomentando “[...] uma fantasia assim, que acham que todo dia da gente é um arco – íris, é... é purpurina” (informação verbal¹⁹⁸).

De outro ponto de vista compartilhado, a festa é estratégia de mobilização que demanda unidade, estratégia e planejamento. É forma potente de viabilizar debates sobre a vivência LGBTQ+ por meio dos movimentos sociais em Ponta Grossa (informação verbal¹⁹⁹). Neste ponto de vista, se assume o caráter festivo da mobilização, conforme narra Vênus (informação verbal²⁰⁰) “Foi festa, mas toda parada é festa. A gente sabe que é uma militância, a gente milita na festa”.

Uma vez que a primeira perspectiva já foi debatida na sessão anterior, discutiremos neste momento a compreensão da ‘festa’ enquanto direito e manifestação contenciosa. Não obstante, ressaltamos conforme se pode evidenciar com o trabalho de Shimanski (2007), que Ponta Grossa possui uma trajetória de constituição de identidade municipal ligada ao tradicionalismo e ao conservadorismo, de forma que as falas que se referem negativamente a realização das ‘festas’ para fins de ativismo LGBTQ+ remetem ao descontentamento e a percepção equivocada que a população ponta-grossense pode desenvolver ao confrontar este tradicionalismo e conservadorismo com as expressões artísticas de ativismo pró LGBTQ+, amplificando a impressão de desconfiança relacionada a festa para além do movimento LGBTQ+ (KNOP; MAIA, 2019).

¹⁹⁷ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 10 de Dezembro de 2018.

¹⁹⁸ Informação fornecida por Júpiter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.

¹⁹⁹ Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

²⁰⁰ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 23 de Maio de 2019.

De modo geral, pelo que observamos, a festa é um tipo de *assemblage* que implica múltiplas formas de mobilizar, e com ela necessita de um maior número de interações entre os elementos envolvidos, se compararmos com outras *assemblage*, como eventos em âmbito acadêmico ou mobilizações de rua. A modo de exemplo indicaremos dois tipos de *assemblage* – a primeira se refere a mobilização para ocupação da Câmara Municipal de Ponta Grossa, denominada ‘Chega de LGBTfobia em Ponta Grossa’, que ocorreu em 18 de Outubro de 2017 – ficando conhecido popularmente como ‘Protesto em favor de Pablo Vittar²⁰¹, e o segundo é o processo de organização da I Parada Cultural LGBTQ+ dos Campos Gerais que ocorreu no dia 25 de Novembro de 2018.

Conforme narra Urano (informação verbal²⁰²), o processo de organização da mobilização ‘Chega de LGBTfobia em Ponta Grossa’ ocorreu da seguinte forma:

A *tour* da Pablo foi assim... que o vereador tinha dito que ia prender ela, se ela fosse em qualquer escola falar da dita ‘ideologia de gênero’ que é como eles chamam e daí eu pensei assim: ‘a gente precisa fazer algo!’. Precisamos ocupar, ocupar com as pessoas LGBTQ a Câmara...mas não é ocupar, nós vamos lançar um evento pelo DCE e foi assim que eu pensei, [...] aí eu comecei a pensar nas baladas e foi assim que eu tive que sentar com todas as curadorias de balada [...] aí fizemos o ato em unidade com todas as curadorias das baladas, com alguns centros acadêmicos, inclusive o Grupo Renascer também, fizemos aquela ocupação que foi linda [...].

Durante a organização deste processo, Vênus (informação verbal²⁰³) conta que no âmbito da Comissão Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/PG ela fez “[...] uma nota de repúdio em relação as ações do vereador pastor Ezequiel sobre esta conduta

²⁰¹ Disponível em < <https://www.portaldoholanda.com.br/pablo-vittar/vereador-acredita-em-boato-ameaca-prender-pablo-vittar-e-gera-revolta>>; < <https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/manifestantes-lgbtq-protestam-na-camara-de-pg>>. Acesso em 07/01/2020.

²⁰² Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

²⁰³ Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 23 de Maio de 2019.

das *Fake News* do Pablo Vittar”. Mercúrio (informação verbal²⁰⁴ também narra seu ponto de vista sobre o este evento:

Então, é onde que eu fiz também! Eu entrei de vestido, com título de eleitor assim, foi um babado! Foi até pra fora, eu revolucionei, foi dum dia pra noite eu peguei, fiz um chamamento, e disse: ‘- se puderem vão montadas, com vestido e tudo pra gente chamar atenção da mídia!’. E tavam as três televisão e conseguiram chamar atenção da mídia, por que eles pegaram e deram direito à nossa fala, pelo que nós estávamos reivindicando, foi muito bom, sabe assim...

Neste processo, Urano entrou em contato com as curadorias de baladas para veiculação de informações sobre a mobilização em favor de Pablo Vittar. Da mesma forma, Mercúrio afirma que mobilizou por meio do ‘chamamento’ da população, não especificando como o fez. No mesmo período Vênus realizou a nota de repúdio por meio da Comissão Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/PG e a partir disso o evento aconteceu.

²⁰⁴ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018.

FIGURA 3: Evento Chega de LGBTfobia em Ponta Grossa'



Fonte: Câmara Municipal de Ponta Grossa. Disponível em: <https://marelimartins.com.br/2017/10/18/vereador-ezequiel-e-alvo-de-protestos-movimento-lgbt-pede-respeito-e-dignidade/>>. Acesso em 08/01/2020

O processo de organização para o evento 'Chega de LGBTfobia em Ponta Grossa' contou com a mobilização, por personalidade e pela internet, por interações entre componentes humanos e não humanos de LGBT+ e aliados para a ocupação da Câmara Municipal de Ponta Grossa em um processo de organização que durou em torno de duas semanas.

Já no que tange a organização da I Parada Cultural LGBT dos Campos Gerais, houve diferentes processos de interações e mobilização em relação ao evento 'Chega de LGBTfobia em Ponta Grossa'. Conforme Netuno e Urano (informação verbal²⁰⁵) a Parada foi organizada pelo DCE, na gestão Desatando Nós em conjunto com o Grupo Renascer. Urano conta que:

²⁰⁵ Informações fornecidas por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019 e por Urano em entrevista realizada em 05 de Junho de 2019.

A Parada surgiu de uma conversa que eu tive com um amigo meu, o Erick, que ele me falou da Parada de Londrina e a de Maringá, [...] E aí a gente pensou que poderia ter aqui em PG também, e aí, eu ainda tive uma resistência e medo assim em vários sentidos. Medo político, medo de como a cidade reagiria sendo uma cidade conservadora, uma cidade tradicional, como a gente sabe sobre as pessoas que ocupam os poderes na cidade. E aí a gente começou a dialogar mais sobre [...] pensamos e levamos para o DCE esta discussão e, então nós dividimos um grupo para pensar esta Parada e ela acabou acontecendo e nós passamos para o DCE esta construção.[...] E então para a Parada mais uma vez eu pensei neste sentido também de 'precisamos estar mobilizados' de maneira unificada, e foi quando eu chamei todas as curadorias, todos os grupos, os centros acadêmicos...fui em cada centro acadêmico distribuído na Universidade, seja pra questão orçamentaria da Parada, seja pela participação política, de apoio político. E aí a gente começou a pensar para que a Parada crescesse e se tornasse uma atividade da cidade assim, e aí foi assim que eu fui em todas as Fundações da Cidade, Fundação de Turismo, Fundação de Cultura...[...] a gente teve um apoio destes órgãos governamentais muito interessantes. A gente teve o apoio da OAB também...também a gente tava em um momento que a gente se aproximava inclusive das eleições que a gente tava com este medo, esta violência diante das nossas vidas, sobre o discurso que a gente ouvia, dos candidatos conservadores principalmente dos que eram do agora Presidente do Brasil, é, e eu pensei assim, a gente precisa fazer um trabalho interinstitucional, vamos interinstitucionalizar a Parada. Porque aí assim, por mais que as pessoas critiquem, as críticas até vieram, mas vieram num outro tom, porque quando as pessoas pensam 'ai, esta Parada é feita pelo DCE, é um bando de maconheiro, é um bando de jovem que não sabe nada, que não tem responsabilidade', então eles vão criticar porque é o DCE. Mas quando eles viam que existia a UEPG apoiando, a Fundação de Cultura, a Fundação de Turismo, empresas do município patrocinando a Parada, e a OAB por exemplo, se existia um outro discurso, era um discurso que barrava estes discursos preconceituosos em certa medida, e que fazia que nosso evento pudesse sair em certa medida com qualidade, com organização saudável (informação verbal²⁰⁶).

A organização deste evento então contou com uma forma diferente de mobilização, se comparada ao evento 'Chega de LGBTfobia em Ponta Grossa'. Envolvendo para além de elementos do movimento e ativismo de LGBTQ+ e aliados, outras instituições apoiadoras. Com uma abordagem diferente, a Parada Cultural também desvelou necessidades diferentes, no que tange a um maior tempo de organização, local, alvarás, segurança, liberações, palco, limpeza e demais elementos que envolvem um evento de maior proporção (informação verbal²⁰⁷).

²⁰⁶ Informações fornecidas por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

²⁰⁷ Informações fornecidas por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019.

O que importa observar nesta comparação são os processos que surgem. As diferentes formas de se alcançar o objetivo de garantir direito, as diferentes interações que as proporções de um evento podem fornecer a uma nova *assemblage*, os diferentes papéis que um elemento pode assumir na composição de diferentes *assemblage*.

E isso ocorre ao observar as trajetórias daquelas *assemblage* finalizadas depois de seu *dessembling*, que fazem emergir diferentes possibilidades de ações e acesso a recursos enquanto estratégias para novas organizações. Isso porque as relações nas *assemblage* envolvem subjetividades e objetividades em um “[...] temporário espaço de engajamento social nos quais a interação entre os participantes produz afetos, valores e práticas que podem trazer novos modos de ser”²⁰⁸ (DASKALAKI, 2017, p.2, tradução nossa), que revela potencialidades para novas *assemblage*.

Este processo se refere a inter-relação de múltiplas trajetórias que os indivíduos que compõe as *assemblage* possuem e que por meio do desempenho de ações revelam facetas de possíveis atuação. Nesta dinâmica, as trajetórias pessoais de ativismo e profissionais acabam se interinfluenciando em maior ou menor grau no desempenho de ações e acessos a recursos. Este processo é melhor percebido no capítulo 3, quando nos debruçamos sobre as trajetórias de vida, mas também pode ser evidenciado em falas como a de Vênus (informação verbal²⁰⁹).

Eu sei que meu peso como sujeito é maior que meu peso enquanto militante, eu sei. É aquilo que eu falei, eu respeito a opinião do outro mesmo que seja divergente da minha. Como meu trabalho na Comissão interfere intimamente com a minha militância, então eu falo que o poder de fala enquanto Comissão acaba me auxiliando nestes eventos eu acabo participando e eu falo... e vocês vão ver que minha fala começa como advogada, ai já começa a militância, mistura muito a Vênus presidente da Comissão com a Vênus advogada e a Vênus militante, então, as três estão intimamente ligadas, então pra mim é muito fácil esse privilégio de ser da Comissão me dá poder de fala que talvez se eu fosse apenas uma militante bi eu não teria. Então a comissão me auxilia muito na minha militância. Não deveria. Deveria ser minha

²⁰⁸ Traduzido de “*temporary space of social engagement in which participants interactions produce affects, values and practices that can bring about new modes of being*” (DASKALAKI, 2017, p. 2).

²⁰⁹ Informações fornecidas por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 23 de Maio de 2019.

militância que auxiliasse a Comissão, mas infelizmente a Comissão me abre portas, é o vice-versa.

Esta inter-relação de trajetórias de pessoas e/em instituições congregada nas *assemblage* geram potencialidades ao publicitar facetas destes elementos que podem ser utilizadas enquanto fontes de acesso a recursos em novas *assemblage*. Ou seja, enfatiza práticas, performances constituídas e reconstituídas além de ações coletivas organizadas (DASKALAKI, 2017).

Portanto, o foco de análise nos processos de *reassembling* estão nos rearranjos que podem ser organizados pelo realce das capacidades individuais e de criatividade nas dinâmicas de contestação; a fala de Vênus ilustra como práticas em diferentes trajetórias podem ser amplificadas para a participação em algo como uma *assemblage*.

Evidenciamos a partir das entrevistas várias destas dinâmicas se entrelaçando e realçando as capacidades individuais dos elementos. A modo de exemplo elencamos a trajetória de Netuno que foi sintetizada para fins ilustrativos no Quadro 6.

QUADRO 6: Dinâmica de publicitação de potencialidades

Netuno	PIBID – Discutia sexualidade e métodos contraceptivos, revelou curiosidade para o mestrado...	Mestrado – participação em palestras e mesas descobertas e subjetivas...	Palestras geraram visibilidade - convite para Comissão da diversidade sexual e de gênero da OAB. Ratificação de práticas...	Eleição para participação no Conselho Municipal LGBT
	➔	➔	➔	➔ ...

Fonte: Netuno. Informação Verbal, 2019.

Nota: Informações fornecidas por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019.

Percebemos com apoio da história sistematizada no capítulo 3 por meio das 'histórias de vida' que a trajetória de Netuno no PIBID despertou inquietações sobre homossexualidades (uma vez que relata não ter na época a discussão sobre

identidade de gênero e orientação sexual). A curiosidade e demais questões subjetivas fizeram com que ela cursasse a pós-graduação em nível de mestrado. Por meio do mestrado conquistou locais de visibilidade por meio de palestras em eventos, e com isso foi convidada a fazer parte da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/PG (informação verbal²¹⁰).

Sendo reconhecida enquanto ativista e tendo sua prática enquanto legítima, conseguiu ser eleita para o Conselho Municipal LGBT+. Obviamente estamos simplificando sua trajetória e suprimindo toda a carga subjetiva pela qual ela deve ter passado. Mas a ênfase nesta exemplificação está justamente nas transformações e potencialidades que emergiram com o envolvimento ativo de Netuno, onde sua trajetória revela as possibilidades de congregação nas *assemblage* de garantia de direito para LGBT+.

A emergência das características de alguns elementos em um horizonte de ativismos múltiplos, articulados com diferentes trajetórias, potencializa a inclusão destes em processos coletivos, em processos de inclusão em movimentos, em alianças, em partidos políticos e coalisões e em *assemblage* (DASKALAKI, 2017).

Portanto, o processo de *reassembling* oxigena a dinâmica de *assembling* e *dessembling*, adicionando ao processo novas possibilidades e potencialidades de acesso por meio de trajetórias transformadas cotidianamente (MASSEY, 2008; MCFARLANE, 2009). Estas trajetórias carregam consigo arranjos de poder em transformação, diversas formas de acessar recursos, de negociar, de ambiguidades e contradições, constituindo afinidades heterogêneas, e com isso voltamos aos objetivos em comum e a perspectiva de unidade que tem guiado os processos de *reassembling* nas *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa, onde a falta de união e a necessidade de união é mais uma das ambivalências (FREEMAN, 1978; DASKALAKI, 2017)

A falta de união, ao mesmo tempo que produz o colapso das *assemblage* de garantia de direito, produz objetivo em torno de uma união que ainda 'está por vir'. Conforme as reflexões de Freeman (1978), as pessoas e as instituições precisam de

²¹⁰ Informações fornecidas por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019.

objetivos para ação. O objetivo comum de união é identificado e associado pelas pessoas envolvidas na garantia de direito enquanto foco e gera solidariedade, criatividade e inovação, seja na criação de coletivos para a organização de um evento, nas palestras ofertadas de forma voluntária, nos bazares beneficentes e outras formas de mobilização citadas (TARROW, 2011; DASKALAKI, 2017).

Portanto, as práticas sociais extrínsecas são elencadas enquanto possibilidades de *reassembling*, fornecendo condições para o desenvolvimento de relações organizadas, de *assemblage* pela ratificação que vai além das *assemblage*. O *reassembling* é um processo que foca nas práticas, nas performances, situando subjetividades que são unidas e reunidas de diferentes formas nas *assemblage* em uma “[...] transformativa reconfiguração de relações socioespaciais²¹¹” (DASKALAKI, 2017, p. 12, tradução nossa), catalisando o acontecimento de *assemblage* e articulando a heterogeneidade e a contingência em forma de contestação (DASKALAKI, 2017).

Assim finalizamos os processos explicativos sobre as dinâmicas que envolvem o acontecimento das *assemblage* de garantia de direito para pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa, Paraná. Para tanto focamos nos funcionamentos destes processos em específico, e os seus principais fatores potencializadores de união, desunião e possibilidades de reunião que elencamos por meio da análise de conteúdo das falas.

Este processo foi realizado enquanto caminho para compreender a articulação de elementos humanos e não humanos na composição das *assemblage*, destacando a dinâmica de interações e processos de ratificação e legitimação, evidenciando como as inter-relações estabelecidas por estes elementos reverberam em dinâmicas de *assembling*, *dessembling* e possibilidades de *reassembling*, ou seja, na constituição de *assemblage*.

As *assemblage* por sua vez, se relacionam as conjunturas, nacional, estadual e federal enquanto práticas de mobilização e contestação, que congregam a heterogeneidade em uma organização contingente na busca por direitos e condições dignas de vida para pessoas LGBTQ+.

²¹¹ Traduzido de “*transformative reconfiguration of socio-spatial relations*” (DASKALAKI, 2017, p. 12).

CONCLUSÃO

Este trecho de texto em caráter de desfecho carrega nossas conclusões em relação a uma pergunta entre muitas que poderiam ter sido feitas sobre a garantia de direito de pessoas LGBTQ+, de modo geral. No que se refere a produção de conhecimento Geográfico, em específico, não ocorre o mesmo. O que queremos dizer com isso, é que o tipo de pergunta importa no processo de tentar produzir inteligibilidade aos fenômenos em relação aos campos dos conhecimentos em que esta pergunta é realizada.

Conforme indicamos em alguns trechos desta reflexão, este trabalho passou por diversos percursos e percalços teórico-metodológicos, causados em muito, pela complexificação do processo de pesquisa por ter autoria compartilhada com 'uma estranha na Geografia', uma pesquisa interdisciplinar que carrega os louros de poder beber de fontes diferentes na construção das reflexões, mas que paralelamente possui dificuldades na interseção de dois campos do conhecimento.

Estas dificuldades foram contornadas pelo consenso epistemológico dos autores, em uma perspectiva de constituir discussões posicionadas, considerando que o conhecimento não seria apenas um aparelho conceitual que 'flutua' sobre a humanidade, mas um projeto localizado e posicionado a partir de estruturas de sexo, religião, economia, discursos, mecanismos hegemônicos e conjunturas (MIGNOLO, 2004).

Nesta perspectiva, consideramos que este trabalho é resultado de um processo de discussões epistemológicas de uma Geografia plural, aberta a discussões, voltada a constituição de reflexões epistemológicas que prezam a multiplicidade de perspectivas e formas de conhecimento envolvido, não se direcionando à um caminho de reflexão que seria o 'correto' em detrimento de outros, mas articulado à atributos que forneceriam o qualificativo de geográfico (GOMES, 2013).

Para Gomes (2013), este qualificativo se refere a reflexões que tenham por questão central a dispersão espacial, o que pode levar a compreensão de seus conteúdos, suas escalas, elementos que compõe este ordenamento, suas causalidades. O autor ainda ressalta que a realidade é muito complexa para que possa ser apreendida em sua totalidade por 'um' campo do conhecimento, e nesse sentido,

Escolar (1996) afirma que a consistência epistemológica frente à esta complexa realidade se operacionaliza por meio dos critérios de cientificidade, principalmente no que diz respeito a subjetividade dos sujeitos participantes, discutibilidade das investigações e ainda as ações reflexivo/interpretativas, desembocando em reflexões geográficas sobre determinadas questões.

Estas discussões e as dúvidas pelas quais elas são alimentadas se referem à nossa perspectiva de discussão de Geografia, carregando elementos pelos quais este campo pode ser reconhecido “[...] como uma ciência, viva e dinâmica, aberta e plural” (GOMES, 2013, p. 15), o que contribui para uma prática de pesquisa que não é apenas um paradigma científico - o paradigma de um conhecimento prudente, mas também um paradigma social - o paradigma de uma vida decente (MIGNOLO, 2004).

Dedicados a produzir inteligibilidade ao fenômeno de garantia de direito para LGBT+ em Ponta Grossa e frente a um panorama desfavorável a garantia de direito de LGBT+, com o avanço de uma agenda combativa a realidade destas pessoas e viabilizada por setores conservadores e religiosos, principalmente em âmbito federal e municipal, nos questionamos ‘como acontecem as *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná’.

A partir disso buscamos observar ‘como se articulam os elementos humanos e não humanos na composição de *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?’. Para isso estabelecemos as seguintes questões específicas 1) ‘Como se articulam os elementos humanos e não humanos na composição de *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?’ 2) ‘Como ocorre o processo de assembling, dessembling e reassembling de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?’ 3) ‘Como as *assemblage* de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná acontecem em termos de dinâmicas tempo/espaço?’.

Ao fim desta caminhada, compreendemos que esta articulação de elementos ocorre por meio da interação interpessoal, interinstitucional e entre pessoas e instituições que compõem o movimento e ativismo de pessoas LGBT+ e seus aliados *heteroqueers* da cidade de Ponta Grossa.

Estes elementos possuem trajetórias individuais de existência que são extrínsecas em relação as *assemblage*, mas que potencializam o acontecimento destas organizações socioespaciais provisórias por meio do desempenho das funções individuais que cada elemento possui em relação a garantia de direito (DELANDA, 2016).

O desempenho de práticas pró LGBTQ+ reverbera em dinâmicas de acreditação, legitimidade, ratificação a partir dos *personal beliefs* (DELANDA, 2016), onde pelo desempenho de suas capacidades individuais estes elementos são reconhecidos enquanto capazes de servir a finalidade destas *assemblage*, ou seja, servem a finalidade de fomentar a garantia de direito por meio de mobilizações de contestação (TARROW, 2011).

A contestação se refere ao panorama dual de regra e exceção relacionado a pessoas LGBTQ+ no Brasil, onde há uma dinâmica desfavorável a garantia de direitos voltados à estas pessoas baseado em uma dualidade de norma e exceção, onde as pessoas que não seguem a 'heteronormalidade' são vistas como estranhas, *queer*, incongruentes, (BUTLER, 2003) e por isso são rechaçadas, constituindo uma exceção na manutenção da norma, e com isso, há um esvaziamento de direito relacionado a estas pessoas (NETO, 2017).

Não afirmamos sobre a ausência de documentos normativos e políticas voltadas a garantia de direito LGBTQ+ no Brasil. Conforme o capítulo 2 desta reflexão, podemos evidenciar a existência destes documentos. Quando falamos em exceção, nos referimos ao panorama dual de avanço e retrocesso, estaque e manutenção, da não execução destas políticas e de seu combate promovido por setores fundamentalistas religiosos.

Então este seria o fator de causalidade, catalisador da heterogeneidade, um dos fatores que promove a coesão e congregação, onde pessoas e instituições, a partir da finalidade de promover a garantia de direito de pessoas LGBTQ+ trabalham juntas, e se organizam em *assemblage* (MCFARLANE, 2009; DELANDA, 2006).

Enquanto organizações contingentes e provisórias, as *assemblage* não são eternas em questão de durabilidade, mas podem acontecer eternamente em *looping* de processos de montagem, desmontagem e possibilidades de novas montagens. Tendo isso em mente buscamos compreender 'como ocorre o processo de

assembling, desassembling e reassembling de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?'.

Com isso evidenciamos como ocorre o processo de montagem por meio da união de elementos heterogêneos. Compreendemos que o *assembling* é possível graças as relações estabelecidas extrinsecamente nas múltiplas trajetórias destes elementos humanos e não humanos, sejam elas pessoais, profissionais, institucionais e de ativismo.

Concluimos por meio da análise de conteúdo do discurso (BARDIN, 2016) que estas relações acontecem principalmente pelas relações estabelecidas na personalidade (SILVA, 2002; PRADO, 1995). Que a personalidade viabiliza fenômenos de prefiguração política articulando o âmbito público e o privado no desenvolvimento de estratégias para ação e tomadas de decisão (BREINES, 1982).

Com isso espacialidades como a casa e as baladas, espaços relacionados ao desempenho interpessoal destas pessoas, recebe nova função, é designado a partir de normas específicas como espaço de estratégia, de política e ativismo, potencializando os processos de ratificação e legitimidade por meio do reconhecimento de proposições comuns e da possibilidade de estabelecimento de laços de confiança (PRADO, 1995).

Também indicamos enquanto fator potencializador de *assembling* a translocalidade no acesso a recursos materiais e imateriais. Este acesso gera centralidades de determinados ativistas em relação a determinadas pautas. Consideramos que esta centralidade varia conforme a pauta e a mobilização, em uma perspectiva de poder em transformação plural, caracterizada pelo desempenho e acesso pessoal/institucional a recursos de forma translocal (MCFARLANE, 2009; CUMBERS *et.al*, 2008).

A translocalidade também é compreendida enquanto potencialidade reflexiva que borra as noções de limites espaciais no que se refere a manutenção de mecanismos e discursos hegemônicos, considerando que o mecanismo de gênero e o poder de coerção do Estado, por exemplo, não são categorias que operam apenas enquanto macro narrativa descolada do local, mas que afetam as conjunturas locais de acontecimentos (ONG; COLIER, 2005).

Compreendemos que enquanto organizações socioespaciais provisórias, as *assemblage* colapsam e se desmontam, de forma que os elementos antes congregados em torno da finalidade comum de garantir direitos a pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa retornam ao desempenho de suas funções extrínsecas e individuais (ANDERSON; MCFARLANE, 2011).

Indicamos que o *dessembling* ocorre por duas razões – a primeira se refere ao término da finalidade de determinada *assemblage* e a segunda se refere ao aumento da heterogeneidade e contingência durante o acontecimento de uma *assemblage*, de modo que o a finalidade não garante a coesão necessária para que a congregação permaneça unida (DELANDA, 2006).

Enquanto mobilização contenciosa que une a heterogeneidade em torno da finalidade de garantir direitos, quando este objetivo é cumprido, por meio de uma ação ou mobilização, como manifestações de rua, ocupações, fóruns a *assemblage* se desfaz e os elementos retornam ao desempenho extrínseco de suas funções, caracterizando a primeira possibilidade de *dessembling* que identificamos (DELANDA, 2006).

No que se refere a segunda possibilidade, evidenciamos que o *dessembling* ocorre por meio de conflitos, de perspectivas divergentes em relações a múltiplos ativismos, festa, produção de locais de visibilidade e umbiguismo. Onde o entendimento da utilização das mobilizações e do próprio movimentos e ativismo de LGBTQ+ e aliados para ganhos pessoais e institucionais individuais geram processos de desconfiança e ostracismo.

Uma vez que as *assemblage* se desfazem os elementos antes congregados nestas organizações socioespaciais se tornam potência para a realização de novas *assemblage*. A partir do desempenho individual de funções destes elementos humanos e não humanos, extrinsecamente, em relação as *assemblage* se criam processos de legitimidade e retificação promovidos pelas trajetórias individuais destes elementos. Assim o *reassembling* é um processo no qual emergem as possibilidades de novos *assembling*, de realinhamento.

Com isso percebemos que as trajetórias destes elementos são decisivas ao acontecimento de *assemblage*, e então buscamos compreender ‘como as *assemblage*

de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná acontecem em termos de dinâmicas tempo/espço?'.

Nesta questão buscamos evidenciar a especificidade da cidade de Ponta Grossa enquanto fator conjuntural que fomentou processos específicos nas trajetórias das pessoas envolvidas com o movimento e ativismo de LGBTQ+ e aliados.

Enquanto cidade tradicionalista, de interior e em interface com as universidades (SHIMANSKI, 2007), compreendemos que em diversos períodos das trajetórias destas pessoas e instituições o contexto ponta-grossense, bem como acontecimentos em âmbito municipal como a epidemia de HIV/AIDS reverberaram em ativismos, em pautas e em frentes de ação no que se refere a estas pautas.

Em outros contextos, há a possibilidade de que a organização das *assemblage*, bem como os elementos que podem as constituir sejam outros. Assim, o contexto ponta-grossense fornece a especificidade necessária para que as *assemblage* de garantia de direito que aqui acontecem sejam processos únicos e que se relacionam diretamente com as trajetórias pessoais, profissionais, institucionais e de ativismo destes elementos.

Também consideramos no que se refere a dinâmicas de espaço-tempo, que as *assemblage* são fruto de congregações, inter-relações de múltiplas trajetórias em movimento e transformação, promovendo a articulação destas trajetórias em uma simultaneidade dinâmica (MASSEY, 2008).

Desta forma, chegamos à conclusão de que as *assemblage* de garantia de direito para pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa, Paraná acontecem em dinâmicas de congregação, união – *assembling* em torno da finalidade comum de promover melhorias e condições dignas de vida às pessoas LGBTQ+ por meio de mobilizações para garantia de direito.

Possuem temporalidade provisória, uma vez que o movimento LGBTQ+ é heterogêneo e composto por múltiplas identidades e entidades mutáveis, e nem sempre é uma organização coesa, não sendo contínuas – *desassembling*.

A conjuntura – principalmente a nacional e a municipal – demandam união, uma característica que ainda está por vir neste movimento e ativismo pró LGBTQ+ ponta-grossense. A conjuntura também estabelece o objetivo, a finalidade para que estas *assemblage* sejam processos que sempre ocorram - *reassembling*.

Durante a realização deste trabalho, principalmente nos primeiros 16 meses tudo parecia emaranhado, caótico, desorganizado, contingente. Tanto os discursos, nossas tentativas de compreensão do fenômeno, nossa articulação teórico-metodológica.

Em muitos momentos nos observamos perdidos em meio a todos estes fatores, conjuntura, causalidade, elementos, interações, união, desunião, realinhamentos, poderes plurais, trajetórias congregadas, multiplicidade...

Foram diversos paradoxos, dicotomias, antagonismos, o que é extrínseco e o que não é? Dúvidas.

Junto das dúvidas veio o receio de não produzir conhecimento prudente, para vidas decentes. Impotência frente a um desafio no que refere a interseção de campos do conhecimento e de trabalhar com as *assemblage* enquanto fio condutor.

No fim deste percurso indicamos com felicidade a conclusão que até pode parecer óbvia frente a tudo já debatido – em meio a esta conjuntura, o movimento e ativismo de LGBT+ e seus aliados são os responsáveis pela manutenção das pautas destas pessoas no Brasil por meio de mobilizações contenciosas.

Para além disso, concluímos destacando este processo de desafios na nossa busca em tentar compreender o fenômeno das *assemblage* de garantia de direito em Ponta Grossa. Processo este que se refere a complexidade do fenômeno, a consideração da existência de seus fatores facilmente observáveis (como as expressões materiais dos elementos componentes das *assemblage*) e também daqueles fatores nem tão fáceis de observar, relacionados com subjetividades, sentimentos, personas, performances.

Concluímos dizendo que toda esta complexidade, nos trouxe novos questionamentos e inquietações, principalmente no que se refere ao aprofundamento das inter-relações e interações aqui descritas, na busca por fugir das simplificações e grillhões que nos foram forçados pelos limites operacionais de pesquisa e pesquisadores - tempo, recursos, domínio de língua estrangeira, limitações reflexivas e da interseção de campos do conhecimento, de forma que seguiremos nossa busca em refletir sobre conjunturas, garantia de direito para pessoas LGBT+ e a complexidade socioespacial.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção**. 1º Ed. São Paulo: Editora BoiTempo, 2004. 142p. Disponível em: <<http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/01/Estado-de-exce%C3%A7%C3%A3o2.pdf>>. Acesso em 12 Fev. 2019.

ALBUQUERQUE, Carlos Augusto. Desafios do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, v. 1, n. 86, p. 35-47, Out. 2011.

ANDERSON, Ben; MCFARLANE, Colin. *Assemblage and Geography*. **Area**, London, v. 43, n. 2, p. 124–127, Maio, 2011. Disponível em: <<https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1475-4762.2011.01004.x>>. Acesso em 11/01/2020

ARAGUSUKU, Henrique Araújo. Estado, Políticas Sociais e conservadorismo no Brasil: Desafios da agenda LGBT contemporânea. In: MUNDOS DE MULHERES, nº13 E FAZENDO GÊNERO, nº 11, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503673493_ARQUIVO_Trabalhocompleto-WW&FG.pdf>. Acesso em 18/01/2020.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a06v18n2.pdf>>. Acesso em 11/01/2020.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elvira Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO–EDUCERE, Curitiba. **Anais...** Educere, 2011. p. 329-341. Disponível em: <<https://educere.pucpr.br/p81/anais.html?tipo=2>>. Acesso em 29 Jul 2018

BAPTISTA, Arnaldo. **Rebelde entre os Rebeldes**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008. 167 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1º Ed, 26º reimpressão. São Paulo: Edições 70, 2016. 141 p. Disponível em: <<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitat%20e%20qualitat%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf>>. Acesso em 23/01/2020.

BATISTA, Ana Neri Cavalcante. **Análise da Abordagem do Tema Água em Recursos Hídricos no Ensino Médio das Escolas Públicas do Curimataú Ocidental da Paraíba**. 2013, 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5824>>. Acesso em 11/01/2020.

BENETT, Jane. The Agency of *Assemblages* and the North American Blackout. **Public Culture**, Durhan, nº 17, v. 3, p. p. 445-465, 2005. Disponível em: <https://jscholarship.library.jhu.edu/bitstream/handle/1774.2/32808/bennet_public_culture.pdf>. Acesso em 21/01/2020.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 173p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4290207/mod_resource/content/3/Bobbio%20C%20N%20Estado%20C%20Governo%20C%20Sociedade%20Cap%20II%20Soc%20Civil.pdf>. Acesso em 11/01/2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª Ed, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. 1330 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4197102/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%20C3%A1rio%20de%20pol%20C3%ADtica..pdf>. Acesso em: 19/03/2019.

BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre e caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n. 13, Jun, 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135>>. Acesso em 11/01/2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, subchefia para assuntos jurídicos. **Medida Provisória Nº 2.216-37, De 31 de Agosto de 2001**. Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2216-37.htm>. Acesso em 17/01/2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório Anual de Avaliação – PPA 2000-2003**. Brasília, 2002a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2000-2003/ppa20002003/ppa_rel_aval/010_justica.PDF>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. 2002b. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-II)**, 2002b. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/ii-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-2002.html>>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa Nacional de DST e AIDs. **Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Epidemia da Aids e outras DST**. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_feminizacao_final.pdf>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e AIDS. **Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DSTs entre Gays, HSH e Travestis**. Brasília, 2007b. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_epidemia_aids_hsh.pdf>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008a**. Brasília, 2008a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa_2004_2007_avaliacao2007/vol1t1/0_indice_apresentacao.pdf>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- GLBT**. Brasília, 2008b. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_lgbt_2009.pdf>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010a. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/NHRA/ProgrammaNacionalDireitosHumano_s2010.pdf>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7388.htm>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional LGBT. **Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais- LGBT**. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Mais Brasil PPA 2012-2015: Relatório Anual da avaliação, ano base 2012.** Brasília, 2013a. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2015/relatorio-de-avaliacao-anual-do-ppa-2012-2015-vol-1.pdf>>. Acesso em 18/01/2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Mais Brasil PPA 2012-2015: Relatório Anual da avaliação, ano base 2012.** Brasília, 2013a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa_2012_2015_avaliacao2012/Vol2-Tomol.pdf>. Acesso em 10/01/2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. **Plano Plurianual 2016-2019.** Brasília, 2015a. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/copy_of_plano-plurianual-2016-2019-antigo>. Acesso em 10/01/2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.** Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>>. Acesso em 20/01/2020.

BRASIL. Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 17/01/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2017/res0026_27_10_2017.html>. Acesso em: 28 Maio 2019.

BRAVO, Maria Inês Souza. **O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático no Brasil.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (Coletânea Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais). Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em 11/01/2020.

BREINES, Wini. **Community and organization in New Left , 1962-1968: the great refusal**. 1º Ed: Rutgers University Press, 1982. 187 p. Acesso em: 28 Jan 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 235 p. Disponível em: <https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2017/04/butler_problemasdegenero-ocr.pdf>. Acesso em 26/11/2018.

CÂMARA, Heloisa Fernandes; MOREIRA, Egon Backmann. A exceção e a ordem na narrativa constitucional brasileira. In: PILATTI, Adriano; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; CORRÊA, Murilo Duarte Costa (Org). **Estado de exceção e as formas jurídicas**. 1º Ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017. p. 213-240.

CARVALHO, Thiago Rodrigues. **Experimentos espaciais da poética de Manoel De Barros: Geografias intensivas no chão da poesia**. 2017, 268 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5426009>. Acesso em 29/11/2019.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIRA, Maria Hermínia Tavares de (Org). **Sociedade política no Brasil pós-64**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/b4km4/pdf/sorj-9788599662632.pdf>>. Acesso em 27/01/2020.

CARVALHO, Lígia de Jesus; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Território, desigualdade e expansão do capital: a centralidade da indústria do petróleo em Macaé/RJ. **Revista Geografar**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 26–46, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/48976>>. Acesso em 25/03/2020.

CECCHET, Fernanda Aparecida. **Análise de Fitólitos aplicada a reconstrução paleoambiental (vegetação e clima) na superfície incompletamente aplainada VI - Campo Erê (SC) no pleistoceno tardio**. 2015, 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2015. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/1141>>. Acesso em 29/11/2019.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e Mercado**. 2 Ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. 114 p. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/18044691/caderno_estado_governo_e_mercado> Acesso em: 04/04/2019.

COMO FUNCIONA o banco de teses e dissertações da Capes? Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoinformacao/perguntas-frequentes/periodicos/3571-como-funciona-o-banco-de-teses>>. Acesso em 02/08/2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos Pela Geografia: O Urbano, as Redes e as Formas Simbólicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008. No prelo.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes Geográficas: Reflexões Sobre um Tema Persistente. **Revista Cidades**, São Paulo v. 09, n. 16. Grupo de Estudos Urbanos, 2011. Disponível em: <
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2378>>. Acesso em 22/01/2020.

COSTA, Lucia Cortes da. Questão Social e Políticas Sociais em Debate: Tendências atuais do debate. **Sociedade em Debate**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, v. 13, 2006. Disponível em: <
<http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/426>>. Acesso em 12/01/2020.

CUMBERS, Andy; ROUTLEDGE, Paul; NATIVEL, Corinne. *The entangled geographies of global justice networks*. **Progress in human Geography**, Glasgow, n. 32, v. 2, p. 183-201, Set, 2008. Disponível em: <
<http://phg.sagepub.com/cgi/content/abstract/32/2/183>>. Acesso em: 28 Jan 2019.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, Daniel. **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización**. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110. Disponível em: <
<https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/dadosabertos/bibliografia/Sociedade%20Civil%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cidadania%20-%20Evelina%20Dagnino.pdf>>. Acesso em 12/01/2020.

DASKALAKI, Maria. *Alternative organizing in times of crisis: Resistance assemblages and socio-spatial solidarity*. London, United Kingdom: **European Urban and Regional Studies**. Sage Publications Journals, 2017, p. 1-16. Disponível em: <
<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0969776416683001?icid=int.sj-abstract.similar-articles.2&journalCode=eura>>. Acesso em 14/01/2020.

DELANDA, Manuel. **A new philosophy of society: Assemblage theory and social complexity**. 1º Ed. New York: Continuum, 2006. 142 p. Disponível em: <
https://archive.org/stream/30913354DeLandaANewPhilosophyOfSocietyAssemblageTheoryAndSocialComplexityCSOCR/30913354-DeLanda-A-New-Philosophy-of-Society-Assemblage-Theory-and-Social-Complexity-CS-OCR_djvu.txt>. Acesso em 12/01/2020.

DELANDA, Manuel. **Assemblage Theory**. 1º Ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016. 198 p.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 136 p.

ESCOLAR, Marcelo. Problemas de legitimação científica na produção geográfica da realidade social. In: ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.09-47

FALEIROS, Vicente de Paula. Universidade e movimentos sociais. In: RÊSES, Erlando da Silva (Org). **Universidade e movimentos sociais**. 1º Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p 13-16. Disponível em: < https://issuu.com/finotracoeitora/docs/miolo_ebook_erlando_unb/19>. Acesso em 27/01/2020.

FARBER, Samuel. *Reflexiones sobre la política prefigurativa*. **Nueva Sociedad**, Argentina, n. 251, p. 70-86, Mai-Jun, 2014. Disponível em: < <https://nuso.org/articulo/reflexiones-sobre-la-politica-prefigurativa/>>. Acesso em: 05 de Ago 2019.

FELIPE, Paula Louise de Lima. **Análise da assembléia fitolítica do solo aplicada no holoceno médio**: Caso da Estação Ecológica da Mata Preta - Abelardo Luz (SC). 2015, 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2015. Disponível em: < http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_a554ef7b49e6b0a99b8a169da41aad7a>. Acesso em: 05/08/2019.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, Juiz de Fora, n. 25, p. 105-115, Jan-Fev. Mar. Abr. 2004. Disponível em< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782004000100010&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 12/01/2020.

FEYERABEND, Paul Karl. **Contra o método**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 488 p. Disponível em: < <https://soife.files.wordpress.com/2009/06/paul-feyerabend-contra-o-metodo.pdf>>. Acesso em 23/01/2020.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde pública**. Rio de Janeiro, v. 24, jan. 2008, p. 17-27. Disponível: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000100003>. Acesso em 22/01/2020.

FREMAN, Jo. Crisis and conflicts in social movement organizations. **Chryzalis: A magazine of Women's Culture**, Los Angeles, v. 1, nº 5, p. 43-41, 1978. Disponível em: < <https://www.jofreeman.com/socialmovements/crisis.htm>>. Acesso em 28/01/2020.

GARÇÃO, Lucimar Marques da Costa. **Análise socioambiental da evolução das pastagens degradadas no município de Porangatu, no período de 1983 à 2013**. 2014, 91 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás,

Goiânia, 2014. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4682>>. Acesso em 14/01/2020.

GOHN, Maria da Glória. Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 01, p. 10-17, Jan/Abr. 2010. Disponível em: < http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/166>. Acesso em 11/01/2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-512, Maio-Ago, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 06 Mar. 2019.

GOHN, Maria da Glória; ZANCANELLA, Yolanda. A relação entre a universidade e movimentos sociais como princípio da construção crítica da educação do campo. **Revista Olha de Professor**, Ponta Grossa, v. 15, n° 1, p 57-70, 2012. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/684/68423875005.pdf>>. Acesso em 27/01/2020.

GOMES, Fernando Bertani; SILVA, Joseli Maria. 'Cenas Loucas': *Assemblages* da violência de jovens do sexo masculino com envolvimento com as drogas na cidade de Ponta Grossa, Paraná. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v.5, n.1, p.3-24, Jan-Jul. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rflagg/article/view/5029>>. Acesso em: 05 de Ago 2019.

GOMES, Paulo César da Costa. Um Lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. **Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMAN, 2009, (p. 13 – 30).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo**. Jornalismo. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 332 p. Disponível em: < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/Gramsci.pdf>>. Acesso em: 19 Jun. 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. 1ªEd. Rio de Janeiro: Seara Nova, 1976. 359 p. Disponível em: < <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Gramsci,%20Antonio/escritos%20politicos%20volume%20i.pdf>>. Acesso em: 22 de Jun. 2018.

GREEN, James Naylor. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. In: **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**. Campinas, Unicamp, v. 10, n. 18/19, 2003. p. 13-43. Disponível em: < <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2508/1918> >. Acesso em 19 Jul 2019.

GREEN, James Naylor. Visão retrospectiva: um balanço histórico e memorialístico. **Revista Cult**. Dossiê 'o movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. n. 235 Jul. 2019. p. 24-27.

GREINER, Clemens; SAKDAPOLRAK, Patrick. Translocality: Concepts, applications and emerging research perspectives. **Geography Compass**, New Jersey, v. 7, n° 5, p. 373-384, Maio, 2013. Disponível em: <https://www.deepdyve.com/lp/wiley/translocality-concepts-applications-and-emerging-research-perspectives-d90kUxdbBS?impressionId=5b326547d86de&i_medium=docview&i_campaign=recommendations&i_source=recommendations>. Acesso em 28/01/2020.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**. Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-42, Nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acesso em: 04 Abril 2019.

IRINEU, Bruna Andrade. **A política de previdência social e os direitos LGBT no Brasil**. 2009, 111 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade De Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://pos-sociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o_-_Sociologia_-_Bruna_Irineu_-_Final.pdf>. Acesso em 13/01/2020.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 Anos do Programa Brasil Sem Homofobia: Notas Críticas. **Revista Temporalis**, Brasília, n.28, p 193-220, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7222>>. Acesso em 18/01/2020.

ITABORAHY, Lucas Paoli. **LGBT Rights in Brazil: Na analysis of the public policies established by the Federal Government to recognize the human rights of the LGBT community**. 2012, 64 f. *Dissertation (Master in Human Rights Practice)*. University of Gothenburg. Gothenburg, 2012. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/e50c/b3fe69c4420f02ec4869af58968756f73fc6.pdf>>. Acesso em 17/01/2020.

JACOBS, Wounter; PEGLER, Lee; REIS, Manoel; PEREIRA, Henrique. Transporte, fluxo de mercadoria e desenvolvimento econômico urbano na Amazônia: o caso de Belém e Manaus. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 389-410, Dez, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S223699962013000200389&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 06 Ago 2019.

JORGE, Ferreira. Contributos para o debate da epistemologia em Serviço Social. **Trabajo Social Global**, Granada, v.2, n° 3, p. 63-77, Junho, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/302408123_CONTRIBUTOS_PARA_O_DEBATE_DA_EPISTEMOLOGIA_EM_SERVICO_SOCIAL_CONTRIBUTIONS_TO_THE_DISCUSSION_OF_SOCIAL_WORK_EPISTEMOLOGY>. Acesso em 29/01/2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 13 - 51. (Coleção Educação para Todos).

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, Set/Dez, 2018. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17/01/2020.

KIT WAI-MA, Erick. *Translocal Spaciality*. **International Journal of Cultural Studies**, SAGE journals, New York, v. 5, nº 2, p. 131-152, Março, 2002. Disponível em: <
https://www.researchgate.net/publication/238433087_Translocal_spatiality>. Acesso em 28/01/2020.

KAUCHAKJE, Samira; ULTRAMARI, Clovis. Rede sociotécnica do direito à habitação e a configuração do espaço em Curitiba. **Cadernos Metrópole**, Curitiba. v. 1, n. 18, 2007. Disponível em: <
<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8729>>. Acesso em 25/03/2020.

KRACURSCHKE, Angelita Czezaki. Comissão trabalha arduamente e lança campanha em favor ao público LGBT. [entrevista cedida a] Revista Advocatus. **Revista Advocatus**, v. 1, nº59, p. 4-5, 2015. Disponível em: <
<http://oabpg.org.br/site2/advocatus/ed59/ed59.pdf>>. Acesso em 27/01/2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003, 310 p. Disponível em: <
https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em 23/01/2020.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory**. 1º Ed. New York: Oxford Press, 2005. 301 p. Disponível em: <
https://www.ufrgs.br/ppgas/portal/arquivos/orientacoes/LATOUR_Bruno_2012.pdf>. Acesso em 28/01/2020.

LEAL, Marcelo Goncalves. **Inventário fitolítico e ensaios sobre a relação solo x vegetação na Ilha da Trindade, Atlântico Sul**. 2017 sn f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LEITNER, Helga; SHEPPARD, Eric; SZIARTO, Kristin. *The spatialities of contentious politics*. **Journal compilation of Royal Geographical Society**. London, n. 33, p. 157-172, October, 2008. Disponível em: <
<https://www.geog.ucla.edu/sites/default/files/users/hleitner/498.pdf>>. Acesso em 07 Ago 2019.

LIMA, Cezar Bueno de; SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Direitos Humanos e Política Social: instrumentos sóciojurídicos não punitivos e mecanismos democráticos. **Revista Filos**, Curitiba, v. 28, n. 43, p. 147 - 166, Jan/Abr. 2016. Disponível em < <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/download/aurora.28.043.DS08/247>>. Acesso em 13/01/2020.

LIONÇO, Tatiana; ALVES, Ana Clara de Oliveira; MATTIELO, Felipe; FREIRE, Amanda Machado. “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para fundamentalismo religioso. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 599-621, Set/Dez, 2018. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17/01/2020.

LOUREIRO, Ana Carolina de Melo. **Geografias de Enunciação**: Construindo um Guia Afetivo do Lugar a Partir do Índice de Agenciamento da Paisagem. 2016, 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: < <http://repositorio.ufes.br/handle/10/9356>>. Acesso em 13/01/2020.

LULA PRESIDENTE. Comissão de Programa de Governo. **Plano de Governo 2007-2010**, 2007. 2007. 30 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_governo.pdf>. Acesso em 18/01/2020.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia. Esfera Pública e Democracia no Brasil. **Revista Ideias**, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, v.5, n.6, p. 42-74, 1998-1999.

MACCALI, Nicole; MINGHINI, Luciano; WALGER, Carolina de Souza; ROGLIO, Karina de Déa. O método história de vida: desvendando a subjetividade do indivíduo no estudo das organizações. **Revista Administração: ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 15, n.º. 3, p. 439-468, Jul-Set, 2014. Disponível em: < <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/11>>. Acesso em 23/01/2020.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2004, Bauru. **Anais....** Bauru: USC, 2004. v. 1. p. 01-10. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/2012/03/16/entevista-semi-estruturada-analise-de-objetivos-e-de-roteiros/>>. Acesso em 22/01/2020.

MARQUES, Eduardo; BICHIR, Renata; PEVEZ Thais; ZOPPI, Miranda; MOYA, Maria Encarnación; PANTOJA, Igor. Redes pessoais e pobreza em São Paulo. In: DIAS, Leila Cristina; FERRARI, Maristela. (org) **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: 1º Ed. Insular, 2011. p. 189-218

MARTINS, Dilermando Aparecido Borges. **O processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no município de Ponta Grossa – PR.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Área de concentração: cidadania e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2790/1/Dilermando%20Aparecido%20Borges%20Martins.pdf>>. Acesso em 20/01/2020.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MASSEY, Doreen. Imaginando a Globalização: Geometrias de poder de Tempo-Espaço. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, v. 1, n° 3, p. 142-155, Maio, 2007. Disponível: <https://www.academia.edu/867935/Imaginando_a_Globaliza%C3%A7%C3%A3o_geometrias_de_poder_de_tempo-espao>. Acesso em 27/01/2020.

MATOS, Ralfo. Territórios e redes: dimensões econômico-materiais e redes sociais espaciais. In: DIAS, Leila Cristina; FERRARI, Maristela. (org) **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** Florianópolis: 1° Ed. Insular, 2011. p. 167-188

MCFARLANE, Colin. *Translocal assemblages: Space, power and social movements.* **Geoforum**, Durham, n. 40, p. 561-567, May, 2009. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718509000682>>. Acesso em 07 Ago 2019.

MEDEIROS, Klei; SILVA, Letícia Aparecida da; AGUIARI, Marcela Forni. A evolução dos direitos LGBTQ+ no mundo e a urgente criminalização da homofobia no Brasil. **Diálogos do Sul – OperaMundi/UOL**, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/55437/a-evolucao-dos-direitos-lgbtq-no-mundo-e-a-urgente-criminalizacao-da-homofobia-no-brasil>>. Acesso em 11/01/2020.

MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela; BRITO, Walderes. Políticas Públicas para População LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar. In: FAZENDO GÊNERO, número 09, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares>>. Acesso em 18/01/2020.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado.** Brasília, v. 27, n. 2. p. 289-312, Mai/Ago, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200005>. Acesso em 18/01/2020.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura

de Souza. **Conhecimento Prudente para uma Vida Descendente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667 - 709. (PDF: p. 333 - 354)

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, n. 07, abril 2017, p. 01-12. Disponível em <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosat_uracao.pdf> Acesso em 29 Jul. 2018.

MIRANDA, João. Na capital da 'reaçolândia', audiência pública defende tese sobre ideologia de gênero. **Pragmatismo Político**. Ponta Grossa 2017. Disponível em: <
<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/12/reacolandia-audiencia-publica-defende-ideologia-de-genero.html>>. Acesso em 20/01/2020.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 344p. Disponível em: <
https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/cc_ead/Ciencia_com_Consciencia.pdf>. Acesso em 22/01/2020.

MOTT, Luiz; PAULINHO, Eduardo Michels. Mortes violentas de LGBT no Brasil-relatório 2017. **Grupo Gay da Bahia- GGB**, 2017, 27p. Disponível em: <
<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>> Acesso em: 25 Jul. 2018.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. **O espírito das leis**. 3º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 851 p. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2963710/mod_resource/content/0/Montesquieu-O-espírito-das-leis_completo.pdf>. Acesso em 11/01/2020.

NETO, Moysés Pinto. Entre a hipérbole e o eufemismo: o debate sobre o estado de exceção no Brasil. In: PILATTI, Adriano; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; CORRÊA, Murilo Duarte Costa (Org). **Estado de exceção e as formas jurídicas**. 1º Ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017. p. 23-42.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. Natureza jurídica dos serviços sociais autônomos. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 207, p. 79-94, Jan-Mar, 1997. Disponível em: <
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/46938/46293>>. Acesso em 27/01/2020.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAUJO, Adriana Dias Gomide; PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei, v. 12, nº 2, p. 466- 485, Maio-Ago. 2017. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200016>. Acesso em 23/01/2020.

ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen Collier. **Global assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems**. 1º Ed. Oxford: Blackwall Publishing Ltd., 2005, 482 p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/270899766_Global_Assemblages_Technology_Politics_and_Ethics_As_Anthropological_Problems>. Acesso em 16/01/2020.

PARANÁ. Secretaria da Justiça e da Cidadania do estado do Paraná. **Relatório da 1º Conferência estadual LGBT**. Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/IConferenciaEstadualLGBTPR.pdf>>. Acesso em 19/01/2020.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania. **II Conferência Estadual dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**. Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/IIConferenciaEstadualLGBT.pdf>>. Acesso em 19/01/2020.

PARANÁ. Governo do estado do Paraná. Departamento de Imprensa Oficial do estado do Paraná. **Constituição do estado do Paraná (1989) atualizada até 22/05/2012**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70436>>. Acesso em 19/01/2020.

PARANÁ. Governo do estado do Paraná. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania. **Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Paraná**. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/plano_estadual_direitos_lgbt.pdf>. Acesso em 19/01/2020.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania. **Relatório da III Conferência Estadual dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do estado do Paraná**. Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2019/DEDIHC/relatorioconferenciaatualizado.pdf>>. Acesso em 19/01/2020.

PARANÁ. Ministério Público do estado do Paraná. Núcleo LGBT do Centro Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção dos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná. Centro de apoio operacional das Promotorias de Justiça de Proteção dos Direitos Humanos. **Nota Técnica do Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.14.003755-0**. Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Plano_LGBT.pdf>. Acesso em 10/01/2020

PARANÁ. Poder Executivo Estadual. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Protocolo de intenções para formação de rede de atenção a casos de

violação de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) do Paraná. Firma a articulação de ação conjunta para formação de rede interinstitucional entre as Secretarias de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, Secretaria de Estado da Saúde, Universidade Estadual do Paraná, Ministério Público do Estado do Paraná, Defensoria Pública do Estado do Paraná, Município de Curitiba e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná. **Diário Oficial do Paraná**, Curitiba, nº 10.427, p. 66-67. 02 Maio 2019. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/LGBT/protintencoeslgbt.pdf>>. Acesso em 19/01/2020.

PARTENOTTE, David; KUHAR, Roman. “Ideologia de gênero” em movimento. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 503-523, Set/Dez, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005>. Acesso em 17/01/2020.

PASSOS, Felipe. Não à ideologia de gênero nas escolas em Ponta Grossa. **Petição Pública**. Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <<https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR102965>>. Acesso em 20/01/2020.

PELINKA, Anton. “*Right -Wing Populism: Concept and typology*”. In: WODAK, Ruth; KHOSRAVINIK, Majid; MRAL, Brigitte. **Right-Wing Populism in Europe: Politics and discourse**. London: Bloomsbury Academic, 1º Ed. 2013, p. 03-22. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5040/9781472544940.ch-001>>. Acesso em 14/10/2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Estado, sociedade e esfera pública**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social-CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, 2009. (Coletânea Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais). Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em 11/01/2020.

PONTA GROSSA. Atos do Município de Ponta Grossa. Lei nº 10.387, de 04/10/2010. Institui, no âmbito do Município de Ponta Grossa, a semana de conscientização e orientação sexual. **Diário Oficial do município de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, nº 331, p. 01. 06 Out. 2010. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/diario-oficial/2010-10-06.pdf>>. Acesso em 20/01/2020.

PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos. **Decreto Nº 5590, DE 10/11/2011**. Aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Educação - CME, e dá outras providências, 2011. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/2011/559/5590/decreto-n-5590-2011-aprova-o-regimento-interno-do-conselho-municipal-de-educacao-cme-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 20/01/2020.

PONTA GROSSA. Câmara Municipal de Ponta Grossa. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Ponta Grossa. **Lei nº 12.180, 19/06/2015**. Cria o Conselho Municipal LGBT - CMLGBT, no âmbito do município de Ponta Grossa, e dá outras providências, 2015a. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2015/1218/12180/lei-ordinaria-n-12180-2015-cria-o-conselho-municipal-lgbt-cmlgbt-no-ambito-do-municipio-de-ponta-grossa-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 20/01/2020.

PONTA GROSSA. Câmara Municipal de Ponta Grossa. **Lei nº 12.213, de 23/06/2015**. Institui o Plano Municipal de Educação para o período de 2015 a 2025. 2015b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/leiordinaria/2015/1222/12213/lei-ordinaria-n-12213-2015-institui-o-plano-municipal-de-educacao-para-o-periodo-de-2015-a-2025>>. Acesso em 20/01/2020.

PONTA GROSSA. Ministério Público do Paraná. **Relatório da I Conferência Regional dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Paraná – Ponta Grossa**. 2015. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Relatoriopontagrossa.pdf>>. Acesso em 20/01/2020.

PONTA GROSSA. Procuradoria Geral do Município de Ponta Grossa. **Decreto nº 11.024, de 11/02/2016**. Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal LGBT - CMLGBT, conforme especifica. 2016. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/2016/1102/11024/decreto-n-11024-2016-dispoe-sobre-a-composicao-do-conselho-municipal-lgbt-cmlgbt-conforme-especifica>>. Acesso em 20/01/2020.

PONTA GROSSA. Procuradoria Geral do Município de Ponta Grossa. **Decreto nº 13.522, de 27/09/2017**. Dispõe sobre normas gerais e padronização dos Serviços de Proteção Social Básica, realizados e executados pela rede socioassistencial do Município de Ponta Grossa, com vistas ao atendimento da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 12.120/2016. 2017a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/2017/1352/13522/decreto-n-13522-2017-dispoe-sobre-normas-gerais-e-padronizacao-dos-servicos-de-protecao-social-basica-realizados-e-executados-pela-rede-socioassistencial-do-municipio-de-ponta-grossa-com-vistas-ao-atendimento-da-lei-federal-n-13019-2014-e-decreto-municipal-n-12-120-2016>>. Acesso em 20/01/2020.

PONTA GROSSA. Procuradoria Geral do Município de Ponta Grossa. **Decreto Nº 13.524, de 27/09/2017**. Dispõe sobre normas gerais e padronização dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - PSE - AC, realizados e executados pela rede socioassistencial do Município de Ponta Grossa, com vistas ao atendimento da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 12.120/2016. 2017b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/decreto/2017/1352/13524/decreto-n-13524-2017-dispoe-sobre-normas-gerais-e-padronizacao-dos-servicos-de-protecao-social-especial-de-alta>>

[complexidade-pse-ac-realizados-e-executados-pela-rede-socioassistencial-do-municipio-de-ponta-grossa-com-vistas-ao-atendimento-da-lei-federal-n-13019-2014-e-decreto-municipal-n-12-120-2016](#)>. Acesso em 20/01/2020. Acesso em 20/01/2020.

PONTA GROSSA. Procuradoria Geral do Município de Ponta Grossa. **Lei nº 13.026, de 18/12/2017**. Institui o Plano Municipal de Cultura de Ponta Grossa, e dá outras providências. 2017c. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2017/1302/13026/lei-ordinaria-n-13026-2017-institui-o-plano-municipal-de-cultura-de-ponta-grossa-e-da-outras-providencias?r=p>>. Acesso em 20/01/2020.

PONTA GROSSA. Procuradoria Geral do Município de Ponta Grossa. **Decreto nº 14.061, de 08/02/2018**. Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal LGBT - CMLGBT, conforme especifica. 2018. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/2018/1406/14061/decreto-n-14061-2018-dispoe-sobre-a-composicao-do-conselho-municipal-lgbt-cmlgbt-conforme-especifica>>. Acesso em 20/01/2020.

PONTA GROSSA. Procuradoria Geral do Município de Ponta Grossa. Decreto nº 15.970, de 14/05/2019. 9 7 0, de 14/05/2019. Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial-COMPIR. **Diário Oficial do Município de Ponta Grossa**. Ponta Grossa, nº 2.582, p. 01-03. 28 Maio 2019a. Disponível em: < <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/diario-oficial/2019-05-28-ed2582.pdf>>. Acesso em 20/01/2020.

PONTA GROSSA. Procuradoria Geral do Município de Ponta Grossa. **Decreto nº 16.421, de 17/09/2019**. Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 1.105.200,00 (um milhão cento e cinco mil duzentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias. 2019b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/decreto/2019/1643/16421/decreto-n-16421-2019-fica-aberto-no-corrente-exercicio-o-credito-adicional-suplementar-no-orcamento-geral-do-municipio-no-valor-de-r-1105200-00-um-milhao-cento-e-cinco-mil-duzentos-reais-destinado-ao-reforco-das-seguintes-dotacoes-orcamentarias?r=p>>. Acesso em 20/01/2020.

PRADO, Marco Aurélio; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Psicologia Política**. São Paulo, v. 18. n. 43. p. 444-448. Set/Dez, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003>. Acesso em 20/01/2020.

PRADO, Rosane Manhães. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de antropologia e imagem**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia e Imagem, n 1, Rio de Janeiro: UERJ, NAI, 1995. Disponível em: < <http://ppcis.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Cadernos-de-Antropologia-e-Imagem-4.-A-cidade-em-imagens.pdf>>. Acesso em 27/01/2020.

RABAT, Márcio Nuno. A federação: centralização e descentralização do poder político no Brasil. **Consultoria Legislativa**, Câmara dos Deputados. Brasília, n. 1, v.1, p. 01-16, Ago. 2002. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema3/207708.pdf>>. Acesso em 11/01/2020.

RAPOSO, Tácio Jose Natal. **A (Re) Produção do Espaço Urbano no Município de Pacaraima – 1995 – 2013**. 2015, 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRR_c2c7e368c99eaa8a8da87eaf50a9ef6d>. Acesso em 14/01/2020.

REIS, Toni (Org). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2º Ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018. 99p.

ROMÃO, Luan Duarte; CAVALCANTE, João Victor de Souza. *Stonewall: imagens que pertencem à ordem das coisas vivas*. In: **Anais...** XIX Congresso Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Fortaleza, Ceará. 29/06 a 01/07/2017.

ROCHA, Brenda Thais Galdido da; NETO, Francisco Otávio Landim; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade; GORAYEB, Adryane. Conflitos socioambientais no campo em Apodi-RN: contribuições propositivas da cartografia social. **Revista Geografar**, Rio de Janeiro. v. 11, n. 1, p. 99–112, 2016. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/48980>>. Acesso em 25/03/2020.

ROSE, Gillian. *Performing Space*. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Phillip. **Human Geography Today**. Cambridge: Polity Press, 1999, p. 247 - 259.

SANTOS, Ana Cristina. Heteroqueers contra heteronormatividade: notas para uma teoria queer inclusiva. In: Oficina do Centro de Estudos Sociais –CES, n° 239. **Texto para discussão**. Coimbra, 2005, p. 01-12. Disponível em: < <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/239/239.pdf>>. Acesso em 12/01/2020.

SANTOS, Inês Maria Meneses dos; SANTOS, Rosângela da Silva. A etapa de análise no método história de vida – uma experiência de pesquisadores de enfermagem. **Revista Texto Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n° 4, p. 714-719, Out-Dez, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072008000400012&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 23/01/2020.

SCALA, Jorge. **La ideología de Género: o el género como herramienta de poder**. 1º Ed. Madrid: Editorial Sekotia, 2010. 167 p. Disponível em: < <http://www.sekotia.com/pdf/ideologia-de-genero-pags-1-20.pdf>>. Acesso em 20/01/2020.

SHIMANSKI, Elizabete Fernanda. **Conservadorismo e Tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local?** 2007, 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa,

Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/238/1/Elizabete_Schimanski.pdf>. Acesso em 27/01/2020.

SILVA, Joseli Maria. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. 2002. 322 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://mega.nz/#l!ksXUZxA!5HfU8pDtfbqiiO8pTwtGI0-zKiJlCotMikYPQ_e9dxA>.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Veras Editora, 2010. Disponível em: <https://www.egp.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/8/2014/05/seminrio_2_-_maria_ozanira_da_silva_e_silva_-_avaliao_de_politicas_e_programas_sociais.pdf>. Acesso em 12/01/2020.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida. **Revista Mosaico: estudos em psicologia**, Minas Gerais, v. 1, n° 1, p. 25-35, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224>>. Acesso em 23/01/2020.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 16, n° 1, p. 1-14, 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>>. Acesso em 23/01/2020.

SIMÕES, Willian. Formação de Professores em Geografia: Reflexões e Indagações sobre Educação Integral, Organização Curricular por Áreas do Conhecimento e Diversidade. **PESQUISAR – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, Santa Catarina, v. 2, n. 3, p. 56–76, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/article/view/66608>>. Acesso em 25/03/2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná. Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 12° ed. 1995, p. 77 - 116.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Revista Cidades**, v. 06, n.09, p. 09-26, 2009. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/544>>. Acesso em 11/01/2020.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. A gestão dos recursos naturais na Amazônia: a reserva extrativista mãe grande de Curuçá-PA. **Revista Geografar**, Pará, v. 5, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2761>>. Acesso em 25/03/2020.

SOUZA, Mériti de. Mito fundador, narrativas e história oficial: representações identitárias na cultura brasileira. In: VII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 6, Coimbra. **Anais...**Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2004. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel46/MeritiDeSouza.pdf>>. Acesso em 01 Ago 2019.

TARROW, Sidney. **Power in Movement: social movements and contentious politics**. 3° Ed. New York: Cambridge University Press, 2011. 328 p. Disponível em: <<http://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/Power-in-Movement.-Social-movements-and-contentious-politics-by-Sidney-Tarrow.pdf>>. Acesso em: 11 Jan 2019.

TOITIO, Rafael Dias. A disputa entre movimento LGBT e neoconservadorismo religioso no governo Dilma. In: Encontro Anual da Anpocs, 41, 2017, Minas Gerais (Caxambu). **Anais...** p. 01-30. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/qt08-26>>. Acesso em 18/01/2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. 1° Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1987. 173 p. Disponível em: <<http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf>>. Acesso em 05 Mai 2019.

VALENTINE, Gill. (*Hetero*) sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday space. **Environment and Planning D: society and space**, v. 11, n. 4, p. 395-413, 1993. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/d110395>>. Acesso em: 11 Jan 2019.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. 5° Ed. São Paulo: Centauro, 2002. 103 p. Disponível em: <<https://blogdorusuca.files.wordpress.com/2011/07/weber-conceitos-bc3a1sicos-de-sociologia.pdf>>. Acesso em 11/01/2020.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS 01, UTILIZADO NO CAMPO EXPLORATÓRIO.

Nome:

Idade:

Orientação Sexual:

Identidade de Gênero:

Data:

01: Qual sua relação com o movimento LGBT+ (Ativista, simpatizante, integrante de Mov. Soc, etc.)

02: Você acha que Ponta Grossa tem uma rede de garantia de direitos para LGBT+?

03. De que forma a instituição de que você participa fortalece essa rede?

04. Como você se envolveu com o Movimento LGBT+? Você ainda participa?

05. Você conhece pessoas envolvidas com o Movimento LGBT+ de instituições que você poderia indicar que fortalecem e promovem a garantia de direito?

Como você encara a situação da população LGBT hoje em dia, 2018?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS 02, UTILIZADO NAS DEMAIS ENTREVISTAS QUE COMPÕE O TRABALHO

AS ASSEMBLAGES DE GARANTIA DE DIREITOS PARA PESSOAS LGBT+ NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ

Data Entrevista ___/___/___

1. Sobre a pessoa entrevistada:

- a) Formação
- b) Atuação Profissional
- c) Idade
- d) Orientação Sexual / Identidade de Gênero
- e) Fale sobre a trajetória da (1º) Instituição / (2º) Pessoa na garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná

2. Os elementos conjunturais relacionados:

a) Quais são as ações da (1º) Instituição / (2º) Pessoa na garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

b) Quais são os locais de realização das ações que a (1º) Instituição / (2º) Pessoa realiza na garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

c) Quais são as (1º) Instituições / (2º) Pessoas envolvidas nestas ações na garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?

d) Como se dá a relação entre as (1º) Instituições / (2º) Pessoas citadas nestas ações na garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?

d) Quais são as temporalidades (durabilidade) das relações estabelecidas de ação na garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?

e) Quais são / como se articulam as negociações entre as (1º) Instituições / (2º) Pessoas citadas nestas ações na garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná?

f) Quais são as instituições/pessoas que a (1º) instituição/ (2º) pessoa costuma entrar em relação para realização de ações na garantia de direitos

APÊNDICE C - TABELA TEÓRICO CONCEITUAL UTILIZADA PARA COMPARAÇÃO E ANÁLISES DE FALAS

PALAVRAS CHAVE - CONCEITO	PALAVRAS CHAVE- FALAS
<p>Esfera da multiplicidade; inter-relacional, multiplicidade, heterogeneidade, constante processo de elaboração a partir de relações performáticas</p> <p>Analisada em:</p> <p>Entidades/identidades mutáveis, articulação de discursos, fantasias, corporeidades.</p> <p>Espaço como articulador dando forma para as conquistas, alianças, fantasias, etc.</p> <p>(MASSEY, 2008; ROSE, 1999).</p>	<p style="text-align: center;">ESPAÇO</p> <p>PG como espaço de garantia de direito.</p> <p>PG como espaço de resistência/conservadorismo.</p> <p>PG como espaço de vulnerabilidade</p> <p>vulnerabilidade relacionada a vivências particulares – casa</p> <p>vulnerabilidade relacionada a vivências particulares – família</p> <p>1 vulnerabilidade relacionada a vivências particulares – rua</p> <p>1 vulnerabilidade relacionada a vivências particulares – instituições</p> <p>2 instituições como espaço de resistência/conservadorismo.</p> <p>4 Instituições como espacialidades de ativismo/garantia de direitos</p> <p>1 Rua como espaço de ativismo</p> <p>2 Casa como espaço de ativismo</p> <p>3 Outros espaços de ativismo</p>
	TERRITÓRIO DESCONTÍNUO PARADOXAL
Espaço, fronteira, poder, delimitação.	Educação

Produzido pela ação apropriação (concreta ou abstrata) de atores, construções sociais.

Analisada por:

Fronteiras simbólicas, espaço apropriado por ações, relações de poder-centro margem

(SOUZA, 1995; RAFFESTIN, 2010; REIS, 2005, ORNAT, 2011)

- **entrar** na faculdade para assumir o lugar como cidadão que pode ser produtivo
 - Eu to dentro da escola
 - Então assim, o povo tá costumando e **a gente tá pegando os nossos espaços que é por direito** né assim, dentro das escolas, nas repartições públicas, no legislativo

Saúde

- **a gente pega e faz palestra**, trabalha com os profissionais na área da saúde, sensibilizando o jeito de atendimento
 - Mas tem muitos profissionais que tem resistência em encarar isso. **É ai que - a gente tem que bater em cima!**
 - o Doutor X não quis me chamar pelo nome social, eu vou la e vou fazer uma ouvidoria, né, **se não vai pelo amor, vai pela dor**, bebê (risos).

Legislativo

- eu falo que sem a nossa participação dentro do legislativo lá dentro da câmara municipal, **pra gente bater de frente de ter o direito de voz e de fala, pra bater de frente com os gestores que estão lá**, que se dizem representantes do povo, mas são extremamente homofóbicos

- E **eu to sempre batendo de frente com eles, eu sou uma que sempre bato de frente com eles na Câmara Municipal** e eu sempre falo pra nossa população que a gente tem que se unir nestas horas

- porque aqui **nós precisamos de uma travesti** de peito, que entenda de políticas públicas, **pra bater de frente com os governantes** que estão ali dentro, que estão enraizados.

	<p>- Quando é direcionado a nossa população eu vou, dou a cara a tapa, chamo a televisão e vou montada com vestido, vou bem louca, pra chamar atenção porque eles não nos dão oportunidade de fala</p> <p>- Eu quero um dia, é meu sonho, é pegar e ter minha cadeira lá dentro, pra eu bater de frente com eles e fazer mudar estas políticas públicas e a visão que eles tem das pessoas LGBT (sobre o dia do show de Pablo Vittar)</p> <p>Outras apropriações</p> <p>Ah, precisa de ônibus pra ir pra Parada, eu ia la brigar com o secretário, porque ele não queria</p>
REDES GEOGRÁFICAS	
<p>Integração, fluidez, nós, arcos, fluxos. Alianças de acesso a informações. Localizações humanas articuladas, conexão. Analísada por: Agentes, natureza dos fluxos, função, finalidade, existência, construção, formalização, organicidade, dinâmica dos fluxos, frequência, conhecimento da escala, forma e conexões sociais (MOREIRA, 2009, CORREA, 2008)</p>	<p>Integração institucional</p> <p>- Nós temos as nossas redes aqui; GUDI dentro da universidade as Gatarias</p> <p>- a gente trabalha em conjunto com as nossas secretarias de Saúde, de Assistência Social de Segurança Pública, então, o Núcleo de Educação da Diversidade. Secretaria Municipal de Saúde, e o Programa Municipal de ISTS/HIV-AIDS do nosso município</p> <p>- A porta de entrada é a Assistente Social quando é direcionado a cesta básica, a gente encaminha pros CRAS, porque nos estamos atendendo 5 CRAS aqui de nosso Município, aqui na nossa instituição</p> <p>- Eu acho que isso em conjunto com as Secretarias também, que eu to sempre reforçando a Secretaria de Saúde, de AS, da Educação, eu acho que é extremamente fundamental assim, e os movimentos sociais</p>

	<p>Integração espacial multilocacional</p> <p>-Atualmente no Paraná, acho que são cinco ou seis subções acho que PG, Francisco Beltrão, Cascavel, recentemente, Maringá e Curitiba.</p> <p>- A gente pegou e se readequou tudo ao Município, tanto a saúde, como a AS. - Agora a gente tá pegando e tá tendendo 5 CRAS agora as demandas dos CRAS estão vindo pra cá.</p> <p>- a porta de entrada é passar pelo grupo renascer, passar psicóloga, 3 ou 4 atendimentos e ela dá encaminhamento pra UBS de referência e a UBS de referência dá o TFD pra esta pessoa fazer o tratamento no ambulatório que o nosso de referência é o de Curitiba.</p> <p>- Porque a ordem Flor de Lis ela faz um trabalho juntamente, com o Cacique Pena Branca, contra a LGBTfobia, a intolerância religiosa e o racismo.</p>
ASSEMBLAGE	
<p>Provisoriedade, emergência, multiplicidade, indeterminação, composição social provisória, elementos heterogêneos humanos e inumanos . Aglomeração, coerência, dispersão, montagem, remontagem, espacialidade, temporalidade. Grupos, coletivos, agências sociais, unidade provisória através das diferenças. Agrupamento não homogêneo.</p> <p>Análise em:</p>	<p>A gente tenta trabalhar como um todo, mas por N motivos a gente acaba trabalhando separado.</p> <p>- porque não adianta a gente pegar e ficar com os paciente, fazendo joguinho de ping pong, sabe? A gente joga pro CRAS o CRAS joga pra nós, nós joga pro CRAS, joga pro SOS, sabe, não tem como</p> <p>- Não, não temos rede de garantia de direito, assim, eu acho que a rede de garantia de direito, quem nos dá é nossa população mesmo.</p> <p>- a única instituição específica que lida com políticas públicas à população LGBTT é o Renascer...é a única instituição específica assim, e também do Estado do Paraná</p>

Compreensão de assembling – montagem e remontagem.

Observação da forma, durabilidade, tipos de relações, elementos humanos e inumanos.

Formas de relação que existem mas que podem deixar de existir, graus de trajetórias, topografia.

Desejo em co-relação com uma coleção de palavras e significados.

Exige Territórios como partes heterogêneas e processos de re-territorialização e desterritorialização (ANDERSON; McFARLANE, 2011).

- As vezes eu peço até por falar isso, mas é a realidade, **porque se nós fosse unido nós teria em cada prefeitura, em cada câmara municipal** teria umas duas ou três vereadoras ou gay, uma lésbica, ou um homem trans ou uma travesti, né

- ali dentro da Câmara, **tem vereadores ali que são a nosso favor, sabe, e tem uns que vão no embalo** por causa do voto, dependendo se tem bastante gente lá do lado dos evangélicos, eles vão do lado dos evangélicos, se tem bastante gente da população LGBT, eles vão do lado da população LGBT, então eles ficam em cima do muro.

- Eu acho que assim, nós não temos assim uma pessoa que por exemplo que seja capacitada pra fazer o trabalho que eu faço, eu acho que, até me preocupa isso porque eu to sempre preocupado em colocar as meninas novas que estão vindo, eu acho que a gente tem capacitar e até mesmo , eu falo sempre pra elas, **porque eu não sou eterna, uma hora ou outra eu vou pegar e vou me aposentar ou vou me desligar do movimento, e eu acho muito importante a gente ter novas militantes sabe, porque se nesse momento eu pegar e me aposentar ou pegar e me afastar, o trabalho não vai acontecer**, não que eu vá dizer “ai é a Mercúrio”, não! Né isso, é mais assim, **porque a gente pegou uma confiança também como nosso município, como nossos gestores tem confiança.**

- Eles me conhecem tanto na área da AS, da Saúde, da Educação, pode falar da Mercúrio, todos me conhecem pela referência do meu trabalho, então é isso também, **é capaz de balançar um pouco o trabalho da Instituição.**

- **Até então a gente não tem uma pessoa assim, que venha pegar e bater de frente com ênfase e palavras concretas que venha a pegar e bater de frente,**

principalmente com a nossa bancada evangélica, ou com muitos gestores aqui de Ponta Grossa preconceituosos.

- **Olha eu não vou dizer pra você que melhorou ou piorou**, sabe, mas tá parado ainda assim, também por conta do que a gente tá passando né, assim, direcionado assim a política, agora muitos de nós estamos com dificuldades até de implantar novas portarias ou até mesmo decretos ou de leis específicas assim, **mas aqui em Ponta Grossa, agora tá calmo sabe assim, até mesmo porque a gente leva o nosso trabalho, as gurias tão aprendendo a pegar e se impor sabe, exigir seus direitos.**

- **A nossa população tem que ser unida, porque se não nós vamos ficar patinando no barro e não vamos alcançar nenhum objetivo**, então até mesmo dentro da população a gente passa por preconceito, onde que a gente tem que quebrar isso, **a nossa população tem que parar de ser individualista**, de olhar só pro seu umbigo. Mas sim pegar e unir as forças, pra nós pegarmos e ter o direito de garantir uma cadeira.

- **Eu penso assim na minha santa ignorância, que por nos passarmos décadas e décadas sendo perseguidas, sem direito nenhum, sabe, a gente cria uma barreira de individualidade**, sabe, muitas assim, sabe, não querem te apoiar em alguma coisa porque acha que não, que você vai pegar, vai assumir algum cargo e vai se sentir, assim, sabe.

Eu fui a primeira travesti que sai a candidata aqui, foi 600 e poucos votos, mas a maioria eu ganhei não só da população, foi poucos da população, mas mais da sociedade, mas das pessoas que me conheciam, sabe, então assim, por isso que eu falo, se eu tivesse apoio da população, teria uma pessoa garantida lá dentro, garantindo o status lá dentro, e representando toda a população LGBT, então acho que isso é muito individualismo.

Então acho que a nossa população tem que se conscientizar que a gente tem que se unir, independente de qual cargo que a outra vai pegar e vai se jogar, mas sim, o objetivo que é a defesa e garantia de direitos à população

- Que nem eu falei, a família de hoje, não é família de antigamente, **então a família tá tendo aceitação pelos seus filhos homossexuais** ou com identidade de gênero feminina... **automaticamente elas tão tendo oportunidade de estudo também e de formação.**

Onde que cai mesmo é oportunidade de trabalho, porque muitas se formam, pegam seu diploma empolgada que vão conseguir **mas tem aquela resistência da sociedade de pegar e empregar uma travesti e uma transexual,** né assim, mas eles desconhecem que uma travesti, uma transexual, ou qualquer uma da população podem desenvolver o seu trabalho normal, ou melhor que uma outra pessoa que tenha sua identidade CIS sabe, então assim, é como eu pego e falo também nas minhas sensibilizações: **“que a nossa sociedade é hipócrita, por que os mesmos homens que nos fecham as portas durante o dia, nos abrem as pernas de noite.**

E há muita dificuldade, com assim, a gente pegar, da inclusão da nossa população no mercado de trabalho, sabe, formal, essa é nossa realidade ainda.

- Nós enquanto OAB nós tentamos fazer medidas mais aplicáveis pra conscientização da população como um todo. **Como a gente não tem o mesmo poder que uma ONG teria, a gente tem só o poder de conscientização.**

- **É com essas pequenas atitudes, essas pequenas ações de conscientização eu, a OAB lida.** Até porque nós somos um ente para-estatal e de classe e nós

enquanto comissão, a gente tenta conscientizar além da população, os próprios advogados pra ir em busca de direitos.

É uma coisa muito informal, as pessoas vão se informando

É na informalidade, uma pessoa:- óh viu, você conhece o pessoal da Associação Flor de Lis? Você conhece o pessoal do DCE?

Tanto que quando acontece as coisas é uma bola de neve, um fica sabendo e conta pro outro e conta pra um terceiro

Eu acho que estão por força de lei, né, porque se as pessoas pudessem normatizar as pessoas, elas fariam, né, porque é muito comum. Então, né, eu aceito mas ao mesmo tempo eu acho que podia ter um jeito de ser diferente. **Então, é um aceitar meio não aceitando.**

- Sim, o SAE, o RENASCER, o REVIVER, **e neste sentido assim, é uma relação entre pessoas, nós que conhecemos e não é nada formal, não tem um pacto**, na realidade é assim, apareceu um travesti sem identificação: - chama a Mercúrio que ela conhece.

Não, porque você tá expondo demais é .eles falam que as pessoas que não LGBT, os héteros como eles falam, são “muito curiosos”, **Quando você fala em rede, até me preocupou.**